

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO

VITOR DA SILVA COSTA

TRAJETÓRIAS E MEMÓRIAS DE FAMÍLIAS NEGRAS NO PÓS-
ABOLIÇÃO: A FAMÍLIA BAPTISTA DA SILVA (c.1849-Tempo presente)

São Leopoldo

2020

VITOR DA SILVA COSTA

TRAJETÓRIAS E MEMÓRIAS DE FAMÍLIAS NEGRAS NO PÓS-
ABOLIÇÃO: A FAMÍLIA BAPTISTA DA SILVA (c.1849-Tempo presente)

Dissertação apresentada como requisito
para obtenção do título de Mestre em
História, pelo Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira.

São Leopoldo
2020

C837t

Costa, Vitor da Silva.

Trajetórias e memórias de famílias negras no pós-abolição: a família Baptista da Silva (c. 1849-Tempo presente) / Vitor da Silva Costa. – 2020.

241 f. : il. color. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2020.

“Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira.”

1. Famílias negras. 2. Pós-abolição. 3. Escravidão . I. Título.

CDU 94(816.5)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Bruna Sant’Anna – CRB 10/2360)

VITOR DA SILVA COSTA

TRAJETÓRIAS E MEMÓRIAS DE FAMÍLIAS NEGRAS NO PÓS-ABOLIÇÃO: A
FAMÍLIA BAPTISTA DA SILVA (c.1849-Tempo presente)

Dissertação apresentada como requisito
para obtenção do título de Mestre em
História, pelo Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof^a. Dr^a. Maria Angélica Zubarán – Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)

Prof^a. Dr^a. Melina Kleinert Perussatto – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof^a. Dr^a. Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

AGRADECIMENTOS

Assim como os personagens deste estudo, este trabalho só se faz possível graças à coletividade e redes de apoio que se fizeram presente durante os dois anos de mestrado e foram essenciais para a construção dessa pesquisa. Inicialmente gostaria de agradecer ao meu orientador, Paulo Moreira, que nesse curto espaço de tempo representou tanto para mim como professor, ao abraçar o tema de pesquisa e promover uma segurança e liberdade incrível para o desenvolvimento do trabalho. Além de ressaltar é claro, sua qualidade enquanto ser humano excepcional que és, algo que certamente levarei como um exemplo de vida. Obrigado Paulo, tu é demais! Saudações coloradas!

Aos amigos e colegas que me acompanham desde os tempos de graduação e que viram os primeiros passos do trabalho que hoje apresento, remeto meus agradecimentos pelos conselhos e incentivos que impulsionaram o início dessa caminhada. Embora tenham sido um número considerável, gostaria de agradecer especialmente à Caroline Tozon, a amiga de longa data que desde o início da graduação sempre demonstrou seu apoio, amizade e orgulho, elementos que ainda se mantêm atuantes e consolidam cada vez mais nossa trajetória. Tmj sempre Carol! Nessa mesma linha, não posso deixar de citar os seguintes amigos: Allanderson, Grazi, Kamyla, Maria, Tiago e Raul. Sem as conversas, os momentos de descontração e principalmente a capacidade que vocês têm de produzir um sentimento de potencial elevado, nenhum passo rumo ao enfrentamento dos desafios seria dado. Agradeço demais a amizade de vocês ao longo desses anos e que sigamos assim, nos ombreando e celebrando nossas conquistas. Meus fechamentos!

Antes de realizar os devidos agradecimentos aos amigos e colegas que encontrei no mestrado, é necessário ressaltar a importância de uma amiga em especial que muito contribuiu para que eu realizasse a seleção de mestrado na Unisinos. À querida amiga Veronica Martinelli, que insistentemente me aconselhou a mirar o mestrado em história após o término da graduação, e me ajudou na estruturação do projeto, com sua leitura atenta e construtiva. Além é claro, da sua amizade que cultivo nos últimos anos desde o nosso tempo de estágio e que só agrega na minha vida intelectual e pessoal. Obrigado por tudo Veronica!

Na Unisinos, pude encontrar colegas que jamais pensei que criaríamos vínculos de amizade e companheirismo que certamente perdurarão para além da pós-graduação. Me refiro aqui aos amigos Augusto, Cibele, Deivid, Gabriel, Guilherme, Jéssica e Vinícius, que através da disciplina “Escritura da realidade histórica: Debates

contemporâneos”, além das discussões promovidas pelos debates em sala de aula, também se originou uma amizade e um parceira na construção coletiva do conhecimento. Aspectos que sem dúvida nortearam as análises que desenvolvi nesta dissertação. Vocês foram mais que especiais, foram essenciais!

Outro grupo fundamental no caminho percorrido até aqui, foram os amigos e também colegas de orientação, Bruna, Giane, Júlio, Matheus, Priscilla e Marina. Pessoas tão importantes, com um grande poder de transformação, seja por meio de suas pesquisas ou pelo seu posicionamento que me impactaram profundamente num curto espaço de tempo. A vocês, queridos malungos, só posso agradecer por terem sido espelhos para mim das mais variadas formas e que possamos seguir fortalecendo nossa rede de sociabilidade e solidariedade. Obrigado pessoal!

Não posso deixar de agradecer as professoras que aceitaram compor a banca de defesa, Maria Angélica Zubaran e Melina Kleinert Perussatto. À professora Maria Angélica Zubaran, agradeço imensamente pelos anos em que fui seu orientando durante a Iniciação Científica na ULBRA, onde pude me aproximar da pesquisa histórica e sobretudo conhecer mais sobre a imprensa negra no pós-abolição sul-rio-grandense através do jornal *O Exemplo*. Os agradecimentos direcionados à professora Melina Kleinert Perussatto, transitam na mesma linha em relação ao jornal *O Exemplo*, sobretudo pela realização de sua tese de doutorado que muito influenciou este trabalho. Agradeço também à professora Eloísa Capovilla por aceitar compor a banca de defesa, que sempre se mostrou uma entusiasta da pesquisa desde a etapa de seleção do mestrado. Expresso ainda, os agradecimentos ao professor Flávio Gomes, que também aceitou o convite para avaliação final deste trabalho, e, por toda a sua produção acadêmica que influenciou as análises e caminhos que buscamos dissertar nesta pesquisa.

Remeto também os devidos agradecimentos aos descendentes da família Baptista da Silva, especialmente ao descendente Claudio Batista de Souza, que juntamente com sua esposa dona Maria Helena Villanova Batista de Souza, pela concessão e confiança para contar a trajetória de seus antepassados. Também não posso deixar de destacar a contribuição que o casal teve na construção desse trabalho, enriquecendo as linhas deste texto com os relatos e memórias familiares, bem como a disponibilização de objetos de seu acervo familiar. Objetos foram essenciais para as análises e conjecturas em torno da experiência social dessa família negra durante o pós-abolição.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer as pessoas mais importantes da minha vida e que foram meus combustíveis durante esses dois anos de

estudo, pesquisa e escrita. Aos meus pais, Silvio e Luciana e minha irmã Ane, que estão comigo desde sempre, e também aos ancestrais que já não caminham neste plano, obrigado por serem minha base e referência diária de afeto, amor e companheirismo. Que continuemos assim, superando expectativas e estatísticas enquanto família e sujeitos em movimento nesta sociedade. Amo vocês!

Brasil, meu nego

Deixa eu te contar

A história que a história não conta...

Histórias pra ninar gente grande
Estação Primeira de Mangueira.

RESUMO

Este trabalho pretende analisar a trajetória da família Baptista da Silva, uma família negra que alcançou prestígio social em Porto Alegre, durante as primeiras décadas do século XX. Buscaremos apresentar os mecanismos e estratégias de sociabilidade que possibilitaram a inserção e afirmação social da família Baptista da Silva, onde evidenciamos, a incursão em irmandades religiosas, projeto familiar em torno da educação e do trabalho, como uma das principais formas de mobilidade social. Esta pesquisa encontra-se estruturada por um número considerável de fontes documentais, dentre as quais destacam-se os periódicos *A Federação* e *O Exemplo*, o último, aponta as ligações de membros da família com a imprensa negra sul-rio-grandense e o protagonismo negro que desenvolveram a partir da imprensa. Além de problematizarmos a importância da família estruturada como importante aporte para a construção de redes de sociabilidade no pós-abolição, pretendemos investigar as dinâmicas que envolveram a formação desse núcleo familiar, efetuando assim, um recuo temporal para pensarmos a família durante o período da escravidão e as conexões existentes com a família senhorial. Ademais contaremos também com a contribuição de um dos descendentes da família, que através das memórias e do acervo familiar que mantém salvaguardado, buscaremos imprimir possibilidades e questionamentos em torno dos caminhos percorridos por esta família, no intuito de complexificar a trajetória de seus membros. Desta forma, o estudo aqui proposto, contribui para as pesquisas sobre famílias negras no período da escravidão e do pós-abolição, destacando relações familiares, redes de sociabilidades, protagonismo negro e relações de memória, como chaves de leitura para dimensionar as experiências sociais negras.

Palavras-chave: Pós-abolição; Trajetórias negras; Famílias negras;

ABSTRACT

This work intends to analyze the trajectory of the Baptista da Silva family, a black family that reached a social prestige in Porto Alegre, during the first decades of the 20th century. We will seek to present the mechanisms and sociability strategies that enabled the Baptista da Silva family to be inserted and socially affirmed, where we highlight the incursion into religious brotherhoods, a family project around education and work, as one of the main forms of social mobility. This research is structured by a considerable number of documentary sources, among which stand out the journals *A Federação* and *O Exemplo*, the latter, points out the connections of family members with the black press of Rio Grande do Sul and black protagonism that they developed from the press. In addition to problematizing the importance of the structured family as an important contribution to the construction of sociability networks in the post-abolition period, we intend to investigate the dynamics that involved the formation of this family nucleus, thus referring to a temporal setback for thinking about the family during the period of slavery. and the existing connections with the stately family. In addition, we will also count on the contribution of one of the descendants of the family, who through the memories and the family collection that keeps safeguarded, we will seek to print possibilities and questions about the paths taken by this family, in order to complexify the trajectory of its members. Thus, the study proposed here, contributes to research on black families in the period of slavery and the post-abolition period, highlighting family relationships, sociability networks, black protagonism and memory relationships, as reading keys to dimension black social experiences.

Keywords: Post-abolition; Black trajectories; Black families.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Árvore Genealógica da família Baptista da Silva	35
Figura 2. Felipe, Ercília e Joanna	45
Figura 3. Mapa de Porto Alegre (1881)	51
Figura 4. Cortejo de Felipe Baptista da Silva	52
Figura 5. Exemplar do necrológio de Felipe Baptista da Silva	58
Figura 6. Baptista Junior	89
Figura 7. Carteira de identidade de Baptista Junior	89
Figura 8. Folheto da Arquiconfraria do Rosário	107
Figura 9. Postal do padre Landell de Moura	108
Figura 10. Postal do Bispo de Caxias	108
Figura 11. João Baptista da Silva em frente à Igreja do Rosário	113
Figura 12. João Baptista da Silva na Delegacia Fiscal	114
Figura 13. Árvore Genealógica Delfina Rosa de Araújo	142
Figura 14. Árvore Genealógica Antônio Álvaro de Araújo	142
Figura 15. Sem identificação	152
Figura 16. Grupos de aposentados da Defensoria Pública	179
Figura 17. João, Francisca e filho (a)	199
Figura 18. Quadro de João Baptista da Silva	201
Figura 19. Quadro da antiga casa da família	204

LISTA DE SIGLAS

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

AHSCMPA – Arquivo Histórico da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

AHCMPA – Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

OSPA – Orquestra Sinfônica de Porto Alegre

PRR – Partido Republicano Rio-Grandense

RS – Rio Grande do Sul

RJ – Rio de Janeiro

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 REDES E ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE DE UMA FAMÍLIA NEGRA NO PÓS-ABOLIÇÃO	36
1.1. “Um radioso domingo de sol, que ficará assinalado com uma perda negra nos anais desta folha: Felipe Baptista da Silva (1883-1923)”	37
1.1.1. Leitura social dos ritos fúnebres: velório, cortejo e homenagens póstumas	47
1.2. “A glória da advocacia Rio-grandense”: Baptista Junior (1891-1920)	59
2 RELAÇÕES E EXPERIÊNCIAS PARA ALÉM DO JORNAL	90
2.1. Formando Família.....	90
2.2. Construindo sociabilidades e prestígio social	97
2.3. Redefinindo laços negros	115
3 DESVELANDO O PASSADO: ORIGENS, FORMAÇÃO E RELAÇÕES FAMILIARES A PARTIR DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	123
3.1. Tudo começou com Livia: inferências e possibilidades na trajetória de uma africana mina	124
3.2. Família senhorial Araújo: uma janela de observação	140
3.2.1. Complexificando a família Baptista da Silva	153
3.2.2. Relações senhoriais ressignificadas	166
4 O PASSADO VIVE NO PRESENTE: MEMÓRIAS, OBJETOS E LEGADO DA FAMÍLIA BAPTISTA DA SILVA NA VIVÊNCIA DE CLAUDIO BATISTA DE SOUZA	177
4.1. O caminho da memória até seu guardião	178
4.2. O caminho dos objetos de memória: a constituição do acervo familiar	192
4.3. A memória em movimento	207
CONSIDERAÇÕES FINAIS	214
FONTES	218
REFERÊNCIAS	226

INTRODUÇÃO

Antes de introduzirmos o leitor na discussão central desta dissertação, julgo importante apresentar o percurso da pesquisa até o presente momento. Minha trajetória acadêmica teve início no ano de 2014 quando ingressei no curso de Bacharelado em História da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA/Canoas). O primeiro semestre de curso foi marcado pela disciplina de Brasil Império ministrada pela Prof^a Dr^a. Maria Angélica Zubarán. Em uma de suas aulas, a professora abordou o pós-abolição no Brasil e demonstrou uma outra história sobre o negro, enfatizando aspectos ligados ao trabalho, cidadania e inserção social da população negra. Esta análise foi surpreendente para mim, que recém havia saído do ensino médio e carregava comigo a imagem do negro associada unicamente à escravidão. A aula sobre pós-abolição provocou em mim um interesse sobre a questão negra e de certa forma aflorou minha identidade negra.

Foi nesta aula, que a professora Maria Angélica mencionou o jornal *O Exemplo* como uma das iniciativas de resistência e luta por direitos da população negra no pós-abolição. A ideia de pensar um periódico fundado por homens negros em 1892 que combatiam e denunciavam os casos de preconceito de cor, foi mais uma descoberta que fez meus olhos brilharem. Após a discussão sobre o jornal, a professora comentou que estava ofertando uma bolsa de Iniciação Científica (PROICT/ULBRA) para trabalhar com *O Exemplo*¹.

Mal sabia eu que a relação com o tema de pesquisa que irei apresentar no decorrer desta dissertação, se daria nos primeiros contatos com aquele jornal. Ao iniciar as leituras sobre o periódico, fui descobrindo que *O Exemplo* (1892-1930) havia sido o primeiro periódico da imprensa negra sul-rio-grandense fundado em 12 de dezembro de 1892, na barbearia dos irmãos Calisto situada no nº247 da Rua dos Andradas. Entre os fundadores do jornal figuravam nomes como o de: Arthur de Andrade, Marcílio F. da Costa Freitas Arthur Gama, os irmãos Sergio e Aurélio de Bittencourt Junior, Alfredo Candido de Souza, Camillo Laurindo, e os irmãos Espiridião e Florêncio Calisto. Estes homens buscavam dar visibilidade a questões pertinentes às disputas e demandas cotidianas que

¹ Participei do projeto *Protagonismo Negro na Imprensa Negra Gaúcha: Representações, Práticas e Pedagogias Culturais (1920-1930)*.

acompanhavam seus recortes políticos, sociais, partidários e raciais. O periódico manteve suas atividades entre os anos de 1892 a 1930 com algumas interrupções².

Essas leituras foram importantes na minha formação intelectual, norteadando minhas concepções sobre a identidade e cultura evidenciando-as no seu sentido mais amplo e plural. Além de contribuir para o desenvolvimento de uma chave analítica na qual tomo o jornal como um espaço de disseminação de práticas pedagógicas que contribuem para a formação das subjetivas e identidades negras.

Durante a leitura do necrológio de Arthur de Andrade (primeiro diretor do jornal), no ano de 1925, uma nota de falecimento me chamou atenção ao destacar o 2º aniversário do passamento de Felipe Baptista da Silva. A nota demonstrava com grande pesar a falta que Felipe fazia para o jornal, e de como sua personalidade seria sempre lembrada pelos colegas de redação. Assim deparei-me pela primeira vez com um membro de uma família que futuramente passaria a analisar em minhas pesquisas.

Foi por meio da análise do seu necrológio publicado no jornal em 12 de agosto de 1923, que pude perceber na biografia elaborada pelos redatores, uma trajetória repleta de informações e atividades nos mais diversos meios sociais. Neste instante, resolvi elaborar a apresentação do XX Salão de Iniciação Científica e Tecnológica, a partir das informações que colhi sobre Felipe Baptista da Silva. Iniciava-se assim, em 2014, o meu primeiro contato com a história da família Baptista da Silva. A partir do momento que vi sua foto, a figura de Felipe me fascinou, senti uma ligação muito forte e uma necessidade de saber mais sobre aquele indivíduo. E foi assim, pesquisando sobre ele, que encontrei registros sobre seu irmão Baptista Junior, diretor do jornal *O Exemplo*, e de seu pai, o major João Baptista da Silva, membro do Grupo Mantenedor³ do jornal.

Foi então que em meio a elaboração da apresentação para o Salão de Iniciação Científica do ano de 2015, que tinha como tema da pesquisa a família Baptista da Silva, tive a felicidade de encontrar o senhor Claudio Batista de Souza, um dos descendentes da família Baptista da Silva, neto de Felipe Baptista da Silva e bisneto de João Baptista da Silva. Além das memórias familiares, o senhor Claudio também era mantenedor do acervo familiar, composto por fotografais, documentos e objetos.

² O Exemplo teve o seu primeiro número publicado em Porto Alegre, em 11 de dezembro de 1892, funcionando até 1897. Voltou a circular em 5 de outubro de 1902, foi suspenso em janeiro de 1903 e retornou em 13 de maio de 1904, indo até 1905. Depois desse lapso de tempo, o jornal permaneceu na ativa de 1908 a 1910, renasceu nos anos de 1911 a 1914, quando sofreu a última interrupção, para voltar a circular em 2 de janeiro 1916, mantendo-se de forma contínua até 2 de janeiro de 1930 (SANTOS, 2011, p. 106).

³ O Grupo Mantenedor tinha como função principal manter financeiramente o jornal *O Exemplo*. Foi fundado em 1916 por Marcílio Freitas

No final de 2017, realizei a defesa do meu TCC orientado pela prof^a Maria Angélica Zubarán, onde busquei destacar a trajetória da família Baptista da Silva no pós-abolição porto-alegrense e suas relações com o jornal *O Exemplo*, evidenciando as estratégias e canais de sociabilidade utilizados pela família. Além de incorporar parte do acervo e das entrevistas efetuadas com o senhor Claudio. Boa parte desse acervo e das recordações familiares que me fornecera não puderam ser incorporadas no trabalho de conclusão. Com o material que trabalhamos, foi possível apontar novos questionamentos e possibilidades de pesquisa no que diz respeito às origens da família e sua relação com a família senhorial dos Araújo, remetendo a discussões mais ligadas a escravidão e liberdade.

Além desses aspectos, o estudo da família Baptista da Silva, demonstrou-se uma possibilidade de pensar outras trajetórias negras no pós-abolição, já que por meio das leituras realizadas no jornal, foi possível perceber um padrão de sociabilidade e articulação social presente em outros membros do jornal *O Exemplo*.

Com isso, a ideia inicial no mestrado era justamente mapear outras famílias negras a partir do jornal *O Exemplo* e que poderiam apresentar o mesmo modus operandi da família Baptista da Silva⁴. A proposta central do projeto estava em pensar as redes familiares conectadas no pós-abolição, como uma das estratégias de sociabilidade e inserção social.

Porém, decidimos retomar os estudos sobre a família Baptista da Silva, guiando as análises com base nas novas fontes encontradas durante o mestrado. Tratava-se do registro de batismo da matriarca da família, Lúvia, datado de 1849, e do batismo do filho primogênito João, no ano de 1855. As informações ressaltavam a condição de escravizada da mãe e sua procedência étnica de nação mina, e retratava o filho também como escravizado. Esses indícios demonstravam-se um fator novo, que reorientou a narrativa sobre a experiência da família Baptista da Silva possibilitando lançar novos olhares e problemáticas em torno da trajetória de seus membros durante e após a escravidão.

Nesta dissertação pretendemos analisar as experiências sociais de famílias negras, dando ênfase a família Baptista da Silva, complexificando as relações familiares existentes entre seus membros antes e depois do fim da escravidão na cidade de Porto

⁴ Em meio a elaboração do TCC, na pesquisa referente ao Salão de Iniciação Científica daquele ano, me deparei com a figura de Diógenes Baptista (o qual não era ligado a família Baptista) que havia sido médico e colaborador poético d'*O Exemplo* por volta de 1918. Também consegui encontrar sua neta que possui um acervo documental sobre Diógenes. Tratarei com mais ênfase desta pesquisa em potencial na introdução deste trabalho ao falar dos acervos particulares.

Alegre. Atentaremos para as diferentes articulações de experiências que estiveram permeando suas trajetórias, bem como analisaremos as concepções desta trajetória familiar por parte de alguns dos seus descendentes na contemporaneidade. Estes acontecimentos serão devidamente situados ao longo do estudo, porém, já antecipo que não seguirão um modelo cronológico durante a escrita, visto que a trajetória da pesquisa como já apontado, se deu de maneira singular Pretendo apontar os diferentes momentos da trajetória da família Baptista da Silva, partindo da minha aproximação enquanto pesquisador e, com isso, apresentar o contexto em que estes momentos se inserem. Desta forma, buscarei pontuar como as fontes foram me levando a abrir novas janelas de observação para analisar sob outros prismas as vivências desta família.

Um dos pontos a se ressaltar é a relação da família com a imprensa de forma ativa durante as primeiras décadas do século XX, em especial com o jornal *O Exemplo* e a importância desse periódico para a cultura negra no Rio Grande do Sul, como bem assinalou o poeta Oliveira Silveira (1972, p. 22) “O Exemplo merece que se escreva em letras grandes nas encadernações de suas coleções: Cuidado, delicado, precioso, patrimônio cultural da comunidade negra em Porto Alegre”.

Neste sentido, a pesquisa contribui para endossar as pesquisas que a historiografia vem desenvolvendo sobre e a partir do jornal *O Exemplo*, com trabalhos que vêm apresentando uma pluralidade de temáticas como: associativismo, irmandades, educação, trabalho, racialização e trajetórias. Demonstrando o potencial de temáticas de pesquisa que o periódico proporciona sobretudo aos estudos direcionados para o pós-abolição⁵.

⁵ Dentre os trabalhos que se referem as temáticas apontadas anteriormente, destacam-se os trabalhos pioneiros de CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. São Paulo: Difusão, 1977 e MÜLLER, Liane Susan. **As contas do meu rosário são balas de artilharia: irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre (1889-1920)**. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999. Para o século XXI, destacam-se as seguintes pesquisas: PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura à tinta preta: a imprensa negra no século XIX (1833-1899)**. 197 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2006; ZUBARAN, Maria Angélica; VIEIRA, Diogo de Moraes. A produção da identidade afro-brasileira no pós-abolição. **Revista de Iniciação Científica da ULBRA**, v. n. 5, p. 145-156, 2006; A autora ainda apresenta as seguintes produções (ZUBARAN, 2008; 2015; 2016; 2018 e 2019). SANTOS, José Antônio dos. **Prisioneiros da História: Trajetórias Intelectuais na Imprensa Negra Meridional**. 2011. 281 f. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011; XAVIER, Regina Célia Lima. Raça, classe e cor: debates em torno da construção de identidades no Rio Grande do Sul no pós-abolição. In: FORTES, Alexandre et al. (Orgs.). **Cruzando Fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho**. 1ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 103-131; BOHRER, Felipe Rodrigues. **A música na cadência da história: raça, classe e cultura em Porto Alegre no pós-abolição**. 234f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014; ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. **Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre (1884-1918)**. 312 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014; SANTOS, Isabel Silveira dos. **Cultura teatral afrodescendente: identidades e pedagogias culturais no teatro do Rio Grande**

Embora a presente pesquisa abarque as áreas apontadas pelos autores citados acima, o trabalho da historiadora Melina Kleinert Perussatto (2018), mostra-se essencial para o desenvolvimento deste estudo. Além de analisar o papel da imprensa nos aspectos educacionais e das demandas políticas que seus membros estavam envolvidos, a autora chama atenção para o estudo de trajetórias. Neste sentido buscamos dar sequência no direcionamento proposto por Perussatto (2018, p. 45), que reforça em seu estudo a importância de analisar os sujeitos por trás do jornal, mapear suas trajetórias, experiências sociais e os canais de sociabilidade que dispunham. “A esse despeito, ainda não se registrou um estudo debruçado sobre as trajetórias dos fundadores, suas relações e experiências para além do periódico”. Diferente do recorte analisado por Perussatto, que compreende as primeiras fases do jornal, proponho aqui realizar o empreendimento referido pela autora tendo como foco os anos que se referem a última fase do jornal.

O propósito inicial desta pesquisa estava centrado em mapear as famílias ligadas ao periódico durante esse período, e acabamos optando então por dar continuidade aos estudos que vínhamos fazendo sobre os Baptista da Silva, devido as pesquisas e dados já levantados.

Estes dados suscitaram novos questionamentos no sentido de complexificar a formação da família Baptista da Silva. A presença africana através de Livia e como se deu a condição de João enquanto escravizado da família Araújo? Quais os outros indivíduos envolvidos nas relações familiares? Como a família foi se estruturando durante

do Sul. 182 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015; OLIVEIRA, Ângela Pereira. **A racialização nas entrelinhas da imprensa negra**: o caso O Exemplo e A Alvorada (1920-1935). 144 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017; BAHIA, Cristina Camaratta Lins. **Aprendendo a ser negro(a)**: representações sobre educação/instrução e pedagogias culturais no jornal O Exemplo (1892-1910). 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2017; MEIRELES, Lisandra Castilhos. **Imprensa Negra do Rio Grande do Sul**: uma análise da primeira fase do jornal O Exemplo (1892-1897). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018; PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Arautos da liberdade**: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c.1892 - c. 1911). 344 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018; SOUZA, Ricardo Costa de. **Instrução e circulação da palavra escrita**: o caso do jornal O Exemplo (1892-1930). Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Recentemente ainda temos a dissertação em andamento da historiadora Liana Severo Ribeiro, que contempla as análises sobre raça, classe e nacionalidade entre os anos de 1910 e 1919 a partir do jornal *O Exemplo*.

a metade do século XIX e primeiras décadas do século XX? E como a trajetória da família está presente nas vivências de seus descendentes na atualidade? São alguns dos questionamentos que perpassarão o desenvolvimento desta dissertação. Destaco que estas questões estão envoltas pela problemática que recai sobre qual a importância dos laços familiares na inserção social dos sujeitos negros antes e após a abolição? Em relação ao recorte temporal, adotaremos o marco cronológico correspondente ao período de c. 1849 ao tempo presente. Embora apresente-se como um recorte alongado, a utilização desta marcação é passível de explicação. A data de 1849 diz respeito a documentação mais remota que possuímos referente a família Baptista da Silva, e diz respeito ao registro de batismo de Lívia, apresentando-se assim como uma fonte importante para estruturar as origens da família. A ampliação até o tempo presente, não significa que iremos realizar um empreendimento de acompanhar a trajetória da família, a partir da Lívia até sua descendência na contemporaneidade, mas, utilizaremos a memória e oralidade de seu trisneto sr. Claudio Batista de Souza, bem como seu acervo, e as percepções e significações que a experiência de seus antepassados repercute em sua trajetória. Desta forma, o recorte escolhido serve como balizador temporal para situarmos as análises e flutuações que serão realizadas ao longo desta dissertação.

Neste sentido, situo a análise aqui proposta dentro dos estudos sobre o pós-abolição, visto que a pesquisa se inicia pelo mapeamento da família a partir do jornal *O Exemplo*, num contexto ligado às demandas de nacionalidade e modernização, que estiveram nas pautas de discussão durante as primeiras décadas do século XX. Além de apontar para o fato dos estudos sobre trajetórias e imprensa estarem inseridos dentro dos eixos temáticos pertinentes ao campo⁶.

Os historiadores Flávio Gomes e Petrônio Domingues (2011) enfatizaram em diversas de suas obras e estudos análises referentes ao pós-abolição, sempre pontuando os desafios a serem encarados pelos historiadores. Dentre as dificuldades, destacam que não devemos inferir no erro de buscar definir o campo, nem o situar num recorte temporal fixo. Neste sentido, compreendo que o olhar do historiador não deve se direcionar para o pós-abolição como algo pronto cronologicamente, mas centrar acima de tudo nas relações e ações da população negra nas mais diversas frentes de sociabilidade. Reproduzo abaixo

⁶ Na conferência de abertura do Simpósio Questões para História Negra do Rio Grande do Sul, ocorrido em novembro de 2018, o historiador Petrônio Domingues, ao realizar uma fala sobre a História negra no Brasil destacou o pós-abolição como um dos marcos da historiografia e os eixos temáticos que compreende. Na fala o historiador destacou como eixos temáticos a imprensa, trajetórias e o associativismo.

as palavras dos autores, que nos permitem termos uma noção das particularidades que cercam o pós-abolição:

O que significou o pós-abolição no Brasil? Muita coisa em diversas faces e fases. Foi um período de longa duração, abrangendo desde a propaganda abolicionista (e operária, vertente pouco conhecida) em cidades como Rio de Janeiro, Santos, São Paulo, Porto Alegre e Salvador dos anos 1880 até os movimentos sociais de luta antirracista na época da redemocratização, cerca de uma centúria depois. Histórias diversas envolvendo biografias e instituições. Era de incertezas, expectativas, esperanças, recordações, lutas, desilusões, avanços e recuos (GOMES; DOMINGUES, 2011, p. 11).

No sentido da longa duração apontado pelos autores, entendo o pós-abolição em diálogo aberto com a escravidão, ainda mais se tratando de um estudo de trajetória como é o caso desta pesquisa, tornando-se possível mapear o percurso percorrido pela família do cativo à liberdade, bem como suas transformações durante este processo. Como afirmaram Ana Rios e Hebe Mattos (2004, p. 172) “o campo aberto para os estudos do pós-abolição passou assim a incluir variáveis e preocupações múltiplas. Incluiu também a recontextualização de conceitos como cidadania e liberdade e seus possíveis significados para os diversos atores sociais”. As autoras enfatizam que os estudos sobre o pós-abolição estavam mais centrados em análises socioculturais e que em relação à escravidão, as pesquisas giravam mais em torno de dados econômicos e demográficos.

O fato de a historiografia do trabalho pouco destacar a presença do negro como trabalhador nos séculos XIX e XX, fez com que pesquisadores ligados a escravidão e o pós-abolição passassem a visibilizar estes sujeitos históricos que até então haviam sido substituídos - na visão historiográfica - pela mão-de-obra imigrante. Estas análises foram problematizadas por Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira⁷ definidas como “muro de Berlim historiográfico”, termo que explicava a separação do trabalho escravo e trabalho livre, invisibilizando o negro enquanto trabalhador no pós-abolição.

Os primeiros estudos que buscaram pensar o negro em relação à situação social após a proclamação da lei de 1888, foram trabalhos da década de 1960 e 1970 produzidos pela “Escola Paulista de Sociologia”. Autores como Florestan Fernandes (1965), Fernando Henrique Cardoso (1977) e Otávio Ianni (1978) entendiam a violência, a falta de organização e a promiscuidade generalizada da vida em cativo, como responsáveis pelo conseqüente desajustamento e anomia social dos negros no pós-abolição. Nesse

⁷ Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva. “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”, **Cadernos AEL**, Campinas, v. 14, n. 26. 2009.

sentido, uma das características dessa anomia, era a incapacidade de os negros formarem famílias estáveis como decorrência do legado das experiências em cativo. A situação do negro no pós-escravidão seria uma herança da escravidão.

Neste ponto, os estudos de Ana Lugão Rios e Hebe Mattos, iniciados no final da década de 1980, foram importantes para demonstrar a presença da família escrava e seus desdobramentos na vida em liberdade. Os estudos de Rios e Mattos, contribuíram para abrir caminho nas pesquisas sobre famílias negras durante o cativo, assim como a utilização da memória de seus descendentes no pós-abolição. Nas palavras das autoras,

Nossa pesquisa buscou conhecer um pouco sobre a vida desses últimos cativos, de seus filhos e netos, nestes anos cruciais, sobre sua forma de produzir, morar, viver em família, suas regras de comportamento e suas possibilidades de realizar a vida em liberdade (MATTOS; RIOS, 2005, p. 31)

Neste sentido, o pós-abolição apresentou-se como um campo de pesquisa que possibilitou tensionar as visões das experiências negras em liberdade, dialogando com novas fontes, metodologias e objetos de pesquisa que buscam evidenciar cada vez mais o protagonismo desses sujeitos.

O historiador Petrônio Domingues (2011) no artigo intitulado *Um desejo infinito de vencer: o protagonismo negro no pós-abolição*, busca apresentar uma análise do protagonismo negro afro-catarinense destacando artigos, dissertações e teses que se debruçaram sobre a questão no objetivo de ampliar os estudos sobre o pós-abolição. O autor aponta trabalhos que versam a respeito de alguns eixos temáticos (associativismo, trajetórias, gênero e imprensa) que pautam as discussões contemporâneas sobre o pós-abolição no sentido de evidenciar a heterogeneidade da agência afro-catarinense. Nas palavras de Domingues:

Para estudar o negro no pós-abolição, recomenda-se, igualmente, desconsiderar as abordagens essencialistas das identidades e culturas negras. Em vez de fixas, naturalizadas e congeladas, as identidades e culturas dos indivíduos são construções dinâmicas, relacionais, fluidas e concatenadas em cada situação específica (DOMINGUES, 2011, p. 132).

É na esteira das análises propostas por Domingues que compreendo o pós-abolição, sobretudo em relação ao potencial de pesquisa que o protagonismo negro apresenta, contribuindo cada vez mais para complexificar e pluralizar as identidades negras.

Desta forma, um estudo minucioso e heterogêneo sobre a presença negra neste período, permite evidenciar formas de sociabilidades individuais e coletivas que

caracterizaram a sociedade brasileira do pós-abolição. Com isso, compreendo que a presente pesquisa irá contribuir para complexificar e tensionar os estudos sobre o pós-abolição a partir do estudo de trajetórias familiares que atravessem as marcações temporais e sociais envolvendo escravidão e liberdade. Demonstrando assim a fronteiras fluídas entre os dois campos de estudos, sobre tudo a partir dos sujeitos que se observa, fato que evidenciaremos nas trajetórias perscrutados ao longo desse trabalho. Neste sentido, a estrutura da dissertação busca contemplar essas prerrogativas, inserir o leitor a partir de uma etapa em que o protagonismo e o prestígio social da família eram elevados, apresenta-se como uma forma de positivar essa trajetória familiar, para depois recuarmos ao período da escravização. O que também evidencia uma inflexão de pensar a escravidão a partir do pós-abolição.

Uma das questões que contribuem para problematizarmos essas análises, é justamente pensar as relações da família Baptista da Silva, não remete apenas as suas trajetórias enquanto família, mas sim dentro das redes de sociabilidades que estavam inseridas, tanto nos contatos com sujeitos negros e brancos, buscando compreender como estes contatos perpassavam suas identidades sociais. Neste sentido a percepção dessas relações por meio da racialização se faz importante nesta pesquisa.

O uso do conceito racialização sob uma perspectiva histórica, foi introduzido pela historiadora Wlamyra de Albuquerque em sua tese de doutorado⁸, que posteriormente foi transformada no livro *O Jogo da Dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil* (2009). Nesta obra, busca pensar as relações raciais durante as últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, pontuando a raça como central para a construção social das identidades e conseqüentemente das relações, na qual evidenciam-se processos de hierarquização e criação de laços coletivos e afetivos. Desta forma, Albuquerque (2009, p. 292) enfatiza que “enquanto raça soa como ideia elaborada em circuitos científicos, racializar dizia respeito a concepções postas em movimento no dia a dia”⁹. As contribuições de Wlamyra Albuquerque foram ampliadas e tensionadas na mesma perspectiva pelo historiador Marcus Vinicius de Freitas Rosa (2014) em sua tese de doutorado ao discorrer sobre uma história social do racismo em Porto Alegre no pós-

⁸ ALBUQUERQUE, Wlamyra. **A exaltação das diferenças:** racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900). 250 f. Teses (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

⁹Essa e outras análises referentes ao livro, foram sumarizadas pela autora no artigo: ALBUQUERQUE, Wlamyra. “Réplica – O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil”, **Revista Perseu**, ano 5, n. 7, p. 288-297, 2011.

abolição, chamando a atenção para o estudo das relações entre negros e brancos provenientes das camadas subalternas.

O autor destaca como a racialização era construída e operada entre os agentes e os espaços em que se encontravam. Tomando a imprensa como um dos eixos de sua análise, Rosa aponta as percepções dos redatores do jornal *O Exemplo* ao identificarem as diferenças de representação racial na imprensa de modo geral. Com base no que havia sido dito pelos articulistas, o autor salienta que:

Ao analisar as notícias publicadas nos jornais porto-alegrenses, o mesmo redator reclamou ainda do fato de que, quando um criminoso é negro, “se vê um crioulo”; porém, quando são brancos, surgem como “ladroes incolores”. A pele branca não era criminalizada. Ou seja, os próprios contemporâneos percebiam a disparidade das referências e dos significados atribuídos a negros e brancos (ROSA, 2014, p. 131).

O autor faz sua análise pautando as relações de desigualdade e preconceito existentes entre brancos e negros de diferentes estratos sociais, mapeando os locais de trabalho, moradia e sociabilidade que proporcionavam estas interações que tinham como tônica as tensões e disputas pautadas na cor.

Fernanda Oliveira da Silva (2017) também se utiliza do conceito de racialização em sua tese de doutorado sobre os clubes negros na região fronteira entre Brasil e Uruguai durante o pós-abolição. Ao pensar os clubes negros relacionados com a imprensa Fernanda Oliveira da Silva (2017, p. 105) destaca estas duas formas de associativismo negro como “a centralidade da sociabilidade negra no pós-abolição”, pois possibilitam pensar o cotidiano dos sujeitos e sua heterogeneidade. A autora situa a racialização no prisma da construção das identidades negras através dos clubes em espaços geográficos povoados por uma população branca:

Parto da hipótese de que a criação de clubes, em uma região de maioria branca, enuncia sobre o entendimento desses como espaços de lutas políticas que informam sobre cidadania, tendo por base, por um lado, uma ideia de raça e, por outro, valores sociais compartilhados que condicionaram a formação de uma identidade negra positiva (SILVA, 2017, p. 21).

Tanto Rosa como Silva, dialogam com a racialização pautada na conotação hierárquica existente entre negros e brancos no pós-abolição, da qual estruturou-se relações de inferioridade e superioridade norteadas pela raça.

A utilização da racialização nesta pesquisa será abordada no aspecto de perceber as relações da família entre os espaços “brancos” e “negros”, enfatizando assim, o caráter

relacional na construção de identidade. Ressaltando que nas análises referentes ao pós-abolição, a situação social dos Baptista da Silva, pode ser compreendida como sujeitos que não se encontravam em situação excludente ou à margem da sociedade em termos de sociabilidade. Além das conexões com o jornal *O Exemplo*, a rede de sociabilidade da família estendiam-se a outros espaços, como a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional. Nesses espaços, estabeleceram-se contatos com pessoas de diferentes tons de epidermes e condição social, que por sua vez, acabavam por influenciar e reformular o contexto do pós-abolição que experienciaram.

Na busca de intrinsecar a trajetória de uma família negra a partir do contexto e das redes nas quais se inseria e ajudava a formatar, oriento-me pelos pressupostos apontados pelo historiador Giovanni Levi, ao atentar para os estudos biográficos em sua percepção coletiva. Levi (1996, p. 175) infere que “a biografia não é nesse caso, a de uma pessoa singular e sim a de um indivíduo que concentra todas as características de um grupo”. Ao pensar a família e sua relação com o jornal *O Exemplo* essa assertiva pode ser cabível, visto que, ao percebermos a rede de sociabilidade que possuíam em conjunto, evidenciam-se trajetórias semelhantes entrecruzadas pelos espaços que compartilhavam.

Também na obra *A herança Imaterial*, Levi (2000) faz um alerta para os cuidados que o historiador deve ter ao lançar-se nesses estudos coletivos. Segundo Levi (2000, p. 89) “qualquer pesquisa prosopográfica sobre uma pequena população, deve desistir da ideia de totalidade e não pode acompanhar seus atores para além da quantidade mais condensada dos documentos”. A impossibilidade de abarcar a totalidade da vida de um indivíduo encontra-se envolvida pelas lacunas biográficas que muitas vezes as fontes, ou a ausência destas nos condicionam.

Neste aspecto, as contribuições de Sabina Loriga (2011) apresentam-se de grande valia no que tange a utilização do recurso literário para preencher as lacunas biográficas na escrita do pesquisador. Na obra *O pequeno x: da biografia à história*, a autora defende que a biografia dever ser explorada em toda a heterogeneidade que possui e não como um gênero singular e padronizado:

Por isso, em vez de formular regras gerais sobre um gênero de escritura particularmente volúvel, parece-me mais fecundo meditar sobre essa fronteira fluida que separa a biografia da história e da literatura, e analisar as proibições, os abalos, as incursões recíprocas que a transpõem [...] (LORIGA, 2011, p. 19).

Esta concepção de uma percepção mais fluida da análise biográfica proporciona ao pesquisador, analisar o indivíduo biografado através de um leque de ações que até

então não figuravam como “feitos notáveis”. Benito Bisso Schmidt (2000), seguiu esta linha de enfoque em sua pesquisa sobre a trajetória do militante operário Antônio Guedes Coutinho¹⁰. Além de abordar sua militância, o autor também apresenta as relações pessoais de Coutinho, permeando seus laços familiares e a vida cotidiana de modo geral. Para Benito, “o cotidiano é a vida de todos os dias, dos gestos, ritos e ritmos repetidos diariamente. Seu espaço é o do automático, da rotina, do instintivo, do familiar, do conhecido” (SCHMIDT, 2000, p.23). O autor seleciona o cotidiano, por este apresentar a sociabilidade do sujeito de maneira mais plural. Em recente estudo, Schmidt (2013, p. 68) afirma que “na historiografia contemporânea as biografias servem justamente como via de investigação dos espaços de liberdade possíveis aos agentes sociais em diferentes contextos”.

As análises biográficas contribuem para pensar os sujeitos da família ao perscrutar fragmentos de suas vidas, porém seguirei a partir daqui um entendimento voltado para o estudo de trajetórias. Neste sentido, procurarei dialogar com trabalhos que se aproximam do tema desta pesquisa, analisando quando possível estudos que corroboram para pensarmos trajetórias e relações familiares escravizadas, no sentido de demonstrar em que parâmetros esta pesquisa irá se estruturar.

Destaca-se inicialmente o pioneirismo de Ana Lugão Rios sobre os estudos de família escrava no Brasil, ao defender sua dissertação de mestrado em 1990¹¹. A autora buscou apontar a presença de famílias escravas na zona rural do Rio de Janeiro e a continuidade desses laços familiares durante o pós-abolição. Porém a falta de informações nos registros referentes a cor, impediu que a autora acompanhasse o desenvolvimento dessas famílias, limitando-se a primeira década do pós-abolição. A centralidade deste estudo, assim como outros trabalhos da autora, pontua a relação da família com a terra e como a mobilidade é interpretada nessa conjuntura. Esta análise abriu espaço para outros trabalhos que deram segmento e ampliaram os estudos apontados por Lugão¹².

¹⁰ A trajetória de Antonio Guedes Coutinho, foi tema de sua dissertação de mestrado defendida pelo autor em 1996 na qual resultou a publicação do livro: **Um socialista no Rio Grande do Sul**: Antonio Guedes Coutinho (1868-1945). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

¹¹ Os estudos de Genovese e Gutman na década de 1980 sobre a família escrava norte-americana inovaram na historiografia ao pensar a existência das famílias escrava norte-americanas e o seu papel como instrumento de sobrevivência a escravidão. Ambos apresentaram visões diferentes em relação a autonomia da família escrava. Genovese enfatizou a família escrava sob a ótica dos senhores, partindo de uma organização com base no paternalismo. Já Gutman, entendia que as famílias cativas configuravam uma cultura autônoma à dos senhores, destacando práticas culturais próprias como transmissão de culturas e pertencimento através de redes de compadrio e práticas de nomeação dos antepassados (PETIZ, 2009).

¹² Ainda na década de 1990 destacam-se três trabalhos clássicos que abordam o tema da família escrava no Brasil. São eles: FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**: famílias escravas e

Pensar a família escravizada de modo geral no Brasil requer um constante diálogo com o contexto e as diversidades de arranjos que compreendem relações entre escravizados, libertos e senhores. Desta maneira, o estudo de uma trajetória familiar (um caso específico) pode contribuir para identificar de forma mais palpável as circunstâncias ligadas à escravidão, a liberdade (e seus significados) e a cidadania em que estes sujeitos estavam envolvidos.

Nesta linha alguns trabalhos vêm conseguindo inferir sobre esses pontos como o historiador Rodrigo de Azevedo Weimer (2013) em sua tese intitulada *A gente de Felisberta: Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c. 1847 – tempo presente)*. Apresenta-se como um estudo de grande relevância para esta pesquisa. O autor se utiliza de uma abordagem geracional para demonstrar como os descendentes de Felisberta e Manoel Inácio operaram as memórias da escravidão e do pós-abolição no meio rural e de que maneira estas relações pautaram suas identidades sociais e racializadas. Além de apontar para a especificidade em torno da condição de escravizados do casal originário daquele grupo familiar. Estas e outras discussões propostas por Weimer servirão como aporte para endossar esta pesquisa.

As noções em torno da complexidade e possibilidade de diferentes arranjos familiares durante e após o término da escravidão, vêm caracterizando os estudos que trabalham trajetórias individuais e coletivas de afrodescendentes, contribuindo para ampliar nossa percepção das experiências dos sujeitos pesquisados, conjecturando suas identidades e subjetividades de acordo com o espaço e contexto que se encontravam.

Nesta confluência de ações encontram-se grande parte dos estudos sobre trajetórias de afrodescendentes que experienciaram o final do século XIX e a virada para o século XX (Moreira, 2011; Loner, 2011; Gomes, 2014; Woodard, 2014; Godoi, 2016). Somado a estas análises, Ana Flávia Magalhães Pinto (2018, p. 272), em recente estudo, sobre Vicente de Souza, destaca tratar-se de um indivíduo “polivalente, nascido livre e “pardo” em 1852, que não só se destacou em todas as frentes de ação e cenários políticos

tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1997. MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio:** os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. SLENES, Robert Wayne. **Na senzala uma flor:** esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

em que esteve dos anos 1870 aos 1900, como também evidenciou as continuidades e rupturas das lutas por liberdade e cidadania no período”. Percebe-se a heterogeneidade destes sujeitos e a percepção que detinham sobre o contexto em que estavam situados, entrecruzados pelas experiências da escravidão e da liberdade.

Uma perspectiva sobre as relações de liberdade e escravidão presentes na trajetória de sujeitos negros, pode ser evidenciada no estudo de Franciele Oliveira (2017). Em sua dissertação de mestrado, a autora busca analisar o pós-abolição na cidade de Santa Maria, a partir da trajetória do casal José e Innocência e a geração de seus filhos. Sobre o enlace do casal, Oliveira (2017, p. 138) destaca as peculiaridades envolvidas em torno dos indivíduos, onde ressalta a condição de Innocência que “nascida de Ventre-Livre, casou-se com José, um homem que vivenciou a experiência do cativo, nas perspectivas que evocam a construção de famílias e demais laços negros”.

Este dado suscita-nos a pensar que devido as diferentes experiências vivenciadas pelo casal, sua concepção de liberdade era divergente e este fator apresenta-se como um marcador interessante para avaliar os projetos coletivos de famílias no pós-abolição. Relacionando as particularidades em relação aos significados de liberdade e nas ações voltadas para a ascensão social.

Esta tônica de análise pode ser empreendida para o caso da família Baptista da Silva ao identificar um projeto familiar que se inicia em 1880 com o casamento de João e Francisca, ambos sob a condição jurídica de livres e que estariam voltados para solidificar laços na vida após escravidão. Desta forma, o projeto familiar visava a preparação de uma estrutura e estabilidade pensando a geração de filhos, o que se evidenciou por meio da educação e do trabalho, onde as proximidades com a escravidão já estariam mais distantes.

Neste mesmo sentido, porém em nível mais amplo no campo dos estudos sobre trajetórias, Rebecca Scott e Jean Hébrard (2014) lançaram-se ao empreendimento de trabalhar como uma trajetória familiar, a qual caracterizaram como um estudo de “micro-história em movimento”. O livro *Provas de Liberdades* acompanha a saga da família Tichant/Vicent, e as tentativas de cada geração de usar o poder e a legitimidade dos documentos para assegurar a liberdade e o respeito em meio aos contextos históricos que tensionavam a condição adquirida. Além de apresentar a mobilidade como fator que conduz a narrativa sobre a trajetória da família.

O projeto familiar da segunda geração da família centra-se na mudança dos EUA para a França, com o objetivo de proporcionar uma formação educacional para os filhos.

Segundo Scott & Hébrard (2014, p.113) “as perspectivas para seus próprios filhos, no entanto, foram prejudicadas pelo escrutínio hostil imposto às poucas escolas que aceitavam crianças de cor, combinado com a falta de educação secundária (colégios) disponível para essas crianças em Nova Orleans”. No caso da família Tinchant, o passado escravo estava presente na memória e principalmente na documentação da família e acabava sendo acionado mediante as situações e contextos em que eram confrontados.

Em relação a família Baptista da Silva, esta presença da escravidão na 2ª geração da família se dá de maneira oposta ao caso apontado acima. No casamento de João e Francisca, percebe-se a não-utilização do registro do batismo de João, visto que o documento apontaria para os seus laços com a escravidão por parte de sua mãe Livia e a sua própria condição enquanto escravizado. Estas ações propiciam conjecturarmos sobre as motivações e desejos envolvidos nestas escolhas, lembrando tratar-se de um contexto de escravidão e que o casamento correspondia a uma estratégia de inserção e mobilidade social.

As questões lançadas aqui sobre trajetórias e famílias escravizadas compreendem aspectos de análise geral e particular destas áreas temáticas, mas que dialogam e corroboram para entender sob que sentido a trajetória da família Baptista da Silva se desenvolveu. Problematizando as relações e laços estabelecidos durante a escravidão, bem como as articulações e estratégias evidenciadas durante as primeiras décadas da República. Com isso, o objetivo geral deste estudo busca analisar a trajetória da família Baptista da Silva, discutindo o papel da família como uma estratégia de sociabilidade. Em torno deste objetivo central apresentam-se alguns questionamentos e proposições que norteiam esta pesquisa como: complexificar os laços familiares durante o contexto escravista e seus desdobramentos no pós-abolição; identificar as famílias negras que estavam ligadas ao jornal *O Exemplo* e as articulações sociais que desenvolveram; e apresentar de que maneira o passado familiar está presente na memória e identidade do senhor Claudio Batista de Souza.

Em termos teórico-metodológicos entende-se necessário o diálogo com a micro-história sob o aspecto da microanálise permitindo trazer para a discussão a complexidade dos sujeitos e os seus contextos. Conforme Giovanni Levi (2016, p. 27) “a micro-história não isola o fato observado do contexto geral, mas busca, em um exame rigoroso de um caso singular, as perguntas fundamentais que permitam uma reconstrução da realidade sempre parcial, mas não por isso livre de um fragmento importante de verdade”. Neste aspecto, ao reduzir a escala de observação para a família Baptista da Silva, estamos em

constante diálogo com os processos macro em que a família estava inserida. Além da passagem da escravidão para a liberdade, o advento da República demonstrou-se como um divisor nos caminhos e posicionamentos da família, sobretudo durante as primeiras décadas devido à relação política com o Partido Republicano Rio-grandense.

Utilizaremos o método onomástico cunhado pelo historiador Carlo Ginzburg (1989), o qual adota o nome como “fio condutor”, contribuindo para caracterizar uma história social. Na presente dissertação, a busca nominal apresenta-se como principal guia para mapear os indivíduos, e a partir deles evidenciar outras experiências e trajetórias. Por meio do nome de João Baptista da Silva, por exemplo, é possível acessar outras trajetórias e possibilidades de pesquisa que extrapolam o foco deste estudo.

As questões ligadas a memória, acervos privados e história oral serão pensadas aqui de forma conjunta por estarem interligadas através da figura do descendente sr. Claudio Batista de Souza.

O conceito de memória utilizado nesta pesquisa segue os pressupostos apontados por Michael Pollak (1992) ao discorrer sobre a constituição de uma “memória herdada”, por parte de indivíduos que incorporam a sua identidade acontecimentos dos quais não vivenciaram. Nesta linha, busca-se demonstrar como se deu a constituição da identidade familiar na atualidade, onde o passado não remete apenas a recordação, mas se mostra atuante em produzir sentidos a vivência de seus descendentes. Na mesma linha para perceber os caminhos da memória, o estudo de Hebe Mattos (2005) endossa as relações de pertencimento em torno da identidade negra e a transmissão da memória através da oralidade.

Atentando para a maneira com que esta memória é acionada, entra em cena o papel dos objetos de memória que compõem o acervo particular do sr. Cláudio. É por meio dos objetos e documentos que as recordações ganham forma no conjunto desta memória, e iremos compreendê-lo como um guardião destes objetos e um mediador entre o passado e presente, apresentando-se como um narrador privilegiado (GOMES, 1996).

Sobre os acervos privados, a pesquisa buscará explorar o potencial destes espaços como depositórios de uma memória negra e a carga afetiva e identitária que os documentos e objetos transmitem. Como bem definiu Luciana Heymann (2009, p. 41) “o acesso a estes documentos tem a força de simular o transporte no tempo, a imersão na experiência vivida, de forma direta, sem mediações”. Dentro deste contexto insere-se a relação do sr. Claudio com a documentação e os objetos que pertenceram aos seus ancestrais e que hoje estão sob sua guarda.

Ao enfatizar as características dos arquivos privados, Priscila Fraiz (1998, p. 62) destaca que “uma característica essencial dos arquivos pessoais reside na preponderância do valor informativo de seus documentos, isto é, seu valor de uso para fins históricos”. Neste sentido, além dos objetos representarem uma forma de recordar o passado familiar também contribuem para preencher as lacunas que muitas vezes as fontes e a historiografia não comportam sobre determinados grupos sociais.

Angela de Castro Gomes (1998) atenta para essas questões ao discorrer sobre os documentos pessoais e sua potencialidade na pesquisa histórica:

[...] as novas tendências historiográficas têm buscado crescentemente dar vida à história: dar cor e sangue aos acontecimentos, que não "acontecem" naturalmente, mas são produzidos por homens reais, quer das elites, quer do povo. Nesse sentido, os documentos pessoais permitem uma espécie de contato muito próximo com os sujeitos da história que pesquisamos (GOMES, 1998, p. 126).

A autora segue enfatizando as sensibilidades e sentimentos que os documentos proporcionam, para nos sentirmos “íntimos” dos sujeitos pesquisados. Os objetos que farão parte desta pesquisa apresentam as características citadas e servirão como comparativo para perceber a identidade destes sujeitos em relação a que nos é apresentada pelo jornal *O Exemplo*.

Os objetos de memória contidos nos acervos particulares, podem ser entendidos como “lugares de memória” na definição de Pierre Nora (1993) e por meio da fotografia e outros documentos pessoais entende-se como forma de visibilizar as identidades e corpos negros que não figuraram as páginas da história.

Como prova de que o caso da família Baptista da Silva não é exclusivo, apresento como exemplo e a título de curiosidade estes mesmos pontos evidenciados no caso de Diógenes Baptista. Não se trata de um membro da família em questão, mas sim de um dos colaboradores d’*O Exemplo*, que além de poeta e funcionário dos Correios, também exerceu a profissão de médico. Pesquisando sua trajetória como médico, acabei encontrando sua neta que para minha surpresa também mantém um acervo fotográfico e documental sobre a trajetória do avô. O que nos demonstra o potencial em pesquisa destes acervos particulares de famílias negras.

A metodologia desta pesquisa também perpassa pela história oral, através das entrevistas realizadas com o sr. Claudio Batista de Souza. Iremos aproveitar entrevistas realizadas em 2017 da época do TCC, as quais contém informações que possibilitaram

evidenciar novas problemáticas acerca da pesquisa. Além de novas entrevistas que foram realizadas ao longo do desenvolvimento desta dissertação.

No clássico *A voz do Passado*, o historiador Paul Thompson (1992) busca demonstrar como a história oral está presente no estudo da história muito antes de ser enquadrada como método histórico, e destaca a disseminação do conhecimento e da história através da oralidade no seu contato relacional entre os sujeitos. O autor pontua o uso de relatos orais, memórias e entrevistas como forma de obter informações para a realização de pesquisas.

Logo no início Thompson chama atenção para alguns estudos que se utilizaram da oralidade como fonte para suas pesquisas, e destaca o trabalho do autor Alex Haley na construção do livro *Raízes (Roots)*. A obra tem na sua centralidade a história oral, o autor pontua que a pesquisa de Haley embora tenha sido em grande parte documental, ganhou novos contornos a partir do momento em que o pesquisador viajou para Gâmbia em busca das origens do seu antepassado Kunta Kinte.

Ao encontrar o clã familiar Kinte, Haley foi levado ao *griot* da aldeia que contou toda a origem de formação do clã ao longo dos séculos, até chegar na linhagem da qual descendia sua família. De acordo com o autor:

No momento em que chegou aquele nível da família, o *griot* já havia falado provavelmente durante cinco horas. Havia parado talvez umas cinquenta vezes no decorrer da narrativa... E aí foi feita uma tradução como todas as demais, calmamente, e começava dizendo “Ao tempo em que chegaram os soldados do rei”. Essa era uma daquelas referências para marcar o tempo. Mais tarde, na Inglaterra, procurei ansiosamente descobrir, nos registros parlamentares britânicos sobre o que falava ele, porque eu tinha que ter a data do calendário. Mas naquele momento, no interior da África, o *griot* Kebba Kanga Fofana, o historiador oral, contava a história do modo como ela fora transmitida durante séculos, desde a época dos longínquos antepassados do clã Kinte. “Ao tempo em que chegaram os soldados do rei, o mais velho desses quatro filhos, Kunta saiu desta aldeia para cortar lenha e nunca mais foi visto” (HALEY, 1976 *apud* THOMPSON, 1992, p. 49).

A transmissão oral evidenciada no caso dos *griots* africanos remete a importância da manutenção da história do grupo, bem como desempenham um papel de genealogista – *historiadores* orais - em sua oralidade, relatando as redes familiares e seu desenvolvimento em torno do clã. Esta prática foi evidenciada na saga de Kunta Kinte nos EUA, onde a transmissão da identidade étnica e o conhecimento sobre os antepassados foram passados ao longo dos anos através da oralidade.

Esse aspecto demonstra que mesmo sob o julgo da escravidão e da imposição de uma nova forma de agir e pensar, em seu íntimo, homens e mulheres negras escravizadas

foram capazes de manter e transmitir suas lembranças e origens em África. Entendo essas questões como parte de um processo onde recriou-se identidades por meio da diáspora, mas não se apagou por completo os laços étnicos.

Hebe Mattos (2005) identificou esta influência da série *Raízes (Roots)*, entre os entrevistados que participaram do projeto *Memórias do Cativo* apresentando-se como uma referência recorrente na fala dos depoentes. A autora nos informa que:

Para responder às perguntas os entrevistados frequentemente recorreram a contos populares ou ao que uma vez aprenderam nos livros didáticos, na igreja ou nos sindicatos, bem como às informações veiculadas pelo cinema e pela televisão. Nesse processo, o seriado americano *Raízes (Roots)*, por exemplo, tornou-se referência recorrente das respostas dos informantes nas entrevistas paulistas (MATTOS, 2005, p. 43).

Mattos demonstra como elementos do tempo presente podem influenciar e instigar a memória dos entrevistados acerca de um passado comum. Com isso, atenta-se para pensar a relação do entrevistado com o contexto em que se encontra e a partir deste, as significações que formula em sua memória. Nesse sentido, Alessandro Portelli (1997, p. 33) destaca que “o realmente importante não é ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações”. No caso do sr. Cláudio, evidenciamos que o contexto atual das pesquisas acadêmicas e outras formas de divulgação da história e cultura afro-brasileira, tem motivado e despertado cada vez mais o interesse em inserir-se nesses debates através da trajetória familiar.

Acerca dos ganhos que a história oral proporciona à pesquisa histórica, Paul Thompson destaca que uma das vantagens da história oral está em contribuir para dar voz àqueles indivíduos ou grupos que não tiveram sua história registrada em documentos oficiais. Para Thompson (1992, p. 137) neste sentido “a evidência oral transformando os “objetos” de estudo em “sujeitos”, contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira”. Assim, o relato oral ajuda a preencher as lacunas presentes nas fontes tradicionais no que diz respeito ao papel de determinados agentes históricos.

O uso da história oral nesta pesquisa caminha neste sentido, buscando pensar os “objetos” de estudo mais como sujeitos, explorando as subjetividades e as relações afetivas dos indivíduos através das entrevistas realizadas com o sr. Claudio, que externa as memórias sobre seus antepassados. Dessa forma, somam-se as fontes escritas a parte mais vívida dos sujeitos pesquisados.

Em relação a entrevista, Paul Thompson apresenta algumas contribuições sobre os métodos e tipologias em relação a estrutura e desenvolvimento de uma entrevista. Na definição do autor, pode-se perceber as entrevistas que atendem ao modelo de questionários, com perguntas fechadas acabando assim por inibir o entrevistado e assim produzindo respostas sucintas sobre o assunto. E há também o modelo que se apresenta mais como uma “conversa”, onde o narrador, dono do testemunho encontram-se com mais liberdade para falar sobre o assunto (THOMPSON, 1992).

É preferível que se busque conciliar os dois métodos para que a entrevista possa ocorrer com fluidez, mas sem perder o propósito que a norteia. Compreendo aqui que as entrevistas-conversas realizadas com o sr. Claudio, transitam entre os dois modelos, pois muitas vezes iniciamos uma conversa, na qual sua esposa também é partícipe ativa, e que vai ganhando conotações de entrevista. Vale lembrar que na maioria das vezes são os objetos que norteiam a fala dos depoentes, fazendo com que este pesquisador pouco atue para instigar a memória sobre os aspectos da família.

Alessandro Portelli (1997) também apresenta análises pertinentes sobre a história oral e sua exemplificação nas entrevistas. O autor pontua que sumariamente a história oral apresenta certas peculiaridades como a condição de evidenciar mais os significados do que os eventos, compreendo explicitamente as subjetividades que a memória carrega. Ao retratar o potencial das entrevistas, Portelli (1997, p. 31) enfatiza que: “entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos”. Neste sentido, é possível ampliar o entendimento sobre a vida cotidiana dos sujeitos como complexificar questões referentes a processos macros.

Em uma das entrevistas realizadas com o sr. Claudio, foi possível perceber esses aspectos levantados por Portelli. Em sua fala sobre o local onde a família residiu, informou em certo ponto que *quando houve o cerco de Porto Alegre a casa também foi atingida pelo bombardeio e quando ela foi demolida encontraram as balas das canhoneiras Camocim e Marajó*.¹³ Na sequência do depoimento, relatou sobre *uma passagem dos escravos que ia até a Riachuelo*, que seria utilizado para que estes não circulassem pela casa. Neste trecho, percebemos o diálogo com aspectos desconhecidos sobre eventos conhecidos como o cerco ocorrido na Guerra Civil de 1893, como questões da vida privada dos sujeitos em torno de suas relações.

¹³ Entrevista realizada em 23 nov. 2017. Porto Alegre. Entrevistador: Vitor Costa.

Na relação que se dá entre entrevistador e entrevistado, Portelli, ressalta que ambos são partes importantes da estrutura narrativa e que no caso do historiador, esse pode desempenhar também o papel de informante. De acordo com o autor:

Junto à primeira pessoa do entrevistado se situa a primeira pessoa do historiador, sem o qual não haveria entrevista. Ambos os discursos, do informante e do historiador, são em forma narrativa, que raramente é o caso dos documentos de arquivo. Informantes são historiadores, de certo modo; e o historiador é, algumas vezes, uma parta da fonte (PORTELLI, 1997, p. 37-38).

Neste sentido, a história oral demonstra que, além do narrador, o historiador também pode fazer parte da história, no sentido de contribuir de certo modo para o discorrer da memória do informante. Essa perspectiva se deu nas primeiras conversas que realizei com o sr. Claudio, onde pude me tornar uma “fonte” ao fornecer dados sobre a trajetória de seu avô Felipe Baptista da Silva.

A historiadora Marieta de Moraes Ferreira (2002), em artigo sobre as relações entre a história oral e o tempo presente, apresenta as transformações e percepções inferidas entre as fontes orais e escritas ao longo da historiografia. Em determinado ponto, a autora afirma que podemos tomar como base duas linhas metodológicas para pensar a história oral. A primeira teria como objetivo utilizar-se da história oral para preencher as lacunas deixadas pelas fontes escritas. Já o segundo método aponta para a aproximação entre memória e história. Sobre o primeiro segmento, chamamos atenção para os pontos levantados pela autora:

Essa abordagem tem-se voltado tanto para os estudos das elites, das políticas públicas implementadas pelo Estado, como para a recuperação da trajetória dos grupos excluídos, cujas fontes são especialmente precárias. Na recuperação da história dos excluídos, os depoimentos orais podem servir não apenas a objetivos acadêmicos, como também constituir-se em instrumentos de construção de identidade e de transformação social (FERREIRA, 2002, p. 327).

Este estudo alinha-se com o primeiro método abordado por Ferreira, pelo fato de estarmos trabalhando com sujeitos que foram excluídos pela historiografia e que vem recebendo ênfase nas novas pesquisas. Além de contribuir para a ressignificação da identidade familiar na contemporaneidade por meio das descobertas e informações obtidas em outras fontes.

Em relação as fontes utilizadas, cabe salientar que se trata de uma pesquisa qualitativa que faz uso de múltiplas fontes, além da oralidade descrita acima, destacam-

se também o jornal de imprensa negra *O Exemplo*¹⁴ e o jornal republicano *A Federação*¹⁵. Além da utilização dos jornais, também destacamos o trabalho com fontes eclesiais (registros de batismo, casamento e óbito) localizadas no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre¹⁶, documentos variados do Arquivo Histórico da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre como termo de juramento de irmãos, registro de expostos, atas de assembleia geral entre outros. Ainda se somam às fontes, processos-crime, testamentos e inventários que estão sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Salientamos que a utilização das fontes fica perceptível na divisão dos capítulos, pois sua estrutura está intrinsecamente ligada as fontes que dispomos para estruturar a narrativa da família Baptista da Silva. Através das fontes, será possível imergir em contextos históricos distintos, com o objetivo de ampliar o entendimento sobre os sujeitos pesquisados. Destacamos também que a memória será abordada sempre que possível nos três capítulos da dissertação. A tônica que ficará evidente no decorrer da apresentação dos capítulos é a de uma história que foi sendo desvelada por meio dos indícios encontrados em diferentes fontes e recortes temporais distintos.

No primeiro capítulo, buscaremos apresentar a família Baptista da Silva, a partir das impressões encontradas no jornal *O Exemplo* sobretudo entre os anos de 1916 e 1930, período em que os homens da família estavam diretamente ligados ao periódico como membros. Busca-se demonstrar a representatividade social que esta família alcançou, percebendo suas relações e os espaços de sociabilidade que ocuparam na cidade de Porto Alegre no início do século XX. Discutir a presença da família no jornal também contribui para inferir sobre o pensamento e ideias desses sujeitos na imprensa. Para isso, entende-se o posicionamento do jornal em assuntos educacionais e políticos como forma de identificar com quais discursos estavam dialogando. Além do papel do jornal como um

¹⁴ O jornal *O Exemplo* (1892-1930) foi o primeiro periódico da imprensa negra sul-rio-grandense fundado em 12 de dezembro de 1892, na barbearia dos irmãos Calisto situada no nº247 da Rua dos Andradas. Entre os fundadores do jornal estavam nomes como o de: Arthur de Andrade, Marcílio F. da Costa Freitas Arthur Gama, os irmãos Sergio e Aurélio de Bittencourt Junior, Alfredo Candido de Souza, Camillo Laurindo, e os irmãos Espiridião e Florêncio Calisto. Estes homens buscavam dar visibilidade a questões pertinentes às disputas e demandas cotidianas que acompanhavam seus recortes políticos, sociais, partidários e raciais. O periódico manteve suas atividades entre os anos de 1892 a 1930 com algumas interrupções.

¹⁵ O jornal *A Federação* (1884-1937) foi um jornal porto-alegrense, sintetizado como o “órgão do partido republicano”, justamente por sua criação ter uma conotação política. Foi fundado por Júlio Prates de Castilhos e outros colegas do partido republicano, inicialmente o jornal dedicava-se a assuntos ligados a política do Estado e do país, além de publicar notícias policiais e alguns anúncios.

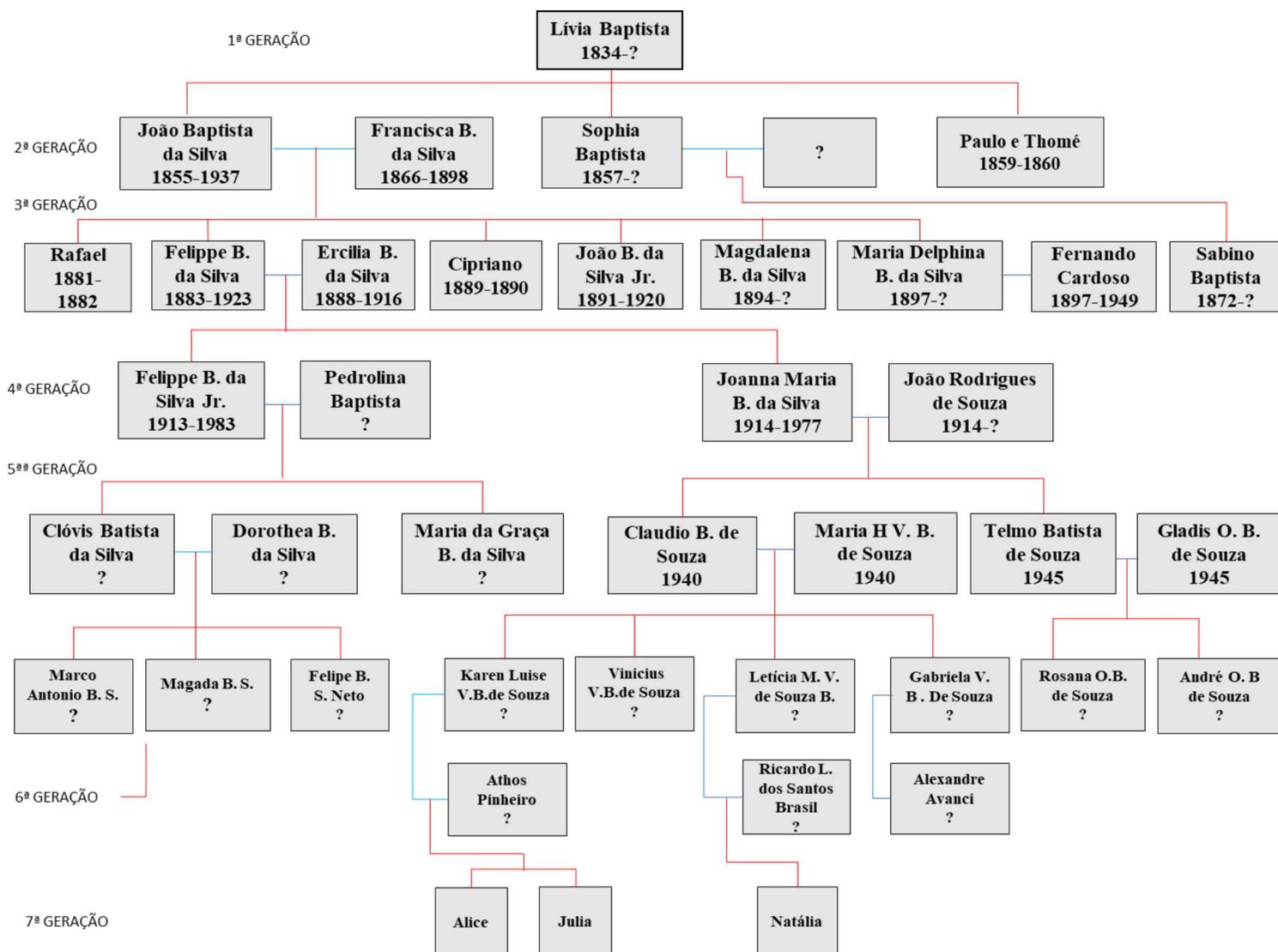
¹⁶ Embora as referidas fontes encontrem-se na Cúria Metropolitana, a grande maioria dos documentos utilizados foram acessados via a plataforma online *family search*, que concentra boa parte dos registros eclesiais de várias partes do mundo e que podem ser consultados e pesquisados de forma online.

espaço para promoção de debates de cunho social, enfatizaremos o caráter que o periódico desempenhava ao visibilizar as atividades e conquistas de seus iguais. O início de um curso superior e o ingresso no funcionalismo público eram ações destacadas nas páginas do jornal e contribuíam para afirmar uma identidade negra positiva. Estas iniciativas foram alcançadas pelos homens da família e celebradas nas páginas do semanário como vitórias coletivas da raça.

No segundo capítulo, pretendemos explorar as origens da família Baptista da Silva, e para isso, recorreremos a documentação eclesiástica referente a família, assim como inventários e testamentos relacionados a família senhorial Araújo. Nesse sentido, buscaremos ampliar as noções apresentadas no primeiro capítulo sobre a composição da família Baptista da Silva, analisando as redes familiares existentes durante o regime escravista. Desta forma, o grupo senhorial apresenta-se como uma chave de análise que nos permite mapear e investigar as relações entre os escravizados e sua situação social. No bojo dessas análises buscaremos dar atenção para as relações de compadrio e apadrinhamentos que a família Baptista da Silva formou com o intuito de perceber os laços horizontais e verticais que essas relações desempenharam em sua experiência durante a escravidão e nas primeiras décadas do pós-abolição.

O último capítulo, apresenta-se com o objetivo de concentrar as histórias descritas nos capítulos anteriores na figura do descendente da família sr. Claudio Batista de Souza. Demonstrando na apresentação de sua trajetória e experiências, como o legado das ações e o passado familiar foram constituintes e formadores de sua identidade. Para evidenciar esta questão, centraremos o foco na análise da memória que perpassou os três capítulos desta dissertação como fonte através da oralidade. Aqui além de trazeremos o aspecto da memória como fonte, sobretudo buscaremos apresentá-la também como objeto de estudo para entendermos como se deu a transmissão dessa oralidade familiar. O dito e o não dito que permeia a memória familiar, especialmente nas questões ligado a escravidão será problematizado no decorrer do capítulo. Aliado a memória, analisaremos os objetos que compõem seu acervo privado e que acionam a memória familiar, dimensionando a afetividade e presentificação da identidade familiar que perpetua na contemporaneidade.

Figura 1. Árvore Genealógica família Baptista da Silva



Fonte: Elaborada por Vitor Costa.

Capítulo 1 – Redes e espaços de sociabilidade de uma família negra no pós-abolição

No primeiro capítulo, buscaremos apresentar a família Baptista da Silva, a partir das impressões encontradas no jornal *O Exemplo* sobretudo entre os anos de 1916 e 1930, período em que os homens da família estavam diretamente ligados ao periódico como membros. Busca-se demonstrar a representatividade social que esta família alcançou, percebendo suas relações e os espaços de sociabilidade que ocupavam na cidade de Porto Alegre no início do século XX. Discutir a presença da família no jornal contribui no sentido de mapear estas incursões sociais protagonizadas por uma família negra, como também inferir sobre o pensamento e ideias desses sujeitos. Para isso, entende-se o posicionamento do jornal em assuntos educacionais e políticos como forma de identificar com quais discursos e temas específicos que estavam dialogando. Destacaremos a fala do jornal sobre família e educação, tomando como fonte a coluna *Da Educação* publicada entre os anos de 1916 e 1917.

Além do papel do jornal como um espaço para promoção de debates de cunho social, enfatizaremos o caráter que o periódico desempenhava ao visibilizar as atividades e conquistas de seus iguais. O início de um curso superior, o ingresso no funcionalismo público e a entrada em irmandades e sociedades, eram destacadas nas páginas do convívio social e contribuíam para afirmar uma identidade negra positiva, que se contrapunha as imagens pejorativas e racializadas que circulavam sobre as comunidades negra. Estas iniciativas foram alcançadas pelos homens da família e celebradas nas páginas do semanário como vitórias coletivas da raça. Desta forma, buscaremos explorar o projeto familiar traçado pelo pai, o major João Baptista da Silva, para os filhos Felipe Baptista da Silva e João Baptista da Silva Junior, que reproduziram a seu modo os passos do pai no sentido das estratégias de sociabilidade.

Iniciaremos este mapeamento dos espaços e das redes em que a família estava situada, a partir dos necrológios publicados no jornal *O Exemplo*, referentes a morte dos filhos: Baptista Junior em 1920, e Felipe no ano de 1923. Buscaremos inferir sobre o impacto dessas mortes nas relações familiares, no sentido de ocasionarem uma ruptura geracional. Além de enfatizar o peso que ambas as mortes tiveram para o jornal, que ainda seria marcado pelo falecimento de outros membros até o encerramento de suas atividades

em 1930¹⁷. Neste sentido, por meio dos necrológios é possível perceber os contatos que a família havia estabelecido na sociedade porto-alegrense devido as homenagens póstumas e pelas pessoas presentes no cortejo e enterro. Com isso podemos mapear e analisar os espaços de sociabilidade em que transitavam, além de mensurar a respeitabilidade social adquirida pela família.

1.1 “Um radioso domingo de sol, que ficará assinalado com uma perda negra nos anais desta folha”: Felipe Baptista da Silva (1883-1923)

O tenente Felipe Baptista da Silva era natural desta cidade onde nasceu ao 1º de maio de 1883, contando conseqüentemente quarenta anos de idade. Era filho do nosso velho amigo major João Baptista da Silva, antigo funcionário da Delegacia Fiscal e fazia parte do Grupo Mantenedor desta folha, sendo irmão do nosso sempre lembrado diretor, bacharel João Baptista da Silva Junior, falecido prematuramente em 1920¹⁸.

O excerto que abre este capítulo, foi retirado do necrológio de Felipe Baptista da Silva, publicado em 12 de agosto de 1923 no jornal *O Exemplo*. A partir das informações acima, já se pode ter uma ideia bem “biografada” do sujeito, enquadrando-se na estrutura de um obituário. Porém, o necrológio de Felipe vai além de informações pontuais e cronológicas de uma trajetória, e sim nos possibilita realizar uma leitura social do contexto e dos espaços de sociabilidade em que estava inserido. Nesse sentido, obituários e necrológios são coisas qualitativa e politicamente diferentes. No obituário aparecem dados resumidos e um tanto impessoais dos falecidos, mas o necrológio, por si só, é uma presentificação do sujeito defunto, uma declaração do jornal de que ele era identificado com as causas que o periódico defendia, e a sua trajetória deveria ser um “exemplo”, um guia para as trajetórias dos integrantes daquele coletivo.¹⁹ Nesse sentido, esse tipo de necrológio, divulgado por um órgão que representava um grupo específico, trata os

¹⁷ Além de João Baptista da Silva Junior e Felipe Baptista da Silva, o jornal iria perder na década de 1920 nomes importantes para o funcionamento da folha como: Arthur Gama em 1922, José da Silva Dias e Arthur de Andrade em 1925, Julio da Silveira em 1927, Marcílio Freitas em 1928 e Arnaldo Dutra no ano de 1929.

¹⁸ “Rápida biografia do extinto”, *O Exemplo*, 12 ago. 1923, p.1

¹⁹ LEONZO, Nanci. O culto aos mortos no século XIX: Os necrológios. In: MARTINS, José de Souza. **A morte e os mortos na sociedade brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1983.p.76-84; FLECK, Eliane Cristina Deckmann. “La sangre de los mártires es la semilla de cristianos nuevos”: a consagração póstuma de missionários jesuítas (Província Jesuítica do Paraguai - século XVII). **Revista de História São Paulo** n° 168, p. 351-381, janeiro / junho 2013.

talentos e as qualidades positivas (ou positivadas) do falecido como uma *herança imaterial*²⁰ que, além do âmbito familiar do defunto, serve o coletivo da classe.

O uso do necrológio neste caso, vai de encontro com as concepções apontadas pelo pesquisador Juarez dos Anjos (2017) ao destacar os usos e limites do testemunho necrológico como evidência histórica. O autor salienta a importância dos necrológicos para o estudo da educação a partir da imprensa paranaense no século XIX, destacando que:

Os necrológicos, como se percebe, oferecem inúmeras informações sobre a vida privada dos falecidos. Tornam-se relevantes, portanto, na tentativa de apreender dados sobre o cotidiano de grupos familiares que, à exceção desse documento, nenhum outro legaram de si ou sobre si [...] (ANJOS, 2017, p. 85).

Neste sentido, o necrológio de Felipe Baptista da Silva apresenta-se como uma ferramenta de análise que nos informa aspectos referentes ao seu cotidiano e relações familiares, visto que a descrição do desenvolvimento de sua doença acaba por apontar estas questões. Além das impressões sobre o sujeito central do necrológio, sua análise é passível para pensarmos as ações e representações desenvolvidas pelos vivos, pois a morte diz mais para aqueles que ficam do que propriamente para os que partem. Desta forma, devemos tomar como tônica das análises as percepções dos articulistas do jornal acerca da figura de Felipe, contribuindo para que possamos mensurar os limites da “ilusão biográfica” apontada por Bourdieu (1996). Juarez dos Anjos (2017, p. 86) também destaca o caráter revelador e subjetivo que o necrológio pode desempenhar pois “diante da morte, eles fazem emergir um mundo de coisas não ditas habitualmente em outras circunstâncias, mas que, agora, o pudor permite que sejam reveladas”. O autor segue sua assertiva apontando para questões como o bom comportamento, atitudes, e o caráter, estas e outras características foram evidenciadas nas linhas de pesar tecidas pelos articulistas d’*O Exemplo* em relação ao seu companheiro Felipe Baptista da Silva. Vale também mensurar a importância que tinha para o jornal a partir da maneira em que foi estruturado seu necrológio ocupando toda a primeira página do periódico. Veremos agora o conteúdo de seu necrológio.

O falecimento de Felipe se deu em 05 de agosto de 1923 e seu necrológio foi publicado no dia 12 do corrente mês e ano. Embora notícias sobre o seu estado de saúde já figuravam nas páginas do jornal ainda no mês de julho, onde é mencionado na coluna *convívio social*, que destaca um grau de melhora da enfermidade que lhe acometera. A

²⁰ LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2000.

nota também informa que sua tia Felicidade Baptista da Silveira e suas irmãs Maria Delphina Baptista da Silva e Magdalena Baptista da Silva, ainda se encontravam doentes²¹. Percebe-se aqui um dado referente a formação familiar dos Baptista da Silva e sua presença no jornal *O Exemplo*, demonstrando a importância e o grau de relações que existiam entre a família e os membros do periódico, ao ponto de relatarem em suas páginas o estado de saúde da família. Infelizmente, a melhora de Felipe não haveria de durar por muito tempo, pois logo iria falecer, o que, de acordo com seus colegas do jornal, ocasionaria numa “perda irreparável”.

O texto que abre o necrológio de Felipe, foi escrito por João Baptista de Figueiredo, amigo e colega de redação. Em suas palavras, Figueiredo destaca os primeiros dias em que os sintomas da “moléstia” acometeram o boníssimo Felipe e vieram a culminar no diagnóstico de pneumonia confirmado pelo Dr. Paula Esteves, que o atendeu em sua residência. O desfecho de Felipe é descrito de forma enfática pelo redator e demonstra a riqueza dos detalhes em relação aos últimos momentos do extinto:

Desde então, a enfermidade seguia, com os seus 40 graus de febre, a evolutiva marcha habitual até que, às 12 horas da feia e fria quinta-feira da semana passada, 2 de agosto, um dia nevoento, o nosso sempre pranteado Felipe foi acometido de um assustador ataque dos nervos, sendo deveras indescritível, inenarrável mesmo, o seu modo agitado que, a nada e nada cedendo, perdurou até a madrugada do dia em que se deu o triste desfecho. Esse dia, um radioso domingo de sol, que ficará assinalado com uma perda negra nos anais desta folha, embora, como sempre, variante, acusava o enfermo uma relativa e inexplicável calma, certa tranquilidade e sossego.²²

Após esta descrição, o necrológio apresenta uma rápida biografia de Felipe, que além das informações apresentadas no excerto que abrimos este capítulo, evidenciamos dois pontos que contribuem para pensarmos suas estratégias e direcionamentos trilhados no pós-abolição. A matéria destaca que ainda na juventude entrou para o Seminário de Parecy Novo no município de São Sebastião do Caí, onde teria permanecido por cerca de três anos, tendo saído para ingressar no funcionalismo público federal como servente de escrita da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional do Estado²³. O período exato em que frequentou o seminário foge do nosso alcance, visto que existe pouca documentação sobre o seminário, mas por si só o fato de ter estudado em um seminário voltado exclusivamente para internos de ascendência germânica e italiana, instiga-nos a pensar quais as

²¹ “Convívio social”, *O Exemplo*, 28 jul. 1923, p. 2

²² FIGUEIREDO, J.B. “Uma nova desoladora e apunhalante”, *O Exemplo*, 12 ago. 1923, p. 1

²³ *O Exemplo*, 12 ago, 1923, p. 1

circunstâncias que envolveram um jovem negro como Felipe num espaço predominantemente branco como deveria ser São Sebastião do Caí naquele período.

Sobre essa passagem de Felipe no seminário, seu neto sr. Claudio Batista de Souza, apresentou alguns relatos e percepções sobre a passagem do avô pelo seminário: *parece que ele sabia falar alemão, pois era o idioma que os jesuítas falavam na época. Ele era uma exceção à regra*²⁴.

Em relação a sua entrada na área pública, destaca-se que o ingresso no funcionalismo público era visto como uma das formas de garantir a ascensão e estabilidade social de indivíduos negros, além de demonstrar-se uma estratégia de sociabilidade comum a outras experiências negras, sobretudo os membros do jornal *O Exemplo*. O fato de Felipe ingressar como funcionário público federal, demonstra a posição que ocuparia e como seria percebido nos espaços que transitasse, bem como as relações que constituiria com as pessoas provenientes destes espaços. Após o período como servente de escrita na Delegacia Fiscal, assume em 1913 o cargo de 4º escriturário da Alfândega, fato que foi noticiado no jornal *A Federação*²⁵.

Um exemplo que denota as incursões sociais que o funcionalismo público permitia e das quais Felipe estava imerso, foi a sua participação na cerimônia de lançamento da pedra fundamental para a construção do prédio dos Correios e Telégrafos da capital. Além de participar, sua presença foi registrada em ata juntamente com as demais autoridades civis, políticas, militares e funcionários públicos presentes naquele momento. A nota informava que no dia:

Vinte e quatro de fevereiro de mil novecentos e onze, nesta capital do Estado do Rio Grande do Sul, presentes as altas autoridades civis e militares, federais, estaduais e municipais, imprensa, cônsules, alto comércio, funcionários públicos e povo procedeu-se á cerimônia do lançamento da pedra fundamental do edificio destinado a nele funcionarem as suas repartições federais dos Correios e Telégrafos desta capital. No meio da pedra, foi aberta, a escopo, numa cavidade destinada a guardar uma caixa de zinco contendo a presente ata, jornais do dia e da véspera, telegramas, autógrafos, moedas etc.²⁶

²⁴ Entrevista realizada em 23 nov. 2017, Porto Alegre. Entrevistador: Vitor Costa. O Seminário Jesuíta de Pareci Novo situa-se em um local próximo ao Rio Cai, sendo uma antiga propriedade fundiária adquirida pelos jesuítas em 1895. Nesse mesmo ano, o Seminário Menor de São Sebastião do Caí mudou-se para o local, sendo a antiga sede da fazenda usada como hospedagem, até a construção de um prédio mais amplo, em 1901. Pareci Novo só surge como município em 1992, sendo até esta data parte de Montenegro. <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=46400> – acessado em 03.11.2019.

²⁵ “Posse dos funcionários”, *A Federação*, 11 abr. 1913, p. 4.

²⁶ “Correios e Telégrafos”, *A Federação*, 25 fev. 1911, p. 1.

Além de Felipe, o evento contou com a presença de pessoas como Aurélio Viríssimo de Bittencourt²⁷, Marcílio Freitas²⁸, José Montaury²⁹ e Protásio Alves³⁰. Essa e outras informações publicadas no jornal sobre a presença de membros da família Baptista da Silva em eventos oficiais e públicos da sociedade, nos possibilitam visualizar questões do cotidiano e da atuação desses sujeitos.

Retomando as informações contidas no seu necrológio, evidenciamos que os articulistas se referem ao tempo de serviço que vinham prestando ao jornal, totalizando cinco anos, ou seja, desde 1918 vinha exercendo “diversos cargos” e ocupando por último, o posto de tesoureiro da folha. Apontam também o aspecto religioso na vida de Felipe, e enfatizam que era visto como um “católico fervoroso” e atuante, chegando a ocupar os cargos de procurador na Venerável Ordem 3^a de Nossa Senhora das Dores, 1^o escrivão na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, e 2^o secretário na Irmandade do Rosário³¹.

A participação da população negra nas irmandades religiosas, foi um dos objetos de análise da historiadora Liane Susan Müller (2013)³². Em seu estudo, Müller (2013, p.

²⁷ Aurélio Viríssimo de Bittencourt (1849-1919), desempenhou uma trajetória de destaque no serviço público do Estado, chegando a ocupar o cargo de Chefe do Gabinete do Presidente do Estado, durante a gestão de Júlio de Castilhos e posteriormente de Borges de Medeiros. Também alcançou o posto de Tenente-Coronel da Guarda Nacional e além de ter uma participação ativa nas irmandades religiosas e sociedades assistencialistas de Porto Alegre. Foi pai de dois dos fundadores do jornal *O Exemplo*, Aurélio Júnior e Sérgio de Bittencourt, diversas vezes foi homenageado pelo periódico que o tinha como “o maior atleta na luta por direitos” em razão de sua atuação no movimento abolicionista. Ver mais em: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. O Aurélio era preto: Trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 40, p. 85-127, 2014.

²⁸ Marcílio Francisco da Costa Freitas (1876-1928) foi o primeiro gerente do jornal *O Exemplo* em 1892, ingressou no funcionalismo público através de concurso nos Correios, e posteriormente foi 1^o escriturário da Alfândega de Porto Alegre, Inspetor da Alfândega na cidade de Uruguaiana e também ocupou cargos no Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro. Dentre outras atividades que desempenhou, destaca-se sua participação na criação da sociedade *Centro Porto-Alegrense* (1907) sua atuação no cargo de comissão de contas no *Sport Clube Rio-Grandense*, além de ter sido Capitão da Guarda Nacional. “Marcílio Freitas” *O Exemplo*, 12 abr. 1928, p. 1

²⁹ José Montaury de Aguiar Leitão (1858-1939), nasceu no Rio de Janeiro, formou-se engenheiro pela Escola Politécnica, onde recebeu grande influência da filosofia positivista. Isso facilitou-lhe ser bem aceito no Rio Grande do Sul, onde ocupou o cargo de Intendente Municipal por 27 anos (1897-1924) (BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intendentos**. Porto Alegre, Edipucrs, 1996).

³⁰ Protásio Alves (1859-1933) Protasio Antonio Alves nasceu no município de Rio Pardo, em março de 1859, sendo filho e neto de boticários. Diplomou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1882. Foi um dos fundadores da Faculdade de Medicina em Porto Alegre no ano de 1898 e concentrou-se sua trajetória política em torno da saúde e educação, ocupou diversos cargos e funções ao longo de sua carreira pública como: deputado à Primeira Constituinte; presidente da Assembleia Legislativa do RS (1893- 1896); diretor da Higiene Pública do Estado, tenente-coronel-cirurgião da Divisa do Comando Superior da Guarda Nacional no Rio Grande do Sul e diretor-geral da Instrução Pública do Rio Grande do Sul (CAMPOS, Maria do Carmo. A vida de Protásio Alves: médico, político e fundador. **Jornal da Universidade**. Porto Alegre. vol. 9, n. 90, 2006).

³¹ “Rápida biografia do extinto” *O Exemplo*, 12 ago, 1923, p. 1

³² O trabalho de Müller é apontado como um dos estudos referentes ao se falar do jornal *O Exemplo*, e também em relação aos estudos de sociedades e clubes negros, associativismo no geral. O livro publicado

79) demonstra que os fundadores do jornal *O Exemplo* eram em sua maioria membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, e aponta que “as iniciativas desenvolvidas na Irmandade do Rosário contribuíram substancialmente para configurar esse grupo de homens enquanto segmento social possuidor de capitais, simbólico, intelectual”. Com isso, os canais de inserção e sociabilidade desses sujeitos negros eram ampliados a partir da irmandade para o fortalecimento de laços e solidariedades em outros espaços, como jornais, clubes e trabalho. A autora chega a esta conclusão com base na identificação de membros do jornal e de outros clubes sociais negros, percebendo essa população negra letrada e em ascensão social, que solidificou e articulou seus laços a partir das relações com seus irmãos e irmãs de congregação.

Podemos inferir que Felipe esteve ligado a estas perspectivas e possibilidades que a participação em congregações religiosas poderia oferecer no sentido de sociabilidade, mas destaca-se que a religiosidade católica estava intrínseca nas relações da família Baptista da Silva. O seu envolvimento com a Igreja das Dores e a Irmandade do Rosário refletem explicitamente estes laços. Em relação a Igreja das Dores, a família vivia próxima a congregação e pelo que indica o sr. Claudio, eram frequentadores assíduos da paróquia, chegando a terem “frisas reservadas para acompanharem as missas”, o que acabava gerando a aproximação de alguns vizinhos que desejavam frequentar aquele espaço. Sobre a Irmandade do Rosário, essa aproximação pode ser explicada pela figura do pai João Baptista da Silva, que atuou como Prior da Arquiconfraria desta irmandade. Embora apresente-se uma base familiar que o “impulsionou” para o caminho da religiosidade católica, é perceptível a inclinação própria de Felipe devido a diversidade de atribuições e congregações que se somavam a sua persona católica na fase adulta, não podendo excluir que sua experiência enquanto seminarista em Parecy Novo tenha sido importante para o desenvolvimento dessa identidade católica.

A vida de Felipe foi um tanto quanto movimentada em termos de atividades sociais e culturais em que se envolveu. Além de seus compromissos religiosos e de trabalho (Alfândega e jornal), participou da criação da sociedade *Centro Porto Alegrense*, que por meio de fins recreativos e instrutivos buscava promover um espaço de sociabilidade e educação para famílias negras. Conforme destaca Lúcia Regina Brito

em 2013, apresenta as análises e propostas defendidas pela autora em sua dissertação de mestrado. MÜLLER, Liane Susan. **As contas do meu rosário são balas de artilharia: irmandade, jornal e associações negras em Porto Alegre (1889-1920)**, Porto Alegre, Dissertação de Mestrado, IFCH/PUCRS, 1999

Pereira (2007) em sua tese intitulada *Cultura e afrodescendência: organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002)*, destaca que as associações negras porto-alegrenses no pós-abolição cumpriam com demandas sociais que a sociedade em geral não supria. A autora afirma que, “grande parte das organizações ultrapassou a ação de proporcionar apenas o lazer para a comunidade negra que precisava de um espaço para ressignificar o seu imaginário simbólico através do grupo extensivo que elas representam”. (PEREIRA, 2007, p. 163). Felipe atuou como secretário e tesoureiro da sociedade, e em 1923, ano de sua morte, ocupava o cargo de presidente. No decorrer do capítulo abordaremos com mais ênfase a participação da família Baptista da Silva nesta sociedade e estabelecendo um diálogo com a bibliografia em torno dos clubes sociais negros.

Também foi membro da Guarda Nacional, nomeado no ano de 1909 como alferes da 1ª companhia do 224º Batalhão de Infantaria de Porto Alegre³³, chegando a ocupar o posto de tenente. O historiador Miquéias Mugge (2012), em sua dissertação de mestrado intitulada *Eles estão prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania: Província do Rio Grande do Sul – segunda metade do século XIX*, aponta as vantagens em se tornar um membro da guarda nacional”:

Podemos inferir ainda que ser guarda nacional conferia (mais) um instrumento de diferenciação social, visto que correspondia, quase que simultaneamente, a ser um cidadão ativo. Ademais, ao galgar postos e chegar ao oficialato local, ao sujeito se reserva certo *status* social que revelava hierarquias existentes e publicizadas tanto quanto fosse necessário (MUGGE, 2012, p. 13).

Embora o autor esteja enfocando a segunda metade do século XIX, entende-se que estes conceitos pautados numa identidade de “soldado-cidadão” e as possibilidades de se utilizar da patente militar como insígnia social, foram utilizadas no início do século XX, justamente por tratar-se de um período onde a cidadania estava em voga. E se tratando da população negra, a diferenciação hierárquica pautada pela cor, poderia ser equilibrada através de capital social proporcionada pelas patentes militares. Desta forma, a Guarda Nacional configurava mais uma das variadas estratégias de sociabilidade e busca de respeitabilidade social de indivíduos que compartilhavam caminhos e experiências negras coletivas no pós-abolição porto-alegrense. Veremos posteriormente que a inclinação para o militarismo pode ter tido influência do pai, que foi major da Guarda Nacional, porém sua atuação militar se deu num contexto diferente do filho. Assim como Felipe, demais

³³ “Guarda Nacional”, *A Federação*, 27 dez, 1909, p. 1

homens e mulheres negras buscaram envolver-se em diversos segmentos sociais e culturais da sociedade, o que denota a necessidade desses sujeitos negros estarem em constante atuação e congregando “múltiplas” identidades³⁴ para demarcarem seu espaço.

Atentamos para o leitor que até o momento outra importante plataforma de ascensão social não foi evidenciada na trajetória de Felipe, trata-se da instrução por meio do curso superior. Sobre este aspecto, o seu necrológio menciona brevemente que “esteve também matriculado na Faculdade de Medicina desta capital, abandonando o depois os estudos por razões imperiosas”³⁵. A razão imperiosa descrita pelos articulistas caracteriza aqui os limites que os estudos de trajetórias nos impõem, podendo transitar no campo da inferência e da pesquisa indiciária proposta por Ginzburg, para aproximar-nos de possibilidades para o preenchimento desta lacuna biográfica.

Com base nas informações encontradas no jornal *A Federação*, percebemos a inscrição de Felipe nas listas de dois exames preparatórios para ingressar na Faculdade de Medicina, a primeira nota era referente aos exames do ano de 1904 e a segunda dizia respeito ao ano de 1907. Com isso, demonstra-se que teria tentado mais de uma vez adentrar os bancos acadêmicos e tudo indica que não teve sucesso, pois na segunda tentativa acabou faltando a chamada das provas³⁶.

A partir desse ponto poderíamos questionar a veracidade da informação descrita no necrológio, porém em conversa com o sr. Cláudio, ele nos informou a existência desse fato na vida do avô, e apontou que a provável causa para o abandono do curso teria sido o falecimento de sua esposa Ercília Baptista da Silva, em 1916³⁷. O momento em que Felipe teria ficado “com profundo desânimo” a ponto de desistir da medicina. Felipe e Ercília casaram-se em 12 de junho de 1912 na Igreja de Nossa Senhora da Conceição³⁸ e tiveram dois filhos: Felipe Baptista da Silva Junior e Joanna Maria de Lourdes Baptista

³⁴ Um exemplo desta pluralidade de incursões sociais, é a figura de Arnaldo Dutra (1888-1920) redator-chefe do *O Exemplo* em 1928, que também foi funcionário dos Correios e Telégrafos de Porto Alegre e médico formado pela Escola Médico-Cirúrgica no ano de 1926. Além de evidenciar uma veia artística e cultural, tendo sido presidente do *Grêmio Dramático Arthur Rocha* e do clube carnavalesco *Os Batutas*, e orador do clube carnavalesco Bloco dos Tigres. Ainda foi teatrólogo e escreveu peças na revista *TIPOS&TIPAS*, em parceria com o irmão, Octávio Dutra. Com este, fez parte do grupo de choro no início do século XX chamado *O Terror dos Facões*, onde Arnaldo tocava cavaquinho.

³⁵ “Rápida biografia do extinto”, *O Exemplo*, 12 ago, 1923, p. 1

³⁶ “Editais e Nominatas” *A Federação*, 22 fev. 1907, p. 3

³⁷ “Registro Lutuoso” *O Exemplo*, 27 maio, 1916, p. 2

³⁸ **Felipe Baptista da Silva e Ercília Eutropia dos Santos** - Ele era filho do João Baptista da Silva e Francisca Baptista da Silva; Ercília era filha de Avelino Amaro dos Santos e Maria Francisca dos Santos. Foram testemunhas do casamento: Agostinho José Lourenço e Marcilio Francisco da Costa Freitas. O registro destaca que os noivos eram paroquianos da igreja das Dores. AHCMPA – Livro de Casamentos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Porto Alegre (1911-1913) nº 2, folha 89.

da Silva, nascidos respectivamente em 1913 e 1914. Percebe-se que a relação entre esposa e filhos de forma conjunta representou pouco tempo de convívio como família, embora Felipe e Ercília já se relacionavam por meio de cartões desde de 1907.³⁹

Figura 2.

Felipe, Ercília e Joanna.



Fonte: Acervo Particular Claudio Batista de Souza.

A informação apresentada pelo sr. Claudio pareceu dificultar ainda mais nosso entendimento sobre este episódio, colocando divergência com as datas encontradas nas fontes. Porém, o aparecimento do nome de Felipe Baptista da Silva na lista de alunos aprovados para a o exame de admissão da Faculdade de Medicina Homeopática no ano de 1914, trouxe luz a esta lacuna de sua trajetória⁴⁰. O historiador Felipe Vieira (2010), ao analisar aspectos da medicina no Rio Grande do Sul, a partir do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul, remonta suas origens a partir da criação da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, destacando as divergências existentes entre médicos desta faculdade com a política do estado⁴¹, e posteriormente com a Faculdade Homeopática. Segundo Felipe

³⁹ O sr. Cláudio possui em seu acervo alguns dos cartões de namoro trocados por seus avós, onde se pode perceber que os dois eram vizinhos e necessitavam se relacionar dessa maneira por impedimento das famílias. Infelizmente ainda não tivemos acesso a estas fontes.

⁴⁰ “Faculdade de Medicina Homeopática”, *A Federação*, 22 fev, 1914, p. 9.

⁴¹ Uma análise mais aprofundada sobre o conflito entre os médicos da Faculdade de Medicina com a política positivista do Estado, pode ser encontrada em: WEBER, Beatriz Teixeira. Positivismo e ciência médica no Rio Grande do Sul: a Faculdade de Medicina de Porto Alegre: **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, v. 3, nov. 1999.

Vieira (2010, p. 61), a Faculdade de Medicina Homeopática foi criada em 1914, pois aparentemente a “homeopatia não encontrava espaço na faculdade já existente”. A questão da homeopatia era vista com um certo demérito e preconceito pelos demais profissionais da classe médica, que acabavam divergindo com as práticas homeopáticas e da liberdade profissional.

Uma das questões que pode ter corroborado para a desistência de Felipe, está no fato de que a Faculdade de Medicina Homeopática não se sustentou por muito tempo, devido a divergências internas e também pela pressão em relação as práticas homeopáticas, e acabou dividindo-se em duas outras instituições, dando origem, em 1915, a Faculdade de Ciências Médicas e a Escola Médico-Cirúrgica. A segunda instituição permaneceu por mais tempo em suas atividades e, de acordo com Beatriz Weber (1999), foi para a Escola Médico-Cirúrgica que algumas matrículas de alunos da Faculdade de Medicina Homeopática foram transferidas, quanto esta encerrou suas atividades. Percebe-se um cenário conflituoso no qual Felipe acabaria envolvido e que poderia complicar ainda mais sua escolha para trilhar o caminho da medicina, pois foi a Escola Médico-Cirúrgica que carregou a bandeira da homeopatia envolvendo-se em conflitos diretos com a Faculdade de Medicina⁴². Essas tensões em torno das práticas médicas compreendem parte do processo de modernização vigente nas primeiras décadas do século XX, principalmente quando observamos a difusão de faculdades e cursos de ensino superior. Demonstrando o desenvolvimento urbano e cultural da sociedade.

Embora a homeopatia não fosse uma prática bem aceita pela “classe médica”, Vieira (2010) destaca que a população e o governo davam respaldo para a fomentação deste tipo de ensino, fato que pode ter contribuído para a escolha de Felipe ao se direcionar para esta linha de formação. Embora compreendendo que nem todos os membros da família poderiam pensar dessa maneira, especialmente seu pai, João Baptista da Silva. Inferimos sobre esta possibilidade a partir da leitura de uma das atas da mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, do ano de 1916⁴³. A pauta da discussão era a permissão ou impedimento dos alunos da Escola Médico-Cirúrgica em frequentarem os ambulatórios da Santa Casa para realizar seus estudos e práticas, alguns

⁴² Em 1925 foi impetrado pela Escola Médico-Cirúrgica um processo por calúnia contra os presidentes do Centro dos Acadêmicos da Faculdade de Medicina de Porto Alegre e da Federação Acadêmica, onde os representantes destes centros, desqualificavam os métodos e práticas de ensino dos profissionais da Escola Médico-Cirúrgica, chamando-lhes de “analfabetos e ignorantes” e que a escola seria “desclassificada” entre a classe médica. APERS - Cartório do Júri de Porto Alegre. Queixa-crime, maço 113, n. 1792, 1925.

⁴³ Atas da Sessão ordinária da Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre referente aos meses de janeiro, fevereiro e maio de 1916 AHSCMPA.

médicos da mesa se mostraram contrários devido a instituição já ter um compromisso firmado com os alunos da Faculdade de Medicina. Na Sessão realizada em 04 de janeiro do mesmo ano, a mesa decidiu por deferir o pedido da Escola Médico-Cirúrgica, obtendo apenas dois votos contrários, do Dr. Christiano Fischer e do escrivão da mesa, João Baptista da Silva.

Nesta reunião, percebe-se o posicionamento do pai de Felipe em relação a Escola Médico-Cirúrgica e podemos conjecturar como poderia implicar no futuro do filho em relação a atuação profissional ligada a homeopatia. Afinal, por ser irmão da Santa Casa, presumimos que estava a par do “pensamento médico” ou então, a sua restrição à homeopatia poderia ser pensada no sentido de evitar que o filho sofresse um duplo preconceito: pela desqualificação de sua profissão e pela cor de sua pele. As questões levantadas sob este aspecto foram realizadas no sentido de possibilitar desenvolvermos um cruzamento de informações e problematizarmos a informação norteadora que retiramos do necrológio. Apesar de estar descrito que Felipe havia se matriculado na Faculdade de Medicina, percebemos que outras fontes apontavam sua presença nos bancos acadêmicos da Faculdade de Medicina Homeopática, essa provável omissão de informação chama atenção, pois compreendo que o jornal não apresentava uma visão pejorativa dos médicos oriundos desta faculdade.⁴⁴

As impressões lançadas até aqui sobre Felipe caminharam no sentido de perscrutar sua trajetória a partir de fragmentos biográficos, transcorrendo na linha do “paradigma indiciário” buscando nos vestígios uma forma de reconstruir, embora no campo das possibilidades, as subjetividades dos sujeitos. Sobretudo pensando como os indícios contribuem para complexificarmos e olharmos de forma mais heterogênea as particularidades e escolhas existentes entre os sujeitos, e como isso denota em alguns momentos as continuidades e rupturas de estratégias familiares.

1.1.1 Leitura social dos ritos fúnebres: velório, cortejo e homenagens póstumas

Conhecida logo que se tornou a notícia da irreparável perda que a distinta família Baptista da Silva e O Exemplo vinham de sofrer, encheu-se logo, a casa mortuária, a rua General Canabarro n. 23, de pessoas amigas e apreciadoras do

⁴⁴ O jornal *O Exemplo* contou com três médicos negros formados pela Escola Médico-Cirúrgica, Dr. Alcides Feijó das Chagas Carvalho, formado em 1916, Dr. Diógenes Baptista em 1920 e o Dr. Arnaldo Dutra em 1926. Enfatizo que Chagas Carvalho e Diógenes enquadraram-se entre os primeiros médicos negros do Rio Grande do Sul, sendo seguidos pelo médico Dr. Luciano Raul Panatieri formado em 1922 pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre.

nosso sempre lembrado companheiro, as quais durante toda a noite e o dia seguinte, até a hora do enterro, faziam questão de velar o corpo inanimado do extinto. O amplo prédio da rua Canabarro era deveras pequeno para conter a onda humana que foi levando seu conforto nos pais, irmãs, filhinhos e tia do morto, prestar uma sincera homenagem no cidadão probo e reto, que durante sua transitória passagem pela Terra, trazia o nome de Felipe Baptista da Silva. Todo o pessoal desta folha, em pessoa, velou, na noite de 5 para 6, seu corpo⁴⁵.

A partir do ponto citado acima, o necrológio passa a descrever com detalhes os procedimentos que compunham o pós-morte: velório, cortejo e enterro, permitindo realizar uma análise sociocultural da época no que diz respeito aos ritos fúnebres e das relações de sociabilidade em que Felipe e sua família estavam inseridos.

O historiador João José Reis (1991), no livro *A Morte é uma festa*, analisa as práticas fúnebres do século XIX na Bahia, e ressalta as características que envolviam o velório realizado no espaço doméstico desde a preparação do corpo do morto à utilização de “símbolos do luto” para decorar a casa. Reis (1991, p.129), chama a atenção especialmente para o peso social que o velório enfatizava ao destacar que “as famílias se esforçavam para fazer do enterro de seus membros um importante acontecimento social”. Embora priorize o enterro, o autor demonstra a relevância social do ritual fúnebre como um todo. No caso de Felipe, percebe-se os indícios dessa conotação devido à menção a um número significativo de pessoas presentes em seu velório, demonstrando assim a representatividade social e o prestígio da família. Analisando pela ótica do acontecimento social proposto por Reis, podemos tomar a casa no momento do velório como um espaço social carregado de significados sociais para os agentes envolvidos. Interessante, observando o necrológio, que, mesmo sendo a residência da família o local do velório, os jornalistas d’O Exemplo mencionam a “casa mortuária, a rua General Canabarro n. 23”, como se aquele endereço se metamorfoseasse, no momento do luto, em cenário de pranto e enaltecimento do falecido.

A localização da residência da família, situada à Rua General Canabarro nº 23, descrita pelos redatores do jornal *O Exemplo*, nos diz muito sobre o trânsito social desempenhado pela família Baptista da Silva e conseqüentemente as relações de sociabilidades costuradas a partir deste espaço geográfico privilegiado. A historiadora Olivia Silva Nery (2017), entende a casa em sua individualidade, como um ambiente que possui uma amplitude maior para se pensar os sujeitos, colocando em questão de que maneira o local da casa pode inferir nas práticas sociais e culturais dos indivíduos. Para Nery (2017, p. 146), “o espaço da casa é um universo individual, íntimo e familiar, que

⁴⁵ “O Velório”, *O Exemplo*, 12 ago. 1923, p. 1

abarca toda a complexidade da relação entre público e privado”. A autora destaca que o espaço doméstico apresenta uma carga de complexidade que constitui o indivíduo e estende suas ações na vida em sociedade. Além deste aspecto, é importante pensar a posição geográfica do espaço, e entende-lo sob o aspecto de espaço social, onde os sujeitos mantêm contatos regulares, trocam informações e desenvolvem atividades culturais, sociais, religiosas e econômicas.

Esta percepção do espaço ocupado pela família Baptista da Silva, difere do modelo de “territórios negros”, definidos por alguns autores que evidenciaram em suas pesquisas a presença negra em Porto Alegre, a partir de áreas urbanas marcadas pela exclusão social e situação de vulnerabilidade, mas protagonista de resistência e produção cultural existentes nesses espaços⁴⁶. No livro *Colonos e Quilombos: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre*, a autora Irene dos Santos (2010) problematiza a visão universalizante sobre a Colônia Africana, apontada como um dos “redutos dos negros” no pós-abolição. Para isso, recorre a memória de antigos moradores e seus documentos e fotografias. Jayme Moreira da Silva, um dos entrevistados relembra como era a vida na colônia: “Nada de bandidagem nem de malandragem, a Colônia Africana era um território de gente trabalhadora, honesta, correta e que estudava” (SANTOS, 2010, p. 76). Nesses pressupostos, Deivison de Campos (2006) em sua dissertação de mestrado intitulada *O grupo Palmares (1971-1978) : um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico*, descreveu os territórios negros ressaltando as condições adversas em que os grupos negros estiveram submetidos, bem como a capacidade de reinventar e definir suas identidades:

Os territórios negros originais, do ponto de vista do espaço geográfico, possuem características similares. As comunidades, isoladas em áreas originalmente periféricas e não atendidas pelo poder público, criam maneiras específicas de se relacionar com esse espaço. As relações entre as pessoas também constroem representações aceitas pelo coletivo e que acabam tornando-se hegemônicas e criadoras de pertencimento e identidade. Nestas comunidades, constroem-se os chamados sujeitos sociológicos (CAMPOS, 2006, p. 32).

⁴⁶ Sobre esta perspectiva de territórios negros destacam-se os seguintes trabalhos: BITTENCOURT JR, Iosvaldyr Carvalho. Territórios Negros. In: SANTOS, Irene (Org). **Negro em Preto e Branco: história fotográfica da população negra de Porto Alegre**. Porto Alegre: Edição do Autor, 2005; KERSTING, Eduardo. Índicios em representações: denominações em torno da Colônia Africana. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 9, jul de 1998; LEITE, Ilka Boaventura. Territórios Negros em Área Rural e Urbana - Algumas Questões. In: FREIRE, Maria de Lourdes Bandeira D L; LEITE, Ilka Boaventura; GUSMÃO, Neusa Mendes de; MENDONÇA, Cleonice Pitangui. **Textos e Debates do NUER - Terras e Territórios de Negros no Brasil**. UFSC, 1991.

O fato da família Baptista da Silva não estar dialogando diretamente com a concepção de territórios negros, entendo que a sua presença configura um espaço de sociabilidade negra onde se constituíram como “sujeitos sociológicos” e atuantes nos locais em que se encontravam. O fato de estarem situados à rua General Canabarro, contribui para problematizar a imagem generalizante ligada a ideia de que no pós-abolição a população negra foi legada exclusivamente a marginalização em zonas periféricas do espaço urbano. A atuação social da família é evidenciada a partir das atividades desenvolvidas nas imediações do centro da cidade, pois a localização da casa permitia com maior facilidade frequentar determinados espaços como: a Igreja de Nossa Senhora das Dores, da qual eram paroquianos, o acesso a praça da Alfândega onde estava localizado o prédio da Alfândega, local de trabalho de Felipe, e também a proximidade com a redação do jornal *O Exemplo*, que no período referente ao falecimento de Felipe estava situada na Rua do Espírito Santo nº 24⁴⁷. Discutir esta questão da territorialidade negra mostra que, além dos territórios negros, e sem querer desmerecer a importância de estudá-los, existe uma territorialização negra, uma espécie de *arquipélago* não-branco, formado pela resistência de famílias específicas em se localizar em pontos nodais da sociabilidade urbana. Destaquemos, por exemplo, que a família Viríssimo Bittencourt estava ali perto, na rua General Bento Martins nº 21.

A presença destes espaços e da territorialidade ocupada pela família também pode ser evidenciada no necrológio de Felipe a partir do momento em que o jornal descreve o trajeto percorrido pelo seu cortejo. Os redatores destacam que coube a Venerável Ordem 3ª de Nossa Senhora das Dores se dirigir até a “casa mortuária”, “incorporada com seus balandraus e de cruz alçada”⁴⁸. Nesse ponto, a designação de “católico fervoroso” é reforçada e retribuída pela irmandade no momento de seu desenlace. Na sequência nos é apresentado o trajeto percorrido pelo cortejo e mais demonstrações da centralidade da religião católica na passagem de Felipe:

[...] logo a seguir deu-se o saimento do féretro do prédio n. 23 da rua General Canabarro, descendo esta rua e entrando na dos Andradas, até a Igreja de N.S. das Dores, onde teve lugar solene encomendação oficial do padre Valentim Armas, vigário daquela paróquia, acolitado pelo padre Anastácio Vasquez e

⁴⁷ A redação do jornal *O Exemplo* teve sua sede em várias localidades de Porto Alegre ao longo dos seus 38 anos de existência. Todas as ruas que o jornal ocupou compreendem hoje o atual Centro Histórico da cidade. Algumas delas foram: Rua dos Andradas, Rua Demétrio Ribeiro, Rua do Espírito Santo, Rua Concórdia, Rua Vigário José Ignácio e Rua General Bento Gonçalves.

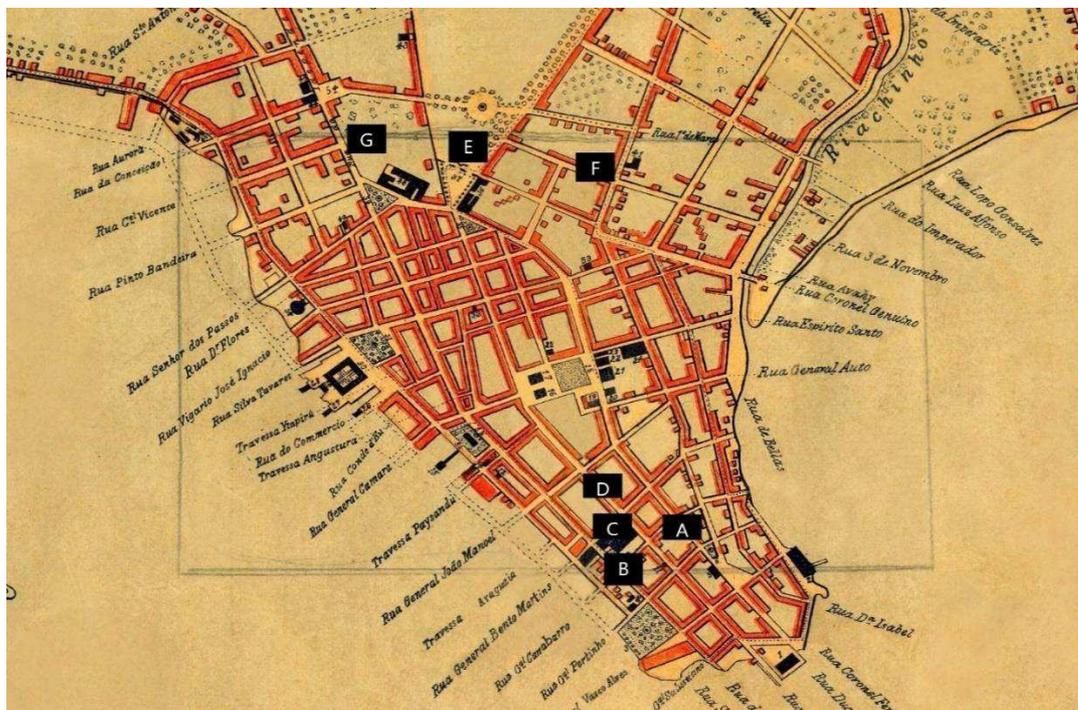
⁴⁸ “As cerimônias fúnebres”, *O Exemplo*, 12 ago. 1923, p. 1.

outro sacerdote. A harmonia, o maestro Alberto Wolckmer vocalizaram o < Juveniti > e, ainda, juntamente com o sr. Antonio Arnaldo da Silva, entraram, irrepreensivelmente, o < Libera-me >. Terminada a solenidade, a Ordem 3ª levou o corpo do seu irmão até a rua dos Andradas, quando a mesma fez entrega do ataúde aos nossos companheiros de trabalho. Com as alças de caixão sempre disputadíssimas pela enorme assistência que acompanhava o enterro, o fêretro foi conduzido, sempre a pé, pelas ruas General Bento Martins, Riachuelo, praça da Independência até as escadarias desse logradouro, na embocadura da Travessa três de novembro, quando foi colocado o ataúde no coche fúnebre da Confraria de N.S. do Rosário de que Felipe Baptista era 2º secretário⁴⁹.

Neste excerto evidencia-se a presença da religiosidade como peça fundamental no desenvolvimento do percurso realizado pelo cortejo, e o trajeto percorrido pelas ruas do centro da cidade até chegar ao local onde o corpo seria sepultado. Evidencia-se também a presença dos membros do jornal *O Exemplo* entre os indivíduos que carregaram o “disputadíssimo” ataúde de Felipe, o que nos demonstra indícios da representatividade social adquirida pelo falecido. Esta representatividade é reafirmada pelo o uso de carros durante o cortejo, que de acordo com os redatores do jornal, totalizou um número de “35 veículos” com destino ao cemitério da Santa Casa de Misericórdia para entregar o corpo inanimado de Felipe a sepultara 241 do IV quadro.

Figura 3.

Mapa de Porto Alegre 1881 (área central)



⁴⁹ “As cerimônias fúnebres”, *O Exemplo*, 12 ago. 1923, p. 1

Marcação do cortejo de Felipe. O féretro saiu da General Canabarro (A) em direção a Rua dos Andradas (B), com o destino à Igreja das Dores e na sequência passou pelas ruas Bento Martins (C) e Riachuelo (D), passando ainda pela Praça Independência (E) e Travessa 3 de Novembro (F) com destino final na Santa Casa (G). Fonte. Planta de Porto Alegre 1881 (IHGRGS, 2005).

Destaque-se que aquele trecho do centro de Porto Alegre, por onde transita o cortejo fúnebre de Felipe, é bastante acidentado e as ruas descritas, em sua maioria, são marcadas por declives acentuados. Eles sobem e descem ladeiras, levando o caixão carregado pelos familiares, parentes, colegas de trabalho, irmãos de devoção e militância do defunto. A frase - “com as alças de caixão sempre disputadíssimas pela enorme assistência que acompanhava o enterro, o féretro foi conduzido, sempre a pé” -, mostra como os homens presentes naquele cenário fúnebre se revezavam em carregar o *corpo inanimado* daquele sujeito, com quem tinham algum tipo de afinidade. Mas os protagonistas da cena, além do próprio defunto, eram os colegas de *classe* do Exemplo, a quem foi entregue o caixão na saída da Igreja das Dores (“nossos companheiros de trabalho”). Dessa forma, a procissão fúnebre de Felipe era, também, uma reiteração da visibilidade e da positividade negra naquela sociedade.

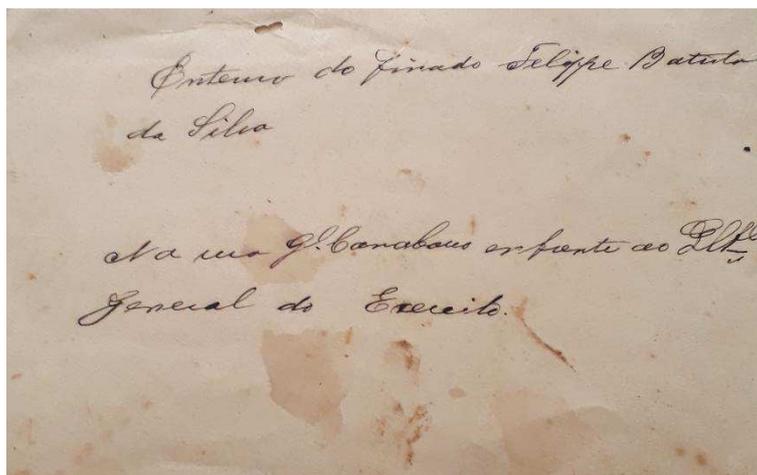
Figura 4

Cortejo de Felipe Baptista da Silva entrado na Rua dos Andradas.



Fonte: Acervo Particular Claudio Batista de Souza.

Verso da foto



A fotografia confirma o número expressivo de pessoas que acompanharam o cortejo nos dando uma dimensão real da proporção e do impacto que causou ao percorrer as ruas do centro da cidade. O prestígio de Felipe no funcionalismo público, também aparece como um dos pontos de relevância social, pois ao saber de seu falecimento, o inspetor da Alfândega dr. Adriano Ferreira, decretou em ato de portaria, o encerramento do expediente de trabalho às 15 ½ em razão daqueles funcionários que desejassem se despedir do colega⁵⁰. Assim compreende-se o número representativo de pessoas presentes e também de veículos existentes. Mas quem eram essas pessoas, e quais as relações que mantinham com Felipe e a família como um todo?

Felizmente, o seu necrológio nos ajuda a preencher com mais precisão as redes e os sujeitos envolvidos nessas redes de sociabilidade, através da lista de pessoas presentes no velório e das homenagens póstumas recebidas. Em relação a lista de presentes, não irei elencar todos os nomes informados pelo jornal, pois trata-se de uma listagem que gira em torno de 257 pessoas, evidenciarei aqueles que são nomeados e apresentados pelo cargo/trabalho que exerciam. As homenagens, em sua maioria registradas em forma de coroas de flores, cartas, telegramas e memorandos que enfatizam a relação de proximidade com outras famílias (negras e brancas), e os contatos com indivíduos de outras localidades, proporcionando uma análise mais precisa da configuração das redes de sociabilidade em que Felipe estava inserido.

Sobre a importância de se analisar a rede de sociabilidade dos sujeitos, o historiador José María Imizcoz Beunza (2004) apresenta reflexões importantes ao analisar

⁵⁰ “Uma Homenagem”, *O Exemplo*, 12 ago. 1923, p.1

os processos que configuram a “rede social” e seus atores na perspectiva de uma história global. Imizcoz Beunza (2004, p. 125) destaca os problemas de se realizar uma análise mais individual do sujeito, ou seja, deslocada de uma rede de sociabilidade, destacando que “paradójicamente, el problema de los análisis de red social más individualistas metodologicamente es que manejan um concepto pobre de indivíduo”. Neste sentido, é necessário pensar o sujeito de maneira relacional com outros indivíduos operando estratégias, racionalidades e práticas sociais.

No momento do velório/enterro de Felipe torna-se possível mensurarmos a teia social em que o falecido estava inserido, pois compreendo que naquele momento através das pessoas presentes, tornava-se possível visualizar as áreas sociais em que foi atuante. Das pessoas que encabeçaram a lista dos indivíduos presentes, elaborada pelo jornal *O Exemplo*, aparecem nomes como o do já citado dr. Adriano Ferreira, inspetor em comissão da Alfândega desta capital, o juiz federal dr. Luiz José de Sampaio e o coronel Antenor Barcellos de Amorim, provedor da Santa Casa de Misericórdia⁵¹. Aqui percebe-se relações construídas no funcionalismo público, política e assistencialismo, evidenciando que o suporte dessas relações estava centrado na figura do pai João Baptista da Silva, que transitava pelos três segmentos referidos. Entre as demais presenças registradas, destaca-se alguns nomes conhecidos como o doutor Sarmiento Leite⁵² e Agostinho José Lourenço⁵³.

A partir desses nomes identifica-se a existência de relações entre a família Baptista da Silva e pessoas brancas de destaque da sociedade Porto-alegrense durante as primeiras décadas do século XX, demonstrando estarem ocupando espaços com certa relevância social, o que não significa que estavam apartados de outras dificuldades e barreiras existentes no contexto. O sociólogo Alfredo Sérgio Guimarães (2002), em artigo sobre a modernidade negra, infere que a inserção social vista sob a perspectiva de pessoas negras, requer um olhar mais heterogêneo e complexo em torno das possibilidades de existência:

A modernidade negra, nesse sentido, é o processo de inclusão cultural e simbólica dos negros à sociedade ocidental, mas, sob a palavra negra se

⁵¹ “As pessoas presentes”, *O Exemplo*, 12 ago. 1923, p. 2

⁵² O Doutor Eduardo Sarmiento Leite da Fonseca nasceu e faleceu na cidade de Porto Alegre e obteve o diploma de medicina na faculdade do Rio de Janeiro. Teve clínica própria em Porto Alegre e foi professor e diretor da Faculdade de Medicina local. No quadriênio 1924-1928 foi conselheiro municipal de Porto Alegre, eleito pelo Partido Republicano-rio-grandense. (FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre**. Guia Histórico. Editora da Universidade / UFRGS, 1988, p. 378).

⁵³ Agostinho José Lourenço, foi gerente do jornal A Federação, cargo que ocupou de 1906 a 1910, também era pai de Antônio Lourenço, que fez parte do grupo de redatores do jornal *O Exemplo* a partir de 1923. (PERUSSATTO, 2018).

escondem personas muito diversas: o escravo e o liberto das plantações; o africano, o crioulo, o mestiço e o mulato das sociedades coloniais americanas; o norte-americano, o latino-americano, o africano e o europeu do mundo ocidental pós-guerra. Ademais, a inclusão só tem sentido se pensada como processo que se desenrola no tempo. Quando precisamente começa a modernidade negra? De que inclusão se fala? Da política, ou seja, da igualdade de tratamento e de oportunidades? Da cultura, isto é, de formas autônomas de representação de si, no plano das artes e da mídia? Da ideologia, isto é, de discursos teóricos que organizam a experiência da vida social? (GUIMARÃES, 2002, p. 2).

As indagações de Guimarães (2002) nos instigam a ampliar as noções em torno da identidade e inserção de negros (as) no pós-abolição. Embora tracemos uma aproximação do que foi a trajetória de Felipe Baptista da Silva, não podemos deixar de lado suas relações e espaços sociais mais elevados na hierarquia social do período, da mesma forma que seria um equívoco defini-lo apenas a partir desses locais.

No que diz respeito as pessoas negras presentes na cerimônia fúnebres, além dos representantes do jornal *O Exemplo*, evidenciamos outros dois sujeitos negros de igual respeitabilidade nos meios sociais da época, trata-se de Felipe Jeanselme da Silva e do maestro José André Gonçalves.

Felipe Jeanselme da Silva era proprietário da loja Aliança, comércio de joias e ourives que ficava localizada no centro da cidade, à Rua dos Andradas, e, além disso, foi membro da Sociedade de Beneficência Porto Alegre⁵⁴. Sua relação com a família Baptista da Silva estava reforçada por meio de laços familiares firmados através do compadrio, quando batizou Maria Delphina, irmã mais nova de Felipe⁵⁵.

Em relação ao maestro José André Gonçalves, seu destaque se deu na atuação como diretor da banda de música Lyra Oriental (BOHRER, 2014) além de transitar por outras agremiações musicais. Como apontou Liane Müller (2013, p. 105) “o maestro José André Gonçalves, ensaiava as músicas da moda na sociedade musical Lyra Oriental, músicas sacras para as solenidades da Irmandade do Rosário, e as músicas feitas para o terno de reis das Bahianinhas”, o que demonstra que esses indivíduos congregavam identidades elásticas ao transitar em diversos segmentos sociais e imprimindo sua presença nos referidos espaços. Conjecturo que Felipe, assim como os demais indivíduos em torno do jornal *O Exemplo*, atuaram em diversas frentes do associativismo

⁵⁴ Em nota do jornal *A Federação* sobre o resultado da eleição da dita sociedade, Felipe Jeanselme da Silva aparece ocupando o cargo de 2º secretário da associação. *A Federação*, 30 mar. 1891, p. 1.

⁵⁵ “Aos dezessete dias do mês de junho de mil oitocentos e noventa e sete, na Igreja Catedral Paróquia de Nossa Senhora Madre de Deus, batizei solenemente a inocente Maria, nascida a vinte e cinco de janeiro do corrente ano, filha legítima de João Baptista da Silva e Francisca Baptista da Silva, foram padrinhos Felipe Jeanselme da Silva e Maria Jeanselme da Silva”. AHCMPA – Livro de Batismo da Catedral de Porto Alegre (1897-1898) nº 29, folha 29.

e estreitaram laços e companheirismos que foram mantidos ao longo de suas experiências sociais, confirmando um protagonismo negro coletivo.

Além das homenagens póstumas proferidas por colegas de redação, nas páginas do jornal, também se destaca o número de coroas e buques de flores, cartões e telegramas, os quais também se apresentaram como fontes importante para mapear os laços mais íntimos e próximos do convívio da família Baptista da Silva. Em relação as coroas e buques de flores, foram enviadas pelos colegas de trabalho da Alfândega e Delegacia Fiscal, dos membros do *Centro Porto-alegrense*, e da *Associação Sportiva de Foot-Ball*⁵⁶. A referida associação esportiva, é apontada por José Antônio dos Santos (2018) no recente livro *Liga da Canela Preta: a história do negro no futebol*, como uma das três entidades desportivas do meio popular urbano que deram origem a chamada “liga da canela preta”. De acordo com o autor:

A primeira delas, e a mais lembrada como formadora da “canela preta”, foi a liga Nacional de Futebol Porto Alegrense, criada em 1920. Depois dela, seguiram-se outras ligas que foram criadas de forma concomitante e com as mesmas entidades esportivas. Foram os casos da Associação dos Amadores de Futebol e da Associação Sportiva de Futebol, fundadas no início daqueles anos (SANTOS, 2018, p. 145).

Não sabemos se Felipe ocupou algum cargo na associação ou algum clube pertencente as ligas citadas por Santos, porém sabe-se que o futebol era assunto presente nas colunas do jornal *O Exemplo*, durante a década de 1920, inclusive alguns dos membros do jornal foram atuantes no meio futebolístico. Clemente Gonçalves de Oliveira havia sido presidente da *Associação Sportiva de Futebol*, e Júlio da Silveira e Marcílio da Costa Freitas estiveram presente nos cargos diretivos do *S.C. Riograndense* (SANTOS, 2018). Presumimos que Felipe estivesse circulando e possivelmente estabelecendo contatos por estes espaços de sociabilidade negra, mesmo que de forma indireta através de seus companheiros de redação. As demais coroas e buques foram enviados pelos amigos, famílias próximas e vizinhos dos Baptista da Silva. Em sua maioria as famílias retratadas eram de membros do periódico, “Júlio da Silveira e família”, “lembranças da família Rabello”, “lembranças de Clemente e família”, foram algumas famílias apontadas e que nos permitem identificar uma rede de famílias negras. Assim como outros nomes apontam para a relação com famílias não-negras como Garibotti e Obst. Dentre os colegas de redação, apenas José da Silva Dias e Dario de Bittencourt, que prestam homenagens

⁵⁶ “As coroas e bouquets enviados”, *O Exemplo*, 12 ago. 1923, p. 2

sem menção a família, embora a viúva e segunda esposa de Aurélio Viríssimo de Bittencourt também tenha enviado suas demonstrações de pesar⁵⁷.

Cartões e telegramas foram enviados para a redação do jornal e para a casa da família, destacando mais de suas relações e dando uma dimensão maior sobre suas conexões, pois além das mensagens recebidas por políticos, militares e sacerdotes locais, também foi lembrado por pessoas de outras localidades. Foram recebidas cartas de Theodomiro da Fonseca (São Leopoldo)⁵⁸, Fábio e Passos (São Sebastião do Caí), Coelho dos Santos (Lajeado), Oscar Danem (Bento Gonçalves) e Ulysses Álvaro de Barros (Cachoeira do Sul)⁵⁹, foram algumas das cidades que Felipe manteve contato.

Além de enviar coroas e buques de flores, Marcílio Freitas também se utilizou da escrita e externou sua dor e homenagem à Felipe em texto publicado pelo jornal. As palavras de Marcílio referem-se a aspectos do caráter de Felipe, o definindo como “bom filho, excelente chefe de família, sincero amigo e devotado funcionário público”. Essas impressões sobre sua personalidade vão de encontro com os preceitos de cidadania que moldaram as primeiras décadas da República e tornaram-se tônica na construção da identidade dos homens negros em torno do *O Exemplo*, visto que trilharam caminhos semelhantes em relação aos mecanismos de inserção social disponíveis no período. Na sequência, Marcílio continua enaltecendo a figura de Felipe e reserva algumas linhas para explicitar o significado da perda de Felipe para o funcionamento do jornal:

Particularmente para o nosso jornal, sua falta é deveras sensível. E tão sensível que, sem exagerarmos, a impressão que nos causou é de que uma paralisia geral acometeu as forças que acionavam o funcionamento d’*O Exemplo*, entorpecendo-lhe os movimentos. Por isso, seu desaparecimento, ocasionará abertura de uma brecha que dificilmente será fechada e a saudade que no seio do funcionalismo federal, dos seus amigos e principalmente entre nós d’*O Exemplo* deixará será imperecível. Valham assim estas linhas por uma braçada de saudades espargidas no seu tumulto pelas mãos trementes de quem, tomado de profunda emoção ocasionada pelo seu desaparecimento, lhe rende justa homenagem envolta na mais pungente saudade⁶⁰.

⁵⁷ “As coroas e bouquets enviados”, *O Exemplo*, 12 ago. 1923, p. 2.

⁵⁸ Theodoro Porto da Fonseca foi um político e membro do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). “No ano de 1902 assumiu o cargo de escrivão da Coletoria Federal em São Leopoldo (RS), passando em 1916 a ocupar o cargo de coletor. Em 1928 foi eleito prefeito de São Leopoldo”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fonseca-teodomiro-porto-da>. Acesso: 10 nov. 2019.

⁵⁹ “As demonstrações de pesar”, *O Exemplo*, 12 ago. 1923, p. 2. Ulysses Álvaro de Barros foi o primeiro secretário, vice-presidente, presidente e participante do Conselho Deliberativo do S. C. 15 de Novembro, ocupou vários cargos no meio associativo cachoeirense, dentre os quais o de primeiro secretário da Liga Operária Internacional da cidade. Barros era Conferente do Posto Fiscal da Alfândega de Cachoeira do sul, e era “correspondente” d’*O Exemplo* desde o início da década de 1920 (SANTOS, 2011, p. 181).

⁶⁰ FREITAS, Marcílio Francisco da Costa. “Palavras amargas”, *O Exemplo*, 12 ago, 1923, p.2.

Nestas palavras percebe-se a importância de Felipe para o jornal e de como seu falecimento ocasionou uma lacuna profunda para seus colegas de redação, que se evidencia nos anos seguintes, sempre lembrado nas datas referente ao seu passamento. Compreendo que parte dessa dor em relação ao funcionamento do jornal pode ser explicada pelo acúmulo do processo de luto ocasionado três anos antes do falecimento de Felipe, quando o jornal lamentava a morte de seu irmão e diretor da folha, João Baptista da Silva Junior, o Baptista Junior. Sem contar o peso que deveria ter sido para a família Baptista da Silva perder seus dois filhos num espaço curto de tempo.

A última demonstração de homenagem à memória de Felipe foi registrada em 5 de agosto de 1924, após a missa realizada na Igreja de N.S. das Dores. Em alusão ao primeiro aniversário de seu passamento, foi inaugurado na sala de honra do jornal *O Exemplo*, um quadro de Felipe tal qual havia sido feito para seu irmão Baptista Junior⁶¹. Os dois irmãos foram os primeiros de uma série de membros que iriam desfilar o semanário ao longo de sua última fase de existência, porém foram os únicos que tiveram sua imagem gravada e presente na redação do jornal, o que de certa forma fez com que nunca tivessem deixado aquele ambiente.

Figura 5.

Exemplar do necrológio de Felipe Baptista da Silva



Fonte: *O Exemplo*, 12 ago. 1923.

Disponível: <http://afro.culturadigital.br/colecao/o-exemplo/>

⁶¹ “Felippe Baptista da Silva” *O Exemplo*, 10 ago, 1924, p. 2

1.2. “A glória da advocacia Rio-grandense”: Baptista Junior (1891-1920)

O Exemplo estampando hoje em clichê retrato, rende-se nestas última linhas humílimo preito de veneração ao seu querido e saudoso diretor e compartilha da cruciante e irreprimível mágoa que alanceou profundamente seu acatado pai nosso amigo major João Baptista da Silva, seu irmão, nosso distinto e leal companheiro tenente Felipe Baptista da Silva, suas dedicadas irmãs, senhorinhas Maria Delphina e Magdalena e sua inconsolável tia, a exma. sra. D. Felicidade Baptista da Silveira⁶².

Três anos antes da perda de Felipe, a família Baptista da Silva havia sofrido com o falecimento de João Baptista da Silva Junior, o Baptista Junior para os colegas de redação e, no âmbito familiar, carinhosamente chamado de Janguito, embora seu necrológio não tenha adquirido a mesma extensão evidenciada no de seu irmão, sua perda foi sentida e lembrada da mesma forma pelos colegas de redação. Embora tenha falecido primeiro que seu irmão Felipe, decidimos apresentar Baptista Junior posteriormente, com o objetivo de passar para o leitor de forma mais aproximada o desenvolvimento da pesquisa e a ordem em que as informações e fontes foram caracterizando e embasando os caminhos que a família percorreu. Desta forma, o uso do seu necrológio não será elemento norteador deste subcapítulo, pois diferente de Felipe, é possível perceber aspectos da trajetória de Baptista Junior em outros momentos do periódico que nos possibilita inferir sobre sua experiência durante as primeiras décadas do século XX.

Baptista Junior nasceu em 28 de setembro de 1891, filho legítimo de João Baptista da Silva e Francisca Baptista da Silva, em sua certidão de batismo consta que sua avó paterna se chamava Lívia Baptista e que ele na pia batismal teve como protetora Nossa Senhora da Conceição e padrinho Antônio Álvaro de Araújo⁶³. Sua existência foi curta, pois em 28 de outubro de 1920, após completar 29 anos, sucumbira a morte vitimado por septicemia, seu desenlace foi publicado em forma de necrológio no exemplar de 31 de outubro daquele ano. Foi referido como um indivíduo que possuía “um formoso talento e era muito contraído aos estudos de gabinete e de ampla compleição moral invejável”⁶⁴. Essas assertivas enquadravam-se nas estratégias pedagógicas utilizadas pelo jornal em evidenciar os “exemplos” positivos possíveis a ser conquistados pelos homens e mulheres

⁶² “Baptista Junior”, *O Exemplo*, 31 out. 1920, p. 1.

⁶³ AHCMPA – Livro de Batismo da Igreja de Nossa Senhora das Dores de Porto Alegre (1891-1895) n° 9, folha 12.

⁶⁴ “Baptista Junior”, *O Exemplo*, 31 out. 1920, p. 1

negras. Dessa forma, a notícia da morte de Baptista Junior, recaiu como um peso sobre o jornal:

Mas o destino reservava-nos ainda maior surpresa do que a que já experimentamos, e, pela manhã de quinta-feira 28 certificávamo-nos de quanto eram fugazes as esperanças de salvamento que alimentáramos, quando até nós chegou a aterradora notícia de que o recrudescimento fortíssimo da moléstia acabava de vitimar o nosso malogrado diretor. Estava morto Baptista Junior!⁶⁵

O necrológio já vinha apontando o desenvolvimento inicial da doença, desde seu estado clínico no leito de sua casa, em que foi diagnosticado pelos médicos Paula Esteves⁶⁶ e Sarmiento Leite com uma “grave moléstia” que de acordo com o jornal, “abatia aquele organismo delicado sob uma temperatura de 40,3”⁶⁷. Devido ao estado agravado foi recomendado pelo Dr. Campos Velhos que fosse internado no hospital de isolamento São José, onde não resistira a morte e veio a falecer, como descreveram seus colegas de redação⁶⁷:

As 5 horas, no hospital de isolamento, em S. José, era retirado da câmara ardente, pelo presidente do grupo mantenedor d’*O Exemplo* Marcílio Freitas, pelo gerente desta folha Julio da Silveira e companheiros Clemente Gonçalves de Oliveira, Januario de Souza, Argemiro Salles e o irmão do extinto, tenente Felipe Baptista da Silva, o corpo inanimado do nosso saudoso diretor. Extenso préstito tomou-se então, em direção ao cemitério da Santa Casa, sendo a certa distância colocado o caixão que encerrava os despojos do extinto amigo no rico coche da Venerável Archi Confraria de Nossa Senhora do Rosário⁶⁸.

Neste excerto do necrológio de Baptista Junior, chamamos atenção para o fato de seus colegas de redação terem estado presente no momento de sua morte no hospital de isolamento e, posteriormente, carregado seu caixão, demonstrando que os laços que

⁶⁵ “Baptista Junior”, *O Exemplo*, 31 out, 1920, p. 1

⁶⁶ Tratava-se, provavelmente, do Doutor Fernando de Paula Esteves, formado pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre em 1912, mesma instituição na qual ingressou como docente a partir de 1915 (**Anais da Faculdade de Medicina de Porto Alegre** - <https://seer.ufrgs.br/anaisfamed/article/viewFile/80651/47306> - acessado em 23.11.2019).

⁶⁷ Apontar como causa morte a “septicemia” envolve sempre uma indefinição quanto ao real motivo do falecimento, sendo o diagnóstico precário. Segundo Daniel Oliveira (2018, p. 175), a septicemia e outras denominações seriam “causas de morte mal definidas”: “E dentro dessa natureza de definição que permite que estas causas sejam identificadas mais como sintomas, também se destaca o caráter generalista desses rótulos, que se demonstram como grandes guarda-chuvas para incorporarem as reais causas de morte, não passíveis de identificação”. O internamento de Batista Júnior no Hospital de Isolamento São José confirma a indefinição sobre a moléstia que o vitimou, mas nos faz supor que os médicos suspeitavam de alguma doença contagiosa. O Hospital de Isolamento São José foi fundado pelo governo do estado em 1909, no Arraial São José, na Estrada do Mato Grosso, no bairro Partenon e visava o distanciamento da urbe e o tratamento de enfermos com moléstias infectocontagiosas. Hoje em dia, essa instituição chama-se Sanatório Partenon. (PICON, Pedro Dornelles; BASTOS, Denise Soares, GARCIS, Paulo Garcia. **Do isolamento ao sanatório**: diferentes práticas e serviços em um espaço de saúde pública de Porto Alegre – de 1909 a 2011. *Boletim da Saúde*. V. 14, nº 1, 1999-2000, p. 133-141.

⁶⁸ “Baptista Junior”, *O Exemplo*, 31 out, 1920, p. 1

dispunham estavam além das relações de trabalho. O “extenso préstito” e o “rico coche” da arquiconfraria do Rosário, descritos acima denotam a respeitabilidade social que se fazia presente no cortejo de Baptista Junior, bem como evidenciar a presença negra no espaço urbano e social da cidade.

Dentre os sujeitos que contribuíram para fortalecer essa presença negra, destaca-se os nome apontados no excerto acima, como de Júlio da Silveira (1884-1927), que além de gerente do jornal durante boa parte da década de 1920, foi também presidente do *Sport Club Riograndense*, funcionário da Escola de Engenharia de Porto Alegre, e membro do *Grêmio Dramático Carlos Gomes* (falaremos mais sobre ele adiante). De acordo com Santos (2011), Clemente Gonçalves de Oliveira foi membro do Grupo Mantenedor e mais tarde seu presidente, após a morte de Marcílio Freitas. Além das lides jornalísticas também se dividia na carreira pública como Oficial de Justiça. Também esteve ligado ao meio futebolístico, ocupando o cargo de presidente da *Associação Sportiva de Foot-Ball*.

No artigo *Grupos Teatrais da comunidade afrodescendente em Porto Alegre (Primeira República)*, o historiador Felipe Bohrer (2017), destaca o papel de indivíduos negro na cena teatral porto-alegrense e destaca a presença de Januário de Souza, nesses espaços. Felipe Bohrer (2017, p. 6), aponta que embora estivesse estabelecido como funcionário do Banco Pelotense, “atuou intensamente como ator amador e cançonetista”, destacando-se em peças teatrais, grupos dramáticos e sociedades carnavalescas que davam corpo a vida cultural da comunidade negra. Em relação a Argemiro Salles não foram mapeadas outras informações além de sua presença no Grupo Mantenedor. As particularidades dessas trajetórias negras nos elucidam sobre os laços complexos que compartilhavam.

A presença da Arquiconfraria do Rosário realizando as honrarias fúnebres para o extinto, representa dentro da perspectiva social uma forma de demonstrar a imponência da presença negra nas ruas da cidade, como destacou Liane Müller (2013, p. 27), “embora tristes, estes eram dias de muito orgulho para os negros, pois a corporação do Rosário saía às ruas vestida com sua maior pompa”. A Irmandade do Rosário foi fundada em 1786 por negros escravizados, livres e forros, que desde seus primórdios, buscou conferir a seus irmãos a proteção religiosa e legitimidade social, pois o fato de o indivíduo tornar-se irmão do Rosário, lhe conferia a possibilidade de ascensão social calcada nos laços de solidariedade e compartilhamento de experiências sociais para a comunidade negra. Estes laços podem ser evidenciados no caso do jornal *O Exemplo*, onde boa parte dos membros fundadores eram irmãos da Arquiconfraria do Rosário. Em relação ao momento que se

tornou Arquiconfraria, Liane Müller (2005) em texto apresentado no 2º Encontro de Escravidão e Liberdade do Brasil Meridional, a autora debruçou-se sobre a Irmandade do Rosário e a Festa dos Navegantes nas relações sociais da comunidade negra. A autora chama atenção para as transformações da congregação, destacando que a partir de 1871 a Irmandade já havia ganhado essa denominação, e que após 1883 obteve o título de Venerável e Episcopal Arquiconfraria. Embora Baptista Junior não apareça em nenhum momento do necrológio descrito como irmão, compreendo que a presença da Arquiconfraria do Rosário se deu sobretudo pela figura de seu pai, o major João Baptista da Silva, que estava envolvido diretamente com a referida congregação, onde ocupou o cargo de Prior.

Retomando ao excerto do seu necrológio, percebe-se que a descrição em torno de seu passamento e sequência dos ritos fúnebres detiveram as mesmas características de Felipe, embora tenha sido descrita de forma mais condensada. Apontam na sequência que o cortejo foi envolvido por uma “extensa fila de carros”, que acompanharam o féretro até o cemitério da Santa Casa de Misericórdia. As demais informações refletem sobre os cartões, telegramas e homenagens recebidas, enfatizando sua representatividade social, mas que ao meu ver concentrava-se numa rede de sociabilidade mais retraída, por não demonstrar uma atuação em meios sociais diversificados.

Diferente de seu irmão, a tônica que envolveu o seu necrológio reflete sobre a falta que faria como diretor, ocasionando “um vácuo profundo nas colunas do jornal”, sempre aliado a perda repentina de uma promissora intelectualidade no campo das lides jurídicas e literárias, qualidades que aparentemente definiam a pessoa de Baptista Junior para seus colegas de redação e associativismo. Assim, buscaremos evidenciar em que consistia esta intelectualidade, bem como ressaltar ações que patrocinou no jornal como diretor da redação. Desta forma, realizaremos uma pausa na descrição do necrológio para entender sua relação com o jornal e os componentes que perpassaram sua identidade.

João Baptista da Silva Junior foi o primeiro membro da família a entrar para o jornal *O Exemplo*, ocupando o cargo de diretor da redação em 28 de janeiro de 1917, quando assumiu o posto deixado pelo ex-diretor Chagas Carvalho, que havia assumido o jornal em 1916, tornando-se o primeiro diretor da nova fase que trazia de volta *O Exemplo* para a arena da imprensa⁶⁹. Nas comemorações do sétimo aniversário da nova fase, datada do ano de 1922, a redação relembrou o início dessa nova etapa, que teve na figura de João

⁶⁹ Dentre os trabalhos que se utilizaram do recorte referente a nova fase do jornal (1916-1930), destacam-se os estudos de Maria Angélica Zubaran (2008, 2016) e José Antônio dos Santos (2011).

Baptista de Figueiredo um dos sustentáculos que fez renascer o jornal, convidando Alcides Feijó das Chagas Carvalho para assumir o semanário que seria publicado em 02 de janeiro de 1916. A matéria chama atenção para os pilares que conduziram a nova fase, entre os quais destacavam-se “a reafirmação do programa inicial”⁷⁰ do jornal. A atuação de Chagas Carvalho foi enfatizada na referida matéria e demarca a contribuição que proporcionou no início dessa nova fase:

Chagas Carvalho, o primeiro diretor, na fase de 1916, foi não há de negar (e honras lhe sejam, por tal, tributadas), que imprimiu ao jornal uma feição moderna, de acordo com o progressivo desenvolvimento da época, trazendo-o, materialmente, elegante e trazendo, para estas colunas, como colaboradores, os espíritos de eleição de Francisco José Ricardo, mais tarde o subjetivo poeta da *Solidão Sonora*; Silva Dias, também vitorioso na crítica literária com seu *Halo Singulares*, [...] Dr. Alvaro Ferreira, popular escritor piauiense, dr. Claro Prado Jacques, o clínico humanitário e mais uma plêiade de escól⁷¹ (grifo nosso).

Como se percebe na matéria, o que caracterizou esta nova fase d’ *O Exemplo* assim como as fases anteriores do jornal, foi a composição do grupo que estava à frente do periódico redigindo suas colunas, fosse por meio de poemas, crônicas ou artigos, que buscava se valer para imprimir seus posicionamentos e ideias em questões políticas, nacionais e situações de preconceito. Essa tônica pode ser observada na notícia *Arrojo de peralvilhos*, publicada em 1916, onde o jornal expõe um caso de preconceito e utilizasse da nacionalidade brasileira como mecanismo de combate ao ocorrido, demonstrando que manejavam ao mesmo tempo uma identidade nacional e étnica.⁷²

⁷⁰ O programa inicial do jornal, foi pautado por duas ideias: “a defesa de nossa classe e o aperfeiçoamento de nossos medíocres conhecimentos”. *O Exemplo*, 11 dez. 1892, p. 1.

⁷¹ A Redação, “O Exemplo, Nossa data tricenal e 7º aniversário da nova fase”, *O Exemplo*, 02 jan. 1922, p. 1.

⁷² Na matéria evidenciamos o posicionamento do jornal em relação ao caso de racismo ocorrido em São Leopoldo. A matéria trazia o seguinte subtítulo: *uma família brasileira é vaiada em certo cinema de S. Leopoldo, pelo simples motivo de sua cor mista*. A notícia chegou ao periódico por meio de uma carta enviada por um indivíduo de “considerável reputação social” e que expressava sua opinião, denunciando a situação da população negra da cidade ao inferir que “aqui nesta terra, distinguem-se as pessoas pela cor e quem não é teuto não vale nada!”. Os redatores aproveitam a assertiva do sujeito e acrescenta em tom de deboche que realmente existem “teutos” que parecem valerem-se de uma nacionalidade maior do que os nascidos na Alemanha. Os articulistas enfatizam que esta atitude é resultado da ideia de superioridade que estes indivíduos estavam perpetuando, demonstrando estarem por dentro do pensamento em torno da Primeira Guerra Mundial, e que não seriam seus “vassalos”. Argumentam de forma ponderada acionando a nacionalidade brasileira colocando-se como cidadãos com civismo e caráter, diferente dos “teutos” dotados de pouca educação (*O Exemplo*, 16 abr. 1916, p.1.). A historiadora Magna Lima Magalhães (2010, p. 50), pesquisando o associativismo negro através da Sociedade Cruzeiro do Sul – o Cruzeirozinho – localizada na época em São Leopoldo, localizou registros a respeito das mesmas práticas de exclusão e preconceito, décadas depois dessas manifestações d’O Exemplo. Magalhães menciona que indivíduos negros procuraram a redação do jornal O 5 de Abril, em maio de 1936, reclamando da dificuldade de acesso que tinham a cinemas locais: “vieram protestar contra os cinemas desta cidade, pois não lhes permitem estes a entrada na plateia. Pleiteiam, por isso, que estas casas de diversões estipulem, pelos menos, um

Ademais, chamamos atenção para observarmos a percepção desses sujeitos como intelectuais, como a própria matéria enfatiza ao retratá-los como uma “plêiade de escol”, ou seja, grupo de homens letrados que se encontravam atuantes em suas profissões, mas que se utilizavam dos dotes jornalísticos para transmitirem seus conhecimentos. Essa perspectiva, adequa-se as contribuições do historiador François Sirinelli (2003), em relação aos estudos dos intelectuais entendidos na percepção de “criadores” e “mediadores culturais”. Para Sirinelli (2003 p. 242), “o primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito”. O autor acrescenta que os estudantes se encaixam na esfera de criadores e mediadores em potencial, pois ao mesmo tempo que produzem, também recebem e transmitem cultura. Vejamos que esta definição se coaduna com os membros do jornal *O Exemplo*, pois, além de alguns de seus membros desempenharem as profissões referidas por Sirinelli, nomes como o de Francisco Ricardo⁷³ e Silva Dias, citados na matéria anterior, apresentaram as características de criadores e mediadores em diferentes etapas de suas trajetórias. Ora destacando-se como acadêmicos de direito e, posteriormente, atuando no campo da magistratura e advocacia, sem deixar de lado a produção intelectual literária e as lides jornalísticas.

Também o historiador José Antônio dos Santos (2011) em sua tese de doutorado, *Prisioneiro da liberdade...*, chama atenção para a intelectualidade negra que rodeava o jornal *O Exemplo* e destaca a importância dos veículos de imprensa para difusão dessa intelectualidade e construção identitária coletiva. Como aponta Santos (2011, p. 20), “através dos periódicos os intelectuais negros buscaram aglutinar pessoas com interesses próximos, foi uma tentativa de criar identidades étnicas, definir estratégias para a mobilidade e atingir objetivos comuns”. Acerca dos redatores do jornal *O Exemplo*, Santos busca apresentá-los ao longo de sua tese como intelectuais negros, devido suas características jornalísticas como produtores e reprodutores dos mais variados debates pertinentes à sua época. Embora o autor não chegue a definir um conceito específico sobre

preço especial para os lugares que indicam para a classe negra”. Segundo Magalhães (2010, p. 5): “Entretanto, a implementação explícita de uma espacialidade segregacionista pode realmente ter sido sugerida pela *classe negra* como um posicionamento crítico em relação ao preconceito velado que sofriam. Se o preconceito racial era uma prática privada aceita no dia-a-dia, então que fosse materializado em normas claras e públicas. Estipular abertamente a reserva de um espaço – o mezanino – para a frequência dos indivíduos negros ao cinema, era propor um abalo e uma crítica explícita a tão propalada democracia racial”.

⁷³ Sobre Francisco Ricardo ver mais em: CIRINO, Leonardo Américo. **Francisco Ricardo (1893-1927):** a trajetória de um poeta negro no pós-abolição. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2017.

intelectuais negros, sua digressão contribui para ampliar as nações e sentidos que o termo adquiriu, sobretudo para evidenciar o protagonismo desempenhado por sujeitos negros durante o pós-abolição.

O atual diretor Chagas Carvalho encontrava-se em diálogo direto com a intelectualidade, pois, além de diretor do jornal, era professor particular de cursos preparatórios e estudante de medicina, tendo se formado em 1917, momento em que deixa a redação do jornal para abrir seu consultório em Montenegro.⁷⁴ Em sua despedida, Chagas Carvalho iniciou seu adeus ao jornal, despedindo-se da “redação intelectual” e tecendo algumas das impressões do que desejou alcançar quando aceitou o convite para assumir a redação:

Eu quisera sempre um jornal do povo para doutrinar o povo, para pugnar pelos direitos dos desvalidos e dos humildes, para promover o adiantamento moral, intelectual e social da coletividade, para atacar quaisquer preconceitos e mesquinhas, para promover, enfim, o adiantamento coletivo, mas com sobrançeria, superioridade e elevação de vistas. Nada de impropérios, de palavrões malcriados, de garotices de pasquina! Quando defendendo a razão de qualquer espoliado, quando pugnando contra o menosprezo de qualquer cidadão houvesse sido alvo emotivamente, quando rebatendo agressões estupidamente preconceituosas, usasse-se de energia na lógica do raciocínio e não de palavras de magarefes e capoeiras⁷⁵.

Na sequência, Chagas destaca que suas aspirações foram sendo alcançadas graças a coletividade dos esforços de “patrícios”, que almejavam os mesmos princípios, e destaca que até a publicação do referido exemplar, *O Exemplo* mantinha os direcionamentos propostos pelo ex-diretor, e caberia ao novo diretor dar continuidade e instigar ainda mais o adiantamento moral da coletividade. No mesmo exemplar em que fora publicada sua mensagem de despedida, surgia o nome do novo diretor na coluna *Fatos e Ocorrências*:

Atendendo a convite nosso, acedeu em dirigir *O Exemplo*, do próximo número em diante o talentoso acadêmico de direito João Baptista da Silva Junior, uma das mais promissoras capacidades mentais da atual geração moça. Espírito adestrado no cultivo das lides intelectuais, o novo diretor d’*O Exemplo* tomou parte brilhante no *Atheneu Literário*, onde apresentou diversos trabalhos de extraordinário valor. Recomendando-o aos nossos leitores, temos a certeza de que o nosso novo diretor saberá ir guindando com segurança o nosso órgão ao fastígio que já vai alcançando no seio da opinião pública. *O Exemplo*, felicita-se pela esplêndida aquisição que acaba de fazer.⁷⁶

⁷⁴ CARVALHO, Alcides F.C. “Dr. Alcides Feijó das Chagas Carvalho, *O Exemplo*, 04 fev. 1917, p. 1

⁷⁵ “A guisa da despedida”, *O Exemplo*, 21 jan. 1917, p. 1

⁷⁶ “O novo diretor d’*O Exemplo*”, *O Exemplo*, 21 jan. 1917, p. 1

Evidenciamos que o início da nova fase do jornal, foi marcada pela difusão da intelectualidade, iniciada e difundida por Chagas Carvalho e que teria segmento na figura de Baptista Junior, que de acordo com a notícia, já se encontrava inserido no arquétipo identitário do qual gozavam os membros do jornal. Sua construção como intelectual negro tem origens ainda na mocidade e foram ganhando novas conotações a partir do momento que entrara para a Faculdade de Direito de Porto Alegre bem como sua participação no *Atheneu Litterário*⁷⁷.

O historiador Luiz Alberto Grijó (2005) em sua tese de doutorado, buscou investigar o ensino jurídico e as relações políticas partidárias no Brasil a partir da Faculdade de Direito de Porto Alegre, que apresentou essas características em sua fundação e trajetória institucional. O autor aponta que já na sua criação no ano de 1900, percebe-se a influência do Partido Republicano Rio-Grandense através da figura de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, dois de seus fundadores que contribuíram tanto no apoio moral apresentando a ideia de fundar uma faculdade, como no aporte material cedendo prédios públicos para a prática das atividades acadêmicas. O que não condicionou a faculdade como uma instituição apregoada ao governo do estado, como bem aponta Grijó:

Embora vários de seus "fundadores" fossem ou tivessem sido detentores de cargos públicos de caráter político-partidário e a época fossem vinculados mais ou menos estreitamente ao PRR, foi na qualidade de particulares e de bacharéis em direito que se reuniram e articularam a estruturação do curso jurídico porto-alegrense (GRIJÓ, 2005, p. 175).

Na sequência de suas análises, Grijó destaca que a Faculdade de Direito funcionou como uma forma de legitimar social e culturalmente a campanha republicana do PRR, no intuito de formar “jovens republicanos”. Além das aspirações políticas que estavam permeando os objetivos da faculdade, o preparo de indivíduos produtores e fomentadores de cultura também era evidente. No artigo *A invenção da história de Porto Alegre*, o

⁷⁷ Com base nas informações encontradas no jornal *A Federação*, o *Atheneu Litterário* dizia respeito a uma sociedade literária formada por acadêmicos ao que tudo indica estarem ligados a Faculdade de Direito. Na nota encontrada, a comissão formada em 1913 apresenta os estatutos que acabam por imprimir os objetivos da referida sociedade: “Artigo 1. Cultivar e propagar a Literatura nas suas múltiplas manifestações. Artigo 2. Concorrer para o aperfeiçoamento da instrução (promovendo a criação de escolas noturnas; fazendo o estudo e a crítica dos programas de ensino e livros didáticos; fiscalizando, tanto quanto possível, o ensino ministrado nas escolas, sob o ponto de vista pedagógico. Artigo 3. Manter um periódico para os fins do artigo 1. Artigo 4. Criar e prover uma biblioteca para uso dos sócios e alunos das escolas noturnas. Artigo 5. Comemorar as principais datas literárias. Artigo 6. Esta associação corresponder-se-á com as sociedades congêneres e homens de letras”. “*Atheneu Litterário*”, *A Federação*, 23 maio. 1918, p. 3. Percebemos que as ações propostas pelo *Atheneu*, configuraram práticas que visavam expandir a intelectualidade formada na academia bem como a difusão do ensino fosse por meio de escolas ou de periódicos.

historiador Charles Monteiro (2002, p. 15) destacou que: “é da Faculdade de Direito, principalmente, que provém a intelectualidade que se dedicava ao Jornalismo, à Literatura e à História”. O autor destaca que este espaço não era exclusivamente o ambiente no qual desenvolvia-se a intelectualidade, além das acepções já postuladas sobre os espaços produtores de cultura e saber, destaco que o *Atheneu Literário* se encontrava como uma dessas propostas. Compreendo que a participação de Baptista Junior nesta associação certamente proporcionou uma bagagem cultural que seria evidenciada posteriormente quando se tornara diretor do jornal *O Exemplo*.

Estas assertivas ganham força quando analisamos a carta que recebera do amigo Flávio Campos que parabeniza o jornal pela escolha de Baptista Junior para o cargo de diretor da redação, e endossa as qualidades intelectuais do amigo, que destacava conhecer de um longo período e assim podia atestar a “elasticidade do teu talento, o teu pendor decidido para os embates jornalísticos, a tua alma de estrela e o teu espírito insubmisso de revoltado contra as injustiças clamorosas das quais o povo vem sendo vítima continuamente”⁷⁸.

As afirmações de Flávio Campos demonstram que Baptista Junior encontraria na seara jornalística um espaço para propagação e posicionamento de suas ideias, demarcando e pautando os debates políticos, sociais e culturais de sua época. As impressões que Baptista Junior transmitiria nas folhas do jornal vão de encontro com as análises de Ana Flávia Magalhães Pinto (2018), ao evidenciar que desde o final do século XIX literatos negros valiam-se da imprensa como plataforma política que lhes permitisse adentrar e definir os debates públicos em torno da sociedade que se rearranjava e imprimia uma nova configuração social. De acordo Pinto (2018, p. 23-24), “providencialmente, a imprensa assumia para eles um lugar privilegiado para o desenvolvimento de seus anseios. E, ao ocuparem as colunas dos jornais, eles tanto localizavam suas particularidades no cenário amplo quanto contribuía para evidenciar o quão estreitos podiam ser os caminhos criados para os futuros passos do país”. Baptista Junior e os demais membros do jornal conseguiriam imprimir parte de seus anseios e dos rumos do país nas primeiras décadas do século XX, em torno do combate ao analfabetismo.

O discurso que envolvia a luta contra o analfabetismo perpassava pela educação básica de padrões morais e comportamentais dos sujeitos os quais delegavam as famílias proporcionar estas bases para a crianças. Podemos perceber esta preocupação do

⁷⁸ CAMPOS, Flávio. “Carta aberta ao João Baptista da Silva Junior”. *O Exemplo*, 28 jan. 1917, p. 1.

periódico na matéria publicada pelo autor Flavius, ao afirmar que “o pai que não manda os filhos à escola é um criminoso que, a maior parte das vezes, não conhece a intensidade do crime que pratica nem os resultados maléficos que dele podem advir para os seus filhos, quando tornados homens”⁷⁹. Essa assertiva de certa forma representava a mentalidade de seus colaboradores, visto que no mês seguinte à publicação da matéria de Flavius, o jornal inauguraria uma coluna intitulada *Da Educação*⁸⁰, que exemplificava a mensagem que seus articulistas queriam transmitir.

Abordaremos, a partir deste ponto, três fatos que ocorreram no jornal *O Exemplo* no ano de 1917, a título de exemplificar as ações do jornal no período em que Baptista Junior atuou como diretor do periódico. Começaremos essa contextualização de um momento da sua gestão no jornal, através da coluna *Da Educação*.

A referida coluna abordou questões ligada a educação, tratando diversos temas ligado as práticas de bom comportamento nas relações em sociedade, contendo artigos como: “Os maus hábitos”, “Dos vícios e defeitos na conversação”, “Nos bailes”, “Palavras e frases vulgares” e “Os lugares públicos”. Esses eram alguns dos tópicos que se enquadravam no estilo dos manuais de civilidade⁸¹, e os jornalistas insistiam nesses pontos, compreendo que com esta iniciativa, estavam propondo práticas de comportamento universais que, a seu modo, disseminavam pedagogias que contribuíam para desassociar a imagem exótica e pejorativa em torno do corpo negro.

Utilizaremos como análise o artigo que se refere a família, objetivando observar quais as ponderações que o jornal realizava sobre o papel da família para formação de um cidadão atuante na sociedade. Abaixo reproduzo as impressões iniciais que o artigo destaca sobre a importância e os compromissos pertinentes a família:

É a família a célula mater da sociedade. Portanto, em seu seio deve o indivíduo haurir os primeiros ensinamentos que o formarão moralmente para o ingresso na atividade social. A educação da família é, portanto, um objeto digno do maior cuidado e carinho da parte de seus respectivos dirigentes. Já sentenciava um exímio publicista que o bom filho será o melhor cidadão. Para que consiga o indivíduo ser bom filho é necessário que o reflita o exemplo dos pais e,

⁷⁹ FLAVIUS, “Contra o analfabetismo”, *O Exemplo*, 11 fev. 1917, p. 1.

⁸⁰ Uma análise mais detalhada sobre a coluna *Da Educação* e sua funcionalidade como estratégia pedagógica pode ser encontrada em: ZUBARAN, Maria Angélica; VARGAS, Juliana. Pedagogias das boas maneiras: formando cidadão civilizados e higiênicos. **Hist Educ. (online)**. Porto Alegre, v. 22 n. 54 jan/abr, 2018.

⁸¹ Sobre os manuais de civilidade destacam-se os seguintes trabalhos: CUNHA, Maria Teresa. Os dizeres das regras: Um estudo sobre manuais de civilidade e etiqueta. **III Congresso Brasileiro de História da Educação**. Curitiba: PUC/PR, 2004. SCHWARCZ, Lilia (org). J.I. ROQUETTE - **Código do Bom-Tom**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. – (Coleção Retratos do Brasil).

portanto, que estes sejam de conduta e de costumes plenamente isentos de qualquer lacuna⁸².

As arguições acima podem ser tomadas apenas como lições de boas maneiras e convivência entre os indivíduos, porém, deve-se levar em conta que para o jornal, estas assertivas eram vistas como formas de disseminar ensinamentos que possibilitassem a grupos da população negra alcançarem uma estabilidade social para si e para as gerações futuras. Pois como destacou Petrônio Domingues (2011, p. 122), “estratos da população negra também podiam comportar-se como quaisquer outros cidadãos, investindo nas regras de boas maneiras, nos laços de família e nos símbolos de distinção social, sem necessariamente terem que abdicar de sua consciência racial”. Por outro lado, os jornalistas negros d’*O Exemplo* sabiam da vulnerabilidade social das comunidades rurais e urbanas, e como seus componentes deveriam evidenciar um comportamento ainda mais exemplar, tendo em vista o controle social e racial de que eram cercados.

Esta questão é evidente no posicionamento do jornal *O Exemplo*, pois compreendo que a identidade racial do periódico perpassava as linhas tecidas nos artigos, em razão de seus membros, os agentes criadores do referido conteúdo, carregarem intrinsecamente a experiência negra de seu tempo e a ancestralidade familiar que os precedia. O que se pode incluir-se na preocupação da matéria, ao atentar para o exemplo (e os ensinamentos) que os pais devem fornecer a seus filhos, fato que ocorreu nas relações analisadas em torno da família Baptista da Silva e será abordada com mais ênfase no próximo subcapítulo.

Na sequência do artigo, as informações pertinentes a família recaem mais sobre o comportamento da criança e de que maneira os pais devem educar, nunca por meio de “palmatorias” ou “aos gritos”, mas utilizando-se da razão e da comunicação, pois assim estimulariam o desenvolvimento do raciocínio das crianças. Tendo na figura da mãe a autoridade com maior responsabilidade em educar, por ser ela a “genitora do lar”, diferente do pai, que se encontrava em casa apenas no momento de “trégua do trabalho⁸³”. As autoras Maria Angélica Zubaran e Juliana Vargas (2018, p. 287) ao analisarem estes e outros aspectos evidenciados na coluna, enfatizaram que “a coluna Da Educação reforçava os papéis tradicionais de homens e mulheres no intuito de preservar a família nuclear estável e de se contrapor à imagem estereotipada da família negra desorganizada, que circulava na grande mídia”. O papel feminino difundido nas páginas do jornal *O Exemplo*, estava em constante diálogo com a noção positivista em torno dos padrões de

⁸² “Da Educação - A família”, *O Exemplo*, 18 mar. 1917, p. 1.

⁸³ “Da Educação - A família”, *O Exemplo*, 18 mar. 1917, p. 1

comportamento e moralidade da mulher. Compreendo que as noções sobre a família negra no pós-abolição adquirem uma complexidade maior, devido a lacunas que ainda existem em torno da percepção do protagonismo negro feminino, que sim, estiveram envoltas no espaço doméstico, mas também marcaram sua posição como professoras, escritoras, poetizas e secretárias de clubes, ou seja, uma gama de especificidades que ainda estão por ser desveladas⁸⁴.

O artigo encerra sua digressão sobre a importância da família reforçando sua proposta inicial, ao enfatizar que “a sociedade nada mais é que o conjunto de várias famílias e, quem soube viver bem e respeitado no seio duma destas famílias saberá também adaptar-se no consórcio de todas elas reunidas”⁸⁵. Buscamos salientar com esta breve análise do pensamento do jornal em torno da família, evidenciando diálogos com as noções de seu tempo, mas que ao meu ver destaca-se a dimensão social que a família ocupa nas relações sociais, apresentando-se como a primeira rede de sociabilidade a ser construída.

O segundo ponto que buscaremos destacar sobre o posicionamento do jornal, é referente ao caso de preconceito envolvendo o filho do professor negro Hemetério dos Santos, que havia sido expulso do Colégio São Vicente de Paula, em Petrópolis (RJ), por um mero acidente da cor epitelial⁸⁶. A primeira matéria alusiva ao caso, foi publicada no exemplar de 08 de abril de 1917, onde o jornal relata o ocorrido e manifesta sua opinião sobre o fato através de uma análise ampla sobre a manifestação do preconceito racial na sociedade brasileira. Abaixo reproduzo parte das palavras proferidas na referida notícia:

Esse fato é um atestado frisante de quanto é grosseira e falha de idoneidade moral a administração de certos estabelecimentos de ensino no nosso país. Por um simples acidente de epiderme o ato mal-aventurado e infeliz da direção do Colégio de Petrópolis, atirou um labéu ignominioso sobre uma crença atingindo em sua injustiça a individualidade de um homem honrado e acatado por quantos o conhecem, como é Hemeterio dos Santos, pai do menino expulso. Parece que há muito a estupidez do preconceito de cores deverá estar banida da sociedade brasileira e que só fosse admitida entre certo resquício de escravocratas pelo hábito de terem vivido nas senzalas (é isso) identificaram-se com os costumes daquela época e ainda hoje, afagando uma tola esperança,

⁸⁴ Dentre os estudos que corroboram para evidenciar o protagonismo negro feminino ver: PERUSSATTO, Melina K. *Aurora da Liberdade: o pós-abolição nos escritos de Sophia Ferreira Chaves na imprensa negra* (Porto Alegre, 1904-1905). *Currículo sem fronteiras*, v.19, n.2, maio/ago, 2019.

⁸⁵ “Da Educação – A família”, *O Exemplo*, 18 mar. 1917, p. 1.

⁸⁶ “Expulso por ser preto”, *O Exemplo*, 22 abr. 1917, p. 1. Hemetério José dos Santos (1858/1939) foi “gramático, filólogo e escritor”, nascido no Maranhão e professor do Colégio Pedro II (LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Negra*. São Paulo: Selo Negro, 2004, p. 604). Sobre Hemetério dos Santos, ver também: SILVA, Luara dos Santos. *Etymologias, preto: Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1888-1920)*. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-raciais). Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2015.

insurgem-se contra os descendentes da raça etíope acoimando-os dos etíopes usados naquela fase de hediondez humana.⁸⁷

No excerto acima, percebe-se que o jornal aciona uma memória da escravidão ao enfatizar a existência de uma herança escravocrata que ainda era recorrente em alguns meios da sociedade brasileira difusores do preconceito racial. Esse posicionamento do jornal traz luz a análise proposta pelo historiador Flávio Gomes ao evidenciar que “a maior parte das explicações sobre a herança da escravidão na constituição do racismo contemporâneo fez desaparecer uma parte da história; a memória social e cultural dos libertos foi como que apagada” (GOMES, 2003, p. 39 *apud* ZUBARAN, 2008, p. 165). Ainda cabe destacar o uso do termo “etíope” para designar as populações negras escravizadas bem como seus descendentes, cabendo inferir sobre uma africanidade ressignificada na visão do periódico.

Nos exemplares datados de 22 e 29 de abril, o jornal *O Exemplo* dedica-se explicitamente a divulgar o caso, apresentando a repercussão na imprensa carioca e paulista, transcrevendo artigos, matérias e até mesmo publicando uma carta do professor Hemetério dos Santos. Neste sentido, tanto seu posicionamento enfático sobre o caso, bem como sua atuação em reverberar a notícia no cenário gaúcho, ilustra uma efetiva ação política antirracismo. Ação que foi reconhecida e parabenizada pelo presidente do *Club Comemorativo 13 de Maio* de Bagé, Juvêncio Joaquim de Lima,⁸⁸ que endereçou seus cumprimentos em especial para o diretor do jornal, Baptista Junior, apontando para a “maneira mais que correta com que vos portastes em vista do criminosíssimo fato da expulsão do jovem filho do distinto erudito professor major Hemetério dos Santos”⁸⁹. Este fato, figurou nas páginas do jornal até a publicação do exemplar de 19 de agosto, onde o escritor Flavius emite suas opiniões sobre o caso, reforçando a “identidade etíope” já apresentada e salientando o caso de preconceito de cor ocorrido na Escola Complementar da capital gaúcha, onde algumas crianças foram impedidas de cantarem o hino por terem a cor preta⁹⁰.

⁸⁷ “Expulso por ser preto”, *O Exemplo*, 08 abr. 1917, p. 1.

⁸⁸ A relação de Juvêncio Joaquim de Lima com o jornal *O Exemplo* pode ser entendida por meio da imprensa negra, pois de acordo com o historiador Tiago Rosa da Silva (2018, p. 75), Juvêncio Joaquim de Lima era proprietário do jornal *A Liberdade*, “órgão responsável por defender as ideias federalistas e exaltar a figura de Gaspar Martins”. Juvêncio Joaquim de Lima era natural de Bagé e havia viajado para Porto Alegre para avaliar as condições para a instalação do seu jornal, que já era conhecido no interior do Estado. Em sua passagem pela capital gaúcha, acabou visitando a redação do jornal *O Exemplo* (SANTOS, 2011).

⁸⁹ “Ainda o caso da expulsão de um aluno por ser preto”, *O Exemplo*, 06 maio. 1917, p. 1.

⁹⁰ “De quando em vez”, *O Exemplo*, 19 ago, 1917, p. 1. O autor da matéria relembra o caso ocorrido na Escola Complementar no ano de 1916, quando se realizavam os festejos em alusão à data da independência do Brasil. O dr. Clemente Pinto, diretor da escola, “não consentiu” ou “permitiu que não consentissem” que

O terceiro fato que iremos discorrer, refere-se à realização dos festivais artísticos organizados por setores da comunidade negra porto-alegrense, que tiveram como epicentro a memória do líder abolicionista José do Patrocínio. No início de março de 1917, *O Exemplo* divulgou a notícia de que se pretendia construir numa das praças públicas do Rio de Janeiro uma herma em homenagem à José do Patrocínio. A nota destaca que a comissão organizadora realizaria palestras e conferências para angariar fundos para a ereção da herma, ato que o jornal parabenizou e colocou-se à disposição para contribuir na concretização da homenagem ao “grande jornalista e ardentíssimo propagandista da abolição”⁹¹. Fato que foi atendido pela comissão, conforme fora publicado no exemplar seguinte:

Tendo *O Exemplo* oferecido a Alta Comissão incumbida da ereção de uma herma, no Rio, a memória de José do Patrocínio, o grande paladino da Abolição e o príncipe do jornalismo brasileiro, o seu apoio moral e, havendo aquela Alta Comissão aceitado o nosso desvalioso auxílio, conforme podem ver os nossos leitores da carta que, em outro lugar publicamos, assinada pelo nosso distinto companheiro e conhecido intelectual dr. José da Silva Dias, resolvemos abrir uma subscrição com o fim de auxiliar a execução daquela merecida iniciativa⁹²

A maneira encontrada pelo jornal para contribuir com a importante causa, foi a promoção de um festival artístico e literário organizado de forma conjunta com a sociedade teatral *Grêmio Dramático Carlos Gomes*⁹³ e a sociedade *Floresta Aurora*⁹⁴, além de contar com o auxílio de outras sociedades negras. No exemplar de 29 de julho, o jornal destaca que o festival seria realizado nos salões da sociedade *Floresta Aurora*, e caberia as “senhorinhas pertencentes a várias sociedades” encarregarem-se de organizar

“alunos de cor escura” fossem incorporados aos demais alunos para cantarem o hino. Flavius não prolonga sua crítica em torno do fato, apenas salienta que tratava-se de um “fato público” e “notório”, que já era do conhecimento de todos, e aponta para a proximidade novamente da data comemorativa, onde espera que não se repita o ocorrido e enfatiza os valores pátrios em torno do hino como um ícone da identidade brasileira e que deve ser cantado por todos.

⁹¹ “Fatos e Ocorrências – José do Patrocínio”, *O Exemplo*, 04 mar. 1917, p. 2

⁹² Pró herma José do Patrocínio”, *O Exemplo*, 25 mar. 1917, p.2

⁹³ O Grêmio Dramático Carlos Gomes, foi uma sociedade estritamente teatral, fundada no ano de 1916, noticiada pelo jornal *O Exemplo* como “uma associação cujos fins será dar espetáculos em benefício de outras sociedades que necessitarem de seus préstimos, contando para isso com um regular grupo de amadores” A nota ainda destaca que o primeiro espetáculo seria realizado no Theatro São Pedro em prol da sociedade Demônios Carnavalescos. “Grêmio D. Carlos Gomes”, *O Exemplo*, 03 dez. 1916, p. 3.

⁹⁴ A sociedade Floresta Aurora, fundada em 1872 e em funcionamento até os dias de hoje, iniciou-se como sociedade de cunho beneficente e assistencialista, com o objetivo da compra cartas de alforrias, visando a inserção social da população negra. Mas foi ampliando sua atuação social e desempenhando outras funções. De acordo Müller (2013, p. 90) “A Floresta Aurora não foi, entretanto, uma sociedade com preocupações apenas recreativas e beneficentes. Dando provas de seu empenho no sentido de contribuir para a elevação social do negro, a associação, mais de uma vez, colocou suas dependências e prestígio à disposição de eventos de caráter político”.

a primeira noite de apresentações⁹⁵. Além de estarem à frente da organização do festival, as “senhorinhas” também participaram na execução de performances artísticas que compuseram parte do programa do festival, destacando-se a figura de Eugenia Bandeira Dias, descrita como “eximia pianista e bandolinista⁹⁶”.

No exemplar seguinte, de 26 de agosto, o jornal dedica uma coluna para apresentar os detalhes de cada parte ocorrida no festival, destacando a participação de seus membros e demais indivíduos envolvidos na construção do festival. Essas ações podem ser entendidas como formas de propagação das atividades culturais produzidas pela comunidade negra, demonstrando o agenciamento e atuação de uma rede de sociabilidade negra. Destaco abaixo trechos descritos pelos redatores do jornal:

O primeiro número *torna sorridente* cançoneta napolitana foi cantado magistralmente pelo sr. Flavio Campos que recebeu muitos aplausos. *Graviella*, episódio das aventuras dum mambira na capital, encontrou em Waldemar Baeta um intérprete *comme infant*. *Manhãs de Abril* schottisch vocalizado pela senhorinha Antonieta das Neves, que teve ocasião de evidenciar a magia desta melodiosa voz de soprano ligeiro, obteve francos aplausos do auditório. O sr. Julio Silveira recitou com muita precisão a poesia O Leão reconhecido. O sr. Januario de Souza om a sua harmoniosa voz barítono cantou com muito sentimento e correção a *Valsa dos que sofrem*, sendo muito aplaudido⁹⁷.

Aqui são retratados membros do *Grêmio Dramático Carlos Gomes*, mas que também eram colaboradores do jornal *O Exemplo*, como Júlio da Silveira e Januário de Souza, ressaltando mais uma vez a rede de sociabilidade em que estavam inseridos. Mas é interessante destacar o caráter erudito das peças e sonetos desempenhados pelos atores considerados amadores, demonstrando a capacidade intelectual e não simplesmente artística desses homens e mulheres negras, pois entendiam a dramaturgia como uma instância pedagógica.

Neste ponto, evidencia-se a presença do teatro como estratégia pedagógica que caracterizou o festival, e seu potencial artístico como instrumento educacional eram compreendidos pelas sociedades e pelo jornal, além de fomentar a criação de identidades negras que se remetiam aos exemplos “vitoriosos da raça”, como Patrocínio. Esta perspectiva é evidenciada especialmente no caso do *Grêmio Dramático Carlos Gomes*, noticiado pelo jornal como uma das agremiações teatrais que contribuem para o adiantamento moral e intelectual da sociedade, à medida que vem “educando pela arte

⁹⁵ “Festivais Artísticos”, *O Exemplo*, 29 jul. 1917, p. 2.

⁹⁶ “Festivais Artísticos”, *O Exemplo*, 19 ago. 1917, p. 1

⁹⁷ “Festivaes Artísticos”, *O Exemplo*, 26 ago. 1917, p. 2

dramática”⁹⁸. Isabel Silveira Santos (2015) alerta para o papel pedagógico que o teatro desempenha na formação de uma identidade negra positiva, devido ao caráter instrutivo das peças de teatro:

Outra estratégia pedagógica recorrente nas peças teatrais e nas biografias é a da valorização da instrução, do letramento e do trabalho, como forma de reverter as representações estereotipadas que circulavam sobre os negros (as) no início do século XX, particularmente, a “incapacidade intelectual” e a propensão à “vagabundagem”. (SANTOS, 2015, p. 170).

A matéria é finalizada com a descrição da última parte do festival descrito como “ato de variedades”, onde percebemos literalmente uma variedade de performances como: poemas, valsas e lundu. Por fim, o jornal faz um agradecimento para aquelas pessoas que foram essenciais para a realização do festival:

A veterana sociedade *Floresta Aurora* ao *Grêmio Carlos Gomes*, ao nosso amigo Januario de Souza ao qual entregamos a direção artística da festa, a senhorinha Antonieta das Neves, as sras. Maria José e Violette, e a todos os amadores que com seu valioso concurso tanto cooperaram para a execução desse festival asseguramos o nosso mais alto agradecimento. E ao nosso amigo dr. Chrisiano Fetterman agradecemos de coração o brilhante concurso intelectual que nos prestou com a sua belíssima conferência. Ao nosso amigo maestro Manoel Bandeira Dias e a senhorita Eugenia Bandeira Dias agradecemos o inestimável concurso que nos mostraram dirigindo a orquestra e fazendo os acompanhamentos no piano. A todos em geral, hipotecamos a nossa mais expressiva gratidão.⁹⁹

A realização deste festival artístico e literário demonstra a preocupação das sociedades para com a valorização das memórias negras e a busca da ressignificação da identidade negra numa sociedade em que se aspiravam conceitos de cidadania e identidade nacional. A utilização da figura de José do Patrocínio e outras lideranças negras, contribuía para exemplificar essas referências identitárias a serem adotadas como inspiração. Nas palavras de Zubaran (2008, p. 172), essa ação “era mais uma forma de construir a identidade coletiva negra no pós-abolição, produzindo modelos de negros com os quais a comunidade negra poderia identificar-se”. No caso do festival apresentado, foi possível evidenciar coletivos negros criando espaços de sociabilidade através da cultura, ao reavivar a memória de Patrocínio no século XX.

Com esta digressão sobre estes três fatos que apresentaram instigantes chaves de análise para pensar o jornal *O Exemplo* e as demandas da população negra no pós-abolição, destacamos que estas ações do jornal, nos possibilitam afirmar que em seu

⁹⁸ “Em torno de uma noite de arte”, *O Exemplo*, 08 jul. 1917, p. 2.

⁹⁹ “Festivas Artísticas”, *O Exemplo* 19 ago. 1917, p. 2

primeiro ano como diretor, Baptista Junior conseguiu conduzir a parte intelectual do periódico e inserir o jornal nos moldes desejados pelos seus integrantes. Inferimos que seu posicionamento frente as questões aqui levantadas podem ser evidenciadas de forma implícita nas opiniões emitidas pelo jornal, pois compreendo que a coletividade também estava presente na elaboração de seus pensamentos. Dentro dessa perspectiva, conjeturo sobre a sua participação em relação ao festival literário, além de atuar como diretor e estabelecer a comunicação com a comissão organizadora do Rio de Janeiro, através das cartas trocadas pelo representante desta comissão, seu amigo e colaborador d’*O Exemplo* Silva Dias¹⁰⁰, infiro que poderia ter se envolvido na parte artística e teatral do evento. Pois, de acordo com o apontando em seu necrológio, além de administrar o semanário, também se dedicava ao teatro, “burilando as filas harmônicas teatrais”¹⁰¹ que se encontravam publicadas nas colunas do jornal¹⁰². Evidenciando outra aresta de sua intelectualidade.

A partir de agora retomaremos a leitura do necrológio de Baptista Junior, com o objetivo de ressaltar informações pertinentes a sua atuação profissional no campo da advocacia, bem como evidenciar a rede de sociabilidade em que estava inserido, através das homenagens póstumas que recebeu, rede esta que está moldada pelo conhecimento e intelecto desenvolvido em sua trajetória.

Os primeiros passos dessa trajetória, apontam para a sua escolaridade. Percebemos através do jornal *A Federação*, que ele frequentou os bancos escolares do Colégio Anchieta¹⁰³, por volta de 1907, onde apareceu entre os aprovados do terceiro ano nos exames referentes a matéria de chorographia (área da geografia)¹⁰⁴. Sobre o ingresso no

¹⁰⁰ DIAS, José da Silva. “Exm. sr. dr. João Baptista da Silva Junior”, *O Exemplo*, 19 ago. 1917, p. 1.

¹⁰¹ “Baptista Junior”, *O Exemplo*, 31 out. 1920, p. 1.

¹⁰² A provável coluna que a matéria se refere pode ser a *Palcos e Telas* nas quais eram imprimidas críticas e resenha sobre as apresentações que estavam em cartaz nos teatros da cidade, mas também a mesma atividade era desenvolvida para os filmes, o que até então não sabemos se também eram descritos por Baptista Junior.

¹⁰³ O Colégio Anchieta foi fundado em 1890 na cidade de Porto, localizado na Rua da Igreja (atual Duque de Caxias), popularmente conhecido como “Colégio dos Padres”, estava organizado sob os preceitos jesuítas de Inácio de Loyola e destinado inicialmente a meninos de 9 a 12 anos de origem alemã e italiana e que já soubessem ler e escrever. <http://www.colegioanchieta.g12.br/historia/> - acessado em: 30.11.2019. Destaca-se que o Seminário de Pareci Novo, em que seu irmão Felipe frequentou, também era de ordem jesuítica, demonstrando que havia uma preocupação familiar em proporcionar uma boa educação que levasse em conta os ensinamentos religiosos em seus princípios.

¹⁰⁴ “Exames – Colégio Anchieta”, *A Federação*, 10 dez. 1907, p. 1. Recentemente recebemos informações via e-mail do Arquivo Histórico da Faculdade de Direito da UFRGS referente a passagem de João Baptista da Silva pela instituição, onde ingressou em maio de 1911 como aluno ouvinte e durante o período de 1911 a 1915 consta em seu nome provas e certificados de que cursou as disciplinas necessárias para concluir até o 4º ano. Além desses dados, consta que em 30 de março de 1916, realizou um pedido de transferência para a Faculdade de Direito do Dr. Celso Afonso no Rio de Janeiro. Até o presente momento não tivemos acesso

curso superior, as informações encontradas no jornal apontam que sua entrada na Faculdade de Direito se deu a partir de 1912, período em que aparece prestando os exames para a referida faculdade¹⁰⁵. Visto que, em 1913, já era referido como acadêmico em nota sobre as atividades do *Atheneu Litterário*, do qual foi secretário no respectivo período¹⁰⁶. Infelizmente essa condição de acadêmico nunca foi alterada, pois faleceu antes de concluir o curso, o que não invalidou sua atuação prática na área e a relação que estabeleceu com advogados renomados da época. Fato evidenciado em seu necrológico:

De uma atividade incomparável seus estudos acadêmicos não o impediam de trabalhar no foro ao lado de notáveis advogados, como o fez por algum tempo ao lado do Dr. Alvaro Sergio Massera e já bastante tempo tornara-se infatigável auxiliar do ilustre Dr. Raymundo Alexandre Pereira, que tinha Baptista Junior na maior estima e consagrava-lhe o máximo apreço¹⁰⁷.

Estas informações contribuem para evidenciarmos como foi o contexto que estava definindo seus caminhos como advogado, através dos contatos e trocas que havia estabelecido com os referidos advogados, em especial Raymundo Alexandre Pereira, que buscaremos explorar mais essa relação no decorrer de nossas análises. Compreendo que a vinculação a estes nomes “notáveis”, contribuiu para legitimar a atuação de Baptista Junior nas causas que advogou no foro da capital. Percebemos que sua situação difere da prática do rábula, que teve na figura de Luiz Gama seu maior expoente durante o século XIX, e dizia respeito a uma “espécie de advogado prático, que, não tendo formação acadêmica, defendia ações em primeira instância, por meio de autorização provisória obtida perante o Juizado Municipal ou definitiva no Tribunal da Relação ou pelo Instituto dos Advogados” (PINTO, 2018, p. 86). A praticidade de Baptista Junior enquanto advogado, mesmo na condição de auxiliar e não estando formado, foi avalizada em alguns momentos como sua atividade profissional.

Na listagem dos eleitores falecidos que tiveram seus nomes excluídos do registro eleitoral encontramos essa menção em relação a sua profissão. Os indivíduos eram apresentados na seguinte ordem: nome, idade e profissão. Nosso biografado, foi descrito nos mesmos moldes - “João Baptista da Silva Junior, 29 anos, acadêmico”¹⁰⁸. Afirmando que a esta altura de sua vida, ele já estava habilitado a exercer a função, além de ter em

a documentação, pois o arquivo da faculdade encontra-se em processo de reorganização, impossibilitando o acesso a pesquisa.

¹⁰⁵ “Exames – Faculdade de Direito”, *A Federação*, 04 mar. 1912, p. 4.

¹⁰⁶ “Atheneu Litterário”, *A Federação*, 21 out. 1913, p. 5.

¹⁰⁷ “Baptista Junior”, *O Exemplo*, 31 out. 1920, p. 1.

¹⁰⁸ “Edital”, *A Federação*, 16 dez. 1912, p. 5.

mente as características do curso de advocacia que se encaixa na conotação de “ocupações de nível superior”, conforme apontou Edmundo Campos Coelho (1999). Ao se debruçar sobre as profissões imperiais no Rio de Janeiro e suas transformações no início do século XX, Coelho destacou as implicações e significados do termo *profissão*, bem como a necessidade de distinguir as ocupações de nível superior das demais profissões. Para isso, Edmundo Coelho (1999) aponta algumas questões a serem consideradas:

Entre outras razões, porque as profissões (de agora em diante, para designar ocupações de nível superior) não estão inseridas no processo produtivo ou no de acumulação de *strict sensu*. O que os profissionais produzem, ao contrário do operário industrial ou do artesão, é de natureza intangível e quase sempre inextrincavelmente vinculado à pessoa e à personalidade do produtor. Também o regime de trabalho do profissional no início dos anos 30 era inteiramente diverso do regime a que estava submetido o operário. Médicos e advogados eram predominantemente autônomos ou “liberais” [...] (COELHO, 199, p. 27).

O autor ainda destaca que a forma de receber os honorários para as referidas profissões de nível superior, também apresentava certas condições que diferiam das demais. A acepção do termo defendido por Coelho (1999), contribui para avaliarmos a situação de Baptista Junior em relação a sua profissão de advogado, pois além de diferir dos demais profissionais, o fato de estar no andamento do curso, me parece mais conveniente analisar sob a ótica de ocupação de nível superior. Fato que provavelmente foi corroborado através de sua relação com advogados conhecidos, que contribuíam para garantir-lhe legitimidade social, além do acúmulo de experiência profissional de direito: encaminhamento de petições, redação de documentos e contatos juizes, funcionários dos tribunais e outros advogados.

Adentrando no regime de trabalho, o necrológio nos informa que Baptista Junior provavelmente não estava ligado diretamente a um escritório, ou prestando serviços de consultoria, e sim, ao foro da capital onde constituiu sua breve carreira na advocacia. A exemplo de seus feitos, os colegas de redação destacam que “patrocinou causas importantes tendo vencida quase todas” e recordam dois casos que comprovam sua performance: “Epifanio Americo dos Santos¹⁰⁹, acusado de crime de morte e, finalmente,

¹⁰⁹ Epifânio Américo dos Santos declarou ser “solteiro, filhos de pais incógnitos, de profissão jornalista e morar na Rua Nova, sem apresentar residência fixa, e não saber ler nem escrever”. Envolveu-se em luta corporal com Pedro Conservando de Oliveira na residência de Adelina Rovisco, amásia de Pedro e mais conhecida como Celina, descrita no boletim policial como “meretriz”. Em seu depoimento, Pedro Conservando de Oliveira destaca que Epifânio morava com sua amásia Maria num dos quartos de aluguel da casa de Pedro e Adelina, e que já havia presenciado Epifânio maltratar sua amásia, e com isso lhe deu um ultimato para sair de sua residência. No dia do ocorrido, Pedro estava saindo dos fundos de sua casa quando foi surpreendido por uma punhalada no ventre proferida por Epifânio, que se encontrava escondido no interior da casa, os dois lutaram até o momento em que um guarda municipal que passava pelo local

em agosto último, ainda perante o Tribunal do Júri, conseguiu a absolvição de Leopoldina Krall, acusada do crime de infanticídio”¹¹⁰. Buscaremos apresentar brevemente o caso de Leopoldina em razão de ter sido o último caso defendido por Baptista Junior, meses antes de seu falecimento, e por apontar questões pertinentes para o contexto social do pós-abolição, bem como análises pertinentes as práticas de infanticídio¹¹¹.

O caso de infanticídio ocorrido em novembro de 1919, foi descrito em linhas gerais pelo jornal *A Federação*:

No prédio n.3 da rua Formosa, reside há longo tempo d. Eugenia Schmidt, que tinha como criada a menor Leopoldina Krall, vinda há dois meses do lugar denominado Rolante. No dia 2 do corrente, d. Eugenia, ao regressar do Cemitério, onde fora depositar flores em túmulos de pessoas amigas, encontrou sua criada recolhida ao leito, motivo pelo qual fe-la recorrer-se ao hospital da Santa Casa de Misericórdia. Qual não foi sua surpresa quando, dias depois teve ciência de que Leopoldina dera á luz uma criança, que estrangulara, enterrando-a, depois, no próprio quintal de sua casa¹¹².

No processo-crime, o delegado do caso Silvio Barros, descreve os depoimentos das testemunhas e da ré, sobre o ocorrido e inicia com a versão da proprietária da casa Eugenia Schmidt. Eugenia Schmidt, viúva de 55 anos, descreve que Leopoldina Krall era “muito dócil” e “quieta” e que havia conquistado a confiança da casa e, assim, dormia num quarto próximo ao de sua patroa. Eugenia conta que, após perceber o estado de sua criada, no dia 3 de novembro, chamou seu médico, o dr. Luiz Khul para examinar Leopoldina, que se recusou a receber o atendimento e confessara inicialmente que havia tido um aborto e enterrado a criança no galinheiro da casa, fato comprovado pela criada *preta* Generosa Dias, que havia encontrado a criança enterrada sob algumas telhas. Generosa Dias, que na verdade se chamava Generosa Celestina da Silva, foi descrita com 43 anos, preta, viúva, serviçal na casa de Eugenia Schmidt e moradora na Rua Ramiro Barcellos nº 278, e que além de ter encontrado a criança no galinheiro, declarou que “era

adentrou na residência e efetuou a prisão de Epifânio. A defesa proferida por seu advogado João Baptista da Silva Junior consistiu em argumentar que o acusado encontrava-se “em completo estado de embriaguez e conseqüentemente de completa privação de sentidos e inteligência” e inclusive ainda encontrava-se nesse estado quando foi interrogatório na delegacia e que depois disse não se lembrar de ter feito as declarações onde assumira ter agredido Pedro. Ademais, utilizou-se da dirimente presente no §4 do art. 27 do Código Penal de 1890, em que destaca que não são criminosos “os que se acharam em estado de completa privação de sentidos e de inteligência no ato de cometer o crime”. O réu foi absolvido pelo Júri em 05 de março de 1920. APERS – 2º Cartório do Cível e Crime de Porto Alegre, maço 65, n. 992, 1919.

¹¹⁰ “Baptista Junior”, *O Exemplo*, 31 out. 1920, p. 1.

¹¹¹ Sobre o infanticídio no século XX ver: PEDRO Joana Maria. **Práticas Proibidas:** práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

¹¹² “Um crime”, *A Federação*, 12 nov. 1919, p. 5

desafeta de Leopoldina, pois essa, talvez por diferença de cor, revelava antipatia por ela”¹¹³.

Interessante nestas informações iniciais sobre o ocorrido, que encontramos duas trabalhadoras do serviço doméstico, uma *preta* (Generosa) e uma *branca* (Leopoldina), sendo que a *branca* e de sobrenome alemão tinha a simpatia de sua patroa a ponto de dormir na casa patronal e em quarto próximo a sua ama. Generosa, talvez por preferência própria visando manter sua autonomia em termos de relações familiares e afetivas da patroa, morava fora da casa em que trabalhava como *serviçal*.¹¹⁴ Percebemos aqui um espaço doméstico racializado, com a doméstica branca tendo preferência da patroa, até talvez pela língua germânica compartilhada por ambas. Podemos inferir que, embora a convivência entre Generosa e Leopoldina não fosse harmoniosa, este contato com pessoas de ascendência germânica não deveria ser de todo estranho para Generosa, em virtude do local em que morava. Conforme apontou Marcus Vinicius Rosa (2014, p. 200), a Rua Ramiro Barcellos “servia de moradia para diversos teutos, mas também havia pessoas de muitas outras nacionalidades transitando por lá”. De acordo com Rosa, a presença germânica na Rua Ramiro Barcellos pode ser apreendida pelo menos desde 1896, através da Sociedade Beneficente Deutcher Krankenverein, enfatizando a presença de alemães nas proximidades da Colônia Africana. Desta forma, compreendo que Generosa, moradora da Rua Ramiro Barcellos, já estava habituada a perceber os sentimentos e animosidades proferidos pelos germânicos entre suas relações. Outro dado interessante é a existência da criação de pequenos animais (galinhas) em uma residência *urbana*, mostrando a diversidade de funções que uma criada desempenhava.

Na descrição referente a Leopoldina, percebe-se que ela estava grávida de 7 meses de Edmundo Kart, morador da Colônia de Santa Maria, e que há dois meses havia saído de Rolante para Porto Alegre, onde empregou-se como criada na casa de Eugenia Schmidt. E que ao dar à luz a uma criança branca, do sexo masculino, na madrugada de 1º de novembro, necessitou “ocultar seu pudor” e assim o fez, primeiramente

¹¹³ APERS – 2º Cartório do Cível e Crime de Porto Alegre, maço 67, n. 1031, 1919.

¹¹⁴ Sobre o trabalho feminino, ver: Souza, Flavia Fernandes de. **Criados, Escravos e Empregados: O serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira** (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017; COSTA, Ana Paula do Amaral. **Criados de servir: estratégias de sobrevivência na cidade do Rio Grande (1880-1894)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013; GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. Tradução Viviana Bosi. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1992.

estrangulando-a e depois amarrando-lhe uma corda ao pescoço (que se encontra anexada ao processo).

Uma análise preliminar nos remete a pensar que a honra foi o epicentro para que Leopoldina cometesse o infanticídio, mas esta não pode ser a única chave de leitura para compreender os contextos que envolviam a decisão tomada por essas mulheres. Marla Albuquerque Atayde (2007) ao estudar as mulheres infanticidas em Fortaleza na primeira metade do século XX, ressalta que é necessário ampliar as motivações dessas mulheres para além da moralidade. De acordo com a autora:

Contudo, acredito que mesmo sendo esses fundamentos de moralidade e honra amplamente difundidos pelos jornais, pela Igreja, pelas famílias tradicionais do período e pelos demais aparelhos sociais, não consigo vislumbrar até que ponto, eles realmente permeavam as preocupações das mulheres pobres, envolvidas em infanticídio. É difícil, considerar somente motivos relacionados à vergonha, ao pudor, à moralidade, quando temos vários elementos que apontam para outros horizontes, como a questão da própria sobrevivência, que insistem em ser obscurecidos por questões de honra (ATAYDE, 2007, p. 31).

Interessante que existem outros casos similares a este que estamos relatando e que apresentam esse mesmo deslocamento, de uma mulher que sai de uma zona de imigração europeia e vem para Porto Alegre se empregar como doméstica na casa de uma família de ascendência germânica. Isso indica a existência de uma comunidade teuto-brasileira na capital¹¹⁵ e uma demanda de trabalhadores e trabalhadoras domésticos para essas residências. Entretanto, a grande presença de mulheres e homens negros no mundo do trabalho doméstico criava inter-relações que não eram apenas demarcadas pelo gênero e pelo ofício, mas também por tensões raciais. Destaque-se que algumas dessas mulheres *alemãs* vinham para a capital tentando gerenciar gestações que se davam fora do sagrado matrimônio e que podiam macular as famílias dos envolvidos. Talvez o ato extremo de infanticídio de Leopoldina Krall tenha sido, em parte, causado por sua recente chegada a Porto Alegre, onde ela não tinha ainda relações que a ajudassem a dirimir o *problema*. Sua antipatia racializada por sua companheira de profissão, a *preta* Generosa, deve tê-la impedido de buscar uma solidariedade feminina que a orientasse no acesso a alguma parteira ou a colocação do recém-nascido na roda dos expostos da Santa Casa de Misericórdia local. Aliás, como veremos a seguir, a criada Leopoldina Krall tinha suas

¹¹⁵Tal comunidade já foi analisada por: GANS, Magda Roswita. **Presença Teuta Em Porto Alegre no Século XIX: 1850-1889**. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2004.

relações sociais marcadas pela germanidade, pois não sabia ainda falar o português, necessitando de um intérprete para traduzir os seus depoimentos.

A situação de Leopoldina poderia estar ligada a questão econômica de sobrevivência, bem como a honra, porém suas motivações não ficaram explícitas como veremos em seu interrogatório. Antes de ser interrogada, há a menção ao seu advogado, que inicialmente seria o dr. Rubens Reys de Barcellos, porém este não poderia acompanhar o desenrolar do processo por necessitar ausentar-se do foro, e seu lugar fora nomeado “o advogado sr. João Baptista da Silva Junior para exercer o cargo de curador da menor Leopoldina Krall, designo o dia 30 às 13:30 horas para prosseguir-se com o protocolo jurídico”¹¹⁶. O interrogatório foi realizado no dia 30 de março de 1920, e destaca-se a posição de Leopoldina sobre sua inocência, a qual ao ser perguntada se possuía provas ou alegações que comprovassem sua inocência respondeu: “tenho e meu advogado as dirá”¹¹⁷.

O interrogatório foi realizado por intermédio de um intérprete, pois a ré não sabia falar português. Ao ser perguntada se conhecia as testemunhas que prestaram depoimento e se tinha algo a se opor em relação a elas, Leopoldina respondeu que “as conhecia e nada tinha a opor-se”, embora Generosa reclamasse do preconceito de cor manifestado por ela. O que me faz inferir sobre a possibilidade de existir uma tensão entre a ré e seu advogado negro, demonstrando a potencialidade da fonte ao apontar leituras por meio da racialização no aspecto relacional. Talvez mais evidente ao pensar Leopoldina e Generosa que dividiam o mesmo espaço de trabalho, mas percebe-se Leopoldina numa condição de vulnerabilidade maior do que Generosa, e que talvez seu maior qualificativo fosse ser branca. Aqui podemos apenas inferir como o jovem advogado e militante negro Batista Júnior deveria se sentir incomodado, ao assumir a defesa de uma ré que manifestava *antipatia* calcada no racismo, com relação a sua companheira de ofício. Logo ele, que militava em um jornal que incansavelmente denunciava comportamentos desse tipo.

Ademais, no processo, Baptista Junior utilizou-se da dirimente presente no Código Penal da República de 1890, que favorecia a ré Leopoldina, que se encontrava detida na Casa de Correção. Como foi apontado em seu necrológio, ele realizou a defesa da ré no Tribunal do Júri, valendo-se de sustentação oral a partir do Código Penal, sua argumentação parece ter sido pertinente e eficaz, pois ao final do trâmite do processo, conseguiu por unanimidade a absolvição da ré, que teve seu alvará de soltura expedido

¹¹⁶ APERS – 2º Cartório do Cível e Crime de Porto Alegre, maço 67, n. 1031, 1919, p. 50

¹¹⁷ APERS – 2º Cartório do Cível e Crime de Porto Alegre, maço 67, n. 1031, 1919, p. 80

pelo juiz em 12 de agosto de 1920¹¹⁸. Embora não se tenha um registro dos argumentos utilizados no Tribunal do Júri por Baptista Junior entende-se que foram suficientes para convencer o corpo de jurados.

Em relação a defesa de Baptista Junior no caso de Leopoldina, há uma provável menção de como teria sido realizado seu desempenho. Trata-se de um depoimento que fora publicado n’*O Exemplo*, dois anos após sua morte, pelo amigo dr. Raimundo Alexandre Pereira, que em determinado ponto ressalta as qualidades de Baptista Junior e sua atuação como advogado, ao enfatizar que ainda se lembrava do “fulgor de sua palavra a irradiar-se numa atitude serena e elevada quando, da sua exibição na tribuna do Júri, num caso sério e complicado, defendia uma infeliz mulher, sem auferir proventos, unicamente conduzido pelo altruísmo que lhe era inato”¹¹⁹. Embora não possamos afirmar que se tratava do mesmo caso que apresentamos anteriormente, percebe-se que sua capacidade de argumentação e imposição denotavam toda a sua intelectualidade negra frente a um espaço predominantemente branco.

A mensagem de Raimundo Pereira enquadra-se nas homenagens póstumas que Baptista Junior recebeu e que, diferente de Felipe, apresentaram-se na forma de dizeres e poemas publicados no jornal. O que nos permite tecer ponderações sobre as particularidades da trajetória que ele trilhou, bem como a marcação de uma intelectualidade negra apontada pelas pessoas com que mantivera laços de afinidade. Dentre as particularidades, apresenta-se uma em especial que diz respeito a sua religiosidade, que diferente da identidade católica imprimida pela família, Baptista Junior teria se voltado para a religião espírita. Este dado foi apresentado pelo sr. Claudio em uma de nossas conversas:

Vitor: - Qual a importância que davam para a religião católica?

Sr. Claudio: - O catolicismo era presente na vida deles, muito em função do major (João Baptista da Silva) que foi um homem muito dedicado a Igreja, inclusive por ter acumulado alguns títulos honoríficos nas instituições que frequentou.

Vitor: - A família como um todo então era ligada a religião?

Sr. Claudio: - Sim, menos o Janguito, porque ele era espírita. Ele era o antagonismo da família.

Vitor: - E como o senhor ficou sabendo disso?

Sr. Claudio: - Ah, isso elas (sua mãe e a madrinha Maria Delphina) contavam que ele era espírita.¹²⁰

¹¹⁸ APERS – 2º Cartório do Cível e Crime de Porto Alegre, maço 67, n. 1031, 1919, p. 82.

¹¹⁹ PEREIRA, Raimundo A. “No além”, *O Exemplo*, 29 out. 1922, p. 1

¹²⁰ Entrevista realizada em 23 nov. 2017, Porto Alegre. Entrevistador: Vitor Costa.

Este dado sobre a inclinação religiosa de Baptista Junior, pode ser conjecturado ao evidenciarmos a partir do momento que assume a redação do jornal, um aumento de matérias sobre questões espíritas, bem como notícias informando as atividades de algumas casas da capital¹²¹. Uma das notícias que denotava essa aproximação do jornal com o tema em questão foi publicada em 1919, referindo-se à criação do *Jornal Espírita*, o qual afirmavam ser “consagrado a propaganda entre nós do espiritismo” e desejavam felicitações e sucesso ao novo colega¹²². Essa adesão ao espiritismo pode ser explicada pela maneira que a doutrina foi sendo incorporada ao contexto brasileiro em fins do século XIX e início do século XX¹²³. Como destacou o historiador Daniel Simões do Valle (2010), em sua dissertação de mestrado ao estudar as práticas espíritas na imprensa carioca durante o pós-abolição, chamou atenção para o público que acabou se voltando para o espiritismo. De acordo com Valle (2010, p. 78), “ocorria no Brasil situação semelhante àquela observada no velho continente, onde a maioria dos estudiosos do espiritismo era composta por intelectuais”, sob esta perspectiva a cientificidade que o espiritismo imprimiu era presente também nas páginas d’*O Exemplo*, pois por inúmeras vezes referiam-se a Allan Kardec como “o grande filósofo”.

Sobre o desenvolvimento do espiritismo no Rio Grande do Sul, a historiadora Beatriz Teixeira Weber (2011), vem fazendo levantamentos significativos em relação a organização e estruturação da doutrina. Em linhas gerais, a autora assinala que:

O espiritismo kardecista no Rio Grande do Sul possui grupos organizados desde 1891, quando ocorreu a fundação do Centro Espírita Rio-Grandense, na cidade de Rio Grande. Em 1894, foi fundado o Grupo Espírita Allan Kardec, em Porto Alegre. Seus membros, junto com outras sociedades, fundaram a Federação Espírita do Rio Grande do Sul em 1921. O Estado contava com 18 grupos organizados em várias cidades quando da fundação da Federação, numa lista de participantes do I Congresso Espírita do Rio Grande do Sul (WEBER, 2011, p. 2).

¹²¹ Um exemplo dessa divulgação do espiritismo, é a *Sociedade Espírita Dias da Cruz*, que figurou nas páginas do jornal seus informativos referentes as eleições da assembleia para posse de sua diretoria. *O Exemplo*, 18 mar. 1917, p. 2. Além dos informativos, apresentam-se textos dissertando sobre o espiritismo como o artigo “A comemoração de finados e o espiritismo” publicado no exemplar de 2 de novembro de 1919. Evidente que temos que enfatizar que não era (e não é) algo contraditório alguém frequentar cultos religiosos diferentes e manejar sua religiosidade com coerência. Aliás, devemos apontar que o espiritismo se anuncia como uma *ciência* (sendo produto típico do cientificismo oitocentista), não sendo absolutamente contraditória ser católico e espírita ao mesmo tempo (GIUMBELLI, Emerson. **O cuidado dos mortos**. Uma história de condenação e legitimação do Espiritismo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997)

¹²² “Pela imprensa”, *O Exemplo*, 14 set. 1919, p. 2.

¹²³ Ver mais em: DEL PRIORE, Mary. **Do outro lado**: A história do sobrenatural e do espiritismo. São Paulo: Planeta, 2014.

Weber demonstra como o movimento espírita foi difundido e articulado no Rio Grande do Sul, e aponta para os profissionais liberais, funcionários públicos e militares, como sendo os principais grupos que estiveram diretamente ligados à sua configuração, tanto no Rio Grande do Sul como no Brasil (WEBER, 2011). Percebemos que estes estratos sociais se encaixam no perfil evidenciado na figura de Baptista Junior e demais membros e colaboradores do jornal *O Exemplo*, embora não possamos por ora atestar a participação de nosso biografado em alguma casa ou associação espírita específica ou se atuou em defesa das práticas da legitimidade do espiritismo. Essa perspectiva é vista no caso apontado por Beatriz Weber (2011) em relação a uma situação ocorrida em Santa Maria na década de 1920, onde uma irmã da Associação Espírita Santamariense foi acusada de prática ilegal de medicina, e teve sua defesa impetrada pelo advogado espírita Fernando Ó, que participava da diretoria da referida associação.

Compreendo que Baptista Junior poderia estar direta ou indiretamente ligado com a doutrina espírita, assim como seu colega de trabalho dr. Raimundo Pereira, que na mensagem proferida em sua homenagem, demonstra uma escrita inteiramente influenciada pelos conhecimentos espíritas. Vejamos o conteúdo da mensagem:

Dizem que as grandes ausências causam o esquecimento. Não creio, pois eu nunca esqueci o Baptista Junior. **Fazem dois anos que o seu formoso espírito voou para as paragens luminosas, pois lá é que vivem os puros como ele foi na Terra**, sem que eu nunca o tenha esquecido, nunca! Sinto, ainda agora, a mesma dor da separação e bem viva a saudade que me deixou, de sua partida, o discípulo amado do meu coração, o talento que em verdes anos cintilava no nosso meio social e intelectual.[..] Morre, muito cedo, o Baptista Junior, ao despontar do sol da existência, ele, que, pelo talento, pelos princípios filosóficos que adotava e pelos sentimentos imaculados que exornavam a sua simpática compleição física, prometia ser um forte esteio da sociedade culta. E justo, pois, que, hoje no segundo aniversário de seu passamento, eu lhe venha trazer, e deixar neste jornal, que foi por ele iluminado, **a minha imperecível saudade através da névoa espiritual da separação**¹²⁴ (grifo nosso).

Embora sejam apenas indícios, esta é a única dentre as outras homenagens póstumas recebidas por Baptista Junior, que carregam uma linguagem que remete ao contexto espírita, nos permitindo inferir para a possibilidade de ambos os advogados terem tido contato com o espiritismo em Porto Alegre. Demonstrando que sua rede de sociabilidade do trabalho também se estendia para outros espaços, onde compartilhavam experiências e afinidades. Além das informações corroborarem para identificarmos a religiosidade de Baptista Junior, também se destacam menções a sua intelectualidade que,

¹²⁴ PEREIRA, Raimundo A. “No além”, *O Exemplo*, 29 out. 1922, p. 1.

de acordo com o amigo, “prometia ser um forte esteio da sociedade culta”, evidenciando-se mais uma vez a importância de seu talento para a sociedade porto-alegrense.

Outra questão, diz respeito a “compleição física”, ou seja, a aparência física de Baptista Junior, que era por assim dizer agradável. Sobre esta assertiva recai o olhar sobre as representações do corpo negro, tanto no período em questão como na contemporaneidade. A partir das descrições, percebe-se que Baptista Junior, não estava relacionado ao estereótipo desajustado e de aparência marginalizada recorrente sobre a população negra, em seu caso, a “geografia do corpo negro”, como definiu Kabengele Munanga, não repercutia o olhar predatório da sociedade. Nilma Lino Gomes (2018, p. 95) ao assinalar a corporeidade negra e os saberes estético-corpóreos que a identidade negra produz, aponta que “o corpo negro ganha visibilidade social na tensão entre adaptar-se, revoltar-se ou superar o pensamento racista que o toma por erótico, exótico e violento”. A autora segue destacando que a superação desse dilema se dá com a ocupação da presença negra nos espaços políticos, nos cursos superiores e lugares de poder. Pode-se dizer que o fato de Baptista Junior frequentar o Tribunal do Júri e não ocupar o banco dos réus, já foi uma contribuição para a elevação da população negra nos espaços de poder nos primeiros anos do século XX. Em sua carteira de identidade (Figura 7), aparece descrito como sendo de “cútis branca”, sobre esta questão seu sobrinho neto, senhor Claudio Batista de Souza, expressou a seguinte opinião: *podia até estar branco ali, mas ele era afrodescendente porque era neto de uma escrava*¹²⁵. *Estar branco* é uma afirmação calcada em um profundo conhecimento e sensibilidade de quem já sofreu (literalmente na *pele*) o racismo em suas variadas manifestações. *Estar branco* é uma demarcação situacional de um lugar social de prestígio, mas que não exterioriza de forma alguma a auto-percepção racial do personagem descrito. A *cútis branca* parece mais como uma forma daquela sociedade preconceituosa explicar a ascensão social de um indivíduo negro, tentando negar-lhe a negritude, que seria incompatível com as habilidades intelectuais demonstradas.

A listagem de pessoas presentes em seu velório e enterro foi apresentada da mesma maneira que descrevemos em relação a Felipe, porém no caso de Baptista Junior evidenciamos um número menor de indivíduos, somando cerca de 105 pessoas, mas que apresentavam as mesmas estratificações sociais presente nas relações da família. Além dos colegas de redação, Marcílio Freitas, Januário de Souza, Julio da Silveira e outros,

¹²⁵ Entrevista realizada em 01 nov. 2018, Porto Alegre. Entrevistador: Vitor Costa

também se fizeram presente os amigos Flávio de Campos, Raimundo Pereira e Mario Pinto que além de sua presença também enviaram coroas de flores como os amigos Ernesto Jaegger, Alcides Araújo e João Rodrigues de Barros. Nessa listagem aparece uma menção a sua “tia e madrinha” que também mandou seus sentimentos de pesares, aqui a matéria pode estar referindo-se a tia Felicidade Baptista da Silveira, apontada no excerto que abriu esta seção. Embora não tenha confirmado o batismo de Baptista Junior perante a Igreja como vimos em seu registro, talvez tenha configurado um apadrinhamento apenas no âmbito familiar. A figura de tia Felicidade será explorada no próximo subcapítulo com o intuito de evidenciar quais relações familiares possuía com a família Baptista da Silva, pois em alguns momentos também é apontada como tia do pai, João Baptista da Silva. Em relação as homenagens póstumas, além da mensagem de Raimundo Pereira, foram publicados dois poemas. O primeiro poema foi publicado em dezembro de 1920 escrito por Mario Pinto:

Teu nome é puro, como é puro um trono
 Da bela música no mundo esparsa
 Inda é mais linda que a mais linda garça
 Passando em bando no caudal sereno.
 JOÃO!
 Teu nome é puro, compassivo, terno
 Mais que a manhã dulcíssima e suave,
 Inda é mais brando que ligeira neve,
 Voando ao sopro de um vento galerno.
 Pela verdura da campina extensa,
 Teu nome vejo, como em Bíblia imensa,
 A ensinar-me as doutrinas da verdade.
 Distila o néctar dedicado a flor
 E esse teu nome só destila amor
 Só prega o bem, a paz, a liberdade.
 Uma prece ao céu e uma lagrima na terra¹²⁶

O segundo poema, publicado em 1921 no exemplar de 6 de janeiro, que foi inteiramente dedicado as comemorações do aniversário d’*O Exemplo*, sendo publicadas fotografias dos indivíduos que integraram o jornal desde sua fundação até o presente momento. O poema em homenagem a Baptista Junior foi escrito por Cecilia Ribeiro de Oliveira em 29 de dezembro de 1920, onde a autora também externou seus sentimentos em relação a Baptista Junior e a dor de sua perda prematura:

¹²⁶ PINTO, Mario. “Baptista Junior”, *O Exemplo*, 12 dez. 1920, p. 1.

Morreste em plena mocidade cedo:
 Quando o porvir risonho te sorria
 Levou-te Deus para o eternal degredo
 Quem, morreres tão cedo, julgaria?!...
 Porém, talvez na Terra da Verdade
 De amor filial salmodiarás um hino
 A mãe que aqui deixou-te pequenino.
 A santa mãe, um anjo de bondade!
 Tens o nome do Apostolo de Cristo
 Nome que de dulçor e mágoa é misto
 Se, saudosa, soltares algum ai,
 Ve quão feliz estás nessa mansão
 Em cada anjo encontrando um terno irmão
 E em Deus, o grande Deus, o Eterno Pai!¹²⁷

No mesmo exemplar, logo abaixo da publicação da foto de Baptista Junior, o mesmo é descrito como “pranteado” e 4º anista de Direito, que falecera como diretor do periódico. Na sequência, publicaram um poema escrito pelo falecido em 3 de março de 1920, o único que encontramos e que confirma sua veia poética:

Tornei-me filósofo. A vida perdeu a poesia que me iludia deixando-me em seu lugar a realidade, que é a mais tenebrosa de todas as verdades. Não mais aprecio a flor de rubicanda cor pelos olores e aromas que expande, nos canteiros, na haste que sustenta, porém, morta, desfibrada, com o prazer da entomologista que só a quer para estudar as variadas formas¹²⁸.

No exemplar de 23 de janeiro de 1923, *O Exemplo* publicava a homenagem prestada pelo jornal *O Gaúcho*, que circulava na Barra do Ribeiro, distrito rural de Porto Alegre, onde seus articulistas lamentavam a morte de Baptista Junior e mais uma vez confirmavam a perda intelectual que causaria na sociedade:

A morte do acadêmico de direito Baptista Junior, filho do respeitável cavalheiro major João Baptista da Silva e redator do semanário *O Exemplo*, ocorrida na capital, foi para seus colegas, amigos e admiradores um dolorosíssimo acontecimento. E que, em sua pessoa, os maiores nobres sentimentos se conjugavam com os mais belos dotes de espírito e imaginação, fazendo com que um jovem possuísse os atributos de um advogado já feito, para cujo resultado muito contribuía a sua notável cultura intelectual¹²⁹.

Além de atentar para a respeitabilidade social da família através da figura do pai, a matéria ainda destaca que por já apresentar ares de um “advogado já feito”, já não era visto apenas como uma esperança, mas “uma verdadeira glória da advocacia rio-grandense”¹³⁰. Foi possível identificar que até mesmo em localidades distantes da capital,

¹²⁷ OLIVEIRA, Cecília R. “Eternidade”, *O Exemplo*, 06 jan. 1921, p. 3

¹²⁸ JUNIOR, Baptista. *O Exemplo*, 06 jan. 1921, p. 2

¹²⁹ “Baptista Junior”, Homenagem d’*O Gaúcho*. *O Exemplo*, 23 jan. 1921, p. 1.

¹³⁰ “Baptista Junior”, Homenagem d’*O Gaúcho*. *O Exemplo*, 23 jan. 1921, p. 1.

suas capacidades intelectuais eram reconhecidas e enaltecidas, o que demonstra que sua trajetória no pós-abolição foi marcada pelo protagonismo no campo profissional e nos demais espaços que atuou. Nesse sentido, Baptista Junior e outros sujeitos negros de seu tempo, fizeram parte de uma parcela da população negra que de acordo com Petrônio Domingues (2009, p.240), “fabricaram e refabricaram seus próprios mecanismos de sociabilidade, política, cultura e lazer e, no limite, conquistaram o seu espaço na sociedade, não de maneira estereotipada ou estigmatizada, mas digna e respeitosa”. Com o falecimento de Baptista Junior, o jornal escolheu o jovem acadêmico de direito Dario de Bittencourt, para assumir o cargo de diretor que ocupou até o encerramento das atividades do periódico em 1930.

Com base no que evidenciamos através dos necrológios, podemos inferir que Baptista Junior deteve uma sociabilidade mais retraída do que seu irmão Felipe, pois acabou por circular nos meios literários e acadêmicos, que de certa forma imprimiram uma personalidade mais retraída e voltada para os “estudos de gabinete”, como foi reportado por seus colegas de redação. Não foi descrito como “católico fervoroso”, mas sim pelo seu intelecto e sua identidade voltada para o conhecimento. Ao acompanhar aspectos da trajetória de Baptista Junior, sem deixar de levar em conta a narrativa realizada anteriormente sobre seu irmão, percebemos dois tipos de incursões sociais cabíveis para homens negros no pós-abolição.

As estratégias utilizadas com o intuito de solapar uma mobilidade social foram variadas, se Felipe enveredou para o funcionalismo público e as irmandades religiosas, Baptista Junior optou pelo caminho do curso superior e atuação na área jurídica. Estas iniciativas distintas dizem respeito sobre as condições materiais e sociais de uma família que conseguiu promover estes mecanismos para seus filhos, mas também há opções pessoais. Para evidenciar algumas lacunas das trajetórias aqui descritas, veremos a seguir qual foi a base familiar que proporcionou a incursão social de Baptista Junior e Felipe, evidenciando a figura do pai João Baptista da Silva como um ponto importante para a articulação social dos filhos e da família como um todo. Além de demonstrarmos que os laços de sociabilidade organizados a partir do jornal *O Exemplo*, já remontavam outras circunstâncias e projetos coletivos de setores da comunidade negra.

Figura 6
Baptista Junior



Fonte: *O Exemplo*, 28 out. 1923, p.1. Disponível: <https://www.ihgrgs.org.br/>

Figura 7.
Carteira de identidade de João Baptista da Silva Junior

N. do Protocolo 1031 Gabinete da Delegacia de I. Distrito

SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Carteira de Identidade *W. Silva*

Atestado de acordo com o § 2.º do art. 5.º do Regulamento que baixou com o Decreto n.º 12.198 de 0. de Setembro de 1916, que a presente carteira de identidade substitua-se a todas anteriores.

Nome *João Baptista da Silva Junior*

Filho de *João Baptista da Silva* e *Antônia da Silva*

Naturalidade *da Silva*

Nascido em *28 de Setembro de 1917*

Estado civil *solteiro*

Profissão *advogado*

Residência *Rua*

Distância em *635* metros

da cor *branca*

dos cabelos *castanhos*

dos olhos *castanhos*

da boca *castanha*

dos dentes *castanhos*

do nariz *castanho*

do ouvido *castanho*

Observações *leitura, escrita, sistema de 19 de 1917, assinado no registro civil, alvará de identidade*

A presente carteira valerá somente para o titular e não terá valor de folha corrida

Sede, Alegre, em 1 de Junho de 1917

João Baptista da Silva Junior Assinatura do Identificado

A. Silva Director

Polgar direito do Identificado

L.D. 7-4343
A-4341

Polgar direito do Director

Fonte: Acervo Particular Claudio Batista de Souza.

Capítulo 2 – Relações e experiências para além do jornal

Após situar a realidade sociocultural com a qual a família estava dialogando e suas relações com o jornal *O Exemplo*, buscaremos neste capítulo enfatizar que estes contatos já estavam solidificados num período anterior ao ingresso dos homens da família como membros da folha. Essa iniciativa corrobora para pensarmos os sujeitos do jornal, além dos laços estabelecidos a partir do periódico, e sim as conexões que estabeleceram em outros espaços e circunstâncias. Ressaltamos que a iniciativa aqui proposta, busca desenvolver os pressupostos apontados por Melina Perussatto (2017), que em suas análises sobre o jornal *O Exemplo*, chamou a atenção para a importância de mapear as trajetórias dos sujeitos que fundaram o jornal, bem como evidenciar o compartilhamento de experiências e laços que estes indivíduos constituíram em outras vivências e projetos sociais. Evidenciamos que em relação a família Baptista da Silva, foi possível perceber a existência desses laços e relações através das publicações de aniversários, promoções no trabalho, nascimento de filhos, e outros acontecimentos que marcaram a família.

Somada a estas problemáticas, buscaremos também, apresentar de forma mais ampla a família Baptista da Silva, a partir de sua formação no final do século XIX, e com isso destacar e problematizar a importância dessa ação frente ao contexto escravista em que se encontravam. Desta forma, tomaremos o projeto familiar também como uma importante estratégia de mobilidade social. No que tange a esta questão, lançaremos um olhar sobre a figura do pai, João Baptista da Silva, perscrutaremos parte de sua trajetória como a finalidade de evidenciar sua escalada social e assim, percebemos os reflexões que sua mobilidade causou na trajetória da família.

2.1. Formando família

Para realizar esse empreendimento, julga-se necessário apresentar de forma panorâmica a família destes sujeitos, pois como apontou a historiadora Kátia Mattoso (1988), em seu livro *Família e Sociedade na Bahia do século XIX*, a família poder ser percebida como a primeira “associação social” na qual os sujeitos estão inseridos. Desta forma, começaremos pelo casamento de João e Francisca, casal que originou o núcleo

familiar dos Baptista da Silva. O contexto da formação familiar também nos remete as análises que perpassavam a composição de famílias durante o século XIX que, no caso aqui abordado, tratava-se de uma família negra sob o estatuto jurídico de livres¹³¹.

O enlace entre João Baptista da Silva e Francisca Soares de Lima, se deu em 17 de junho de 1880, na Paróquia de Nossa Senhora das Dores. No registro assentado no livro paroquial, podemos perceber algumas questões pertinentes a origem dos noivos, conforme descrito pelo Monsenhor Vicente Ferreira da Costa Pinheiro:

Aos dezessete dias do mês de junho de 1880, nesta Igreja Paroquial de Nossa Senhora das Dores da Cidade de Porto Alegre, logo depois do ocaso do sol, com autorização do Excelentíssimo e Reverendíssimo Monsenhor e Provisor do Bispado, Vicente Ferreira da Costa Pinheiro, e pelo mesmo dispensados das três denúncias canônicas, e de apresentação de suas certidões de batismo, sem impedimento algum, por palavras de presente com que expressarão seu mútuo consentimento, se receberão em matrimônio: João Baptista da Silva, com Dona Francisca Soares de Lima, naturais desta Província e filhos de pais incógnitos, logo receberam Benções. Foram testemunhas: Antônio Álvaro de Araújo, e Antônio Silvestre de Oliveira Lima. E para constar, fiz este termo, que comigo assino¹³².

No registro acima, percebemos que os noivos foram dispensados de cumprirem as três denúncias canônicas, que de acordo com o texto das *Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia*, deveriam ser realizadas para detectar algum impedimento antes de se concretizar o matrimônio. Havia a possibilidade de as denúncias serem dispensadas ou deferidas para depois do matrimônio, mediante licença do arcebispo. No título LXIV, art. 270, das *Constituições*, nos são apresentadas as implicações que as denúncias traziam aos noivos:

E nós pela presente damos poder aos Parochos, e Capellães para assim o mandarem. E quando fizerem as ditas denúncias declararão ao povo, qual é a primeira, qual a segunda, e qual a terceira. E terão advertência, que sendo algum dos contrahentes illegitimos não nomeem seu pai e mãe, salvo não havendo escândalo em se nomearem ambos, ou algum delles: e se os pais, e mães dos contrahentes forem fallecidos, ou algum delles, assim o declararão nas ditas denúncias (DA VIDE, 1853, p. 111).

No caso de João e Francisca percebemos que ambos são referidos como filhos de pais incógnitos, o que pode explicar a ausência das certidões de batismo do casal, ou então, poderia nos levar a outro questionamento em relação a projeção social objetivado

¹³¹ Estas perspectivas em torno da qualidade social da família bem como o contexto de sua formação, será analisado de forma mais precisa no segundo capítulo, ao entrecruzarmos informações que dizem respeito a família senhorial.

¹³² AHCMPA – Livro de Casamentos da Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Porto Alegre (1874-1884) n° 4, folha 49.

pelos noivos. O historiador Marcelo Santos Matheus (2018), ao analisar a trajetória da africana mina Maria Francisca do Rosário por meio dos registros eclesiásticos, busca perceber como se davam as classificações sociais através da cor e de outras qualidades sociais. Matheus (2018, p. 502) destaca que as “classificações sociais baseadas na cor dos indivíduos continuaram a marcar a vida dos agentes sociais – notadamente daqueles que tinham as marcas da escravidão no seu (ou dos seus ascendentes) passado, sendo esse um dado estrutural que marcava não só suas vidas, mas toda a sociedade brasileira da época”. Sobre as “marcas da escravidão” destacadas pelo autor, não conseguimos apontar essa presença na trajetória de Francisca, porém em relação a João, esta questão foi evidenciada por meio de sua certidão de batismo¹³³.

Neste documento, sua condição de escravizado, assim como de sua mãe Livia, é ressaltada, o que demonstra que no momento de seu enlace com Francisca, essa certidão acabaria por acionar seu passado e origens ligadas a escravidão. Algo que provavelmente ele buscava distanciar-se nessa nova fase de sua vida, pois vale lembrar que ainda estavam vivendo dentro de uma sociedade escravista, em que a mobilidade social estava diretamente ligada a condição jurídica que detinha. Dessa forma, cogitamos que o não fornecimento da certidão de batismo e a aposta em uma filiação incógnita, pudesse ser uma estratégia genealógica de apagamento do passado de escravizado e africano naquele contexto.

Ainda discorrendo sobre alguns dados do registro de casamento, outra menção interessante é a designação “Dona”, que precede o nome de Francisca. Marcelo Matheus (2018), destaca que insígnias, patentes militares e outras qualidades sociais enquadram-se nas categoriais de demarcação social, que configuram “lugares e identidades sociais” para estes sujeitos. O fato de Francisca ser retratada supostamente como filha de pais incógnitos, já problematiza as informações que apontam sua origem através do sobrenome Soares de Lima e de sua designação social de *dona*.¹³⁴ Evidencia-se que esta busca de uma mudança no status social estava sendo articulada pelo casal, pois o ex-

¹³³ **João** - “Aos 27 dias do mês de janeiro de 1856 anos na Catedral deste Bispado batizou solenemente o reverendo coadjutor Francisco de Paula Macedo e pôs os santos óleos, a João, nascido a 29 de agosto do ano passado, **filho natural de Livia, Mina, escravos de Antônio Alves de Araújo**, foi protetora Nossa Senhora das Dores e padrinho José, escravo de Elias Francisco de Araújo. E para constar, fiz este assento. O vigário Thomé Luiz de Souza”. AHCMPA – Livro de batismos de escravos da Paróquia da Madre de Deus de Porto Alegre (1850-1864) nº7, folha 71. As informações e dados que esta fonte nos fornecem serão utilizadas com mais ênfase no segundo capítulo, onde pretendemos cruzar com a documentação referente a família senhorial e as relações que foram estabelecidas entre senhores e ex-escravizados.

¹³⁴ Essas são análises ainda em desenvolvimento na pesquisa, ainda não foi encontrada qualquer referência sobre a filiação de Francisca. Desta forma, destacam-se hipóteses, mediante a documentação que é encontrada.

senhor de João, Antônio Álvaro de Araújo, agora partilhava outro vínculo de relação por meio do apadrinhamento¹³⁵. Sobre Antônio Silvestre de Oliveira Lima, consta que era Juiz de Paz da capital e aparentemente não apresentava nenhum vínculo de parentesco com Francisca¹³⁶.

Em relação aos filhos, além dos já conhecidos Felipe e Baptista Junior, João e Francisca também foram pais de Rafael, Cipriano, Maria Magdalena e Maria Delphina. Rafael foi o primogênito da família Baptista da Silva, nasceu em 9 de dezembro de 1881 e faleceu no dia 23 de maio de 1882, com cinco meses de idade em decorrência de “moléstia e convulsões”¹³⁷. Após o nascimento de Felipe em 01 de maio de 1883, Francisca deu à luz em 12 de outubro de 1889 à Cipriano, que faleceu em 26 de fevereiro de 1890, também com a idade de cinco meses, vítima de congestão cerebral¹³⁸.

A filha Maria Magdalena, apresentou uma particularidade em sua origem e por conseguinte na composição da família, pois foi recolhida da roda dos expostos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Porém, o caso de Maria Magdalena não se encaixa diretamente na situação de “enjeitada”, já que não foi abandonada diretamente na roda, como destaca a reportagem do jornal *A Federação*:

Sábado, às 8 horas da noite, foi encontrada pelo sr. Germano Frotshel, num valo junto ao reduto, uma criança do sexo feminino, de cor branca, de 3 a 5 meses de idade. Perto da desgraçada menina achava-se uma trouxa contendo roupa branca guarnecida de renda e úmida. O cidadão Germano, ao encontrar a criança, levou-a ao sr. Francisco Coimbra, narrando-lhe o ocorrido e entregando-lhe o achado. O sr. Coimbra comunicou o fato ao subdelegado de polícia do 1º distrito, confiando a criança aos cuidados da esposa do cabo Afonso Alves dos Santos, do 1º Batalhão da Guarda Nacional. Hoje, foi a menina recolhida à Santa Casa de Misericórdia, d’onde a retirou a senhora do cidadão João Baptista da Silva¹³⁹.

O historiador Jonathan Fachini da Silva (2016) ao abordar a situação das crianças abandonadas na Roda dos Expostos, durante os séculos XVIII e XIX na Província de São Pedro, chama atenção para a percepção da qualidade social através da cor. Tomando os registros de batismos como fontes que ora apresentavam estes indícios como também silenciavam este indicativo da origem social. De acordo com Silva (2016, p. 289) “no

¹³⁵ Essa relação com Antônio Álvaro de Araújo, será explorada com mais ênfase no 2º capítulo desta dissertação.

¹³⁶ Em nota do jornal *A Federação*, ele aparece como 1º Juiz de Paz do 3º distrito. “Juiz de paz” *A Federação*, 29 mar. 1890, p. 2.

¹³⁷ AHCMPA – Livro de Óbitos da Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Porto Alegre (1877-1882) nº 4, folha 95.

¹³⁸ AHCMPA – Livro de Óbitos da Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Porto Alegre (1888-1890) nº7, folha 58.

¹³⁹ “Criança achada”, *A Federação*, 28 maio. 1894, p. 2.

caso dos expostos, onde há a ausência dos genitores, os padres não registravam nenhuma informação relacionada a cor, pois nesse caso, não havia uma referência, ou procedência social para tal classificação, o exposto é o grau zero de sua genealogia conforme a legislação”. O autor ainda destaca que esta ausência de uma referência de suas origens, acabava por situá-los numa hierarquia social que dependeria da posição social da família que lhe acolheria. Destacamos que, no caso de Maria Magdalena, foi apontada a cor em seu registro de batismo:

Aos trinta dias do mês de maio de mil oitocentos e noventa e quatro na Capela do Senhor dos Passos, batizei solenemente a Maria Magdalena, branca, exposta a 28 de corrente. Foram padrinhos Francisco Marques Coimbra, Adelina Alves Coelho. E para constar mandei fazer este termo e assigno. P. Alberto Pereira Gomes Nogueira¹⁴⁰.

Dentre as dinâmicas sociais que o exposto estava atrelado, Jonathan Fachini da Silva (2016) destaca que além de influenciar na mobilidade social, a cor também implicava sua relação com a família que lhe acolhera. Tomando a leitura do social explícita na fonte, a qualidade branca de Maria Magdalena, causaria estranhamento ao ser acolhida por uma família negra em fins do século XIX, o que nos leva a problematizar e complexificar este dado, o que é possível de se fazer a partir da leitura do registro de expostos da Santa Casa. Neste documento, a exposta é descrita como “branca morena”, indicando referir-se a uma criança com ascendência negra. Além dessa informação, os funcionários da Roda informam as roupas que portava quando foi entregue a roda, definidas como roupas “velhas e imprestáveis”, destacando que havia sido batizada, recebendo o nome de Maria Magdalena, e que seria criada pelo Tenente João Baptista da Silva¹⁴¹.

Não saberemos o que levou João e Francisca optarem por criar uma filha adotiva, talvez em virtude de desejarem uma menina, após o nascimento dos quatro filhos homens, fato é, que Francisca ainda daria à luz a menina Maria Delphina em 25 de janeiro de 1897. No seu registro de batismo, foi possível evidenciar informações importantes sobre a condição social de seus pais. Francisca Baptista da Silva é apontada como “parda e de serviços domésticos”, João Baptista da Silva, aparece como “pardo e marceneiro”¹⁴². Esses dados apontam para a realidade socioeconômica em que a família estava inserida, embora devamos salientar que, além do capital financeiro proveniente do ofício de

¹⁴⁰ AHCMPA – Livro de Batismos da Capela Senhor dos Passos de Porto Alegre (1894-1911) nº1, folha 2.

¹⁴¹ AHSCMPA – Registro dos Expostos lançados na Roda 1843-1934. Livro 3 de termos. 1894, folha 21.

¹⁴² Registro Civil do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre 4ª Zona. Nascimentos. Livro 01, p. 60.

marceneiro, o capital social que já angariava nesse período foi fundamental para sua inserção social. Este aspecto será abordado com mais detalhes no decorrer desta análise.

E assim estava composta a família Baptista da Silva, porém esta relação familiar iria se fragmentar em 20 de maio de 1898, com o falecimento de Francisca Baptista da Silva, aos 32 anos de idade, vítima de “inanição e mania aguda”¹⁴³. Compreende-se que a causa de sua morte pode estar ligada ao que hoje entendemos como um quadro depressivo, que poderia estar ligado ao parto de sua filha Maria Delphina¹⁴⁴. O questionamento que fica é justamente sobre a criação dos filhos, pois no momento do falecimento de Francisca, a não ser Felipe, que contava com 15 anos de idade, os outros filhos ainda eram muito pequenos, assim inferimos sobre quem teria sido a figura materna para essas crianças ao longo de sua vida? Apontamos para a possibilidade desse vazio materno ter sido preenchido pela tia Felicidade Baptista da Silveira.

A personagem em questão contribui para complexificar a árvore genealógica da família Baptista da Silva, até o momento vimos menção ao seu nome quando abordamos o necrológio de Felipe e Baptista Junior, onde aparece descrita como tia dos rapazes. Até então imagina-se que seria irmã de João Baptista da Silva, porém sabemos que além de João, Livia também foi mãe de Sophia Baptista. Outra possibilidade seria algum grau de parentesco com Francisca, fato que não explicaria a procedência de seu sobrenome, que acabava por evidenciar uma relação mais próxima com João. Essa suspeita aumenta quando encontramos uma nota sobre o falecimento da referida tia no jornal *A Federação*, a qual destaca que havia sido realizada na Igreja das Dores uma “missa por alma da exma sra d. Felicidade Baptista da Silva, tia do nosso amigo major João Baptista da Silva. A assistência de exmas famílias e cavalheiros foi numerosa”¹⁴⁵.

O indício mais remoto que encontramos ligando o nome de Felicidade a família Baptista da Silva, está em seu registro de casamento. Ao se casar com Apollinário Manoel da Silveira, descrito como “gravemente doente”, em 29 de julho de 1882, na Igreja das Dores, consta que era viúva e filha de Josepha Pinheiro de Sales. Foram suas testemunhas/padrinhos Galdino dos Reis e João Baptista da Silva¹⁴⁶. Com base nessas

¹⁴³ AHSCMPA – Livro de Óbitos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1897-1900), nº 21, p. 120.

¹⁴⁴ O dicionário do doutor Langaard coloca *mania* como sinônimo de loucura, alienação mental e doidice, citando vários subtipos e características comuns, como melancolia, tristeza, pensamentos aflitivos, desânimo. (LANGAARD, Theodoro J. H. **Dicionário de Medicina Doméstica e Popular – Volume II**. 2ª edição, Rio de Janeiro, Laemmert & Cia., 1872, p. 694).

¹⁴⁵ “Missa”, *A Federação*, 13 mar. 1928, p. 3.

¹⁴⁶ AHSCMPA – Livro de Casamento da Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Porto Alegre (1874-1884) nº 4, folha 83.

informações, percebemos que Felicidade não estava ligada consanguineamente a João Baptista da Silva. Ademais, sobre sua origem foi possível evidenciar algumas informações a partir do registro de óbito de sua mãe Josepha Pinheiro de Sales, assentado na Paróquia de Nossa Senhora das Dores, no ano de 1885. No registro consta que faleceu com 69 anos de idade, sem assistência médica, era viúva de Francisco Archidoro de Sales, profissão serviço doméstico e de cor parda¹⁴⁷. Percebe-se que a partir dos sobrenomes salientados torna-se mais difícil estabelecer a origem de Felicidade, e sua relação com Josepha. Esse fato pode ser compreendido a partir de questões que apontam para atividades de Josepha em relação a criação de crianças exposta. Sobre esse aspecto encontramos um total de quatro crianças que passaram pelos seus cuidados após serem deixadas na roda.

O primeiro deles foi Reduzino, descrito como de cor, havia sido entregue em 5 de fevereiro de 1854 à Josepha Pinheiro de Queiroz¹⁴⁸ e faleceu em 21 de fevereiro de 1854¹⁴⁹. No mesmo dia em que Reduzino faleceu, outra criança foi entregue a Josepha, tratava-se do Manoel, fruto de parto prematuro e que também acabou falecendo em 1 de março de 1854¹⁵⁰. Poucos dias após a morte de Manoel, recebeu no dia 6 de março do mesmo ano, a recém-nascida Henriqueta de cor branca, que “vingou” por mais tempo que os expostos anteriores, acabando por falecer em 13 de junho de 1854¹⁵¹.

A última criança a ser conferida a Josepha, foi Maria Salomé, recém-nascida, de cor branca, entregue no dia 29 de abril de 1855 e foi recolhida em 29 de agosto de 1856 devido ao “mau tratamento que tinha”¹⁵². Com base nos registros apontados, percebemos que Josepha não dispunha totalmente das condições necessárias para manter a criação dos expostos que lhe foram entregues, porém é notável que estava envolvida no exercício de criadeira e que esta prática lhe trazia benefícios. O historiador Jonathan Fachini da Silva (2014) em sua dissertação de mestrado intitulada *Os filhos do destino: A exposição e os expostos na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1837)*, salientou a presença de mulheres recém egressas do cativo e livres pardas na criação dos expostos. De

¹⁴⁷ AHCMCA – Livro de Óbitos da Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Porto Alegre (1885-1888) nº 6, folha 17.

¹⁴⁸ O sobrenome Pinheiro de Queiroz advém de sua união em 12 de fevereiro de 1831 com Marcos Pinheiro de Queiroz na Matriz de Nossa Senhora Madre de Deus. O nome de solteira de Josepha descrito no registro era Josepha Maria dos Passos. AHCMCA – Livro de Casamento da Madre de Deus de Porto Alegre (1828-1839) nº 4, folha 76.

¹⁴⁹ AHSCMPA – Registro dos Expostos lançados na Roda 1853-1869. Livro 5 de termos, nº 587, 1854.

¹⁵⁰ AHSCMPA – Registro dos Expostos lançados na Roda 1853-1869. Livro 5 de termos, nº 594, 1854.

¹⁵¹ AHSCMPA – Registro dos Expostos lançados na Roda 1853-1869. Livro 5 de termos, nº 596, 1854.

¹⁵² AHSCMPA – Registro dos Expostos lançados na Roda 1853-1869. Livro 5 de termos, nº 664, 1855.

acordo com Silva (2014, p. 30), essa prática se deu em virtude do “auxílio financeiro pago pela Câmara, e que diz respeito a amas de leite, ou mesmo de criação, poderia representar uma contribuição substantiva para ajudar na manutenção desses grupos menos aquinhoados economicamente”. O autor destaca que diferente do prestígio social e da caridade, principal objetivo na criação de expostos por grupos sociais mais elevados, no caso de famílias ou indivíduos menos favorecidos, a criação dessas crianças, acabava por tornar-se também uma fonte de renda que contribuía para a sobrevivência daqueles sujeitos.

Voltando a complexa tia Felicidade, em razão da sua filiação, descarta-se a possibilidade de ser sua tia ou irmã, porém estes laços podem estar costurados por outras relações simbólicas ou experiências compartilhadas. De acordo com Daisy Barcelos *et al* (2004) ao analisarem as relações étnicas de comunidades quilombolas no litoral do Rio Grande do Sul, chamam atenção para as relações de parentesco existentes nessas comunidades e como se dá a constituição dos laços familiares que, em seu sentido prático, transcendem a relação consanguínea, podendo enquadrar-se na acepção mítica, espiritual (compadrio) ou pertencimento territorial. Além dessas possibilidades há também a definição em torno da própria nomenclatura corriqueira de “tios” e “tias”, partindo para uma análise de “parentesco classificatório segundo o qual todas as pessoas mais velhas devem ser identificadas como tio” (BARCELLOS, 2004, p. 213 *apud* WEIMER, 2013, p. 226). Embora não consigamos determinar a idade de tia Felicidade, o fato dela ser apontada em alguns momentos como tia de João Baptista da Silva, permite-nos inferir sobre essa perspectiva classificatória de parentesco. Por ora, a família Baptista da Silva apresenta-se com esta configuração demonstrando que a figura paterna acabou tornando-se a principal referência no desenvolvimento dos filhos, nos levando a abordar alguns pontos da trajetória de João Baptista da Silva¹⁵³. Atentando para os mecanismos que se utilizou para projetar e viabilizar uma ascensão social que acabaria por influenciar o posicionamento social da família.

2.2 Construindo sociabilidades e prestígio social

A mobilidade social de João Baptista da Silva, pode ser apreendida a partir do seu necrológio, publicado em 11 de janeiro de 1937 no jornal *A Federação*. A partir das

¹⁵³ A sua atuação na Guarda Nacional e a participação na Revolução Federalista (1893-1895) por exemplo, será um dos aspectos de sua trajetória que será abordada no decorrer do segundo capítulo.

informações contidas nessa fonte, podemos perceber que sua experiência foi marcada pelo associativismo em suas mais variadas frentes, demonstrando a importância de se articular em torno de redes de apoio que lhe garantisse uma respeitabilidade social. Desta forma, entendemos que suas experiências sociais foram construídas e fomentadas através da coletividade, um dos elementos centrais para a construção da sociabilidade negra, seja ela na escravidão ou no pós-abolição. Para isso, utilizaremos parte do necrológio de João Baptista da Silva publicado no jornal *A Federação*, onde podemos explicar alguns pontos estruturantes de sua inserção social e que foram repercutidos na imprensa. Abaixo destaco o excerto de seu necrológio:

Ontem, às 17:30, foi divulgada a notícia do falecimento do venerando republicano major João Baptista da Silva, que há aproximadamente um mês fora acometido de tenaz enfermidade. **Essa notícia, causou grande pesar tanto no funcionalismo como nos meios sociais, e no mundo católico, pois sua personalidade estava ligada a um sem número de agremiações.** Como funcionário que era da Delegacia Fiscal, onde trabalhou desde 1904, e, conseqüentemente trinta e dois anos, foi um modelar funcionário, merecendo o carinho e amizade de todos os seus colegas e chefes. Os delegados que durante esse período passaram por essa repartição tiveram do major Baptista o mais dedicado, o mais solícito auxiliar na execução dos serviços atinentes aquela repartição. E o público tinha nesse distinto funcionário a pessoa atenta, delicada e prestativa, mesmo nos últimos anos de sua vida¹⁵⁴. (grifos nossos).

Ressalto que abordaremos brevemente sua atuação nos aspectos religiosos, sociais e do trabalho, pois a totalidade das análises em torno da trajetória João Baptista da Silva será abordada com mais detalhes no segundo capítulo desta dissertação, como por exemplo, sua patente de major, principal insígnia social que ostentou durante o século XX e que será evidenciada com frequência na imprensa. Em relação ao seu protagonismo nos “meios sociais”, chamamos atenção inicialmente para sua participação como membro da sociedade Beneficência Porto-Alegrense, sociedade de cunho mutualista, que despenhava as funções de assistencialismo desde sua fundação em 1856. De acordo com o historiador Adhemar Lourenço da Silva Jr (2005, p.4) que desenvolveu estudos sobre as sociedades de socorro mútuo no Rio Grande do Sul, dedicou análises sobre a Beneficência Porto-Alegrense, onde enfatizou que a dita sociedade “aceitava brancos e negros e definia seus sócios como ‘artistas’ no século XIX e ‘proletários eleitores’ em 1936”. O autor disserta mais sobre a primeira assertiva em torno das características dos associados quando se dedica a analisar o perfil ocupacional dos sócios entre os anos de

¹⁵⁴“Necrologia – Major João Baptista da Silva”, *A Federação*, 11 jan. 1937, p. 2.

1856 e 1884¹⁵⁵ e aponta para as diferenças étnicas e de ocupações dos sócios que variavam entre comerciantes, carpinteiros, pedreiros e alfaiates, por exemplo. Embora como apontou Liane Müller (2013), a entrada de sócios (as) negros (as) na Beneficência Porto-Alegrense, não ocorreu logo no início de sua fundação:

A primeira dessas entidades, a Porto-Alegrense, foi talvez a mais relutante na aceitação de sócios negros. Fundada em 15 de dezembro de 1856, atualizou seus estatutos no ano de 1868. Através deles, comprometia-se a arcar com a subsistência, os socorros médicos, e os enterramentos dos sócios e respectivas famílias que se acham em estado de indigência. Os admitidos como sócios eram, independentemente da cor da pele, os artistas, operários, empregados públicos e todos aqueles que obtivessem um rendimento anual de cem mil réis. Daí podemos inferir que uma parcela respeitável de negros possa ter preenchido as propostas de filiação (MÜLLER, 2013, p. 98).

Com base nas constatações da autora, podemos enquadrar João Baptista da Silva entre essa “parcela respeitável de negros”, entendendo a respeitabilidade social como uma das principais formas de se movimentar em sociedade, e no caso de João, nota-se a partir da imprensa, que esta questão foi articulada ao longo dos anos que participou da Beneficência Porto-Alegrense. Na eleição da diretoria do ano de 1886, aparece eleito como primeiro secretário,¹⁵⁶ cargo que desenvolveu em outros momentos de sua passagem pela sociedade. Atuou como presidente da direção do ano de 1891, que ainda teve como vice-presidente e segundo secretário respectivamente, Agostinho José Lourenço e Felipe Jeanselme da Silva, dois nomes que solidificaram seus laços com a família Baptista da Silva como apresentado nas seções anteriores¹⁵⁷. O prestígio que João Baptista da Silva adquiriu nesta sociedade foi contabilizado e materializado já em 1893, quando recebeu uma homenagem dos membros da Beneficência Porto-Alegrense:

Em uma das vitrines da loja do cidadão Felipe Jeanselme da Silva está exposto o retrato a óleo do sr. João Baptista da Silva, mandado executar pela sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, a quem esse nosso correligionário prestou importantes serviços quando exerceu o cargo de presidente da associação.¹⁵⁸

Compreendo que o referido retrato, seja o mesmo que se encontra hoje sob a guarda do bisneto de João, o sr. Claudio Batista de Souza, que embora desconheça a

¹⁵⁵ SILVA JUNIOR, Adhemar Lourenço da. **As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas** (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940). 574f. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004.

¹⁵⁶ “A Porto-Alegrense”, *A Federação*, 26 mar. 1886, p. 2.

¹⁵⁷ *A Federação*, 30 mar. 1891, p. 1.

¹⁵⁸ *A Federação*, 21 mar. 1893, p. 2.

procedência da pintura, a tem como um dos objetos afetivos de maior significância para as suas memórias familiares. Além da representatividade social condensada através do retrato, percebemos as relações acionadas entre os membros da sociedade Beneficência Porto-Alegrense, através da utilização do espaço cedido pelo sócio Felipe Jeanselme. Outro dado que reforça a participação de João na referida sociedade, foi evidenciando no jornal *O Exemplo*, em 1918, em alusão as comemorações do aniversário da “benemérita sociedade”:

Passa amanhã o 61º aniversário da instalação da sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. Instalada nesta capital a 25 de março de 1856, a benemérita sociedade tem atravessado esse longo período de sua existência prestando assinalados serviços a muitos dos seus numerosos associados. É seu presidente honorário o nosso velho amigo coronel Aurélio Viríssimo de Bittencourt e presidente efetivo o nosso amigo Agostinho José Lourenço. **Exerce as funções de tesoureiro nosso amigo major João Baptista da Silva que é tido entre os associados da Porto-Alegrense como um forte sustentáculo daquela útil instituição** e de clínico efetivo o conceituado medico operador dr. Fernando Esteves (grifos nossos)¹⁵⁹.

Esta assertiva do jornal, exemplifica que, além de alcançar uma demarcação social importante por meio das relações constituídas, percebemos que não foi apenas mais um associado, mas sim uma das peças chaves para o funcionamento da instituição. Destacamos também as relações estabelecidas com indivíduos consolidados nos meios sociais, como os citados Aurélio Viríssimo de Bittencourt e Agostinho José Lourenço. Em relação ao seu início, evidenciamos sua entrada para a sociedade em 1884, neste mesmo ano, fez valer sua posição de proponente e apresentou um total de 29 nomes, dos quais 23 eram homens e 6 eram mulheres, nos informando a rede de sociabilidade que estava inserido naquele momento, que em sua maioria abarcava áreas afins do seu ofício de marceneiro: pedreiros, carpinteiros, sapateiros e negociantes. Além das relações permeadas pelo trabalho também apontamos para relações que superavam os limites de cor, evidenciados através da indicação do negociante português Joaquim José Ferreira e do prussiano Carlos Vallat costureiro na fábrica de óleos¹⁶⁰. Essas conexões apontam para a configuração étnica diversificada que a sociedade possuía.

Dentre os nomes evidenciados destaca-se dois em especial: Mariano Luiz de Araújo, natural do Estado, marceneiro com endereço situado a Rua Andrade Neves nº 37, e Rosalino Anastácio da Silva, natural do Estado, marceneiro residente à Rua Andrade

¹⁵⁹ “Beneficência Porto-Alegrense”, *O Exemplo*, 24 mar. 1918, p. 2.

¹⁶⁰ Livro de Propostas para Sócios da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1884-1885. (AHRs – L.54v – cod. 32).

Neves nº 37. O que nos chama atenção nesses dois associados diz respeito ao endereço dos dois marceneiros, pois de acordo com o sr. Claudio Batista de Souza, seu bisavô tinha *uma loja de restauro de móveis que ficava na Rua Andrade Neves*¹⁶¹. Podemos inferir sobre os dois nomes citados acima como possíveis colegas de trabalho de João Baptista da Silva, ou seus empregados na oficina, demonstrando que o referido endereço poderia dizer respeito também a uma marcenaria ou fábrica de móveis, ofícios difundidos com grande frequência ao mesmo passo que o processo de industrialização se desenvolvia em Porto Alegre¹⁶².

Ainda em torno de sua incursão nos meios sociais, evidencia-se sua participação como Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre onde conseguiu ampliar suas redes de sociabilidades¹⁶³. Em relação a Santa Casa, a historiadora Beatriz Weber (1999), ao analisar o compromisso de irmãos do ano de 1857, aponta para a condição financeira como um dos requisitos principais para participar da associação. Nas palavras de Weber:

O maior peso dado ao requisito de riqueza deixa claro que somente aos mais abastados membros da sociedade de Porto Alegre poderia ser facultado o direito de participar da Santa Casa. Assim, os cargos da mesa administrativa foram disputados, nas várias Misericórdias brasileiras, pelo prestígio que representavam, significando prova de integridade e capacidade, rivalizando em prestígio com um cargo nas Câmaras Municipais (WEBER, 1999, p. 139).

Além da questão financeira, percebe-se também o prestígio social apontado por Weber (1999). Ser irmão da Santa Casa representava estar apto a decidir assuntos da Mesa Administrativa que muitas vezes diziam respeito a questões da cidade bem como questões ligadas a medicina¹⁶⁴. Embora compreendo que a participação de João Baptista da Silva na Santa Casa deve ser analisada também sob o prisma do assistencialismo, o qual já vinha desempenhando na Sociedade Beneficência Porto-Alegrense. Neste aspecto, a Santa Casa apresentava-se como uma das principais instituições que visou a promoção da assistência ao longo do século XIX, acolhendo doentes, menores abandonados e também enterrando indigentes. Beatriz Weber (2000) ao discorrer sobre a caridade e assistência social no Rio Grande do Sul (1880-1920), chama atenção para o papel da Santa Casa de

¹⁶¹ Entrevista realizada em 23 nov. 2017, Porto Alegre. Entrevistador: Vitor Costa.

¹⁶² Sobre essa questão ver mais em: ARAVANIS, Evangelia. A industrialização no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas da República: a organização da produção e as condições de trabalho (1889-1920). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 2, n. 3 jan-jul, 2010.

¹⁶³ Um dos exemplos dessas redes foram as ligações com os médicos Eduardo Sarmiento Leite e Paula Esteves, que demonstramos nas seções anteriores ao tratarem dos filhos Baptista Junior e Felipe.

¹⁶⁴ Evidenciamos esta iniciativa por parte de João Baptista da Silva no início deste capítulo em relação a sua atuação como escrivão da Mesa Administrativa em 1916, onde votou contra a entrada dos estudantes da Escola Médico-Cirúrgica que desejavam utilizar-se dos ambulatórios da Santa Casa para suas práticas.

Misericórdia de Porto Alegre, que havia sido fundada em 1803, com o intuito inicial de atender os viajantes e desamparados. A autora destaca que, no decorrer do século XX, as atividades desenvolvidas pela instituição foram ampliadas, mas sem perder o caráter original do assistencialismo:

Com seu crescimento, a Santa Casa tornou-se uma instituição complexa, tanto na sua organização como nas funções desempenhadas na cidade de Porto Alegre. No início do século XX, abrigava as mais modernas experiências médicas do período, mas permanecia uma instituição marcadamente assistencial, com um forte conteúdo religioso (WEBER, 2000, p. 8).

Compreendo que a entrada de João Baptista da Silva na instituição se deu em virtude de compartilhar os mesmos preceitos em torno da caridade e do assistencialismo apontados pela autora, pois o fato de ter adotado uma criança na roda do expostos em 1894 denota essa assertiva, além do aspecto religioso que também foi uma das facetas de sua identidade social. E foi nesse contexto de aprimoramentos nas atividades de saúde e assistencialismo, que João Baptista da Silva se inseriu ao adentrar na instituição como irmão em 1896, desempenhando diversas atividades administrativas e de cunho social ao longo do século XX.

No seu Termo de Juramento de Irmão consta que havia sido aprovado em 28 de dezembro de 1895 e prestou juramento no ano de 1896, onde declarou ser “natural do Estado, ter 38 anos, filho de Lívia Baptista, casado com D. Francisca Baptista da Silva e comerciante”, o termo foi registrado pelo escrivão da mesa Aurélio Viríssimo de Bittencourt¹⁶⁵. Como sua atuação na Santa Casa se deu entre os anos de 1896 e 1937, não foi possível abarcar a totalidade de suas atividades ao longo desse período, porém evidenciamos algumas que ele desenvolveu em questões administrativas e assistencialistas.

Nos Relatórios de Provedoria de 1908-1913 o nome de João Baptista da Silva aparece ligado a diversas funções: mesário, 1º e 2º escrivão da Mesa Administrativa e Mordomo do ambulatório. Na Sessão da Assembleia Geral dos Irmãos que corresponderia ao triênio de 1916-1918, João Baptista da Silva foi reeleito como mesário adquirindo a unanimidade de votos¹⁶⁶. Sobre estes aspectos referentes à disposição e importância dos cargos administrativos, a historiadora Claudia Tomaschewski (2014) nos apresenta algumas constatações interessantes. Em sua tese de doutorado, ao realizar um estudo

¹⁶⁵ Termo de Juramento do Irmão da Santa Casa, Porto Alegre, Nº 1749, fl.173. João Baptista da Silva, 1896. AHSCMPA.

¹⁶⁶ Sessão de Assembleia Geral dos Irmãos. Porto Alegre. 1916-1918. AHSCMPA.

comparado entre as Santas Casas de Misericórdia de Porto Alegre e Pelotas entre os anos de 1847 e 1891, enfatizou as relações estabelecidas entre a caridade e o poder estatal que permeava as duas instituições. Em determinado ponto, Tomaschewski chama atenção para a importância dos cargos evidenciados nas instituições, e as atribuições que os irmãos necessitavam exercer:

Em seguida ao cargo de provedor, vinham os cargos de escrivão, tesoureiro e procurador. Também havia os mordomos que cuidavam de atividades assistenciais e administrativas específicas. O serviço na mesa da Santa Casa era também um dom, os cargos não eram remunerados, aquele que ocupava o lugar dispunha de seu tempo e “zelo administrativo” para usar uma expressão dos confrades (TOMASCHEWSKI, 2014, p. 102).

Com base nas informações da autora, evidenciamos que João Baptista da Silva, ocupou postos importantes na hierarquia organizativa da mesa, e certamente esteve envolto com o “zelo administrativo”. Essa perspectiva pode ser compreendida a partir da sua atuação como mordomo. Esse fato foi apontado pelo jornal *A Federação* em 1909, onde destacaram que “durante o trimestre findo serviu de mordomo do hospital da Santa Casa de Misericórdia o nosso amigo major João Baptista da Silva”¹⁶⁷. Tomaschewski (2014), destaca que era função do mordomo realizar atividades assistencialistas e administrativas, podendo apresentar-se como mordomo do hospital, da capela, dos testamentos e dos cemitérios. Nesse sentido cabia ao mordomo fiscalizar e organizar esses espaços. Além das atividades desenvolvidas em torno do hospital, entendemos que também tenha desempenhado funções, como mordomo da capela. Esta questão foi apontada pelo sr. Claudio Batista de Souza, ao discorrer sobre a religiosidade de seu bisavô: *Ele era um homem que zelava muito pela Igreja, isso é inegável, pela documentação que se tem dá para ter uma ideia. Ele era Prior da Igreja do Rosário, ele era Mordomo da Santa Casa de Misericórdia, e fazia esse papel de confiança da Igreja Católica*¹⁶⁸. O fato de ter sido marcado pela “confiança” e “zelo” que imprimia em seu envolvimento com a religião católica, nos levam a inferir que também desempenhou estas práticas na Santa Casa, pois como destacou Beatriz Weber (2000, p. 4), tanto o capelão como o mordomo da capela buscavam “garantir o exercício religioso na instituição, considerando esse seu maior dever”. Demonstrando que essa perspectiva em torno da atribuição de mordomo vai além das funções voltadas para a organização e fiscalização

¹⁶⁷ *A Federação*, 05 de abr. 1909, p. 4.

¹⁶⁸ Entrevista realizada em 23 nov. 2017, Porto Alegre. Entrevistador: Vitor Costa.

do espaço, e envolve a difusão da religiosidade católica, algo que o major João Baptista da Silva já vinha desempenhando.

A partir dessa digressão em torno da sua participação na sociedade Beneficência Porto-Alegrense e na Santa Casa de Misericórdia foi possível inferir sobre uma parcela de suas atividades nos “meios sociais”. Dando segmento as facetas de sua identidade, apontaremos sua participação “no mundo católico”, como bem definiram os articulistas d’ *A Federação* em seu necrológio. Essas iniciativas podem ser percebidas através da sua relação com a Arquiconfraria do Rosário, que de acordo com o seu necrológio, “foi um dos mais dedicados membros da Arquiconfraria de N.S. do Rosário, da qual fazia parte desde os primórdios de sua fundação”¹⁶⁹. Até o momento não foi possível identificar sua entrada na Arquiconfraria, mas como já foi apontado neste capítulo, a partir de 1871 a Irmandade do Rosário havia ganhado o título de Arquiconfraria e reafirmado seu status em 1883¹⁷⁰. Em relação aos detalhes dessa transformação, o historiador Mauro Dillmann (2008), nos fornece mais informações sobre esse processo ao enfatizar que:

A irmandade do Rosário da cidade, por proposta de seu provedor, Lourenço Antônio da Soledade, propôs a elevação da confraria à categoria de Ordem Terceira. Com o apoio do Bispo, a proposta do provedor foi encaminhada ao Papa Pio IX, que por sua vez, em Bula, aprovou somente a elevação da irmandade à arquiconfraria (DILLMANN, 2008, p. 72).

A aprovação se deu no ano de 1871, e no decorrer de sua análise, Dillman (2008), destaca que a elaboração do compromisso que possibilitava reger a Arquiconfraria, foi promulgada em 1883, o que demonstrava sua capacidade de congregar não apenas confrades do Rosário, mas também de outras irmandades que possuíssem igrejas. É importante ressaltar a peculiaridade em torno da Irmandade do Rosário de Porto Alegre, que diferente das demais confrarias que foram criadas durante o século XVIII e XIX no Brasil, foi a única que não obteve em sua nomenclatura a denominação *dos Homens*

¹⁶⁹ “Necrologia – Major João Baptista da Silva”, *A Federação*, 11 jan. 1937, p. 2. Além dessa congregação, a matéria destaca que também participou da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora das Dores. Outra congregação que esteve envolvido foi a Confraria de Nossa Senhora da Conceição, onde evidenciamos sua participação na eleição correspondente ao ano de 1908, na qual ocupou o cargo de Procurador-Geral. “Eleição”, *A Federação*, 09 dez. 1907, p. 3.

¹⁷⁰ No exemplar de 9 de março de 1919 do jornal *O Exemplo*, foi transcrita a ata de 2 de fevereiro de 1871 da Arquiconfraria do Rosário, onde foram entregues os hábitos aos confrades e realizou-se a cerimônia de transformação em Venerável Episcopal Arquiconfraria. Na listagem dos confrades presentes não evidenciamos o nome de João Baptista da Silva, o que nos leva a inferir que sua entrada na congregação tenha se dado a partir de 1883. “Archi-confraria de N.S.do Rosário”, *O Exemplo*, 09 mar. 1919, p.2.

Pretos, algo que pode estar relacionado a sua composição étnica¹⁷¹. Sobre essa questão, Liane Müller (2013, p. 46), aponta que “brancos e negros se revezaram de forma crescente na medida em que se aproximava a virada do século”, e que com a elevação da Irmandade à Arquiconfraria a participação efetiva de negros ocupando os cargos de secretário foi mais frequente.

Em relação a presença de João Baptista da Silva na Arquiconfraria do Rosário, um dos indícios que nos permitem inferir sobre sua representatividade e importância dentro da congregação foi evidenciado no jornal *O Exemplo*. A nota menciona o nome de João Baptista da Silva quando da sua reeleição como prior em 1905:

Em sua última sessão de mesa administrativa procedeu-se a eleição da mesa para o ano compromissal de 1905, que deu o seguinte resultado: **prior, major João Baptista da Silva**, vice-prior, tenente-coronel Franklin Gonçalves Lopes Ferrugem; secretário, Arthur Paulino da Rosa; tesoureiro, Conego Chrispim Joaquim e Campos Chagas [...] **Como acima se vê foi novamente reeleito o nosso amigo major Baptista para o alto cargo de prior, e nós felicitamos a mesa por ter conservado em tão melindrosa investidura nas mãos de quem com tanto zelo desempenha-se dos compromissos tomados**¹⁷²(grifos nossos).

Além de percebermos que João Baptista da Silva já havia ocupado o cargo de prior em 1904, chamamos atenção para a maneira em que é referido pelo jornal, onde novamente presenciamos a característica ligada ao “zelo”, que parece ter marcado sua personalidade, como também enfatizaram seu comprometimento em relação as funções desempenhadas na Arquiconfraria¹⁷³. A representatividade social adquirida através de sua incursão na Arquiconfraria do Rosário, apresenta-se como uma das principais formas de sociabilidade que garantiu a inserção social da família, como bem destacou o sr. Claudio Batista de Souza: *eles sempre tiveram uma posição boa dentro da comunidade porto-alegrense, só que esse reconhecimento é muito difícil, o fato deles serem afrodescendentes era um obstáculo para a pessoa ter uma projeção. Ele (major) até que teve porque foi da Igreja do Rosário*¹⁷⁴. Aqui evidenciamos que a religiosidade imprimida pela família Baptista da Silva foi um dos seus principais ícones identitários, e que a

¹⁷¹Ver mais em: NASCIMENTO, Mara Regina do. **Irmandades leigas em Porto Alegre: práticas funerárias e experiência urbana séculos (XVIII-XIX)** 2006 362f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

¹⁷² “Archiconfraria de N.S. do Rosário”, *O Exemplo*, 09 out. 1904, p. 3.

¹⁷³ Em nota do jornal *A Federação*, sobre as comemorações que a Arquiconfraria do Rosário iria realizar em alusão ao dia de sua padroeira. Na matéria, evidencia-se a presença do prior major João Baptista da Silva entre a comissão responsável pela organização das festividades da congregação que contaria com uma missa seguida de uma procissão. “N.S. do Rosário – A festa”, *A Federação*, 28 set. 1906, p. 2.

¹⁷⁴ Entrevista realizada em 01 nov. 2018, Porto Alegre. Entrevistador: Vitor Costa

memória familiar garantiu perpetuar, inclusive por meio de documentos pessoais que comprovam a atuação do major João Baptista da Silva como prior.

Em virtude da demolição da antiga Igreja do Rosário na década de 1950, sua documentação foi destruída, assim há poucos trabalhos que se utilizam das fontes eclesiais sobre o histórico da instituição¹⁷⁵. Desta forma, além das informações evidenciadas na imprensa, parte do acervo particular do sr. Claudio, corrobora para enfatizar o papel do seu bisavô como prior:

Vitor: - Como o senhor vê essa trajetória do major enquanto prior, qual a sua importância?

Sr. Claudio: - Se tu fores hoje na Igreja do Rosário não tem nada, eles desmancharam aquela igreja que era uma obra colonial, eles tinham que ter alguma coisa arquivada ali, mas não tem nada. Eu tenho até um santo em que ele (major) aparece como prior da Igreja do Rosário, junto com o Arcebispo da época.

Vitor: - O senhor tinha me falado desse documento.

Sr. Claudio: - Ainda tem uma correspondência do Landell de Moura e outra do Bispo de Caxias José Barea endereçada ao major¹⁷⁶.

Esses documentos apontados pelo sr. Claudio Batista de Souza, além de atestarem a posição de seu bisavô como prior da Arquiconfraria do Rosário, demonstram as redes religiosas de sociabilidade em que estava inserido como o padre Landell de Moura¹⁷⁷ e o Bispo de Caxias, D. José Barea¹⁷⁸, dois nomes de destaque do catolicismo no Rio Grande do Sul. Neste sentido, evidenciamos que durante sua vida religiosa, o major João Baptista da Silva não esteve condicionado a estabelecer laços apenas entre seus irmãos negros da Arquiconfraria do Rosário, mas sim com sujeitos brancos de posições de destaque na

¹⁷⁵ Dentre os trabalhos que se utilizam de fontes históricas sobre a Irmandade do Rosário, destacam-se: BAREA, Mons. José. **Histórico da Igreja de N. S. do Rosário de Porto Alegre**. Porto Alegre: Cúria Metropolitana, 1941. GRESELE, Otilia. **A Irmandade dos Negros de Porto Alegre**. São Leopoldo: Estudos Leopoldenses. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Leopoldo, 1986. n.6.

¹⁷⁶ Entrevista realizada em 01 nov. 2018, Porto Alegre. Entrevistador: Vitor Costa.

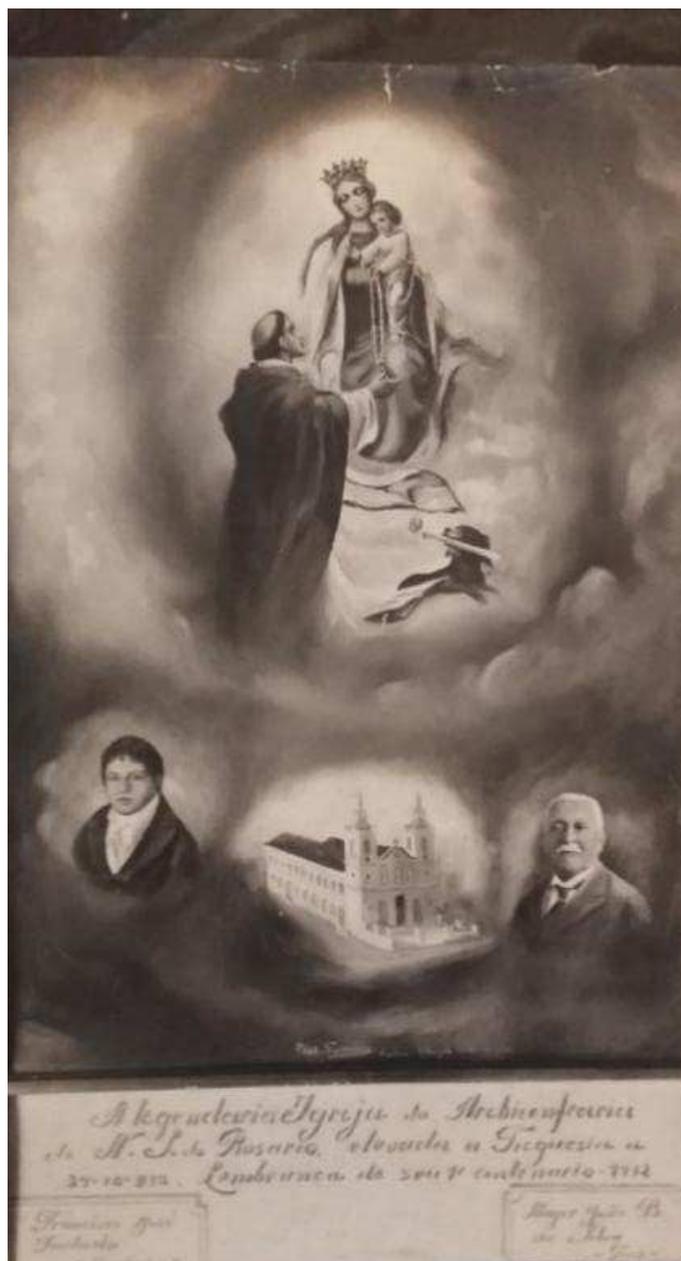
¹⁷⁷ O padre Roberto Landell de Moura nasceu em Porto Alegre no dia 21 de janeiro de 1861, cursou o Colégio de Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo (RS). E em 22 de março de 1878, matriculou-se no Colégio Pio Americano e na Universidade Gregoriana, onde estudou física e química. Completou sua formação eclesial em Roma formando-se em teologia, e foi ordenado sacerdote em 1886. Também em Roma iniciou as pesquisas que o levariam à invenção pioneira do rádio - <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MOURA.%20Landell%20de.pdf>. - Acessado em: 05.12.2019.

¹⁷⁸ Dom José Barea era filho de imigrantes italianos, nasceu em Nova Treviso, então município de Antônio Prado. Fez seus estudos no Seminário Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo, recebendo uma sólida formação dos padres jesuítas. Foi ordenado sacerdote em São Leopoldo, no ano de 1918. Durante nove anos foi secretário particular de Dom João Becker. Em 1928, foi nomeado Reitor da Igreja Nossa Senhora do Rosário, em Porto Alegre, ali permanecendo até sua nomeação para bispo de Caxias do Sul (GRAZIOTTIN, Roque. Pressupostos da prática educativa na diocese de Caxias do Sul – 1934 a 1952. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Caxias do Sul, 2010).

Igreja Católica. Abaixo destaco os documentos referidos pelo sr. Claudio, que exemplificam as relações constituídas pelo seu bisavô.

Figura 8

Primeiro Centenário da Igreja do Rosário (1932). João Baptista identificado como Prior.



Fonte: Acervo Particular Cláudio Batista de Souza.

Figura 9

Frente e verso do postal do Padre Landell de Moura.



No Major
João Baptista
7-7-228

Fonte: Acervo Particular Claudio Batista de Souza.

Figura 10

Frente e verso do postal do Bispo de Caxias D. José Barea.



No Ilmo. e muito querido amigo Sr. Major
João Baptista da Silva, dd. Sr. da Igreja
Congregação de N. S. do Rosário, officina, como
prova de grande estima
+ D. José Barea, Bispo de Caxias.
22-2-936

Fonte: Acervo Particular Cláudio Batista de Souza.

Nas três fontes apresentadas acima, percebe-se que, além da identificação de prior, a insígnia social de major era acionada mesmo se tratando de relações envoltas pela religiosidade católica, demonstrando a importância da patente militar da Guarda Nacional como uma forma de enfatizar a qualidade social adquirida. Ademais, essa questão também pode nos levar a pensar as diferentes experiências sociais que compuseram a identidade de João Baptista da Silva e que se entrecruzavam em sua vivência. Dessa forma, o nome próprio pode ser visto como um recurso viável para demarcar a identidade do sujeito. No artigo *A ilusão biográfica*, Pierre Bourdieu (1986), chama atenção para a utilização do nome em relação a identidade social do indivíduo. De acordo com Bourdieu (1986, p. 187), “o nome próprio é arrancado do tempo e do espaço e das variações segundo os lugares e os momentos: assim ele assegura aos indivíduos designados, para além de todas as mudanças e todas as flutuações biológicas e sociais, a constância nominal, a identidade no sentido de identidade consigo mesmo”. Nesse sentido, compreendo a importância de em determinados momentos analisar o sujeito por ele mesmo, embora no caso de João Baptista da Silva essa tarefa se mostre complexa, devido as distintas configurações sociais que estava inserido como o assistencialismo, a religiosidade e o militarismo.

Destacamos que essas camadas identitárias ganhariam mais um contorno a partir do momento em que ele ingressara no funcionalismo público, em 1904. Esse fato foi noticiado e comemorado por seus amigos do jornal *O Exemplo*:

o benquisto cidadão, nosso amigo, major João Baptista da Silva, acaba de ser distinguido pelo Governo Federal, com a nomeação de Porteiro da Delegacia Fiscal do Tesouro Federal neste Estado. Felicitando o amigo, desejamos-lhe ininterrupta messe de felicidades na nova vida que enceta¹⁷⁹.

Uma primeira análise sobre esta nota pode ser interpretada a partir das estratégias pedagógicas do jornal em promover a identidade negra positiva, ou como bem definiram seus integrantes na refundação do periódico, “educar pelo exemplo”¹⁸⁰. No sentido apontado por Maria Angélica Zubaran (2016, p. 217) “o jornal *O Exemplo*, por meio de múltiplos recursos, produziu e disseminou valores e modos de ser e estar no mundo e exerceu um papel pedagógico significativo na construção de subjetividades e identidades negras”. Alguns desses recursos consistiam em noticiar sujeitos negros que alcançavam determinados postos de trabalho, concluíam cursos superiores, se casavam, dentre outras

¹⁷⁹ “Nomeação”, *O Exemplo*, 05 de jun. 1904, p. 2.

¹⁸⁰ “Ao que viemos”, *O Exemplo*, 05 out. 1902, p. 1.

atividades, dando visibilidade para essas experiências negras como forma de disseminar as aspirações de uma identidade negra que destoasse de uma imagem marginalizada. Em relação ao conteúdo da matéria, o fato de os articulistas do jornal destacarem que a nomeação de João Baptista da Silva como porteiro da Delegacia Fiscal¹⁸¹ demarcaria o início de uma “nova vida”, demonstra a importância do funcionalismo público para a ascensão social e econômica de indivíduos e famílias negras no pós-abolição. No caso da família Baptista da Silva, infere-se que esta “mudança de vida” de fato tenha ocorrido, visto que provavelmente até esse momento, o major João Baptista da Silva ainda se valia do ofício de marceneiro algo que talvez já não fosse possível desempenhar com a mesma produtividade em decorrência de sua idade e diminuição da capacidade física, pois já se encontrava com 50 anos de idade, fazendo com que o serviço público apresentasse uma condição de trabalho na qual iria conseguir desempenhar as atividades requeridas.

No que diz respeito a sua atuação e relações estabelecidas no funcionalismo público, seu necrológio aponta que “foi um modelar funcionário, merecendo o carinho e amizade de todos os seus colegas e chefes”¹⁸². Desta forma, percebe-se que sua rede de sociabilidade aumentava da mesma forma que as relações com pessoas brancas faziam-se presente em sua trajetória e nas relações da família. Sobre esta questão, o sr. Claudio Batista de Souza destaca que:

Em tese eles teriam uma posição de certo realce dentro da sociedade gaúcha, em Porto Alegre, eles (filhos) tiveram uma projeção social face a posição que o pai ocupava. E tiveram um trânsito social dentro da sociedade branca e negra, foram concursados e galgaram posições através do seu próprio esforço, e pra mim esse é o exemplo que fica¹⁸³.

Em torno desse aspecto compreendo que a racialização operou na trajetória da família Baptista da Silva, através da perspectiva relacional. Conforme destacou Marcus Vinicius de Freitas Rosa (2014), em sua tese sobre a história social do racismo, ao enfatizar as relações estabelecidas entre negros e brancos nas camadas populares de Porto

¹⁸¹ De acordo com o Decreto nº 5.390, de 10 de Dezembro de 1904, o Porteiro deveria exercer as seguintes funções: abrir, meia hora antes e fechar, depois de findo o trabalho, as portas do edifício da Delegacia Fiscal e cuidar da limpeza dela e da conservação dos moveis e mais objetos ali existentes, dos quais tomará conta por inventario, sendo responsável pela guarda deles, bem como pela dos livros e papeis; fazer chegar ao seu destino os requerimentos, officios e mais papeis que forem entregues na Portaria; remeter ao seu destino a correspondência official; manter a ordem e o respeito entre as pessoas que se acharem no edificio da repartição, requerendo do Delegado Fiscal as providencias que forem precisas para esse fim. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-5390-10-dezembro-1904-523172-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 06.12.2019.

¹⁸² “Necrologia – Major João Baptista da Silva”, *A Federação*, 11 jan. 1937, p. 2.

¹⁸³ Entrevista realizada em 27 ago. 2019, Porto Alegre. Entrevistador: Vitor Costa.

Alegre durante o pós-abolição, ele apontou a racialização como uma chave de leitura eficaz para o referido contexto:

Como todo o processo de formação de identidades, a raça foi construída a partir do estabelecimento de diferenças e oposições multilaterais, motivo pelo qual toma-la como uma construção cultural constantemente sujeita à mudança, enquanto critério organizador das interações e identidades sociais, equivale a compreendê-la como processo e como relação. Eis o que nesse estudo se compreende por *racialização* (ROSA, 2014, p. 23).

As relações estabelecidas pelo major João Baptista da Silva encaixam-se na concepção apontada por Rosa em torno das particularidades envolvidas na construção das identidades sociais. Além de suas relações com médicos da Santa Casa e das conexões com personalidades católicas, compreendo que sua atuação frente à Delegacia Fiscal corroborou para a ampliação das redes brancas de sociabilidade em que esteve dialogando. Fator que compreendo ter sido presente na formação de seu pertencimento social e racial, pois acabava por transitar nos espaços de sociabilidade negra e branca, demonstrando que embora houve os limites raciais impostos pela sociedade, esses espaços ditos brancos, não eram tão brancos assim.

Nessa esteira de análise cabe salientar a política de branqueamento nos usos e sentidos apontados por Petrônio Domingues (2002). No artigo, *Negros de almas brancas?...* o autor enfatiza a importância de se problematizar a política de branqueamento para tensionar e complexificar os estudos das relações raciais no Brasil. No artigo, o autor apresenta esse questionamento a partir da imprensa negra paulista do século XX, onde encontrou grupos que aderiram e enfatizavam a reprodução social e cultura de valores ditos brancos. De acordo com Domingues (2002, p. 576) “ao assimilarem os valores sociais e/ou morais da ideologia do branqueamento, alguns negros avaliavam-se pelas representações negativas construídas pelos brancos. Era necessário ser um ‘negro de essência brancura’”. Com isso, percebemos que o branqueamento inferiu fortemente sobre as dinâmicas sociais internas da comunidade negra, fazendo com que repulsassem qualquer fator ligado a suas raízes negras.

Diferentes dos sujeitos analisados por Petrônio Domingues (2002) compreendo que tantos os membros da família Baptista da Silva como os integrantes do jornal *O Exemplo*, não estiveram inseridos nesse grupo de negros “branqueados socialmente” apontados pelo autor. Entendo sim que eles estavam imprimindo uma noção ligada a boa conduta e moralidade do indivíduo, mas de sobremaneira enalteciam a raça branca como detentora dessas qualidades e modelo a ser atingido, pelo contrário buscavam inflamar

essas aspirações em seus próprios patrícios. Com isso, a boa aparência apresentava-se como um elemento social importante para demonstrar a dignidade e uma imagem positiva do negro avessa ao estereótipo da marginalização, conduta esta, que foi evidenciada em diversos outros segmentos da população negra¹⁸⁴ durante as primeiras décadas do século XX.

Outra questão que nos diz muito sobre as relações sociais entre negros e brancos experienciadas pela família Baptista da Silva, diz respeito as classificações de cor presente nas fontes. Se por um lado não foram adeptos da ideologia do branqueamento, não podemos dizer que não lhes imputaram denominações de cor que visavam descaracterizar o protagonismo negro alcançado. Para ponderarmos sobre essas questões, vale ressaltar a tese de doutorado do historiador Rodrigo Weimer (2013) intitulada *A gente de Felisberta...*, onde o autor discorre sobre a trajetória e memórias de um grupo familiar negro durante o pós-abolição rural no litoral gaúcho. Dentre suas análises, Weimer chama atenção para os aspectos ligados a raça e a cor dos sujeitos analisados, nos segmentos descritos como *interlúdios de racialização*, refletindo sobre Manoel Inácio, um dos sujeitos pesquisados e descrito como pardo nas fontes, Weimer (2013, p. 145) aponta que “o uso da categoria pardo para designar Manoel Inácio não resulta de sua composição cromática ou biológica. Supondo ser filho do senhor, não era pardo devido a seus genes, e sim ao lugar de poder em que era instalada na escravaria dos Marques”. Embora esteja localizado num contexto escravista, a percepção da cor como lugar social torna-se uma chave de leitura interessante, aproximando-se da noção atribuída por Roberto Guedes (2008), que através das fontes percebeu a mudança de cor nas mesmas pessoas, levando-a a pensa-la como um mecanismo definidor de hierarquias sociais.

Essa fluidez da cor pode ser observada em relação a João Baptista da Silva, que assim como Manoel Inácio, também foi descrito como “pardo” em determinado momento de sua vida¹⁸⁵. Além dessa classificação, foi possível perceber a mobilidade da cor a partir de três fontes referentes ao seu falecimento. A primeira diz respeito ao registro de óbito no livro de irmãos falecidos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, onde aparece

¹⁸⁴ Caso semelhante a conduta social descrita, diz respeito ao grupo dos sambistas cariocas contemporâneos aos sujeitos dessa pesquisa. Com o intuito de desvincular a imagem do gênero musical à marginalidade, Paulo Benjamin de Oliveira, o famoso Paulo da Portela, buscou entre muitas de suas articulações em torno do samba, aproximar-se das impressões sociais positivas. Para compreendia que os agentes culturais envolvidos na criação do gênero deveriam estar sempre apresentáveis, como *os pés e o pescoço ocupados*, em alusão ao uso de sapato e gravata.

¹⁸⁵ Sua descrição como pardo foi apresentada anteriormente no momento em que mencionamos o registro de batismo de sua filha Maria Delphina no ano de 1897.

descrito como de cor branca, classificação que também é evidenciada em sua certidão de óbito registrada em cartório. Por último, encontramos a descrição de seu óbito no livro da Irmandade do Rosário de Porto Alegre, que além de menção a cor, também apresenta outras informações interessantes. Seu óbito foi assim assentado:

Aos onze dias do mês de janeiro de mil novecentos e trinta e sete, foi encomendado o Major João Baptista da Silva, **cor mista**, deste Estado, viúvo, com 80 anos de idade, funcionário público, residente à rua Canabarro, sacramentado. Foi durante muitos anos zeloso Prior da Confraria do Rosário. E para constar lavro com pesar este termo que assino. Cônego Cleto Bevegnu, vigário¹⁸⁶.

Percebemos que somente no registro da Paróquia do Rosário, é que a menção da cor de João Baptista da Silva aparece diferente dos demais, ao ser apontado como de cor *mista*. Compreendo que este dado reforçava seu pertencimento étnico-racial reconhecido e afirmado por seus confrades de irmandade, visto que o vigário busca expressar no registro as fortes ligações e serviços que prestou a Confraria do Rosário enquanto Prior.

Abaixo destaco duas fotografias que são representativas sobre os questionamentos lançados até aqui e que denotam os diferentes espaços e relações que João Baptista da Silva costurou em sua trajetória.

Figura 11.

João Baptista da Silva (no centro) em frente à antiga Igreja do Rosário.



Fonte: Acervo Particular Cláudio Batista de Souza.

¹⁸⁶ AHCMPA – Livro de óbitos da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário (1914-1939), nº 15, folha 93.

Figura 12

João Baptista da Silva (no centro) na Delegacia Fiscal.



Fonte: Acervo Particular Cláudio Batista de Souza.

Nesta perspectiva, inferimos para a complexidade de se pensar as experiências sociais negras no pós-abolição, compreendendo as flutuações e laços de sociabilidades que transgrediam os limites de cor e condição social. Devido as funções que realizava como Porteiro da Delegacia Fiscal, suas relações e contatos com diferentes sujeitos de cor e condição social distinta da sua foram constantes, e assim conquistou a respeitabilidade social de chefes e colegas daquela repartição¹⁸⁷. Compreendo que além das atividades realizadas, a benesses recebidas estavam de certa forma ligadas ao capital social que já havia adquirido através do protagonismo religioso e da patente militar de major.

Buscamos apresentar alguns pontos da trajetória de João Baptista da Silva com o intuito de demonstrar os pilares através dos quais a sociabilidade negra desta família estava se estruturando e que na geração dos filhos iria apresentar continuidades e novas formas de incursão social como já evidenciamos. Destaca-se que as menções referentes as conquistas de João Baptista da Silva no ano de 1904 (Prior e Porteiro da Delegacia Fiscal), apresentam-se como uma das primeiras referências à família nas páginas do jornal *O Exemplo*. Na sequência iremos dar segmento a essas análises, perscrutando os laços

¹⁸⁷ Como funcionário que era da Delegacia Fiscal, onde trabalhou desde 1904, e, conseqüentemente trinta e dois anos, foi um modelar funcionário, merecendo o carinho e amizade de todos os seus colegas e chefes. Os delegados que durante esse período passaram por essa repartição tiveram do major Baptista o mais dedicado, o mais solícito auxiliar na execução dos serviços atinentes aquela repartição. "Necrologia – Major João Baptista da Silva", *A Federação*, 11 jan. 1937, p. 2.

afetivos e sociais que estabeleceram antes de participarem como membros do periódico em 1917, bem como evidenciar a presença das irmãs no jornal e em outros projetos.

2.3. Redefinindo laços negros

Tomar o jornal *O Exemplo* como o ponto inicial das relações estabelecidas entre a família Baptista da Silva e demais membros do periódico, demonstra uma limitação para perscrutar as trajetórias compartilhadas desses sujeitos negros, neste sentido compreendo que o jornal consolidou relações de afetividade e sociabilidade que já vinham sendo construídas. A relação de Felipe Baptista da Silva e Marcílio Freitas, pode ser medida já em 1907, através da sociedade instrutiva e recreativa *Centro Porto-Alegrense*, em que foram membros fundadores, conforme destacou o jornal *A Federação*:

Fundou-se ontem nesta capital uma sociedade instrutiva e recreativa que tomou a denominação de Centro Porto Alegrense. A nova associação tem por fins desenvolver entre seus associados o gosto pelas letras, organizando uma biblioteca e promovendo palestras literárias e também proporcionar as famílias dos sócios diversões como saraus e piqueniques. A sua primeira diretoria ficou assim constituída: Presidente: **Marcílio Francisco da Costa Freitas**; vice-presidente: Alfredo Nunes; 1º secretário: **Felipe Baptista da Silva**; 2º secretário: Antonio Carlos Oscar; orador: Arthur Ferreira de Andrade; bibliotecário: Manoel Pereira de Campos; tesoureiro: João Baptista Leite dos Santos [...] ¹⁸⁸ (grifos nossos).

Neste sentido, percebemos que Felipe e Marcílio já compartilhavam experiências associativas, que seriam solidificadas por laços afetivos e nas lides jornalísticas¹⁸⁹. Em relação as ações da sociedade *Centro Porto-Alegrense*, destaca-se que buscou promover o lazer e a educação entre suas atividades, voltando-se exclusivamente para famílias negras. Neste aspecto, sua configuração enquadra-se na definição de clube social negro. De acordo com o poeta Oliveira Silveira, que definiu os clubes sociais negros como “espaços associativos do grupo étnico afro-brasileiro, originários da necessidade de convívio social do grupo, voluntariamente constituído e com caráter beneficente recreativo e cultural, desenvolvendo atividades num espaço físico próprio” (SILVEIRA, 2008 *apud ESCOBAR*, 2010, p. 61). Nos primeiros anos de atividade da sociedade *Centro Porto-Alegrense*, não foi possível identificar uma sede própria, fato que só surge no jornal

¹⁸⁸ “Centro Porto-Alegrense”, *A Federação*, 18 fev. 1907, p. 2.

¹⁸⁹ Como já havíamos apontado anteriormente, Marcílio foi padrinho de casamento de Felipe Baptista da Silva e Ercília dos Santos em 1912. Acredito que Ercília também tenha participado do *Centro Porto-Alegrense*, pois uma nota sobre a organização do primeiro aniversário da sociedade, menciona o nome de Ercília Santos entre as diretoras do baile.

a partir de 1916, constando que ficava situada à Rua Demétrio Ribeiro nº137¹⁹⁰, ademais compreendo que, embora não utilizasse o nome clube, poderia ser entendida tal qual um.

Podemos dizer que a participação da família Baptista da Silva nesta sociedade, não se limitou a presença de Felipe. Seus irmãos, Baptista Junior e Maria Delphina, também participaram e atuaram na organização das atividades desenvolvidas no Centro Porto-Alegrense, denotando a proposta da associação em congregar “as famílias dos associados”. Evidenciamos sua participação em nota referente ao 9º aniversário da sociedade, em que seria realizado um baile:

Realiza-se hoje o baile com que o Centro Porto Alegrense comemora o 9º aniversário de sua fundação, transcorrido a 24 do mês último. São diretores os srs. Clemente Gonçalves de Oliveira, e as senhoritas Mendolice Maia, Mercedes de Oliveira, Maria Fioravanti e **Maria Delphina Baptista da Silva**. Fizeram parte da comissão de recepção os srs. Alfredo Palmas Cardoso, **João Baptista da Silva Junior** e Adalberto Maia. Para esta festa que promete ser brilhante, há animação entre os associados¹⁹¹ (grifos nossos).

Além dos membros da família Baptista da Silva, destaca-se a presença de pelo menos outras duas famílias envolvidas na organização do evento, entre elas destaca-se Clemente Gonçalves de Oliveira, futuro membro do jornal *O Exemplo*. Destaca-se a participação de Maria Delphina¹⁹² e das demais “senhoritas” como diretoras do baile, demonstrando o agenciamento feminino negro que tomava esse espaço como um lugar de existência e promoção de suas potencialidades. Conforme destacou Fernanda Oliveira da Silva (2017, p. 214), “nas páginas da imprensa exteriorizava-se uma feminilidade negra respeitável, elevada a uma imagem pública que compunha o imaginário feminino negro desejável que, por sua vez, transgredia com uma noção de deformação reinante em torno das mulheres negras hipersexualizadas desde a escravidão”. Desta forma, além de divulgar as atividades dos clubes, proporcionando-lhes uma representatividade nessas ações, a imprensa também contribuiu para dar visibilidade as mulheres negras em conjunto com homens negros.

Um marcador da presença feminina no jornal no período abordado, pode ser observado a partir das comemorações do “Nosso Aniversário”, coluna em que o jornal celebrava a passagem de mais um ano de atividades. Na data natalícia do ano de 1923, os

¹⁹⁰ “Convívio Social”, *O Exemplo*, 03 set. 1916, p. 3.

¹⁹¹ “Centro Porto-Alegrense”, *A Federação*, 01 abr. 1916, p. 4

¹⁹² Além da nota referente ao Centro Porto-Alegrense, há outra menção em relação a Maria Delphina Baptista da Silva no jornal *A Federação*, sobre sua escolaridade. A matéria destaca a exposição de trabalhos realizados pelos alunos da Escola Complementar, em 1914, na qual Maria Delphina era aluna do 3º ano e apresentou um “fino manto bordado a ouro”. “Escola Complementar”, *A Federação*, 27 dez. 1914, p. 1.

articulistas destacam as comemorações realizadas na redação do jornal, na qual podemos perceber um grande número de mulheres com seus respectivos companheiros e familiares¹⁹³, o que acabava por desnaturalizar a redação enquanto o espaço masculino dos “homens do jornal”.

Além da amizade de Felipe e Marcílio, que já remontava a outras circunstâncias, no caso de seu irmão, Baptista Junior e Silva Dias,¹⁹⁴ membro do jornal *O Exemplo*, não foi diferente. Além de terem à similaridade no curso de direito, também participaram de duas associações literárias o *Bloco Litterário 7 de setembro* por volta de 1908, e do já apresentado *Atheneu Litterário*. Em relação ao *Bloco*, a única notícia referente a esta associação remete a eleição da diretoria do ano de 1908, onde Baptista Junior é eleito presidente e Silva Dias aparece como 2º orador¹⁹⁵.

Não era somente nas redes associativas que as experiências desses sujeitos se entrecruzavam. Além dessas relações, a questão política, em especial com o Partido Republicano Rio-grandense (PRR), também era evidenciada como um ponto comum em suas práticas de sociabilidades. Esse aspecto pode ser exemplificado através de uma matéria no jornal *A Federação*, referente a “festa republicana” ocorrida na cidade de Taquara-RS em 1906, em alusão a data de 15 de novembro, e que contou com uma comitiva que saiu de trem de Porto Alegre na qual foi possível evidenciar a presença de Felipe Baptista da Silva, João Baptista da Silva Junior e Marcílio Freitas¹⁹⁶. Chamo atenção para o fato de Baptista Junior estar envolvido em relações políticas ainda na mocidade, contando com 15 anos de idade, munindo-se do desejo de “participar dos debates políticos e, dentro do possível pautá-los”, conforme apontou Perussatto (2017, p 84). Neste aspecto o republicanismo imprimido pela família, pode ser compreendido a partir de uma leitura da adesão da população negra a esse modelo político devido seu

¹⁹³ Dentre os nomes evidenciados, destacam-se Maria Delphina e Magdalena Baptista da Silva, irmãs do tenente Felipe Baptista da Silva, diretor tesoureiro; Balbina Freitas, esposa do capitão Marcílio Freitas; Izaltina da Silveira, esposa do gerente Júlio da Silveira; Carolina de Souza, Izabel Brandão Salles, Judith Bastos e Ida Rabello, consortes dos companheiros Januário de Souza, secretário do periódico, Argemiro Salles, Dilermando Basto e Herculano Rabello. As informações encontradas nessa matéria apresentam-se como um potencial para o desenvolvimento de outras trajetórias de famílias negras e as relações que compartilharam, além do convívio por meio do jornal.

¹⁹⁴ De acordo com José Antônio dos Santos (2011, p.206), José da Silva Dias havia se formado advogado em dezembro de 1918, pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, era irmão de Ildefonso da Silva Dias e Isaura Dias de Bittencourt, que era a segunda esposa de Aurélio Virissimo de Bittencourt. Após a conclusão do curso de Direito, Silva Dias publicou um compêndio de estudos literários no Rio de Janeiro, com o título “Halos Singulares”, após sua aposentadoria como Juiz Distrital de Rosário do Sul, dedicou-se ao estudo de história, voltando-se para os “estudos pátrios e ao movimento cultural dos países hispano-americanos” (ZUBARAN, 2015).

¹⁹⁵ *A Federação*, 20 out. 1908, p. 1.

¹⁹⁶ “Festa Republicana”, *A Federação*, 17 nov. 1906, p. 2.

alinhamento com a causa abolicionista, bem como as formas de representação de identidades sociais negras na ótica republicana.

Sobre esse aspecto, Tuane Ludwig Dihl (2017), em sua dissertação de mestrado, destacou as representações republicanas em torno do negro a partir do jornal *A Federação* – órgão do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) – evidenciando distintas formas de referir-se ao negro no tocante a escravidão bem como no pós-abolição, sempre manejando os usos políticos nos preceitos republicanos. Nesse sentido, Tuane Dihl (2017, p.18) destaca que, “foi possível observar por meio das publicações d’*A Federação* que a invisibilidade ou o uso da cor e/ou raça para desqualificar os afro-brasileiros não eram as únicas formas disponíveis para nossos periodistas de lidar com estes personagens”. Compreendo que a família Baptista da Silva se enquadrou na segunda concepção apontada por Dihl, visto que o aparecimento de membros da família nas notícias publicadas demonstrava uma boa relação com os membros da folha, que buscavam ressaltar as qualidades morais e afinidades políticas, como o caso do pai major João Baptista da Silva, que diversas vezes foi retratado como “nosso correligionário” e “ardoroso republicano”. Além de se fazer assíduos nas romarias do partido republicano ao túmulo de Júlio de Castilhos, onde figurava entre os presentes que compareceram no cemitério para “depositar ricos ramalhetes de flores para o Patriarca”¹⁹⁷.

A partir desse ponto, infiro para a possibilidade dos laços políticos de João Baptista da Silva também terem sido norteados em razão da figura de seu contemporâneo Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Sempre referenciado por sua trajetória ascendente no funcionalismo público e na política, ocupando altos cargos burocráticos desde o final do período imperial, ganhando notoriedade na República ao desempenhar o papel de Chefe do Gabinete do Presidente do Estado nas gestões de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros¹⁹⁸. O historiador Paulo Roberto Staudt Moreira (2014) vem esquadrinhando a trajetória de Aurélio, apontando suas incursões associativas e profissionais na sociedade porto-alegrense, bem como aspectos ligados à sua infância na cidade fronteira de

¹⁹⁷ “Júlio de Castilhos – A romaria”, *A Federação*, 24 out. 1912, p. 1. Embora tenha sido retratado como um “ardoroso republicano” em seu necrológio, compreendo que em algum ponto de sua vida esta faceta política não representou tanto protagonismo. O senhor Claudio Batista de Souza, desconhecia essa veia política do bisavô pois na sua concepção a relação política da qual gozava era em torno do Partido Liberal, já que possui uma estatueta que pertencera ao major em alusão “as vitórias liberais de 29 de agosto de 1934”.

¹⁹⁸ Ao se debruçar sobre aspectos da trajetória de seu neto Dario de Bittencourt, José Antônio dos Santos (2008) resgata uma expressão utilizada por Dario em que definiu o avô como uma “eminência duplamente parda”, fazendo alusão a cor de Aurélio, bem como denotando a influência política que exerceu.

Jaguarão¹⁹⁹. Além de enfatizar a escala social que Aurélio galgou através do funcionalismo público, Moreira enfatiza a importância de analisá-lo como um indivíduo em rede:

Atualmente, estudar um indivíduo significa investigar os seus vínculos, as suas afetividades, afinidades e animosidades. Tratar de um indivíduo não é mais simplesmente enaltecer a sua relevância política e a autonomia e repercussão de seus atos. Fazer emergir historicamente um indivíduo é localizá-lo na interdependência de suas relações, sob os mais diversos prismas (MOREIRA, 2014, p. 92).

Neste sentido, deduzo que o major João Baptista da Silva e sua família estiveram presentes nas relações constituídas por Aurélio, pois como já evidenciamos, João e Aurélio compartilharam experiências associativas e beneficentes em fins do século XIX e início do XX que apontam para o contato existente entre os dois. Ênfase também a sociabilidade religiosa, presente na vida de ambos e que se aproximaram através da Arquiconfraria do Rosário, onde foram confrades. Sobre o aspecto devocional de Aurélio, Moreira (2014, p. 95) aponta para o papel de sua tia Leocádia, que o teria introduzido no meio religioso em seus primeiros anos na capital gaúcha, destacando que a referida tia “concentrava seu fervor religioso em duas irmandades de Porto Alegre, a do Senhor do Bom Fim (no Campo da Várzea) e a das Dores (no centro da capital), frequentando também a Igreja do Senhor dos Passos (na Santa Casa de Misericórdia)”. Com bases nessas informações chamo atenção para a Igreja das Dores, refletindo sobre o fato de ambas as famílias terem frequentado missas e outras celebrações da congregação, pois eram relativamente vizinhas, os Baptista situados à Rua Canabarro nº 23 e os Bittencourt com residência na rua Bento Martins nº 53. Um exemplo dessa relação e da estima que tinha com Aurélio, foi evidenciada na missa realizada na Igreja das Dores em virtude do falecimento de Clara Conceição dos Santos, afilhada de Aurélio onde se fizeram presente o major João Baptista da Silva e os filhos Felipe e Baptista Junior.²⁰⁰

Podemos depreender que outro fator em comum que interligou a trajetória das famílias Bittencourt e Baptista da Silva foi através do jornal *O Exemplo*. Aurélio foi pai de dois dos fundadores do jornal, Sérgio Aurélio de Bittencourt e Aurélio Viríssimo de Bittencourt Junior, falecidos respectivamente em 1904 e 1910, percebemos que a geração

¹⁹⁹ Sobre esse ponto específico ver mais em: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Uma Parda Infância:** Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança negra numa vila fronteiriça (Aurélio Viríssimo de Bittencourt/Jaguarão, século XIX), Anais do IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

²⁰⁰ “Vida Social – Missa”, *A Federação*, 10 jul. 1914, p. 3.

dos filhos de Aurélio e João não foram contemporâneas em relação as atividades desenvolvidas no jornal. Desta forma, os laços firmados através da imprensa tiveram como principal referência o velho Aurélio, pois este, juntamente com João e Felipe compunham parte do Grupo Mantenedor do jornal. Embora, como apontou Melina Perussatto (2017), um “primeiro núcleo mantenedor” pode ser compreendido a partir do papel de Aurélio Viríssimo de Bittencourt, que contribuiu financeiramente para que *O Exemplo* fosse impresso e de Calisto Felizardo de Araújo, pai dos também fundadores Espiridião Calisto Felizardo da Silva e Florêncio Calisto Felizardo da Silva, que contribuiu ao ceder o espaço físico para o funcionamento do jornal, *O Salão Calisto*²⁰¹, barbearia que ficava situada na Rua dos Andradas nº247.

Podemos afirmar que a relação aqui apresentada ganhou novos contornos através de outros personagens de ambas as famílias. Com a morte de Baptista Junior em 1920, o nome escolhido para ocupar o cargo de diretor da redação foi o de Dario de Bittencourt, que já apresentava um longo histórico familiar com o jornal *O Exemplo*, e quis o destino que fosse ele a fechar o ciclo de atividades do periódico. Dario de Bittencourt era filho de Aurélio Viríssimo de Bittencourt Junior e Maria da Gloria Quilião Bittencourt, perdeu os pais ainda na infância, fato que o levou a ser tutelado pelo avô. Inicialmente estudou no Colégio de Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo, posteriormente migrou para o Ginásio Anchieta de Porto Alegre e em 1920 ingressou na Faculdade de Direito, após a conclusão do curso instalou seu escritório de advocacia na capital gaúcha e passou a dividir-se entre as lides jornalísticas e as causas jurídicas. Foi como advogado que seus laços com a família Baptista da Silva foram firmados a partir da década de 1930, pois de acordo com sr. Claudio Dario era o “advogado da família”²⁰². Ao ser perguntado sobre a relação entre as duas famílias, trouxe um riquíssimo depoimento:

Vitor: - O senhor tinha me falado sobre o Dario de Bittencourt, ele tinha relações com a família?

Sr. Claudio: - Dario de Bittencourt, morava naquela casa onde hoje é Forno, ali na Protásio Alves, eu estive alguma vezes lá. E a casa era um palacete,

²⁰¹ Além da funcionabilidade para a redação do jornal em seus primeiros anos, o espaço não perdeu a notoriedade de sua função primeira, a barbearia. Um vislumbre do que foi o *Salão Calisto* pode ser visto na tese de Melina Perussatto, especificamente em seu segundo capítulo, onde através de inventário *post mortem* a autora consegue mapear objetos pertinentes ao salão. PERUSSATTO, Melina K. **Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c.1892 - c. 1911)**. 2018. 344 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

²⁰² O senhor Claudio destacou essa questão ao lembrar que teria sido Dario de Bittencourt que realizou o processo de inventário da casa na Rua Canabarro, já na década de 1950 quando o terreno foi vendido e construído um edifício no local. Até o momento não encontramos esse processo.

muito bonita, ele tinha um acervo, mas eu nunca tive acesso a nada, eram visitas esporádicas. Eu lembro que todas as dependências da casa eram nominadas, por exemplo: banheiro, cozinha, sala. Aquilo me chamava atenção como criança.

Vitor: - E o senhor ia com quem?

Sr. Claudio: - Eu ia com a minha tia Maria Delphina, ele era muito amigo da minha tia em função da família. Acredito que por causa do major e dos filhos deles²⁰³.

Além das informações em torno da vida privada de Dario de Bittencourt, chamamos atenção para a relação que estabeleceu com Maria Delphina Baptista da Silva como amigo e advogado, o fato de retratar a presença do major e dos filhos pode apontar um indício de proximidade entre as duas famílias a partir de Dario. Em relação ao seu papel enquanto advogado de Maria Delphina, encontramos dois documentos que atestam essa relação. O primeiro documento refere-se à realização de um pedido de assistência judiciária, com o intuito de impetrar uma ação ordinária de usucapião (provavelmente da casa da Rua General Canabarro). O pedido foi realizado por não ter condições de arcar com as custas do processo. Maria Delphina foi descrita como “brasileira, solteira, de prendas domésticas, residente à rua General Canabarro”. Na descrição do pedido, consta que indicou Dario de Bittencourt para seu “patrono”²⁰⁴. O segundo processo diz respeito ao inventário de seu esposo, Fernando Alves Cardoso, funcionário público federal aposentado, falecido em 1949, Maria Delphina aparece na condição de inventariante e apontada como “dona de casa e residente à Rua Guilherme Schell nº75” e foi seu procurador o advogado Dario de Bittencourt²⁰⁵. Com base nos documentos, podemos evidenciar as relações mantidas pelas duas famílias até meados da década de 1950.

Sobre a família Calisto não foi possível mensurar que grau de relações mantiveram com os Baptista da Silva, porém compreendo que Calisto Felizardo de Araújo e João Baptista da Silva compartilharam experiências associativas e religiosas, tal qual com Aurélio Virissimo de Bittencourt. Conforme destacou Melina Perussatto (2017, p. 155) “Calisto nasceu na Bahia no dia quatorze de outubro de 1819 do ventre de Felizarda Maria do Bonfim, africana, e faleceu no dia quinze de junho de 1909, pouco antes de completar noventa anos de idade, na cidade onde construiu sua vida e adquiriu estima”. A estima apontada pela autora se deu através do ofício de cirurgião-barbeiro, apontando como “o decano dos barbeiros”, além de sua participação na Arquiconfraria do Rosário, local onde

²⁰³ Entrevista realizada em 01 nov. 2018, Porto Alegre. Entrevistador: Vitor Costa

²⁰⁴ APERS – Cartório do Júri de Porto Alegre. Assistência judiciária, maço 5, n. 339, 1938, p. 2.

²⁰⁵ APERS – Comarca de Porto Alegre. Inventário, maço 44, n. 4047. Inventariado: Fernando Alves Cardoso. Inventariante: Maria Delphina Baptista da Silva Cardoso, 1916, p. 3.

provavelmente estabeleceu conexões com João Baptista da Silva. Essa relação pode ser confirmada através do inventário de Calisto, registrado em 1910 e que teve como inventariante João Baptista da Silva, demonstrando haver fortes laços de amizade e confiança entre ambos²⁰⁶.

A partir do sobrenome Araújo, inicialmente pensei que a relação entre João e Calisto seria advinda do parentesco com Antônio Álvaro de Araújo, que se apresenta como uma chave de leitura importante para dar conta da trajetória de João Baptista da Silva. Fomos apresentados a ele através da memória do sr. Claudio, ao descrever que seu bisavô havia sido criado por Antônio Álvaro de Araújo, e que este era senhor de Livia, a mãe de João (e acabamos descobrindo que João também era seu escravizado). Desta forma, entender a formação da família a partir do casamento de João e Francisca apresenta-se como uma análise insuficiente para dar conta da experiência dessa família negra no pós-abolição. Compreendo de suma importância retratar as origens de João e sua família, suas relações com a família senhorial no sentido de rupturas e continuidades na configuração social que experienciaram o que nos leva inferir sobre a provável condição singular que gozou durante o regime escravocrata.

Esta análise contribui para evidenciarmos como homens negros que se valeram de uma posição com certo prestígio social no século XX, experienciaram o contexto escravocrata? Quais as impressões ou silenciamentos que foram transmitidos na transição do cativeiro para a liberdade e por conseguinte constituidores da identidade familiar? Estes questionamentos serão condutores das análises pertinentes para o segundo capítulo.

²⁰⁶ APERS – Comarca de Porto Alegre. Inventário, maço 13, n.16. Inventariado: Calisto Felizardo de Araújo. Inventariante: João Baptista da Silva, 1910.

Capítulo 3 – Desvelando o passado: Origens, formação e relações familiares a partir da segunda metade do século XIX

Neste segundo capítulo, buscaremos dar continuidade a análise da trajetória da família Baptista da Silva, porém, como já havíamos salientado no final do capítulo anterior, analisaremos o contexto de origem da família e as circunstâncias e análises que ele nos condiciona. Parte destas análises nos remetem a evidenciar o papel da família senhorial Araújo e quais as redes e laços foram construídos e ressignificados ao longo dos anos, bem como evidenciar a presença de outros escravizados pertencentes a este núcleo senhorial com que a família Baptista da Silva apresentou laços de compadrio.

Para isso, tomaremos como fios condutores fontes ligadas a família senhorial como inventários e testamentos de diferentes ramos da família Araújo, assim como registros eclesiásticos, com o intuito de perceber as redes de compadrio e apadrinhamento estabelecidas entre os escravizados. Pretende-se, com isso, utilizar-se do método “ligação nominativa de fontes”, cunhado pelo historiador Robert Slenes (1999) e que tem como objetivo, mapear famílias e grupos cativos em fontes diversas. Com bases nessas análises busca-se problematizar e complexificar a família Baptista da Silva, a partir de outros sujeitos identificados nas relações familiares no período pré-1888. Neste prisma, pretende-se evidenciar a posição diferenciada que a família Baptista da Silva ocupou entre os demais escravizados da família senhorial, fato que será explorado com mais ênfase ao final deste capítulo ao evidenciarmos as ressignificações da relação senhor-escravizado.

Embora iremos dedicar um subcapítulo para apresentar brevemente a família senhorial, salientamos que não pretendemos enfatizar as relações familiares no cativo a partir ou sob uma ótica senhorial, mas sim, como definiu Cristiany Miranda Rocha (2004), pensar a família senhorial como “janelas de estudo” que nos permitem investigar o universo dos escravizados. E assim, percebendo nas relações, afetividades e projetos desempenhados pelos cativos no que tange as organizações familiares. Evidentemente que a agência dos escravizados tem que ser pensada no interior da estrutura escravista e a perspectiva senhor e escravizado deve ser pensada de forma dialógica, envolvendo uma relação desigual.

Desta forma, tomaremos como fio narrativo deste segundo capítulo, a matriarca da família: a africana Lívia Baptista. A partir do seu assentamento de batismo, registrado

em 1849, buscaremos inferir e analisar aspectos de sua travessia e contexto ligado ao tráfico atlântico, assim como questões identitárias ligadas à sua etnicidade enquanto africana mina, dialogando como o aporte bibliográfico que vem enfatizando o papel das africanas minas na formação de redes de solidariedade e relações ligadas ao comércio. Partimos agora para perscrutar a ancestralidade da família Baptista da Silva.

3.1 Tudo começou com Lúvia: inferências e possibilidades na trajetória de uma africana mina

No dia 01 de janeiro de 1849, o reverendo coadjutor Francisco de Paula Macedo pôs a óleos Santos os escravizados, Thomas, africano e com cerca de quarenta anos de idade; Pacífico, também africano e com aproximadamente quatorze anos de idade; e Lúvia, descrita como “mina” e “que parecia ter quinze anos de idade”²⁰⁷. Os três escravizados pertenciam a Antônio Álvaro de Araújo, a fonte ainda nos revela mais informações acerca dos padrinhos destinados a cada um dos escravizados levados a pia batismal, dados que analisaremos ao longo do texto. Mas de imediato, voltaremos nossa atenção para a particularidade descrita sobre Lúvia, a sua etnicidade.

A menina foi a única dentre os escravizados que teve destacada a identidade étnica mina como caractere de sua identificação. Desta forma, iniciaremos uma breve digressão sobre as questões em torno das africanas minas durante o tráfico transatlântico, assim como destacaremos o protagonismo e a agência operada por essas mulheres nas sociedades diaspóricas do século XIX. Fator que vem sendo cada vez mais evidenciado pela historiografia brasileira da escravidão, são trabalhos que buscam destacar as experiências negras vividas por estes sujeitos apontando o agenciamento e mobilidade social desenvolvidas principalmente pelas mulheres minas, que trabalhavam como quitandeiras e na atuação em pequenos negócios e comércios distintos.

Iniciando pela acepção do termo mina, o historiador Robin Law, que investiga em suas pesquisas questões ligadas ao tráfico transatlântico de africanos ocidentais com ênfase para a Bahia, analisando o fluxo e refluxo desse processo, bem com as dinâmicas e circulação de pessoas entre esses espaços, também traz importantes contribuições sobre

²⁰⁷ AHCMPA - Livro de batismos de escravos da Paróquia da Madre de Deus de Porto Alegre (1846-1850) nº 6, folha 198.

a identidade étnica mina²⁰⁸. No artigo intitulado *Etnias de africanos na diáspora: novas considerações sobre os significados do termo mina*, Robin Law (2005), parte de uma análise conceitual do termo mina primeiramente com sua significação em África, a partir da perspectiva dos europeus, e em segundo, os significados reelaborados nas américas, onde o termo tornou-se um “guarda-chuva étnico”, usado para identificar escravizados africanos que eram oriundos daquela região.

Neste sentido, Robin Law (2005, p.100) pontua que “no seu sentido original, ou seja, na África Ocidental, o nome ‘mina’ estava efetivamente relacionado à Costa do Ouro e a pessoas dela originárias, mesmo que assentadas em outras localidades”. A região ganhou essa nomenclatura em alusão a presença de minas de ouro e foi reforçada com a construção do Forte São Jorge da Mina pelos portugueses, em 1482. O autor destaca que a designação mina poderia apresentar um duplo sentido, adquirindo um caráter mais extenso, compreendendo outros povos que viviam ao longo da Costa do Ouro. De acordo com Law:

Na Costa do Ouro propriamente, quando o termo “mina” era usado num sentido étnico, ele se referia, especificamente, a pessoas de Elmina, em oposição a outras comunidades costeiras. Fora da Costa do Ouro, o termo passou a ter um significado mais inclusivo, referindo-se a pessoas da Costa do Ouro, de modo geral (LAW, 2005, p. 103).

Desta forma, a Costa do Ouro, que a grosso modo corresponde ao atual território de Gana, juntamente com a Costa dos Escravos, podendo ser compreendida entre os países Benim, Togo e Nigéria, passariam a se chamar Costa da Mina. Neste aspecto, a Costa da Mina se estendia do delta do rio Volta em Gana, até o rio Níger, na Nigéria, englobando quase todos os povos da baía do Benim que hoje corresponde aos países: Gana, Togo, Benim e Nigéria. Com isso, destaca-se a pluralidade de indivíduos minas com suas particularidades geográficas, étnicas, culturais e políticas, tornando-se uma tarefa extremamente difícil determinar com precisão a região em África em que Livia foi traficada e levada para o outro lado do Atlântico.

No que diz respeito a utilização do termo mina nas Américas, sobretudo no Brasil, Law, parte de algumas constatações já apresentadas pela historiadora Gwendolyn Hall (2003), que apontou como principal indicador do grupo mina, os povos que falavam a língua gbe no Brasil. No entanto, Law, destaca que esta análise se mostra insuficiente

²⁰⁸ Ver mais em: LAW, Robin. A comunidade brasileira de Uidá e os últimos anos do tráfico atlântico de escravos: 1850-1866. *Afro-Ásia*, n. 27. Universidade Federal da Bahia, p. 41-77, 2002.

visto que no Rio de Janeiro, a partir do século XIX, houve uma predominância de povos que falavam ioruba, oriundos das mesmas regiões ocidentais.²⁰⁹

O mesmo autor destaca também as análises de Nina Rodrigues na década de 1960, que apontou para o Rio de Janeiro do século XVIII, três categorias para identificar a origem dos escravos africanos, que resumiam-se em “Guiné”, “Mina” e “Angola”, que de acordo com Law (2005, p. 112), enfatiza um viés “mais geográfico que indicativo de etnias específicas”. Sob este último aspecto entende-se a condição de “guarda-chuva” étnico que a designação mina adquiriu, pois em muitas identificações de africanos, faltava-lhes a nação de origem como “jeje”, “nagô” ou “benin”.

Podemos constatar estas ausências no batismo de Livia, que no registro, é identificada apenas como mina, que mesmo sendo um dado um tanto quanto esparso, já é possível conjecturar em torno de um pertencimento étnico e algumas de suas possíveis características. O que difere de seus companheiros de sacramento Thomaz e Pacífico, que foram referidos apenas como “africanos”, essas lacunas nos levam a inferir sobre a possibilidade de que no ato da compra, Livia foi identificada como mina com a finalidade de informar ao seu senhor as potencialidades e condições de trabalho que poderia desempenhar. Pois ao ser apresentada como mina, estava implícito ali uma identidade e um perfil construído pelo agenciamento de africanas minas nas urbes dos séculos XVIII e XIX, sobretudo em relação ao comércio de quitandas.²¹⁰

Neste caso, embora não possamos apontar que Thomaz e Pacífico também fossem “minas”, é possível conjecturar que tivessem desempenhado o papel de malungos de travessia de Livia²¹¹. Malungos seriam os companheiros que criavam laços durante o processo de travessia, onde o navio negreiro tornava-se o primeiro espaço de formação de redes na diáspora que esses sujeitos acabariam por experienciar. Em relação a Livia

²⁰⁹ Analisando a Bahia, Luis Nicolau Parés aponta que a os Jejes eram gbe-falantes, enquanto que os minas (principalmente em Salvador) eram ioruba-falantes (PARÉS, Luis Nicolau. **A Formação do Candomblé. História e Ritual da nação jeje na Bahia.** 2ª edição. Campinas, Editora da Unicamp, 2007 – ver, principalmente o capítulo 1 – Entre Costas: nações, etnias, portos e tráficos de escravos).

²¹⁰ Sobre o conhecimento *étnico* que os senhores tinham sobre os seus escravizados, ver: LARA, Sílvia, Os Minas em Minas: Linguagem, domínio senhorial e etnicidade. **Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História - História: Fronteiras - Vol. II.** São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP: ANPUH, 1999.

²¹¹ A sua significação em torno da travessia, também remete a derivação da palavra *kalunga*, que compreendia a linha que separava os vivos e os mortos e era representada pelas águas, por isso era comum os africanos se remeterem ao Atlântico como a grande kalunga e atravessá-lo, representaria uma vida de sofrimento após a morte. Além desta definição, o termo foi empregado e analisado por Robert Slenes (1992) no célebre artigo “*Malungu, ngoma vem!*”, onde cunhou a partir do termo, a definição de “irmão-parente”. SLENES, Robert. “*Malungu, ngoma vem!*! África coberta e descoberta no Brasil”. **Revista USP**, n. 12. São Paulo, dez./jan./fev. p. 48-67, 1991-1992.

essa assertiva poderia ser uma possibilidade, pois como veremos a seguir, o agenciamento e formação de laços, tornou-se uma tônica entre africanas minas nos espaços urbanos das cidades.

Devemos destacar que a província de São Pedro do Rio Grande do Sul praticamente não recebia africanos diretamente do continente africano, comprando os seus trabalhadores e trabalhadoras escravizadas de outros pontos do território imperial, como Rio de Janeiro, Recife e Salvador.²¹² Assim, mesmo que esses três africanos não tenham atravessado o Atlântico no mesmo tumbeiro, provavelmente fizeram um longo trajeto marítimo ou terrestre em direção ao Brasil meridional, sem contar o tempo que permaneceram em algum porto ou senzala, antes desse deslocamento.

Em relação a possível travessia compartilhada pelos três africanos, podemos afirmar um ponto que perpassou este percurso, embora não saibamos ao certo as datas de embarque e desembarque do navio negreiro que trouxe estes e demais companheiros de sofrimento, é perceptível que a condição daquela viagem se deu de forma ilegal. Tomando como referência a Lei Feijó, promulgada em 07 de novembro de 1831²¹³. Chegamos a esta conclusão a partir daquilo que a fonte eclesiástica nos informa, ao ser batizada no início de 1849 e contar com cerca de quinze anos de idade, presume-se que Livia tenha nascido por volta de 1834, período onde o tráfico já era considerada ilegal²¹⁴. Embora a lei existisse, na prática sua aplicação não era efetiva, tanto que foi reforçada com a lei de 1850, porém deve se ater que era considerável o número de africanos que haviam entrando no Brasil entre os anos de 1831 e 1850, demonstrando que a aplicação da lei de 1831 representaria uma ameaça a propriedade dos senhores²¹⁵. A historiografia brasileira em torno da escravidão vem apontando o impacto da referida lei nas experiências negras, de sujeitos em busca da liberdade por meios jurídicos, que ficaram conhecidos como “africanos livres”.

²¹² BERUTE, Gabriel Santos. **Dos escravos que partem para os portos do sul:** características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790- c. 1825. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

²¹³ A promulgação desta lei, ocorreu em decorrência da pressão inglesa para pôr fim ao tráfico atlântico no Brasil. Em síntese, a lei considerava ilegal o tráfico de africanos após 1831, com isso todos aqueles que tivessem entrado no país após esta data, seriam considerados livres. Ver mais em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html. Acesso: 06 abr. 2020. Ver: RODRIGUES, Jaime. **O Infame Comércio.** Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Unicamp, 2000.

²¹⁴ Sabemos que a idade dos africanos era imprecisa e dada mais pela sua *aparência*, no caso de Livia, deveriam constar como critérios avaliadores o fato dela ser uma jovem mulher, em uma faixa etária bastante produtiva, o que incluía aí o fato de seu ventre poder gerar *crias* para o senhor.

²¹⁵ FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras:** uma história do tráfico e escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Ed. UNESP, 2014.

Dentre os estudos acerca da lei de 1831, chamo atenção para o dossiê intitulado *Pra inglês ver? Revisitando a lei de 1831*, organizado pelas historiadoras Beatriz Mamigonian e Keila Grinberg (2007) onde são apresentados artigos referente a utilização da lei por parte de escravizados, curadores, juízes e demais agentes jurídicos onde tensiona-se as diferentes interpretações e contextos em que esta lei foi base para pleitear a liberdade de homens e mulheres negras cativas. Na apresentação do dossiê Grinberg e Mamigonian enfatizam que:

De acordo com a Lei de 1831, seriam punidos todos que se envolvessem no transporte e na venda de escravos, desde o dono da embarcação, até o comprador dos escravos importados ilegalmente. Além disto, a lei declarava livres todos os escravos introduzidos no país a partir daquela data e, ainda, determinava que fossem reenviados para a África (GRINBERG; MAMIGONIAN, 2007, p. 88).

Percebe-se que em uma das tratativas da lei, constava o regresso dos cativos para a África, algo que na prática não se efetivou, pois a libertação imediata desses indivíduos estava fora de cogitação. No artigo *Pra inglês ver? Os advogados e a lei de 1831*, a historiadora Elciene Azevedo (2007) analisa o papel de advogados paulistas da década de 1870 que buscavam acionar essa legislação com o objetivo de garantir a liberdade dos escravizados que pleiteavam esse direito. Azevedo inicia o texto com uma ação de liberdade impetrada por Luiz Gama em 1871, a pedido da africana Luiza, que se autoproclamava uma “africana livre”:

Entre as várias solicitações de ações de liberdade que pipocavam no foro da cidade de São Paulo com sua assinatura, havia uma que pedia a liberdade da escrava africana Luiza. Ele alegava que o cativo de Luiza era “indevido e ilegal”, por ter sido ela importada para o Brasil “entre os anos de 1843 e 1846” – depois da promulgação da lei de 7 de novembro de 1831. Vendida na capital por Juam Pinho, conhecido negociante de escravos residente em Santos e na Corte, teria chegado à cidade juntamente com outros “africanos boçais”, que, por sua vez, continuavam “sofrendo cativo indébito” (AZEVEDO, 2007, p. 249).

A autora enfatiza que a utilização do termo “africana livre” contribui para ampliar o sentido de liberdade para outros escravizados que se encontravam na mesma condição de Luiza. De acordo com Elciene Azevedo (2007, p. 252), “reconhecer que Luiza era ‘Africana Livre’ significava, portanto, o mesmo que afirmar que todos aqueles africanos do país que foram importados e escravizados depois da data da lei – cerca de 760 mil escravos – possuíam direito à liberdade”, ou seja, neste aspecto o sentido coletivo da palavra africana propiciava a identificação de um grupo específico naquele contexto. Pois

sob o aspecto legal, aqueles fossem apreendidos nas embarcações ilegais, não seriam remetidos de volta para a África, mas sim ficariam sob custódia do governo exercendo serviços, particulares ou concessionários. No decorrer da discussão, a autora apresenta outros casos da mesma natureza que foram levados à justiça por Luiz Gama, com o intuito de tensionar a lei de 1831 e provar a condição dos “africanos livres”. Aqui cabe pensar a agência por parte destes sujeitos escravizados, as conexões e redes de apoio que lhes possibilitassem estar à frente destas questões jurídicas e assim, acionar a justiça para pleitear seus direitos. Essas articulações se constituíram no espaço e no trânsito social em que estes indivíduos estavam imersos.

Em relação a utilização da lei no Rio Grande do Sul, o dossiê conta com um artigo da historiadora Maria Angélica Zubaran (2007), intitulado *Sepultados no Silêncio: A Lei de 1831 e as ações de liberdade nas fronteiras meridionais do Brasil (1850-1880)*. A autora pontua as especificidades na aplicação da lei ao requerer a liberdade de africanos e escravizados em razão da conjuntura da região fronteira entre a Província de São Pedro e o Estado Oriental do Uruguai, onde a autora destaca que houve uma “ressignificação” da lei de 1831 em ações de liberdade no final da década de 1850. Este fator se deu em decorrência de que na região uruguaia, a escravidão fora abolida em 1842, além dos tratados firmados entre Brasil e Uruguai relativos à escravidão e constava o Direito Internacional privado que determinava livre todo o escravo que estivesse em país onde a escravidão não fosse mais vigente.²¹⁶

Neste sentido, a região fronteira da Província de São Pedro tornava-se um espaço de circulação de pessoas, comerciantes, estanceiros e escravizados, estes últimos, que ao se fixarem na região da Banda Oriental para desempenhar determinados serviços, quando regressavam para as estâncias na Província de São Pedro, buscavam pleitear seus direitos na justiça objetivando a liberdade. Maria Angélica Zubaran (2007, p. 289) salienta como se dava este processo, enfatizando que “nesses casos, os escravos, com

²¹⁶ Ver: CARATTI, Jônatas Marques. **O Solo da Liberdade**. As trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010; LIMA, Rafael Peter de. **A Nefanda Pirataria de Carne Humana**. Escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010; _____. **Andrés Lamas e a atuação da Legação Oriental na Corte imperial brasileira**. Escravidão e relações internacionais (1847-1869). Tese (Doutorado em História). PPGH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016; SÁ, Gabriela Barretto de. **A Negação da Liberdade. Direito e escravização ilegal no Brasil oitocentista (1835-1874)**. Belo Horizonte: Letramento; Casa do Direito, 2019.

ajuda de curadores, questionavam em juízo o direito senhorial e apresentavam como justificativa legal a Lei de 1831, além de outros recursos legais resultantes de tratados entre o Brasil e o Estado Oriental do Uruguai”. Desta forma, a lei de 1831 era acionada como argumento para munir a condição de liberdade do indivíduo e acima de tudo, deslegitimar o domínio senhorial, pois a escravização já não teria validade sob o aspecto jurídico.²¹⁷

Entende-se que a lei de 1831 permitia uma gama de interpretações, utilizações e contextos em relação as ações de liberdades impetrados por escravizados e também seus descendentes, como foi apontado pela historiadora Cristiany Miranda Rocha (2016)²¹⁸. Embora não faça parte do dossiê aqui destacado, o artigo de Rocha, analisa as relações de parentesco e liberdade exercida por escravizados de Campinas no período oitocentista, trazendo contribuições significativas para pensarmos o alcance e o poder exercido por essa lei. A autora analisa o caso da africana liberta Guilhermina, ou melhor, de seus descendentes (filhos e netos) que, em 1886, encaminharam uma petição a Comarca de Campinas na qual requeriam suas alforrias. A sustentação da causa, se dava exclusivamente no fato de que a mãe e avó dos requerentes teria vindo para o Brasil por volta de 1839 de forma ilegal, consistindo na sua escravização ilegalmente e por consequência toda sua descendência também estava sob a mesma condição. Cristiany Rocha (2016, p. 174) vai discorrendo ao longo do texto sobre todos os tramites da ação de liberdade, destacando também que “foram arrolados como testemunhas de acusação dois africanos, também libertos que teriam vindo no mesmo barco que trouxe Guilhermina da Costa da África para o Brasil”.

Porém, curiosamente, as testemunhas de defesa arroladas pelo curador foram dois senhores e comerciantes de escravizados locais, que corroboram com a tese da defesa, que sustentava o fato de que Guilhermina teria nascido em 1822 e não poderia ter vindo para o Brasil antes de 1834, quando contava com doze anos de idade, fato que as

²¹⁷ GRINBERG, Keila. Escravidão, alforria e direito no Brasil oitocentista: reflexões sobre a lei de 1831 e o “princípio da liberdade” na fronteira sul do Império brasileiro. In: CARVALHO, José M. (org.). **Nação e cidadania no Império**. Novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 267-285; GRINBERG, Keila. **As fronteiras da escravidão e da liberdade no sul da América**. Rio de Janeiro, 7Letras, 2013; GRINBERG, Keila. “**Esse Tráfico de Nova Espécie**”: Escravização ilegal e relações internacionais na fronteira sul do Império do Brasil. In: SCHWARCZ, Lilia M.; MACHADO, Maria Helena P. T. **Emancipação, Inclusão e Exclusão**. Desafios do Passado e do Presente. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

²¹⁸ O artigo corresponde a uma parte do quarto capítulo da tese da autora. Ver mais em: ROCHA, Cristiany Miranda. **Gerações da senzala: Família e estratégias escravas no contexto dos tráficos africano e interno**. Campinas, século XIX. 269 f. Tese (Doutorado em História). Unicamp, Campinas, 2004.

testemunhas confirmam ao destacar que no desembarque de escravizados antes e pós-1831 não havia presença de crianças com faixa etária inferior a doze anos. Esse cruzamento de documentos e testemunhos de indivíduos “probos”, culminaram na sentença proferida pelo juiz em 1887, que decidiu pela condição de livre de Guilhermina e seus descendentes. Vimos que a “ineficácia” da lei estava muito relacionada a situações específicas e dos agentes sociais envolvidos, no caso de Livia, imagina-se que tenha lhe faltado estabelecer conexões com pessoas livres que fossem capazes de ajuda-la numa empreitada jurídica em busca de sua liberdade e de seus descendentes.

Pensando na questão coletiva como traço marcador da identidade mina, a historiadora Juliana Barreto Farias, vem apontando em suas pesquisas importantes contribuições acerca das estratégias de sociabilidades de escravizadas minas no Rio de Janeiro²¹⁹. A autora enfatiza a importância de pensar os protagonismos e agenciamentos desses sujeitos diaspóricos, que resignificaram-se em novo território por meio da organização coletiva firmada em laços de irmandade. Em sua tese de doutorado intitulada *Mercados Minas: africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)*, Juliana Farias (2012), busca direcionar sua análise para trajetórias de africanas minas tomando como pano de fundo a Praça do Mercado carioca durante o século XIX, entendendo-o como espaço de atuação destas africanas minas e enfatizando toda a sociabilidade e mobilidade que desempenhavam em torno do trabalho nas quitandas e no serviço de ganho. Em determinado ponto, ao dissertar sobre a africana mina Emília Soares do Patrocínio, Juliana Farias, descreve a importância de pensar essas trajetórias conectadas com outros indivíduos:

Como tantos cativos e cativas desembarcados ainda crianças ou bem jovens no Brasil, a ex-escrava Emília também deixara para trás “terra”, família, casa e deuses. E deste lado do Atlântico, acabou refazendo esses laços com outros homens e mulheres de sua nação. Afastados de seus parentes de sangue, africanos como ela esboçavam – a partir da identificação étnica – os contornos de uma grande família simbólica, que se tornava, muitas vezes, o principal canal de solidariedade e organização de suas vidas e deu seus descendentes (FARIAS, 2012, p. 144).

²¹⁹ Dentre os trabalhos de Juliana Farias, destaco: FARIAS, Juliana Barreto. **Entre identidades e diásporas: negros minas no Rio de Janeiro (1870-1933)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004; FARIAS, Juliana Barreto. **Entre feitiços e curas: A trajetória de Assumano Henrique Mina Brasil (1880-1933)**. In: Ângela Porto. (Org.). **Doenças e escravidão: sistema de saúde e práticas terapêuticas**. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, 2007. E as recentes pesquisas: FARIAS, Juliana Barreto. **Diz a preta mina: cores e categorias sociais nos processos de divórcio abertos por africanas ocidentais, Rio de Janeiro, século XIX**. **Estudos Ibero-americanos**, Porto Alegre, v. 44, p. 470-483, 2018; FARIAS, Juliana Barreto. **Emília Soares do Patrocínio e as pretas minas do mercado - Rio de Janeiro, século XIX**. **Revista Crítica de História**, Alagoas, v. 10, p. 73-94, 2019.

A autora segue a sua argumentação destacando que por fim essas incursões acabavam por configurar um “novo arranjo social”, que garantia uma proteção correspondente a das linhagens africanas. Tracemos aqui um paralelo com Livia, que assim como Emília, desembarcou muito nova no Brasil e na companhia de seus malungos Thomaz e Pacífico, configurando seu primeiro canal de solidariedade durante a travessia. A estes indivíduos soma-se também outros agentes presentes em seu batismo, os padrinhos Venancia e Manoel, também escravizados da família Araújo, que constituíram provavelmente a rede espiritual e de proteção da menina Livia. Parte da escolha dos padrinhos, principalmente de Venancia estava no fato de esta também ser africana, porém de nação Congo, mas que poderia contribuir no sentido de introduzir a jovem africana a sua nova realidade e condição imposta pelo cativo que marcaria sua experiência²²⁰. Esses vínculos de apadrinhamento podem ter configurado a rede de proteção que supria a ausência da família e relações que possuía em África.

Uma das questões que suscita minha imaginação acerca das experiências sociais que Livia desenvolveu, está ligada à sua atribuição laboral, em nenhum dos documentos que fazem menção ao seu nome, nos permite analisar qual função desempenhava enquanto escravizada de Antônio Álvaro de Araújo. Para tentar trazer luz a esse questionamento, vejamos alguns apontamentos em relação a mobilidade e o trabalho desenvolvido pelas escravizadas minas no espaço urbano.

²²⁰ A historiografia da escravidão demonstrou que durante o processo de escravização e escravidão das populações negras no Brasil, inicialmente dois grupos generalizantes dividiam os escravizados entre os africanos recém-chegados chamados de boçais, para aqueles que já haviam se adaptado ao sistema escravista e aos costumes brasileiros, denominados de ladinos ou então os crioulos, referindo-se aos que já haviam nascido em solo brasileiro. Em relação a Livia, evidenciou-se que esta chegou ao Brasil na condição de boçal e conseqüentemente realizou a transição para uma africana ladina, quero destacar aqui este processo de transição identitária e cultural que ocorria com Livia e os demais que se encontravam nesta situação, compreendo que neste processo a identidade e memórias não desapareciam por completo e o sujeito encontrava-se em constante diálogo com a *dupla consciência*, Adoto aqui o sentido do conceito no que tange a existência conflitante e dualística da identidade do sujeito, no caso teorizado por W.E.B. Du Bois (1999), estava em jogo a condição de ser afro-americano e estadunidense num contexto de tensos raciais durante o século XX e que ainda apresentam fortes marcas na contemporaneidade. Na visão de Paul Gilroy (2001), o conceito se alastra para pensar a identidade cultural que os filhos da diáspora experienciavam na contemporaneidade, no contexto da Livia compreendo que a condição de escravizada tenham sido conflitante com a sua consciência identitária e étnica de suas origens, cultura e relações familiares, e que embora a instituição escravocrata fragmentasse essa identidade ao longo dos anos, esta dupla consciência se mantinha em suas memórias. Um exemplo que denota este pensamento diz respeito a célebre saga *Raízes (Roots)*, a narrativa que ganhou recente adaptação televisiva destaca em um de seus episódios iniciais o momento marcante em que o recém chegado africano Kunta Kinte é levado para a fazenda Walker e lá recebe o nome de Toby, apresenta resistência mesmo sendo açoitado até que em determinado momento consente com a alcunha de Toby, porém em seu íntimo nunca deixou de ser Kunta Kinte e de lembrar suas origens, inclusive transmite essas memórias aos seus descendentes que da mesma forma passam para as gerações futuras da família, que mesmo na condição de escravizados sabiam que suas histórias não se resumiam a condição que lhes fora imposta pelo sistema escravocrata.

Farias (2012), ainda destaca os espaços e ofícios ocupados pela população de africanos mina no Rio de Janeiro, salientando o protagonismo feminino nessas ações. Enfatiza neste aspecto, as articulações e mobilidade que o trabalho no espaço urbano por meio do serviço de ganho ou comércio de ambulantes através do uso de tabuleiros e quitandas. Essas práticas, além do caráter laboral, proporcionavam também a criação de laços e estratégias de sociabilidade em distintos mecanismos e arestas da sociedade. De acordo com a autora:

Juntando recursos extras nessas pequenas negociações, muitos escravizados conseguiam comprar a própria alforria e ainda ajudar parceiros a adquirir as suas. Os passos seguintes podiam ser o ingresso numa irmandade, a legalização de suas “uniões ilícitas” na Igreja Católica, a compra de cativos pra auxiliá-los nas vendas (muitas vezes também “pretos minas”) ou a locação de uma vaga no Mercado da Candelária (FARIAS, 2012, p. 146).

Estas ações apontadas por Farias, refletem o papel dos agenciamentos coletivos que em muitos casos objetivavam a mudança de qualidade social. O casamento e o ingresso em irmandades enfatizam tanto uma respeitabilidade social como a criação de redes de assistencialismo e construção de laços de apoio em sociedade. Nesse sentido, percebe-se que a identidade mina correspondia uma confluência de relações e etnicidades formadas no Atlântico e ressignificada na diáspora. Como bem definiu Juliana Farias (2013, p. 16) “a chamada nação mina era tanto uma construção forjada no âmbito do comércio negreiro, como na própria experiência dos africanos”, desta forma o grupo étnico denominado mina, é na verdade o resultado da reorganização de diferentes nações provenientes da Costa da Mina. Essa ressignificação identitária, fortalecia o papel da solidariedade nos espaços urbanos, compreendo a solidariedade no conceito apontado por Kabengele Munanga (2015) – descrito no primeiro capítulo –, que destaca a solidariedade como um dos preceitos chaves do conceito de negritude e que diz respeito ao sentimento que une todos os irmãos negros no mundo com o objetivo de ajuda mutua e mantimento da identidade.

Essas e outras questões perpassaram as experiências negras de africanos no Brasil, e contribuem para entender a construção e sentido desses espaços urbanos na diáspora. Também é interessante pensar os espaços de moradia e sociabilidade dessas populações, transgredindo a senzala urbana e pensando mais no aspecto de “morar sobre si”.

No livro *Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*, os autores Juliana Barreto Farias, Flávio dos Santos Gomes, Carlos Eugênio Líbano Soares e Carlos Eduardo Moreira de Araújo (2006), buscam

apresentar esse contexto de cidades escravistas, mas demarcando a presença africana nos espaços urbanos demarcando as articulações de sociabilidade e práticas culturais. Os autores destacam que muitas vezes esses espaços de sociabilidade se davam ao ar livre, como no caso das quitandas, ou de caráter mais reservado e camuflado, como o caso dos *zungus*. Era nos *zungus* que as formas de existir da população negra africana, escravizada ganhava contornos nos rituais religiosos, festas e compartilhamento de vivências (FARIAS *et al*, 2006). Esta compreensão dos *zungus* representa na prática a diáspora no sentido apontado por Paul Gilroy (2001), pois este espaço é fruto da desterritorialização na qual o Atlântico Negro – principal vetor da diáspora – fez com que ela acontecesse conectando e produzindo novos sentidos da cultura negra de maneira dinâmica. O que gerou encontros e desencontros culturais entre os agentes produtos da diáspora. No caso dos *zungus*, evidenciava-se o encontro de diferentes sujeitos históricos em torno da cultura negra diaspórica.

De acordo com Farias *et al.* (2006, p. 84) o *zungu* “constituía um espaço de invenção de práticas culturais prontamente reprimidas se praticadas à luz da lua. Um esconderijo, um reduto bem protegidos na imensidão de corredores e becos dos labirintos urbanos”. A repressão em torno das casas de *zungus* pela polícia era constantemente associada ao batuque, a música e a religiosidade, pois estavam intrínsecas numa mesma simbiose ritualísticas que promovia a manifestação cultural de seus praticantes. Movimentos culturais que terminavam marcados pelas prisões nas casas de *zungus* demarcando assim uma sociabilidade negra rotulada e vigiada pelo olhar branco²²¹. No decorrer de suas análises Farias *et al* (2006), chamam a atenção para o número de homens e mulheres negras de nação mina que se faziam presente nestes espaços, e mais importante, o papel das mulheres na organização das casas de *zungus*. Esse dado contribui para complexificar as articulações e possibilidades de sociabilidade das africanas minas, como apontam os autores:

²²¹ Essas análises das casas de *zungus* que perpassavam a religiosidade e música, apontam para questões que iriam se manter durante os primeiros anos da República em torno da popularização do samba nas casas das tias baianas. Estes espaços congregavam elementos ritualísticos e culturais de uma ancestralidade africana, tal qual os *zungus*, onde o samba era o principal aglutinador destas manifestações. Era na casa de tia Ciata que o samba, a capoeira e a religiosidade eram comemoradas e difundidas, pela população negra no mesmo caráter dos *zungus*. A mãe de santo e autoridade no samba, criou um espaço de sociabilidade e resistência cultural de experiências negras convergindo com o início da formação dos morros carioca fortalecendo os laços coletivos desses sujeitos num espaço social próprio. (SANTO, Spirito. **Do samba ao funk do Jorjão: Ritmos, mitos e ledos enganos no enredo de um samba chamado Brasil**. Petrópolis: KBR, 2011).

As africanas da Costa da Mina aparentemente eram as maiores responsáveis pela organização e formação das casas de *zungu*. Essas africanas ocidentais não representavam de maneira nenhuma maioria entre as escravas, muito menos no Rio de Janeiro. E o termo *zungu* tem clara raiz centro-ocidental, que corresponde às regiões de Congo e Angola. Então como africanos ocidentais, com bases linguísticas tão diversas, podem ter assumido papel-chave nessas instituições? (FARIAS *et al*, 2006, p. 91).

Para explicar esse protagonismo das mulheres minas, os autores partem da análise do deslocamento de africanos minas da Bahia para a Corte Imperial a partir da década de 1830, onde a população africana era em sua maioria de origem banto. Além de terem a necessidade de criar laços entre si no novo espaço, os “afro-baianos” acabavam também criando vínculos com as majorias, dialogando com seus significados, símbolos e recursos. O que, por sinal, fortalecia os laços de solidariedade entre os africanos. “Dessa forma, participar dos *zungus*, ou mais do que isso, patrociná-los, promove-los, era um ato político da maior importância na integração dos afro-baianos com a população negra da Corte” (FARIAS *et al*, 2006, p. 91). Com isso, enfatiza-se o papel dos *zungus* como espaço que congregava identidade africanas distintas, mas que estavam conectadas e ressignificadas pelos sujeitos.

No caso de Porto Alegre, nosso locus de estudo, o historiador Paulo Roberto Staudt Moreira (2003), apresentou contribuições importantes acerca das experiências negras no espaço urbano. Em seu livro *Os cativos e os Homens de Bem*, Moreira destacou em suas análises que as reuniões realizadas nos *zungus* também versavam em torno da religiosidade e musicalidade expressa por seus participantes. O autor enfatiza as condições de moradia na qual se encontravam escravizados e libertos, fosse por meio dos cortiços de forma coletiva, ou habitando senzalas improvisadas nos porões dos sobrados de seus proprietários. Sobre os cortiços, Moreira destaca que:

Eram habitações populares muitas vezes surgidas do abandono de velhos casarões de famílias abastadas (seja por falência familiar, problemas no inventário etc.) que tinham seus diversos aposentos locados, ou então eram conjuntos habitacionais compostos de minúsculos casebres (quartos) distribuídos ao longo de um pátio – o qual servia de serventia comum dos inquilinos para lavagem de roupas, cozinha, encontros – muitas vezes localizados aos fundos de uma venda ou taberna (MOREIRA, 2003, p. 59).

Em relação aos encontros, em sua maioria entre amásios e outras tipologias de relações estabelecidas entre os populares, a necessidade de um lugar fora da casa de seus senhores, tornava-se essencial para exercitarem sua mobilidade social, bem como a experimentação de autonomia e ensejos de liberdade. Pois como destacou Paulo Moreira

(2003, p.65) “passando suas vidas em senzalas insalubres ou em pequenos quartos sem privacidade, os trabalhadores que tiveram suas vidas marcadas pelo cativo dedicaram boa parte de suas economias à obtenção de pequenas residências onde pudessem habitar sozinhos ou com suas famílias”. Além desta assertiva, os dados levantados por Moreira através de fontes cartoriais e processos-crimes, contribuem para demonstrar uma Porto Alegre marcada pela presença e circulação de homens e mulheres negras com experiências sociais entrecruzadas em torno de afirmar sua existência.

Neste contexto histórico-social buscamos por meio da imaginação histórica visualizar Livia, que embora não tenhamos registros que apontem ter buscado a condição de “morar sobre si”, inferimos que sua condição de escravizada não deveria estar ligada apenas aos serviços domésticos, mas também ao serviço de ganho como era de praxe em alguns anúncios de venda e aluguel de escravizadas. Ademais, não podemos descartar o serviço de quitandeira como parte do campo de possibilidade das experiências vivenciadas por Livia, reforçando de certa forma o caráter étnico difundido entre as mulheres minas em outras cidades brasileiras²²². Em relação a Porto Alegre, a presença das africanas minas é relatada pelo cronista Aquiles Porto Alegre na crônica *Mercado Antigo*, Charles Monteiro (2006, p. 188) analisa parte dessa crônica e salienta que “Aquiles apresenta as pretas minas como quitandeiras, que davam um ‘lado pitoresco’ ao Mercado Público”. Porém, antes da inauguração do Mercado Público em 1869, o memorialista destaca que as “pretas minas” ocupavam o Largo da Quitanda (atual Praça da Alfândega) e montavam tendas e tabuleiros para comercializarem seus produtos. Neste sentido, durante a década de 1850, período em que Livia esteve presente na cena urbana de Porto Alegre, pode-se inferir que tenha circulado e armado tenda no Largo da Quitanda pois a proximidade deste espaço com a casa de seus proprietários situada à Rua General Canabarro nº 23, era relativamente perto tornando viável um percurso diário de trabalho.

2.1.1 Pensando Livia a partir das fontes

Até o momento buscamos introduzir nossa personagem em contextos e temáticas historiográficas que compreendemos ter perpassado sua existência enquanto africana mina escravizada. Realizamos esse empreendimento a partir de uma única fonte informativa sobre Livia, o seu registro de batismo. Neste ponto, pretendemos adentrar

²²² No caso específico de Porto Alegre, ver o artigo: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Joana Guedes, uma Mina de Jesus: trajetórias africanas do cativo a liberdade. *Nuevo Mundo*, Paris, n. 5, 2005.

numa análise mais afirmativa de sua experiência a partir de uma chave analítica que contempla sua condição de escravizada e mãe, pois as demais fontes que dizem respeito a matriarca da família Baptista da Silva, são justamente os assentamentos de batismo de seus quatro filhos. Desta forma, compreende-se interessante falarmos um pouco sobre escravidão e maternidade, com o intuito de aproximarmos dos desafios e incertezas que provavelmente cercaram o início desta formação familiar.

Tomando a maternidade como um ponto concreto e central na experiência de Livia para a nossa análise, vamos a sua prole: O primogênito da família, João, nasceu aos vinte nove dias do mês de agosto de 1855 e foi levado a pia batismal no dia vinte e sete de janeiro de 1856, teve como padrinho o escravizado José (escravo de Elias Francisco de Araújo), e protetora Nossa Senhora das Dores, foi descrito como “filho natural de Livia, Mina”²²³. No mesmo livro de batismo foi assentado em cinco de novembro de 1857, o registro de Sophia, que havia nascido no dia cinco de maio do mesmo ano e teve como padrinho o escravizado Antonio (escravo de Caetana de Jesus), foi descrita como “filha natural da preta Livia”²²⁴. E, por último, ou pelo menos o que sabemos até o momento terem sido os últimos filhos de Livia, temos o assentamento dos gêmeos Thomé e Paulo. Os dois meninos, diferente de seus irmãos, tiveram seus registros de batismo assentados na Paróquia das Dores, no dia vinte e nove de janeiro de 1860 e haviam nascido no dia dezoito de novembro de 1859. Tiveram como padrinhos: Manoel (que batizou Thomé) e Francisco (que apadrinou Paulo), e Nossa Senhora como protetora de ambos, ainda foram descritos como “filhos naturais de Livia, Africana”²²⁵. Ressaltamos que em todos os registros descritos, tanto Livia como seus filhos foram apresentados como escravizados de Antônio Álvaro de Araújo.

Destacamos também o intervalo de tempo existente entre um filho e outro, cerca de dois anos, nos levando a pensar a dificuldade em criar quatro crianças de tenra idade, embora sua prole tenha diminuído em 1860, em decorrência do falecimento dos gêmeos²²⁶. Além desse aspecto, a passagem de tempo entre os registros também denota a

²²³ AHCMPA – Livro de batismos de escravos da Paróquia da Madre de Deus de Porto Alegre (1850-1864) nº 7, folha 72.

²²⁴ AHCMPA – Livro de batismos de escravos da Paróquia da Madre de Deus de Porto Alegre (1850-1864) nº 7, folha 86.

²²⁵ AHCMPA – Livro de batismos da Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Porto Alegre (1859-1861) nº 2, folha 3.

²²⁶ AHCMPA – Livro de óbitos da Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Porto Alegre (1859-1862) nº 1, folha 3.

diferenciação na identificação de Livia, que no primeiro assentamento foi retratada como “mina”, posteriormente de “preta” e por último “africana”.

Sobre o aspecto da maternidade, a historiografia vem apontando sua relação e percepção a partir da escravidão²²⁷ onde novas análises vem frisando as sensibilidades e laços existentes em torno deste conceito que durante muitos anos foi silenciada pela historicidade através do termo reprodução, que contribui para a descaracterização e silenciamento da maternidade dessas mulheres negras.

Um dos trabalhos que pontua esta questão é a recente tese de Lorena Féres da Silva Telles (2019) intitulada *Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas*, que enfatiza desde o controle senhorial sobre o corpo da mulher escravizada à sua relação com os filhos tensionada pelos entraves da escravidão. Neste aspecto, Lorena Telles (2019, p. 93) salienta as circunstância em que estavam envoltas de escravizadas grávidas, ao destacar que “no mundo urbano, a gravidez de uma cativa poderia significar para seus senhores a depreciação temporária de seu trabalho, a promessa de uma ama de leite rentável ou a mãe de crianças trabalhadoras a média prazo”. Levando em consideração o número de filhos num espaço curto de tempo, pode-se imaginar que Livia tenha desempenhado o papel de ama de leite, o que não significaria uma condição mais “branda” dentro do regime escravocrata, pois como enfatizou a historiadora Mariana Muaze (2018, p. 363), “não se pode esquecer que a tarefa a que se destinavam envolvia o silenciamento, por vontade senhorial e aceitação social, do exercício da maternidade que implicava o convívio com o filho desde os primeiros dias de vida”. Neste sentido o silenciamento evidenciado dizia respeito a relação com seus próprios filhos, que eram apartados de seu convívio em preferência da criança senhorial, além de perceber as

²²⁷ Dentre os trabalhos que versam sobre o assunto destaco as seguintes pesquisas: COWLING, Camilla; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; PATON, Diana; WEST, Emily. *Mothering slaves: comparative perspectives on motherhood, childlessness, and the care of children in Atlantic slave societies. Slavery&Abolition*, v. 38, p. 223-231, 2017; MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *Maternidade silenciada: amas de leite no Brasil escravista, século XIX*. In: Regina Célia Xavier; Helen Osório. (Org.). **Do tráfico aos pós abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil**. 1ed.São Leopoldo: Oikos, 2018, v. 1, p. 360-391; MACHADO, M. H. P. T. *Verbete "Mulher, Corpo e Maternidade"*. In: Lilia Schwarcz; Flávio Gomes. (Org.). **Dicionário da Escravidão e da Liberdade**. 1ed.São Paulo: Companhia das Letras, 2018, v. 1, p. 334-342. MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; ARIZIA, M. B. *Escravas e libertas na cidade de São Paulo: experiências de trabalho, maternidade e emancipação em São Paulo (1870-1888)*. In: Ana Barone e Flávio Rios (orgs). (Org.). **Negros nas Cidades Brasileiras**. 1o.ed. São Paulo: Intermeios, 2019, v. 1, p. 117-142. A nível sul-rio-grandense destacam-se ainda duas dissertações recentes: HAACK, Marina Camilo. **Sobre silhuetas negras: experiências e agências de mulheres escravizadas (Cachoeira do Sul, c. 1850-1888)**. 229f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019 e SANTOS, Bruna Oliveira dos. **“Os brancos não falam a verdade contra mim. Porque ele é homem e não havia de passar o trabalho das fêmeas”**. Maria Rita e a interseccionalidade na experiência de mulheres escravizadas (Comarca de Rio Pardo, século XIX). Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.

violências e opressões sofridas no âmbito doméstico²²⁸. Essa perspectiva em torno de Livia será problematizada no próximo subcapítulo quando adentraremos no universo da família senhorial dos Araújo.

Seguindo o caminho das fontes, evidenciamos uma lacuna acerca da trajetória de Livia, após o batismo dos filhos, em 1860, só fomos encontra-la novamente em 1881, no batismo do neto Rafael, o primogênito de seu filho João e da esposa Francisca. Descrita pela primeira vez nas fontes sob o nome de Livia Baptista, da mesma forma foi registrada no batismo dos demais netos: Felipe (1883), Cipriano (1889) e Baptista Junior (1891). A filha mais nova Maria Delphina (1897), foi a única em que não constou o nome da avó paterna, além de também ter seu registro assentado na Paróquia de Madre de Deus, diferindo dos demais que foram batizados na Paróquia de Nossa Senhora das Dores. Esta informação nos suscita a pensar por que o nome de Livia não foi mencionado?

Podemos conjecturar em torno dos agentes presentes no ato do batismo, como enfatizou Marcelo Matheus (2018), que eram peças essenciais para a leitura social realizada pelo pároco na hora de batizar a criança, sobretudo em questões envolvendo a cor e hierarquias sociais. Sob este aspecto, percebemos que a família Baptista da Silva levava em consideração a presença dos sujeitos que estariam envolvido nas relações de seus filhos, pois a razão de Maria Delphina não carregar o nome da avó paterna em seu registro, tenha advindo do fato de que Livia já havia falecido. Embora não saibamos ainda quando de fato se deu a morte de Livia, chegamos a esta informação a partir do testamento de Antônio Álvaro Araújo escrito em 1895, onde ele faz referência a nossa personagem ao lembrá-la como “finada Livia”. Essa assertiva do ex-senhor será explorada mais à frente nas análises sobre a resignificação das relações senhoriais e escravizadas.

Buscamos aqui apresentar de forma breve e sucinta a matriarca da família Baptista da Silva, que embora cercada de incertezas e possibilidades, percebemos que sua trajetória ainda será explorada em pesquisas futuras devido as lacunas e problemáticas que este estudo introdutório nos trouxe. Ademais ressaltamos que voltaremos a tratar da figura de Livia de forma mais “intangível” no último capítulo desta dissertação onde abordaremos como sua presença permeou e vem permeando a identidade da família na contemporaneidade.

²²⁸O silenciamento pode ser visto também sobre o prisma da própria posição em que escravizados domésticos se encontravam no ceio da família senhorial desempenhado um papel estritamente servil, literalmente como “criados-mudos” e sobre o controle do senhor de maneira mais íntima do que escravizados das fazendas por exemplo. A título de contribuir para a reflexão sobre o tema, recomendo o polêmico filme *Vazante* (2017) de Daniela Thomas.

3.2. Família senhorial Araújo: uma janela de observação

Dando continuidade aos estudos em torno da família Baptista da Silva durante a escravidão, buscaremos aqui enfatizar aspectos da trajetória dos agentes históricos que estiveram em constante relação com as dinâmicas familiares dos Baptista da Silva. Falo aqui da família senhorial Araújo, onde pretendemos explorar suas relações familiares e apontar como esses laços se entrecruzaram e influenciaram o destino dos descendentes de Lívia, pois nosso objetivo principal visa frisar como as relações entre esses dois grupos se ressignificaram nas décadas finais do século XIX. Desta forma, nosso intuito é perscrutar os laços familiares senhoriais, mas com o olhar direcionado para a presença da família escravizada bem como de outros escravizados evidenciados nas fontes.

O fio condutor para emergirmos nesse universo senhorial, é o matrimônio de Antônio Álvaro de Araújo e Delfina Rosa de Araújo, casal senhorial ao qual a família Baptista da Silva estava ligada, o matrimônio do casal possibilitou a união de duas famílias que, como veremos compartilharam relações, propriedades e escravizados. A união do casal foi sacramentada no dia vinte e dois de setembro de 1843, na Paróquia Madre de Deus, nos registros descobrimos que Antônio Álvaro, era natural de Triunfo e filho de Álvaro José de Araújo e Leonor Antônia de Freitas, enquanto Delfina, era natural de Porto Alegre e filha de Elias Francisco de Araújo e Claudina Rosa de Araújo²²⁹.

Ainda foi possível recuperar parte da genealogia e origens de ambos os consortes através das fontes pesquisadas. Em relação a Delfina, foi possível recuperar parte da sua genealogia a partir do inventário de sua mãe Claudina Rosa de Araújo, registrado em 1872. Logo nas primeiras páginas referentes ao testamento, a testadora inicia declarando que era natural do Rio de Janeiro, que havia sido casada com Elias Francisco de Araújo e que dessa união existiam três filhos: Alexandrina Rosa de Araújo, Firmiano Antônio de Araújo e Delfina Rosa de Araújo²³⁰. Na sequência, inicia suas disposições pontuando o número de missas a serem rezados por sua alma, de seu esposo, e duas para seus pais Antônio Jose de Mello e Thereza Francisca do Espirito Santo e igualmente duas para seus sogros José Francisco de Medeiros e Joana Francisca do Sacramento. As informações fornecidas por Claudina, nos levam a analisar esse ponto do inventário sob a ótica do

²²⁹ AHCMPA – Livro de Casamentos da Paróquia Madre de Deus (1839-1848) nº 5, folha 94.

²³⁰ APERS – Comarca de Porto Alegre. Inventário, maço 15, n. 428. Inventariada: Claudina Rosa de Araújo. Inventariante: Antônio Álvaro de Araújo, 1872, p. 11.

documento como um depositário de memória, capaz de contribuir na reconstrução genealógica dos sujeitos e ampliar o entendimento sobre suas trajetórias. Além de questões ligadas a cultura material daqueles sujeitos.

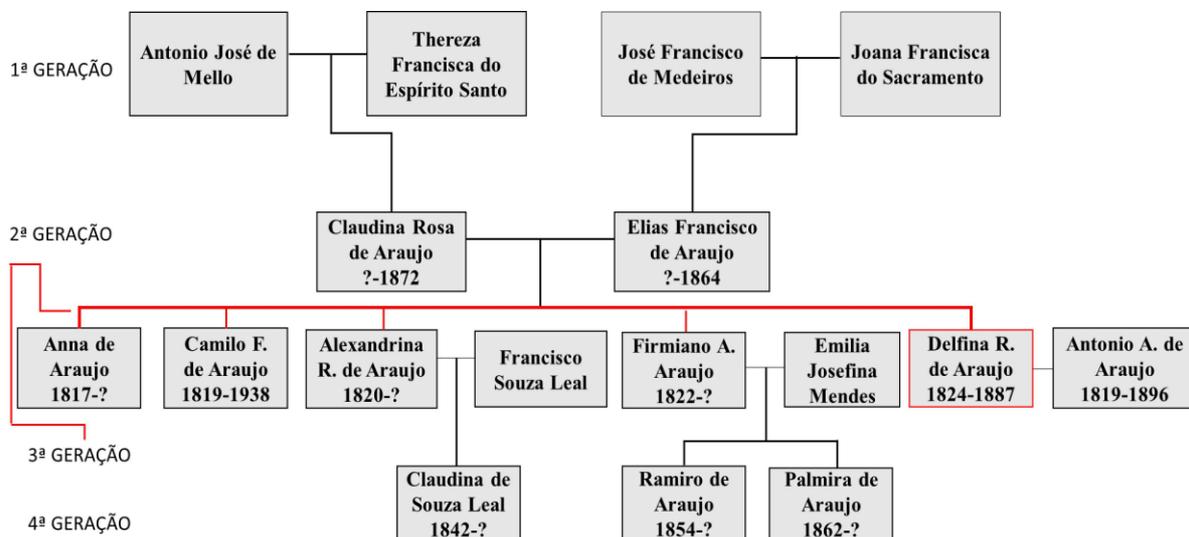
Cruzando essas informações do inventário com o registro de batismo de Delfina, torna-se possível ampliar os dados já obtidos e complexificar a formação desse ramo familiar. No seu batismo, assentado na Paróquia de Madre de Deus no ano de 1824, descobrimos além das informações já levantadas, que seu pai, Elias Francisco de Araújo, era natural de Laguna, assim como foi possível evidenciar as localidades das quais seus avós (paternos e maternos) eram oriundos. Seu avô paterno Antônio José de Mello, era natural da Ilha da Madeira e sua avó paterna, Thereza Francisca do Espirito Santo, era natural de Laguna. Os avós maternos José Francisco de Medeiros e Joana Francisca do Sacramento eram naturais do Rio de Janeiro²³¹. Esses indícios nos fazem refletir sobre a mobilidade e circulação de indivíduos de diferentes regiões geográficas e quais contextos entrecruzaram esses caminhos. Evidência semelhante foi percebida na formação familiar de Antônio Álvaro de Araújo, porém em um nível mais macro, como veremos a seguir.

Evidenciamos em seu registro de batismo, assim como no de Delfina, a presença do nome de seus avós, juntamente com a localidade da qual eram naturais. O assentamento registrado em 1819, inicia nos informando que seu pai era natural de Coimbra e sua mãe natural de Vacaria, em relação aos avós paternos o registro aponta o Doutor Pedro de Jesus e Dona Maria do Carmo, naturais do Bispado de Coimbra, enquanto seus avós maternos eram de localidades distintas. O Capitão Antônio José de Freitas era oriundo do Arcebispado de Braga e Dona Ignacia de Jesus era natural da Colônia de Sacramento²³². Essa apresentação inicial, contribui para observarmos uma característica comum à época e que fez parte dessa família, o deslocamento. Percebemos que as migrações aqui ocorreram em níveis transnacionais e inter-regionais demonstrando que a mobilidade foi uma constante presente nesse arranjo familiar. Ressaltamos que não cabe a presente análise investigar os caminhos percorridos pelos antepassados da família Araújo, o que levaria ao método de uma “micro-história em movimento” (SCOTT; HÉBRARD, 2014), mas sim ressaltar essa ascendência originada no além-mar, que no caso de Antônio Álvaro, essa presença não se mostra tão longínqua pois como vimos, seus pais também detinham origem europeia.

²³¹ AHCMPA – Livro de Batismo da Paróquia de Madre de Deus de Porto Alegre (1820-1828) n. 6, folha 180.

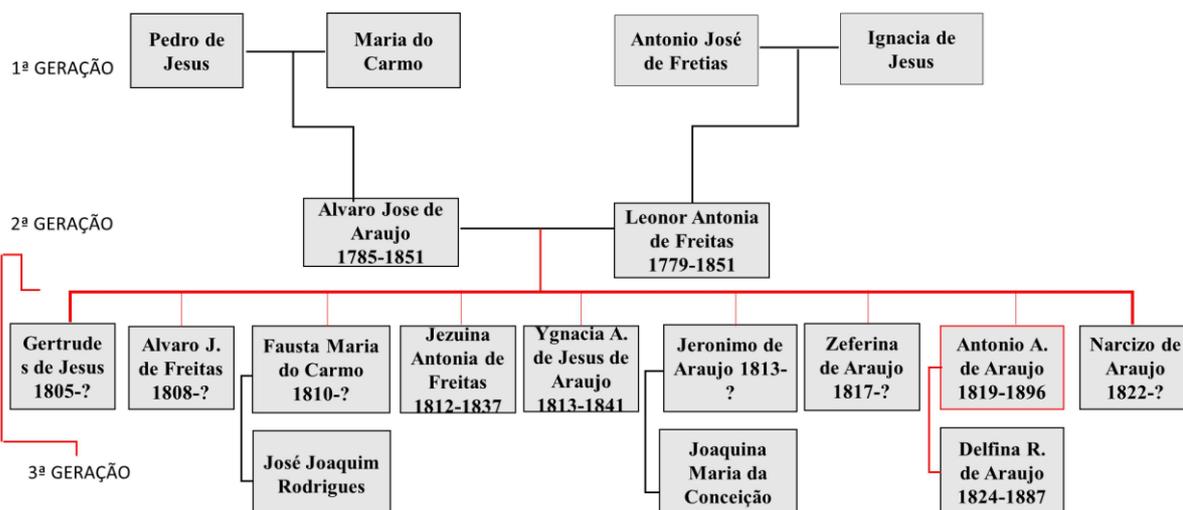
²³² AHCMPA – Livro de Batismos da Paróquia de Bom Jesus de Triunfo (1801-1843) n. 4, folha 182.

Figura 13.
Árvore Genealógica Delfina Rosa de Araújo.



Fonte: Elaborada por Vitor Costa a partir das fontes eclesíásticas relacionadas a família e que se encontram disponíveis no site: <https://www.familysearch.org/pt/>.

Figura 14.
Árvore Genealógica Antônio Álvaro de Araújo.



Fonte: Elaborada por Vitor Costa a partir das fontes eclesíásticas relacionadas a família e que se encontram disponíveis no site: <https://www.familysearch.org/pt/>.

Em relação a família de Delfina, observamos que já residiam em Porto Alegre há mais tempo, visto que todos os seus irmãos tiveram seus batismos assentados na Paróquia

da Madre de Deus. Já o lado da família de Antônio Álvaro, provavelmente se fixou na cidade por volta da década de 1830, pois evidenciamos o nascimento de seu irmão mais novo Narcizo no ano de 1822, ainda na cidade de Triunfo; em 1836, o pai, Álvaro José de Araújo, aparece descrito entre os jurados do 1º distrito da cidade²³³. No mesmo ano, evidenciou-se que Antônio Álvaro foi nomeado Fiel do Almojarife no Arsenal de Guerra²³⁴. Outros indícios que apontam a presença de sua família fixada na cidade de Porto Alegre foram os registros de óbitos de suas irmãs Jezuina Antônia e Ygnacia Antonia, assentados na Paróquia da Madre de Deus, respectivamente nos anos de 1837 e 1841.

As relações familiares apresentadas nos dois organogramas acima, podem ser analisadas e conjecturadas a partir de fontes eclesiásticas, assim como inventários deixados por membros da família. Em relação a esta composição familiar, evidenciamos o nascimento de duas crianças entre os dois ramos da família Araújo, trata-se dos filhos de Firmiano Antônio de Araújo e Emília Josefina Mendes (irmão e cunhada de Delfina), Ramiro e Palmira, nascidos respectivamente nos anos de 1854 e 1862. Aqui evidenciamos um período equivalente às gestões de Livia, inferindo que poderia ter sido envolta nas circunstâncias de “empréstimo de amas” entre as famílias senhoriais, podendo ter atuado como ama de leite ou então ama-seca (babá) das referidas crianças, desempenhando um serviço de portas adentro para os parentes de seus senhores (MUAZE, 2018). Ratificamos que essa inferência contribui para entendermos e analisarmos as redes e os caminhos que os escravizados ligados a esse grupo familiar percorreram. Com isso, iniciaremos pelo primeiro ponto descrito inicialmente, buscando entrecruzar as experiências escravizadas com as transformações evidenciadas nos laços familiares da parentela senhorial.

As fontes eclesiásticas que nos permitem realizar essas inflexões iniciais sobre senhores e escravizados, são acima de tudo os batismos e os registros matrimoniais. A leitura desse tipo de documentação nos leva a análise dos apadrinhamentos e compadrios,

²³³ “Lista dos Jurados do 1º Distrito desta cidade de Porto Alegre” *O Mensageiro*, 12 jan. 1836, p. 4.

²³⁴ A notícia diz respeito há um balanço referente aos empregados do Arsenal de Guerra da Província de São Pedro no ano de 1867. A tabela nos informa que Antônio Álvaro exercia a função de Fiel do almojarife desde o dia 2 de janeiro do mesmo ano, em razão do almojarife estar suspenso, e que havia sido nomeado em 26 de setembro de 1836, demonstrando ser o funcionário mais antigo em relação aos demais que constavam na listagem. Muito provável que sua nomeação tenha sido feita em decorrência da Guerra dos Farrapos, que estava em decorrência, e neste contexto, o almojarife do Arsenal de Guerra detinha um papel importante, em relação aos mantimentos e equipamentos a serem utilizados pelo exército. Sem desconsiderar o contexto de publicação da matéria, correspondente aos anos finais da Guerra do Paraguai. “Relatório da Província do Rio Grande do Sul”, *Relatório dos Presidentes das Províncias Brasileiras*, 13 abr. 1868, p. 12.

entendendo-os como chaves analíticas que contribuem para dimensionarmos a formação de redes e laços de afinidades que poderiam vir a existir entre os agentes envolvidos na realização desses sacramentos. Sem dúvida o batismo foi o sacramento mais comum entre os escravizados do qual pesquisadores da escravidão vem evidenciando e explanando em suas pesquisas em torno da potencialidade de análises que esse documento proporciona. A historiadora Cacilda Machado (2006, p. 74), ao destacar as dinâmicas do compadrio na região Paranaense, na passagem do século XVIII para o XIX, concluiu que “o compadrio — mais do que o casamento — promovia o estreitamento das relações entre escravos e proprietários, entre livres e cativos, entre negros, pardos e brancos”. Compreendo essa assertiva da autora como cabível para mensurar o compadrio, embora deve-se ressaltar que os laços de estreitamento e proximidade entre os diferentes grupos, eram atravessados pelas hierarquias e relações de poder existentes na estrutura social em que estes sujeitos se encontravam.

Analisando nosso estudo de caso, essa noção de estreitamento das relações é perceptível ao longo das gerações da família Baptista da Silva, ao começar pela matriarca Lívia. Como já observamos em seu registro de batismo, foi apadrinhada por Manoel e Venancia, respectivamente escravizados de Elias Francisco de Araújo e Álvaro José de Araújo, sogro e pai de seu senhor Antônio Álvaro de Araújo. Estas informações apontam para indícios de uma proximidade indireta com a família senhorial, através de seus padrinhos, inclusive quando comparada aos outros escravizados (Thomaz e Pacífico), que tiveram como padrinhos escravizados de senhores distintos. Neste sentido, compreendo que essa rede indireta de proximidade configura o que a historiadora Silvia Brugger (2002) convencionou em chamar de “alianças para cima”, ao analisar as redes de compadrio na sociedade mineira dos séculos XVIII e XIX em sua tese de doutorado. A autora pontuou essa característica ao tratar do batismo de filhos de cativas, onde enfatizou que “esta aliança viria no sentido de relação estreita com segmentos sociais que estariam, de algum modo, em patamares mais elevados do que a mãe do batizando” (BRUGGER, 2002, p. 322 *apud* GUTERRES, 2005, p. 117). Ao pensarmos a situação de Lívia, podemos conjecturar que a figura de Venancia tenha representado uma “aliança para cima” dentro do meio escravista da família senhorial, bem como desempenhado um papel de mediadora nessa proximidade com o grupo dominante.

Sustentamos esta hipótese a partir da breve análise realizada sobre Venancia, na qual foi possível investigar sua presença em torno da família senhorial, a partir dos indícios evidenciados nas fontes. Embora tenha sido apresentada inicialmente como

escravizada de Álvaro José de Araújo, descobrimos que nem sempre pertenceu a este senhor. No assentamento de batismo de seu filho Manoel, registrado em 13 de junho de 1835, na Paróquia da Madre de Deus²³⁵, Venancia é apresentada como “preta congo” e escrava de Jezuina Antônia de Jesus (filha de Álvaro José), o registro ainda informa que seu filho teve como padrinho Antônio Álvaro de Araújo. A senhora a qual Venancia era escravizada nesse período, era filha de Álvaro José de Araújo²³⁶. Dessa forma, denota-se a circulação e proximidade que se estabeleceu entre a família senhorial, pois como evidenciou-se a partir do registro de batismo, além da “troca de senhores”, também estabeleceu uma rede vertical de solidariedade com a dita família ao tornar-se “comadre” de Antônio Álvaro de Araújo.

Pesquisadores da escravidão destacam que há poucas informações sobre senhores que estabeleceram relações de compadrio com seus cativos, pois entende-se que esses fatos não eram típicos. Porém, podem ser lidos sob duas perspectivas, a de que havia uma vontade senhorial em ampliar a família patriarcal, como também enfatizar o benefício que os escravizados poderiam desfrutar em torno dos laços afetivos e de sociabilidade para com seus senhores²³⁷. A relação de Antônio Álvaro de Araújo e Venancia ainda se tornou mais complexa, quando esta apadrinhou Livia em 1849, ou seja, a escravizada de seu compadre. Sem dúvida esse fato reforça nossa teoria de pensar a relação senhor/escravizado de forma entrecruzada e que mesmo com a diferenciação hierárquica também poderia existir laços de proximidades e afinidades.

Ademais, foi possível mapear os caminhos de Venancia e seu filho Manoel por uma última vez, na partilha de bens deixados por Álvaro José de Araújo e sua mulher Leonor Antônia de Freitas, ambos falecidos em 1851, e com inventário aberto no ano de 1854. Trata-se de um documento de onze páginas, referindo-se a partilha de bens deixados pelo casal para os seguintes herdeiros que ainda possuíam: Fausta Maria do Carmo, Álvaro José de Freitas, Jeronimo Francisco de Araújo e Antônio Álvaro de Araújo. O montante mor equivaleu a quantia de 3:150\$000 réis e dizia respeito a “uma morada de

²³⁵ AHCMPA – Livro de Batismos da Paróquia de Madre de Deus de Porto Alegre (1831-1841) n. 4, folha 110.

²³⁶ Compreendemos que a mudança de senhor a qual Venancia foi submetida, ocorreu em virtude do falecimento de Jezuina em 1837. Sua descrição como propriedade de Álvaro José de Araújo foi encontrada já em 1839, no batismo de seu filho Francisco, conforme aponta o assentamento da Paróquia de Madre de Deus. AHCMPA – Livro de Batismo da Paróquia de Madre de Deus de Porto Alegre (1831-1841) n. 5, folha 41.

²³⁷ Essa perspectiva pode ser encontrada em: MATTOSO, Kátia Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

casas” situadas na Rua Principal da Guarda (1:800\$000 réis), e os escravizados Venancia (650\$000 réis), de trinta e oito anos, e seu filho Manoel (700\$000 réis), com dezoito anos²³⁸. O montante foi dividido entre os quatro herdeiros em parcelas de 787\$500 réis, de formas específicas, onde destacamos que à herdeira Fausta, foi legado o escravizado Manoel, e à Álvaro José de Freitas, coube como parte de seu pagamento a escravizada Venancia, denotando a separação entre mãe e filho²³⁹. Destaca-se também que embora Manoel tivesse Antônio Álvaro como seu padrinho, acabou sendo legado a herdeira Fausta Maria do Carmo, e que ao ser destinada ao herdeiro Álvaro José de Freitas, Venancia, chegava ao seu terceiro senhor pertencente à família Araújo.

A maior concentração de escravizados que diz respeito a família Araújo foi evidenciada no ramo genealógico de Delfina. Através da leitura do inventário de seu pai Elias Francisco de Araújo, aberto em 1864, foi possível observar um total de oito escravizados que foram distribuídos entre a viúva e os herdeiros Alexandrina Rosa de Araújo Leal²⁴⁰, Firmiano Antônio de Araújo e Delfina Rosa de Araújo. Em relação a riqueza patrimonial, percebemos que a família de Delfina possuía um padrão econômico mais elevado que a família de seu marido. Pois durante a leitura do inventário²⁴¹, foi possível evidenciar um montante patrimonial distribuído entre escravizados, casas, terrenos, embarcações, devedores, móveis, objetos e animais que totalizaram 43:098\$452 réis²⁴². Buscaremos enfatizar sobretudo o grupo de escravizados e destacar os principais bens e propriedades levantados no inventário.

Ao direcionarmos o foco da análise para a situação dos escravizados durante a partilha, poderemos conjecturar o impacto que a morte de senhoras e senhores poderiam

²³⁸ APERS – Comarca de Porto Alegre. Inventário, maço 12, n. 217. Inventariado: Álvaro Jose de Araújo e sua mulher Leonor Antônia de Freitas. Inventariante: Antônio Álvaro de Araújo, 1854, p. 3.

²³⁹ No inventário consta também um informativo da Alfândega de Porto Alegre, referente ao pagamento da “taxa sobre escravos” no valor de 2\$000 réis por escravizado que foi realizado por Fausta Maria do Carmo em 13 de dezembro de 1853 e dizia respeito à Venancia e Manoel. Esse documento indica que no presente momento, Fausta era reconhecida como proprietária dos referidos escravizados, pois como apontou Beatriz Mamigonian (2011, p. 31), foi estipulada uma “taxa anual de 2\$000 réis paga pelos habitantes das cidades e vilas em razão de cada escravo nelas possuídos, além do número de dois sendo solteiros os proprietários e de quatro sendo casados”. MAMIGONIAN, Beatriz Galotti. O Estado nacional e a instabilidade da propriedade escrava: a lei de 1831 e a matrícula dos escravos de 1872. **Almanack**, Guarulhos, n. 2, p. 20-37, p. 2011.

²⁴⁰ Em 10.10.1883, Alexandrina Rosa de Araújo Leal alforriou “gratuitamente e sem ônus algum” a Juvenal (APERS – 3º Tabelionato de POA, Livro 6 de Registros Diversos, 10.10.1883, folha 53).

²⁴¹ APERS – Comarca de Porto Alegre. Inventário, maço 16, n. 320. Inventariado: Elias Francisco de Araújo. Inventariante: Claudina Rosa de Araújo, 1864.

²⁴² O valor equivalia a soma da meação do falecido e de sua mulher. Desta forma, a quantia de 21: 5429\$226 réis, foi dividida entre os herdeiros Alexandrina, Firmiano e Delfina no valor de 7:183\$075 réis, para cada um dos filhos.

representar para os escravizados, sobretudo no que tange as relações familiares e a manutenção dessas relações. Cristiany Miranda Rocha (2006), destaca a potencialidade de pesquisa que os inventários de senhores nos fornecem a partir deste eixo de análise. A autora evidenciou esta questão a partir da leitura dos inventários de proprietários da região de Campinas no século XIX, problematizando até que ponto a família escravizada poderia ser inviabilizada em decorrência da morte de seu senhor.

Com isso, Rocha salienta situações em que os proprietários optaram por manter a maioria dos núcleos familiares existentes entre seus escravizados, mas atenta para as circunstâncias que poderia inflamar esta decisão. Para Rocha (2006, p. 180), “todavia, essa intenção ou regra geral tinha seu limite fixado nos interesses e caprichos senhoriais, que podiam variar de acordo com o momento do ciclo de vida da família de proprietários”. Esse aspecto sobre o momento da família senhorial é referente a situações em que havia a presença de herdeiros menores de idade, a qual eram legadas crianças escravizadas como parte de seu pagamento e que na teoria, acabariam sendo separadas de sua mãe se esta estivesse na posse da viúva por exemplo. Mas como os ditos herdeiros moravam com sua mãe, consequentemente aquele núcleo familiar escravizado seria mantido, fato que não ocorria quando os herdeiros eram maiores de idade, como é o caso dos sujeitos de nossa pesquisa. Os três herdeiros de Elias Francisco de Araújo eram maiores de 21 anos de idade e casados, desta forma foi possível evidenciar a separação de um núcleo familiar existente entre os oito escravizados descrito em seu inventário.

O núcleo familiar desmantelado na partilha foi o da escravizada Narciza com seus dois filhos, João, “crioulo” com dez anos de idade, e Francisco com três anos de idade. João foi incluído como parte do pagamento a meação da viúva Claudina Rosa de Araújo, juntamente com os escravizados Antonio “de Nação”, José “quebrado” e outro escravizado também chamado de João. Ainda fez parte da meação de Claudina, o valor referente ao escravizado Manoel, que foi “libertado por todos”²⁴³. Enquanto Narciza e o filho menor Francisco, foram legados ao herdeiro Firmiano Antônio de Araújo, desta forma, manteve-se separada apenas do filho João.

Com relação a Firmiano Antônio de Araújo, encontramos várias cartas de alforria registradas nos cartórios locais a respeito de cativos de sua propriedade:

²⁴³ APERS – Comarca de Porto Alegre. Inventário, maço 16, n. 320. Inventariado: Elias Francisco de Araújo. Inventariante: Claudina Rosa de Araújo, 1864, p. 5

- Henriqueta, mina, 40 anos, 16-04-1870: carta concedida mediante o pagamento, pela escrava, do preço pelo qual havia sido avaliada no inventário do sogro do senhor e por ter sempre "servido com respeito e amizade";
- Antônio, pardo, 01/10/72: a carta concede plena liberdade;
- Leonor, parda, 23 anos, 04/04/73: a carta foi concedida mediante o pagamento, pela escrava, de 1:000\$;
- Maria, crioula, 12/10/78: a carta foi concedida mediante o pagamento, pela escrava, de 950\$;
- Izolina, 21/12/78: a carta foi concedida para que pudesse gozar de sua liberdade "de hoje para sempre como se de ventre livre tivesse nascido";
- Luiza, parda, 09/01/83: 12/01/83, Porto Alegre, A carta concede plena liberdade;
- Narcisa, 11/01/84: a carta foi concedida "para que de hoje para sempre goze liberdade como se tivesse nascido de ventre livre".²⁴⁴

Destacamos que a última liberta, pode ser a mãe de Francisco. Além das cartas de alforrias, também encontramos dois processos de tutela atrelados à Firmiano Antônio de Araújo durante a década de 1880. O primeiro processo, registrado em 1884 era referente a tutelada Tolentina, filha da escravizada Leonida, que pertencia a Feliciano Joaquim Bosmam. O registro aponta que Leonida estava alugada à Firmiano e que este, demonstrou interesse em ser tutor de Tolentina, por possuir condições de “educar e amparar a menor em seu futuro”²⁴⁵. Dessa forma o proprietário abriu mão do direito que tinha sobre a ingênua, e Firmiano, passou a ser seu tutor. O segundo processo diz respeito ao “menor Procópio, de nove anos, filho da finada preta Escolástica, contratada de Maria Candida Leous”, e que mediante nomeação do juiz teve como tutor, Firmiano Antônio de Araújo no ano de 1887²⁴⁶.

²⁴⁴APERS – 2º Tabelionato de POA, Livro 19 de Registros Diversos, 18.04.1870, folha 63v; 1º Tabelionato de POA, Livro de Registros Diversos nº 21, 03.10.1872, folha 189v; Livro 21 de Registros Diversos, 05.04.1873, folha 252; Livro 25 de Registros Diversos, 15.10.1878, folha 72v; Livro 27 de Registros Diversos, 12.01.1883, folha 39v; 2º Tabelionato de POA, Livro 1 de Registros Diversos, 21.12.1878, folha 32; 3º Tabelionato de POA, Livro 6 de Registros Diversos, 16.01.1884, folha 71.

²⁴⁵APERS – Documentos da escravidão: Escravidão, liberdade e tutela, vol. 1, n. 2728, Tutelado: Tolentina. Tutor: Firmiano Antônio de Araújo, 1884, p. 23. Porto Alegre: APERS. Acesso em: 14 maio. 2020.

²⁴⁶APERS – Documentos da escravidão: Escravidão, liberdade e tutela, vl.1, n. 1054, Tutelado: Procópio. Tutor: Firmiano Antônio de Araújo, 1887, p. 74. Porto Alegre: APERS. Acesso em: 14 maio. 2020.

Os escravizados descritos acima apresentaram questões interessantes para pensarmos na esteira das circunstâncias envolvendo os “interesses senhoriais” destacado por Rocha (2006). Em especial a condição descrita referente ao escravizado Manoel, o que teria sido fator para que lhe fosse concedida a liberdade? Assim como o perfil de José “quebrado”²⁴⁷.

Ainda sobre as circunstâncias relacionadas aos escravizados da família, no decorrer do processo de inventário há um anexo que diz respeito ao pagamento de uma gratificação pela captura do escravizado João, o mesmo que fez parte da meação de Claudina. Abaixo reproduzo o informativo:

Recebi do sr. Thomé Affonso Ernes a quantia de dezesseis mil reis, como gratificação de ter capturado o escravo João de propriedade dos herdeiros de Elias Francisco de Araujo em Porto Alegre e por ser verdade passo o presente. Rio Grande do Sul, 21 de abril de 1864. Serafim dos Anjos França²⁴⁸.

Percebemos que a fuga de João ocorreu após a morte de seu senhor, e meses antes da abertura do inventário, apresentando-se como um momento oportuno para empreender uma fuga antes que a partilha dos herdeiros definisse seu destino, como acabou ocorrendo. Dentre os escravizados ainda havia a “crioula” Rita, de trinta e oito anos, que fora “doada” por Elias e Claudina à herdeira Alexandrina Rosa de Araújo Leal. A esta herdeira, também foi legado como parte de seu quinhão o iate Palmar,²⁴⁹ que pertencia a seu pai. Essa informação nos revelou algumas questões acerca de trajetória de Elias Francisco de Araújo.

Durante uma rápida pesquisa nominal realizada na hemeroteca digital, foi possível mapear a presença de Elias Francisco de Araújo em cerca de dez jornais da imprensa carioca, entre as décadas de 1815 e 1840, relacionado exclusivamente a notícias marítimas²⁵⁰. Na maioria das notas, é descrito como mestre do patacho *Novo Triumpho*,

²⁴⁷ O “quebrado” se refere a hérnia. Ver mais em: LANGAARD, Theodoro J. H. **Dicionário de Medicina Doméstica e Popular - Volumes II**. 2ª edição, Rio de Janeiro, Laemmert & Cia., 1872, p. 465. Ainda sobre José, encontramos uma carta de alforria data de 03.08.1871, redigida por Claudina Rosa de Araújo, “gratuitamente”, ou seja, em silenciosa remuneração aos muitos anos de trabalho que ele graciosamente ofereceu a família senhorial. A carta lhe concedia plena liberdade, “como se de ventre livre nascesse” (APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre, Livro 21 de Registros Diversos, 03 ago. 1871, folha 71).

²⁴⁸ APERS – Comarca de Porto Alegre. Inventário, maço 16, n. 320. Inventariado: Elias Francisco de Araújo. Inventariante: Claudina Rosa de Araújo, 1864, p. 28.

²⁴⁹ APERS – Comarca de Porto Alegre. Inventário, maço 16, n. 320. Inventariado: Elias Francisco de Araújo. Inventariante: Claudina Rosa de Araújo, 1864, p. 7.

²⁵⁰ Destacamos que não foi realizado uma análise sobre todas as ocorrências referente a Elias Francisco de Araújo, pois como apontamos isto nos levaria contextos e problematizações que este estudo não contempla, mas que certamente merecem nossa atenção em pesquisas futuras

que transportava mercadorias e passageiros entre o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul. Na notícia abaixo, publicada no jornal *O 7 de abril*, é possível evidenciar essas questões:

PORTO ALEGRE – Patac. “Novo Triumpho, 159 tons, M. Elias Francisco de Araujo, equip. 11, carga fazendas e gêneros: passags. André Jezuino de Oliveira Barreto, Antonio Vicente de Siqueira com 1 filho, 1 crioula forra, e 2 escravos.²⁵¹

No jornal *Comercio*, também foi evidenciada nota semelhante, de uma viagem realizada para a Bahia:

BAHIA 0 9d. Pat. Novo Triumphante, 150 tons, M. Elias Francisco de Araujo, equip. 11: carga, sal e vários gêneros a João Soares Gomes, passag. José da Silva Leite, o Portug. José Vitorina dos Santos e, 10 escravos a entregar.²⁵²

Estas informações nos dão um vislumbre significativa da trajetória de Elias Francisco, sobretudo em relação a utilização de seu patacho como um negreiro para transações regionais. Voltando ao seu inventário, vejamos como ficou a situação de Delfina e seu marido Antônio Álvaro, que não foram contemplados com escravizados, mas sim com terras e animais que a família possuía em Mostardas. Além dessas propriedades, o finado também possuía terras em Tubarão, que ficava na Província de Santa Catarina, mas que não foram partilhadas entre os herdeiros. Evidenciamos que a situação dessas terras se prolongou por alguns anos após o encerramento do inventário, conforme aponta uma nota encontrada num jornal catarinense:

Vende-se as terras da margem do Rio Tubarão pertencentes aos herdeiros do finado Elias Francisco de Araujo, tendo bons matos com madeiras de lei e boas terras para plantação. Vende-se por como preço a quem comprar todas e também se vende em pedaços. Quem pretender dirija-se a Firmiano Antonio de Araujo em Porto Alegre, ou a Bernardo Antonio Nunes Barreto na cidade de Laguna.²⁵³

O destino dessas terras teria seu desfecho anos mais tarde na geração da família Baptista da Silva sob a condução de João Baptista da Silva, como veremos no final deste capítulo. O fato de Delfina ter sido a única herdeira que ficou sem receber um escravizado durante a partilha, não se repetiria no inventário de sua mãe Claudina Rosa de Araújo. Aberto em 1872, o referido documento mantém os mesmos valores referente a quantia para cada herdeiros, assim como a maioria das propriedades, bens e móveis estipulados

²⁵¹ “Movimento do Porto”, *O 7 de abril*, 04 fev. 1839, p. 4.

²⁵² “Movimento do Porto”, *Jornal do Comércio*, 23 out. 1841, p. 4.

²⁵³ “Bom emprego de dinheiro”, *A Regeneração: Jornal da Província de Santa Catarina*, 15 set. 1872, p. 3.

no inventário de Elias Francisco, o que difere no inventário em questão diz respeito aos escravizados. Aqui nota-se a presença de quatro escravizados: João de dezoito anos, Maria de quatro anos e Thereza de quarenta anos²⁵⁴. Em relação a configuração do grupo de escravos que herdou de seu marido, percebe-se que apenas João continuou sob a posse da senhora, infelizmente não encontramos nada que nos fornece mais informações sobre a pequena Maria, diferente de Tereza, que havia sido comprada de Leandro José de Souza em 1865²⁵⁵.

Todos os referidos escravizados foram legados a herdeira Delfina Rosa de Araújo, desta forma, é possível que além do fator econômico existente na divisão dos bens, é provável que esta iniciativa tenha sido uma compensação em relação ao inventário de seu pai, onde não herdou nenhum escravizado. Porém é provável que apenas Thereza e Maria tenham permanecido por mais tempo entre o casal Araújo, visto que o escravizado João adquirido na partilha, foi vendido por Antônio Álvaro de Araújo em 1874 à Antônio Fialho de Vargas²⁵⁶. A venda também incluía o escravizado africano Pacífico (apresentado no primeiro capítulo). No inventário de Claudina, ainda consta o seu testamento onde estipula uma série disposições religiosas, sendo incumbida a filha Delfina de “manter” o oratório que possuía em sua casa, em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, com o dever de “ornar” e “festejar” a imagem da referida santa como era de costume²⁵⁷. Esta foi uma das condições impostas para que Delfina ficasse com a casa situada na Rua General Canabarro nº 23.

Embora tenhamos apresentado as relações e contextos dos sujeitos relacionados da família senhorial e a partir dessas questões mapeado e tensionado a presença de escravizados nesses contextos, não foi possível estimar o número de escravizados que nosso casal principal deste estudo, Antônio Álvaro de Araújo e Delfina Rosa de Araújo mantiveram durante sua existência. Com o que observamos até aqui, podemos dimensionar que, ao longo dos anos analisados, o casal deteve um total de 8 escravizados, onde cinco correspondem ao Pacífico, Thomaz, Livia e os filhos João e Sophia, e três

²⁵⁴ APERS – Comarca de Porto Alegre. Inventário, maço 15, n. 428. Inventariada: Claudina Rosa de Araújo. Inventariante: Antônio Álvaro de Araújo. 1872, p. 4

²⁵⁵ O registro de compra informa que Tereza contava com cerca de 30 anos, “crioula”, e era de “serviços domésticos”. Sua venda foi firmada no valor de 900\$000 réis. APERS - Documentos da escravidão: **compra e venda de escravos**. Porto Alegre: CORAG, vol. 1, p. 61.

²⁵⁶ O registro descreve João como “solteiro”, “preto”, de mais ou menos 18 anos, “pedreiro” e “crioulo”. O valor da venda foi firmado em 1:000\$000 de réis. APERS – Documentos da escravidão: **compra e venda de escravos**. Porto Alegre: CORAG, vol. 2, p. 581.

²⁵⁷ APERS – Comarca de Porto Alegre. Inventário, maço 15, n. 428. Inventariada: Claudina Rosa de Araújo. Inventariante: Antônio Álvaro de Araújo. 1872, p. 13.

referentes a herança de Delfina, os já citados Thereza, Maria e João. Boa parte desses nomes não foi possível acompanhar os desdobramentos de suas trajetórias, bem como o tempo que estiveram interligados a família senhorial. A título de curiosidade, reproduzo abaixo uma fotografia que consta no acervo pessoal do sr. Claudio Batista de Souza, que embora não tenha identificação, acredita-se que seja referente há dois escravizados que pertenceram a família Araújo. Demonstrando assim uma das circunstâncias do “passado presente” da escravidão que é evidenciado na memória familiar.

Figura 15. Sem identificação²⁵⁸.



Fonte: Acervo pessoal Claudio Batista de Souza.

Um dado que contribui para complexificarmos o número de escravizados e a situação que se encontravam, diz respeito a uma matéria do jornal *A Federação*, no dia 16 de agosto de 1884, referente a campanha do *Centro Abolicionista de Porto Alegre* realizada no 3º distrito da cidade. A comissão montada pelo referido centro, que buscou “promover a libertação dos escravos existentes no 3º distrito desta cidade”, que detinha cerca de “159 escravos”, dos quais “134 escravos” ficaram libertos. O relatório publicado no jornal nos dá mais detalhes sobre os resultados adquiridos:

Ainda não estão libertos 25. Destes, dois pertencem a Manoel José Soeiro, um a Belmiro José da Silva, um a José Luiz Gomes Tavares, um a João Henrique de Oliveira Knorr, um ao desembargador Severino Alves de Carvalho. Todos estes senhores declararam que só libertarão os seus escravos mediante indenização em dinheiro. Ainda dos 25 escravos restantes, **dois pertencem a Antonio Alvaro de Araujo, que não quis de forma alguma manifestar a sua intenção, declarando que fará o que bem entender**; quatorze pertencem Annibal da Silva Freitas, que ausentou-se da cidade com a sua família; dois a

²⁵⁸ É possível que as duas senhoras possam ter sido as “tias” que criam o major João Baptista da Silva. Esta questão será abordada no próximo subcapítulo.

d. Regina Campos²⁵⁹, que disse que ainda vai resolver a respeito; finalmente, um a Sebastião Paradedá, que negou possuir escravos²⁶⁰ (grifo nosso).

A matéria acima, representa as ações realizadas pelo Centro Abolicionista, que como destacou Maria Angélica Zubaran (2009, p. 8), “criou comissões de libertação para percorrer os bairros e subúrbios da capital, dirigindo-se de casa em casa, para persuadir os donos de escravos urbanos a libertarem seus escravos e conceder-lhes cartas de alforria”. Nesse sentido, a matéria é interessante para pensarmos o percentual específico de escravizados de uma região de Porto Alegre há menos de um mês da abolição promulgada em 7 de setembro de 1884, tornando-se uma fonte importante para os estudos da escravidão em Porto Alegre.

Além desse fato, a informação pertinente aos dois escravizados que ainda se encontravam sob a posse de Antônio Álvaro de Araújo, nos evidencia uma lacuna acerca de quem seriam esses sujeitos? Infiro que provavelmente não se tratavam de membros da família Baptista da Silva, pois nesse período, João já se encontrava casado com Francisca e pai de Felipe, que já contava com mais de um ano de idade. Para mais, a resposta de Antônio Álvaro apresenta-se como uma resistência em relação ao papel da comissão, assim como uma ambiguidade sobre suas intenções para com seus escravizados, embora seja notável que a situação da família Baptista da Silva em torno dos escravizados mapeados até aqui apresentou certas características, sobreviveram à processos de vendas, e também estiveram fora das circunstâncias de partilhas senhoriais.

O questionamento que fica gira em torno da permanência da família Baptista da Silva na “casa senhorial”, e como essa relação foi sendo estreitada. Para isso, buscaremos agora direcionar o olhar sobre as especificidades que cercaram essa família nas décadas finais do século XIX, momento em que ainda estavam ligados ao casal dos Araújo.

3.2.1. Complexificando a família Baptista da Silva

O fio condutor que utilizaremos para problematizar a condição dos Baptista da Silva em torno da família senhorial Araújo, diz respeito a prestação de contas do testamento de Delfina Rosa de Araújo, falecida em 13 de dezembro de 1887.

²⁵⁹ Meses antes, em 06.02.1884, a senhora Regina Gonçalves de Campos alforriou seu cativo Manoel, gratuitamente, "em atenção aos serviços prestados" (APERS – 3º Tabelionato de POA, Livro 6 de Registros Diversos, 08.02.1884, folha 76v).

²⁶⁰ “Hurrah pelo 3º distrito!”, *A Federação*, 16 ago, 1884, p. 1.

O documento foi aberto por seu testamenteiro e marido Antônio Álvaro de Araújo, em fevereiro de 1889²⁶¹. Logo nas primeiras páginas as declarações realizadas pelo prestador denotam questões patrimoniais que sua falecida mulher detinha, destacando que a terras que esta possuía em Tubarão na Província de Santa Catarina, não tinham sido avaliadas no inventário e que seguiriam as disposições descritas pela testadora em seu testamento.

Ademais, a prestação nos informa sobre as circunstâncias pelas quais foi legada a casa da rua General Canabarro nº 23, no centro de Porto Alegre, onde o casal morava, e que havia sido destinada em usufruto para Antônio Álvaro de Araújo. Porém, este solicitava que a parte da verba testamentária em que sua mulher lhe deixava a casa em usufruto fosse anulada pois “a testadora era apenas usufrutuária dela por disposição testamentária de sua mãe, a falecida Claudina Rosa de Araújo”²⁶² e divergia com o teor exemplificado na disposição definida por sua mãe. Desta forma, para averiguar a solicitação de Antônio Álvaro de Araújo, foi inserido no processo excertos do testamento de Delfina e sua mãe Claudina, para que fosse tomada uma decisão sobre a situação da casa. Foi na leitura dos excertos referentes ao testamento de Delfina, que evidenciamos a posição da família Baptista da Silva em meio a este contexto. No início de seu testamento, Delfina iniciou suas disposições da seguinte maneira:

Deixo ao meu muito caro e prezado marido Antonio Alvaro de Araujo, todos os bens que possuir na data de meu falecimento, sendo em usufruto a casa de minha propriedade e em que moramos á rua General Canabarro número vinte e três e nas mesmas condições deixada pela minha falecida mãe, passando por falecimento de meu dito marido as Irmãs da Congregação do Sagrado Coração de Maria residentes nesta cidade e com condição de edificarem no terreno da dita casa, uma capela em cujo altar seja nomeada Nossa Senhora da Conceição, pedindo as mesmas religiosas a **conservação da moradia de meus fâmulos que são meu compadre João Baptista da Silva e sua família legítima – Sophia, Sabino e Theresa**. E caso as referidas irmãs do sagrado coração de Maria não possam dentro do prazo de cinco anos cumprir aquela minha disposição, passará esse encargo ao mencionado meu comprado digo compadre João Baptista da Silva²⁶³ (grifo nosso).

Antes de explicitarmos o ponto referente a família Baptista da Silva, é importante destacarmos outras análises que esta fonte nos suscita, como as disposições testamentárias

²⁶¹ APERS - Comarca de Porto Alegre. Prestação de Contas do testamento de Delfina Rosa de Araújo, maço, 88, n. 3275. Prestador: Antônio Álvaro de Araújo, 1889.

²⁶² APERS - Comarca de Porto Alegre. Prestação de Contas do testamento de Delfina Rosa de Araújo, maço 88, n. 3275. Prestador: Antônio Álvaro de Araújo, 1889, p. 5.

²⁶³ APERS - Comarca de Porto Alegre. Prestação de Contas do testamento de Delfina Rosa de Araújo, maço 88, nº 3275. Prestador: Antônio Álvaro de Araújo, 1889, p. 7-8.

em torno das determinações religiosas. Percebemos que o excerto acima faz alusão as disposições da testadora sobre a casa e propriedade da qual era usufrutuária em que legou para seu marido na mesma condição de usufruto até seu falecimento, onde então deveria ser repassada a Irmãs do Sagrado Coração de Maria, cumprindo assim as deliberações do testamento de sua mãe. Essas questões podem ser teorizadas sobre o prisma da importância do ato de testar e suas implicações para os demais agentes envolvidos nesse processo. Esta perspectiva foi utilizada pela a historiadora Caroline dos Santos Guedes (2016), em sua tese de doutorado intitulada *Santos negros nas Américas: devoção, solidariedade e direitos em confrarias* em que compara irmandades negras do Rio de Janeiro e Buenos Aires no século XVIII. No capítulo, *O ato de testar*, a autora tece considerações interessantes sobre os usos políticos e sociais que o testamento conferia ao seu testador. De acordo com a autora:

Testar como doar não são algo “natural” a qualquer indivíduo, é um ato político construído a partir do contexto social e que não pode ser entendido como execução de uma norma, há no testar uma série de adaptações de norma ao contexto, os interesses dos testadores são diversos, como seus bens, as pessoas beneficiadas com estas heranças e a realidade social na qual estes estavam inseridos (GUEDES, 2016, p. 110).

Dentro dessas perspectivas do contexto social e dos interesses dos testadores, Guedes (2016, p. 111), pontua na sequência que os testamentos do século XVIII formavam uma “parte considerável dos preparativos para a boa morte”, externando nas últimas vontades do testador atos de caridade, e de devoção a religiosidade católica. Para o contexto do século XIX, alguns autores apresentam interpretações distintas em relação as funções e usos que o testamento poderia desempenhar para a realidade social dos indivíduos. A historiadora Maria Lucília Viveiros de Araújo (2005, p. 5), compartilha desse pensamento na pesquisa que realizou em testamentos da sociedade paulistana na primeira metade do Oitocentos. A autora afirma que “no século XIX, os testamentos foram perdendo sua finalidade espiritual, as versões mais recentes desses documentos abordam exclusivamente os bens materiais”. Importante salientar que a afirmação categórica de que o uso dos inventários e testamentos foram perdendo seu carácter religioso no século XIX e ficando estritamente ligado à disposição de bens, deve ser problematizada. No caso de Delfina, percebemos o carácter devocional como um ponto estruturante na verba testamentária que evidenciava a vontade de sua mãe em externar a devoção que possuía à Nossa Senhora da Conceição. Embora a origem dessa verba testamentária tenha em sua origem um conteúdo diferente.

As circunstâncias legais que envolviam a disposição religiosa eram diferentes do que foi apresentada por Delfina, pois, ao analisarmos a verba testamentária de sua mãe, percebemos o real teor da solicitação da testadora sobre o destino da casa em que morava e o papel da Congregação do Sagrado Coração de Maria nesse contexto. No testamento, Claudina Rosa de Araújo, inicia destacando que era muito devota de Nossa Senhora da Conceição e explicita essa devoção logo na primeira disposição em que deseja deixar a casa onde morava e o terreno contíguo situado na rua Riachuelo, para a Nossa Senhora da Conceição que matinha em seu oratório. E ficaria a cargo de sua filha Delfina Rosa de Araújo, “ornar e festejar aquela santa como de costume”. Destaca também que seria permitido à filha determinar o destino do oratório e da imagem caso achasse necessário, porém, nunca poderia “vender, trocar ou por qualquer modo alienar o aludido terreno e casa que deixo à minha Santa Imagem de Nossa Senhora da Conceição”. E por fim complementa sua disposição com o adendo de que se sua filha Delfina morresse antes dela, incumbiria a guarda da imagem de Nossa Senhora da Conceição da mesma forma e com todas as condições apresentadas para as Irmãs do Sagrado Coração de Maria e que deveriam manter a casa e terreno pois desejava que ali fosse “edificada uma capela para adoração daquela santa”²⁶⁴.

Desta forma evidencia-se que a casa só seria destinada a referida congregação caso Delfina falecesse antes de sua mãe, como este fato não ocorreu, tudo indica que Delfina tenha interpretado de forma equivocada a verba testamentária de sua mãe e assim, Antônio Álvaro de Araújo buscou “corrigir” o erro de sua mulher na Prestação de Contas de seu testamento. O que também pode evidenciar a preocupação com a situação em que ficaria a família Baptista da Silva em relação a sua moradia na casa da rua Canabarro, preocupação esta que havíamos notado na disposição de Delfina, que embora não sendo totalmente fiel a verba testamentária de sua mãe, alertou para que assegurassem o “local de moradia de seus fâmulos”, mesmo que a capela acabasse sendo construída²⁶⁵.

²⁶⁴ APERS - Comarca de Porto Alegre. Prestação de Contas do testamento de Delfina Rosa de Araújo, maço 88, nº 3275. Prestador: Antônio Álvaro de Araújo, 1889, p. 17-18.

²⁶⁵ Sabemos que a dita capela não foi edificada no terreno da Rua General Canabarro nº23, onde a família Baptista da Silva acabou residindo durante o século XX, mas sim no terreno que Claudina possuía na Rua Riachuelo, onde está até hoje, com o nome de Santuário de São Rafael e Memorial Bárbara Maix. No site do Santuário de São Rafael, há uma história sobre a fundação da capela, onde mencionam as doações feitas em verbas testamentarias por Claudina Rosa de Araújo, em 1872. O texto reproduzido no site destaca que a Capela foi fundada em 1877 e legitimada em 1886, o texto ainda informa que Claudina e a Mãe Bárbara Maix eram muito amigas, ao ponto de trocarem cartas e imagens religiosas. Disponível em: <https://www.icm-sec.org.br/capela-sao-rafael/>. Acesso em: 27 jun. 2019.

Neste sentido, busquemos agora explorar a família Baptista da Silva referida naquele contexto do testamento de Delfina, por meio de três termos contidos no excerto apresentando anteriormente, e que contribuem para complexificarmos a família e sua relação com o casal Araújo. Iniciemos então com a denominação de “compadre” utilizada por Delfina para referir-se a João Baptista da Silva.

Letícia Batistela Guterres (2005), em sua dissertação de mestrado intitulada, *Para além das fontes: Impossibilidades de laços familiares entre livres, libertos e escravos: Santa Maria (1844-1882)*, analisa as relações familiares possíveis entre a população negra, enfatizando sujeitos de diferentes condições jurídicas em Santa Maria do século XIX. Guterres (2005, p. 8), busca demonstrar outras possibilidades além do matrimônio e laços consanguíneos que poderiam formalizar laços familiares e afetivos, como por exemplo os apadrinhamentos possibilitando assim, “compreender os projetos e encaminhamentos da família afro-brasileira na passagem da mão-de obra cativa à livre”. Conjecturo a partir da assertiva da autora, que o fato de João ter estabelecido uma relação de compadrio com o Delfina e Antônio Álvaro coadunasse com o intuito estratégico de pensar projetos familiares, no caso a situação que seus filhos poderiam gozar em virtude de terem sido apadrinhados pelos ex-senhores da família²⁶⁶.

Além dessa possibilidade em relação à geração futura da família, a própria condição de João enquanto compadre do casal Araújo, já indicava uma mobilidade em sua condição inicial de escravizado, para depois chegar ao ponto de incluir-se na parentela por meio do laço espiritual firmado no batismo. Esse fato pode ser entendido como uma estratégia de estabelecer “alianças para cima”, que na definição de Guterres (2005, p. 131), “estaria relacionada ao sentido de (re) inserção com segmentos sociais que, de algum modo, estariam em patamares mais elevados”. A autora também enfatiza que o compromisso firmado na hora do batismo acabava sendo posto em exercício para além daquele momento na Igreja, pois se confirmava em momentos cotidianos da interação dos sujeitos, fosse de cunho social, econômico ou político. Conjecturando que essas relações já existiam e que o batismo apenas solidificaria e reforçaria esses laços.

²⁶⁶ Delfina Rosa de Araújo e Antônio Álvaro de Araújo foram padrinhos dos seguintes filhos do casal João Baptista da Silva e Francisca Baptista da Silva: de Rafael, nascido em 1881, Felipe, nascido em 1883, e Cipriano, nascido em 1889. Em relação ao filho mais novo, Baptista Junior, que nasceu em 1891, foi seu padrinho apenas Antônio Álvaro de Araújo, pois Delfina já havia falecido. As demais filhas, Maria Magdalena, nascida em 1894, e Maria Delfina, que nasceu no ano de 1897, não foram apadrinhadas por Antônio Álvaro pois este já havia falecido.

Especificamente sobre a constituição de laços verticais com membros da família senhorial, a historiadora Melina Perussatto (2010), apresenta contribuições significantes em sua dissertação de mestrado intitulada, *Como se de ventre livre nascesse...*, onde analisa as experiências negras em Rio Pardo durante as décadas finais da escravidão, direcionando sua investigação para as relações de parentesco, emancipação e liberdade existentes entre trabalhadores escravizados. Ao enfatizar as “armadilhas” que poderiam conter na formação de “alianças para cima”, entre escravizados e senhores, a autora nos apresenta o caso da escravizada Silvéria que ao ser alforriada, ansiou pela companhia de sua filha Etelvina que havia alcançado a liberdade, mas que permaneceu no convívio de seu padrinho Antônio da Rocha Quebrada, membro da família senhorial a qual mãe e filha estiveram ligadas. Perussatto (2010, p. 247), salienta que o padrinho de Etelvina poderia ter contribuído para que a menina alcançasse a liberdade, e que “ esta poderia ter sido desde o início uma das estratégias da escrava ao firmar esse parentesco ritual, por outro serviu para prender sua filha à amarras das relações de sujeição pretendidas por seu compadre”. Compreendo que esta assertiva contribui para evidenciarmos os ensejos e projetos depositados por dominantes e dominados em torno do batismo.

Percebemos ação semelhante relativo à Delfina Rosa de Araújo. O documento mais antigo que temos, relativo a Claudina, é de 1826. No natal daquele ano, a senhora Maria Antônia Soares (viúva de João Luiz) redigiu uma carta de alforria, na Capela de Viamão, libertando a mulatinha Deolinda, filha da crioula Bernarda, mediante o pagamento de 25 mil e 600 réis. Os recursos foram entregues pela madrinha de batismo da mulatinha Deolinda, Claudina Rosa de Araújo, mulher de Elias Francisco de Araújo, sendo que o batismo ocorreu na Igreja Matriz de Porto Alegre²⁶⁷. Com isso, é provável que assim como Antônio Quebrada, Claudina tenha contribuído para a libertação de sua afilhada, objetivando algum interesse com essa finalidade, ou então, estaria simplesmente desempenhado o papel de protetora para a menina Deolinda.

Ademais, essa perspectiva sobre os alcances que o compromisso firmado no batismo desempenhava na interação dos sujeitos, foi apresentada brevemente por Richard Graham (1997), no livro *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Em determinado ponto de sua análise, Graham (1997, p. 37), retrata as relações evidenciadas entre família e compadrio no âmbito político e social, e enfatiza que “ser padrinho, afilhado, compadre ou comadre no Brasil, como em outras culturas ibéricas, envolvia obrigações religiosas e

²⁶⁷ APERS 1º Tabelionato de Porto Alegre, Livro 8 de Registros Diversos, 17.07.1826, folha 131.

materiais importantes, portanto de influência e até mesmo de autoridade”. No escopo dessa afirmação, evidencia-se o aspecto da religiosidade e as “obrigações” que podiam ser requisitadas aos indivíduos entremeados pelos laços de compadrio. No caso de João, esta questão é evidenciada quando Delfina estipula em seu testamento, que caso as Irmãs do Sagrado Coração de Maria não pudessem cumprir sua disposição de edificar uma capela à Nossa Senhora da Conceição dentro de um prazo de cinco anos, passaria essa responsabilidade a seu compadre João Baptista da Silva. Demonstrando que esse laço de compadrio acionado por Delfina, foi posto em jogo por meio da confiança de que sua vontade seria cumprida.

Além da informação sobre a relação de compadrio estabelecida entre a família Araújo e a família Baptista da Silva, também há menção a dois termos que trazem questionamentos sobre a configuração e condição da família naquele contexto, trata-se da expressão “família legítima” e “fâmulos”. No que tange aos membros dessa família, além de João Baptista da Silva, Delfina nos informa que também era composta por “Sophia, Sabino e Teresa”²⁶⁸. Até o momento, dois dos nomes citados não foram evidenciados como pertencentes a família Baptista da Silva, nos levando a pensar que a família aqui descrita, poderia desempenhar laços familiares para além da consanguinidade. Esta questão foi descartada no que diz respeito a figura de Sabino.

No dia 19 de julho de 1872, na da Paróquia de Nossa Senhora das Dores, foi assentado o registro de batismo de Sabino. Abaixo do nome do batizando, estava inscrito: “livre pelo decreto de 28 de setembro de 1871”, já nos indicando tratar-se de um ingênuo filho do ventre livre. O registro nos informa que nascera a 11 de julho do mesmo mês e ano, e que era “filho natural de Sophia, crioula, escrava de Antônio Álvaro de Araújo”²⁶⁹. Consta que teve como protetora Nossa Senhora e padrinho, Isidoro Francisco Xavier.

Percebemos que Sabino era na realidade filho de Sophia, e conseqüentemente sobrinho de João e o primeiro neto de Lívia. Além de ter sido o primeiro membro a iniciar a terceira geração da família Baptista da Silva, Sabino também foi o primeiro a nascer sob a condição de liberto conforme determinado pela Lei do Ventre Livre. O que também evidencia uma experiência social com constante diálogo entre a escravidão e a liberdade, visto que sua mãe permanecia na condição de *escrava* e que Sabino manteve-se no

²⁶⁸ APERS - Comarca de Porto Alegre. Prestação de Contas do testamento de Delfina Rosa de Araújo, maço 88, nº 3275. Prestador: Antônio Álvaro de Araújo, 1889, p. 7-8.

²⁶⁹ AHCMPA - Livro de batismos da Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Porto Alegre (1869-1875) nº 3, folha 82.

convívio desta e do restante da família. Sobre a situação de sua liberdade, deve se atentar para as condições inclusas na lei de 28 de setembro de 1871.

A referida lei garantia aos senhores o direito de adquirirem a tutela das crianças ingênuas até que essas completassem oito anos de idade. Após isso, poderiam utilizar-se dos serviços dos ingênuos até que completassem vinte e um anos de idade, ou então serem indenizados pelo Estado mediante o encaminhamento das crianças para instituições do Estado (TELLES, 2019, p. 4). Destaca-se que raramente a última opção foi praticada visto que com o declínio da mão de obra escravizada após o fim do tráfico atlântico, era preferível manter toda a força de trabalho possível. Além do mais, a condição de liberdade após os vinte e um anos se mostrava de certa forma indiferente, pois qualquer criança nascida após 1871 só atingiria a referida idade após o ano de 1888, onde todos os escravizados já gozariam de plena liberdade. Melina Perussatto (2010, p. 244), destaca que esse aspecto também contribuiu para “alguns ingênuos permanecerem ligados aos senhores pelos laços de tutela após a lei de 1888”. Não foi encontrado nenhum processo de tutela referente a Sabino, dessa forma, não sabemos que circunstâncias estiveram permeando sua condição enquanto ingênuo.

Franciele da Silva Oliveira (2017) em sua dissertação de mestrado intitulada *Dos laços de José e Innocência: trajetória de uma família negra entre a escravidão e a liberdade*, busca acompanhar a experiência de uma família negra no pós-abolição Santamariense. Ela inicia pontuando as trajetórias individuais do casal José e Innocência no âmbito da escravidão, e parte para a análise da geração dos filhos e suas práticas de sociabilidade no pós-abolição. Em determinado ponto, busca ressaltar o papel da Lei do Ventre Livre na experiência de Innocência, nascida no ano de 1873. A autora enfatiza as incertezas e possibilidades que poderiam cercar a menina e sua mãe Zeferina, caracterizando assim a precariedade da liberdade vivenciada por famílias negras nesse contexto. Oliveira ainda chama atenção para os desafios e encarados por pesquisadores que se debruçam sobre estas análises a partir de poucas fontes. De acordo com a autora:

Faltam-nos cartas de liberdade, registro de óbitos, inventários, processos criminais e de tutelas, notícias de jornais, entre outros tantos documentos, que pudessem nos ajudar a fazer afirmações mais contundentes sobre as realidades vivenciadas por Innocência até a sua maioridade, se é que de fato as proposições levantadas tenham acontecido e tais documentos existiram ou possam ser encontrados (OLIVEIRA, 2017, p. 182).

Evidenciamos lacuna semelhante no caso de Sabino, além da ausência do processo de tutela, é provável que outros documentos que corroborem analisar sua trajetória nessa

etapa inicial de sua vida, não tenham existido ou se perderam, como bem frisou a autora. Embora a falta de documentação seja notável, podemos depreender que Antônio Álvaro de Araújo, não tenha optado pela entrega do menino ao Estado em troca da indenização, como apontava a lei. Pois, conforme demonstramos no testamento de Delfina, Sabino esteve presente no seio da família Baptista da Silva assim como esteve próximo da família senhorial até pelo menos 1887, quando contava com 15 anos de idade. Abrindo assim um campo de possibilidades para mensurarmos que cuidados e tratamentos Sabino poderia ter recebido durante esse período²⁷⁰. Podemos inferir sobre possíveis aspectos de sua experiência social a partir de outra informação explícita em seu registro de batismo, o nome de seu padrinho, Isidoro Francisco Xavier.

Em relação a Isidoro Francisco Xavier, foi possível evidenciar algumas questões acerca de sua trajetória, no recente artigo do historiador Paulo Moreira (2019), referente ao associativismo negro praticado na Sociedade Beneficente Cultura Floresta Aurora durante a escravidão. O autor busca analisar pequenas trajetórias de membros dessa instituição por meio de uma queixa prestada no ano de 1880, por “músicos negros da Floresta Aurora”, em razão de um dos indivíduos ter sido agredido pelo dono de numa taberna em que pararam para beber. No processo instaurado, o autor busca perceber as noções de racialização e reivindicações políticas acionadas e operadas por esses sujeitos em seus depoimentos. Um dos indivíduos que Moreira busca perscrutar a trajetória ao longo do artigo, é a do o sacristão da Igreja das Dores, Isidoro Francisco Xavier, segundo indivíduo a depor no processo. De acordo com Moreira (2019, p. 7), o sacristão contava com “32 anos de idade, solteiro, morador na rua do Riachuelo, no centro de Porto Alegre, cidade onde nasceu, alfabetizado”. O autor afirma que partiu de Isidoro, a iniciativa de acionar a justiça e seus trâmites em torno do ocorrido na taberna, onde um de seus companheiros ficara seriamente ferido, e que no decorrer de seu depoimento percebe-se o traquejo e preparo que detinha ao tratar com as autoridades jurídicas, assim como a leitura perspicaz referente as motivações raciais envoltas nas ofensas e agressão

²⁷⁰ Franciele Oliveira (2017), utiliza-se da imaginação histórica ao perscrutar possibilidades de existência que poderiam ter sido concebidas por Zeferina e Innocência em meio a situação que se encontravam. Além do campo das hipóteses, a autora apresenta também a trajetória de Laura Joaquina, ingênua nascida em 1873 e que experienciou uma realidade diferente de Innocência. Desta forma, Oliveira chama atenção para o caso de Laura, que se casou em 1892, com 21 anos de idade e sendo menor de idade, necessitou da permissão de seu tutor que a tinha em sua companhia “desde seu nascimento”, para proceder com a cerimônia. Neste sentido, Oliveira (2017, p. 190) aponta que Laura continuava “trabalhando para a família senhorial de sua mãe, mesmo após a abolição da escravatura, tutelada pelos mesmo que detinham o direito de aprovar ou não a escolha de seu relacionamento conjugal, felizmente aqui, aprovado”, o que denota a precariedade desta liberdade que, mesmo após abolição ainda estava submetido a decisão alheia.

proferidas pelo taberneiro. Esse conhecimento prévio de Isidoro, pode ser compreendido a partir de sua atuação enquanto sacristão, como bem apontou Moreira:

A atuação de Isidoro como sacristão certamente teve influência em sua forma criativa de agir e pensar, na sua maneira mais autônoma e desembaraçada de se relacionar com as autoridades e de formatar reivindicações. A atuação no campo religioso deve ter lhe ampliado as redes e os contatos sociais e as suas responsabilidades como sacristão o habilitaram a resolver pendengas variadas e mesmo lhe dotaram de um vocabulário mais consistente, permitindo-lhe enunciar demandas individuais e, principalmente, coletivas (MOREIRA, 2019, p. 8).

Neste sentido, percebemos que Isidoro desfrutava de um arcabouço sociocultural oriundo de sua posição social enquanto sacristão da Igreja das Dores e membro da sociedade Floresta Aurora, demonstrando as distintas experiências e estratégias de sociabilidades que dispunham indivíduos negros daquele período. Além destas ações, Moreira chama atenção para outra prática que fez parte da trajetória de Isidoro, o apadrinhamento de ingênuos. O autor encontrou cerca de seis ingênuos batizados por Isidoro entre os anos de 1872 e 1879 na Paróquia de Nossa Senhora das Dores, destacamos que dessa relação de ingênuos, Sabino foi o primeiro a ser levado a pia batismal na companhia de Isidoro Francisco Xavier. Aqui vale o questionamento, em torno do porquê o sacristão Isidoro, batizaria um número considerável de crianças libertas, e o que representaria ser padrinho de um ingênuo nas relações de sociabilidade? Sabemos que para Sophia e Sabino tê-lo como compadre e padrinho respectivamente, representaria uma solidariedade vertical em torno das relações de sociabilidade e aspirações que esse vínculo poderia resultar para a realidade de ambos. Pois o trânsito social e a posição que Isidoro ocupava, juntamente como sua postura crítica e assertiva em torno das demandas sociais de sua época, certamente poderiam influir de forma positiva sobre a experiência social de seu afilhado. Desta forma, evidenciamos mais uma estratégia em torno do compadrio utilizada por membros da família Baptista da Silva, evidenciando uma prática eficaz. E sem distanciar-se de suas origens étnicas, pois ao mesmo tempo que Isidoro representava um laço de solidariedade vertical, ao apresentar-se como um sujeito socialmente bem relacionado, também evidenciava uma relação horizontal através da identidade étnico-racial compartilhada com a família.

Ainda pensando os componentes da “família legítima”, temos a figura de Teresa, que até o momento não encontramos nenhuma fonte que mostre sua relação de parentesco com a família Baptista da Silva. Especulamos que Teresa possa ser a mesma que apresentamos na seção anterior, e que foi legada à Delfina Rosa de Araújo na partilha de

bens de sua mãe Claudina em 1872. Lembramos que a referida Teresa, havia sido comprada por Claudina em 1865, período em que tinha cerca de 30 anos de idade, evidenciando que na data referente a escrita do testamento (1887), estaria em torno dos 52 anos de idade. Nos levando a crer que sua presença em meio as relações familiares dos Baptista da Silva, pode estar ligada a questões para além da consanguinidade, permitindo assim, que possamos tensionar essa noção de família juntamente com a definição de “fâmulos” utilizada por Delfina.

A historiografia vem apontado em estudos ligados a família uma análise comum em torno da amplitude que o conceito abrangia em torno da composição e relações. Para o período colonial, a história Sheila de Castro Faria (1998) enfatiza essa perspectiva no livro *A Colônia em movimento: família e fortuna no cotidiano colonial*, ao apresentar a noção de família compreendia no referido período. De acordo com Faria (1998, p. 21), “o termo família aparece ligado a elementos que extrapolam os limites da consanguinidade – entremeia-se à parentela e coabitação, incluindo relações rituais”. A autora aponta que o indivíduo é sempre pensado de forma coletiva na sociedade, no que diz respeito ao século XIX, alguns historiadores versam na mesma esteira de Faria. Richard Graham (1997), destaca em suas análises o caráter da coabitação, onde percebe o ponto central da unidade doméstica que caracterizava um grupo familiar. Neste sentido, o autor destaca que:

Eles usavam com frequência a palavra “família” para incluir várias pessoas não relacionadas por sangue nem por casamento ou compadrio. No caso de uma fazenda, o termo podia indicar escravos, empregados, arrendatários, compadres, afilhados, parentes afastados e próximos. Em suma, todos os que viviam na ou da propriedade (GRAHAM, 1997, p.37).

Na perspectiva de Graham (1997), a relação de moradia caracterizava os laços de familiaridade entre os sujeitos, se pensarmos no caso da família Baptista da Silva essa assertiva se encaixa perfeitamente, visto que coabitavam o mesmo espaço da família senhorial. Sobre este prisma, cabe ainda uma digressão sobre o termo “fâmulos” presente na definição da família. Há algumas variações em torno dos significados correspondentes da palavra, numa breve pesquisa na internet percebe-se os seguintes: “familiares”, “serviçais”, “criados”, e até mesmo “funcionário subalterno de comunidade religiosa”. Ao analisarmos a origem etimológica da palavra, observa-se que é oriunda do latim *famulus*, que na Roma antiga significava um conjunto de servos e escravos domésticos

dependentes de um chefe, que viviam sobre o mesmo teto, definição que correspondia à noção de família.

Essa definição também foi apontada pela historiadora Maria Muaze (2006) em sua tese de doutorado intitulada *O império do retrato: família, riqueza e representação social no Brasil Oitocentista (1840-1889)*, onde a autora busca apresentar as características econômicas e sociais de uma família senhorial oitocentista, começando pela conceituação desse grupo. Com isso, Muaze (2006, p. 13) ressalta que “a família derivada da noção de *famulus*, incorporava, além do núcleo pai, mãe e filhos, os escravos ‘de fora’ e os domésticos, sem contar com os agregados”. Desta forma, pensar a família Baptista da Silva nestas concepções acerca do termo fâmulos e *famulus*, diz respeito a compreender a presença de relações familiares próprias e também relacionadas com a família senhorial. Do mesmo modo, a questão da coabitação pode ser compreendida como um fator importante para estabelecer laços, principalmente se pensarmos a presença de Teresa nesse grupo familiar. Atento também que uma das razões para terem sido referidos como fâmulos, pode-se dar ao fato de que no período em questão, a abolição já havia ocorrido e assim, poderiam estar incluídos na definição de criados ou serviçais. Mas claro que devemos salientar que a palavra *fâmulos* aparece no texto do testamento de uma Araújo, assim, a forma como os Batista da Silva percebiam e sentiam aquela relação – em termos familiares, afetivos e políticos - poderia ser completamente diferente.

Podemos inflexionar a proximidade existente com a família senhorial, e a complexidade dessas relações familiares, através da memória familiar dos Baptista da Silva. Em uma das entrevista-conversa com o sr. Claudio Batista de Souza e sua esposa D. Maria Helena, foi possível apurar questões pertinentes sobre a criação de João Baptista da Silva. Conforme reproduzo abaixo:

D. Maria Helena: - A mãe dele (sr. Claudio) dizia que ele (João) contava que tinha sido criado pelas tias dentro da casa. Mas falava na mãe.

Sr. Claudio: - Ele nasceu dentro da casa. Eu conheci a casa.

Vitor: Eu lembro que o senhor tinha comentado que conheceu a casa. Mas essa questão dele (João) ter sido criado pelas tias a sua mãe falava?

Sr. Claudio: - Isso, e a minha mãe também foi criada por ele (João) dentro da casa. A tia Maria Delphina também, a Magdalena também, todos eles.

Vitor: - E quem seriam essas tias?

Sr. Claudio: - Elas só alavam que tinham sido umas tias, mas não sabiam os nomes também.

Vitor: - Entendi.

Sr. Claudio: - E no terreno da casa tinha uma paraguaia, Sia Maria o nome, e ela morava numa maloca dentro do terreno ela fez, não foi pra dentro da casa.²⁷¹

²⁷¹ Entrevista realizada em 27 ag. 2019, Porto Alegre. Entrevistador: Vitor Costa.

Evidencia-se logo no início do diálogo, de maneira explícita a presença da oralidade familiar na fala de Dona Maria Helena, algo que será abordado com mais ênfase no último capítulo. Destacamos que a casa da qual os depoentes se referem, trata-se da casa da Rua Canabarro nº 23 e que aparentemente foi o lar de João desde o seu nascimento, demonstrando a proximidade existente na relação senhorial. Acerca da relação de afetividade e familiaridade observada na figura das “tias”, que criaram João, podemos inferir que Teresa poderia ter sido uma delas, explicando assim a relação apontada por Delfina em seu testamento.

Também não podemos excluir a possibilidade de que uma dessas figuras maternas pode ter sido preenchida pela enigmática tia Felicidade (apresentada no primeiro capítulo) apesar de não estar descrita na família legítima, sabemos que esteve próxima a família Baptista da Silva nos anos posteriores a abolição, sendo descrita em alguns momentos como tia de João Baptista da Silva²⁷². Além dos mais, o fato de ter sido criado por terceiras, reforça nossa hipótese de que Livia foi impossibilitada de exercer sua maternidade por motivos alheios a sua vontade. Outro aspecto que nos chama atenção é a menção a *paraguaia Sia Maria* que tudo indica se tratar de uma agregada à família senhorial, denotando assim um dos grupos apontados por Mariana Muaze (2006) em sua análise sobre a extensão das relações familiares.

Com base no que evidenciamos até o momento sobre a família Baptista da Silva, compreendo arriscado defini-la exclusivamente como família escrava, devido à complexidade existente na historiografia que se debruça em apontar a família escravizada. Evidentemente que os indícios apresentados em torno da família negra aqui analisada, nos permitem pensa-la inserida em algumas noções pertinentes à família escrava.

Compreendo que as características e ações desse grupo familiar vão além da vertente proposta por Manolo Florentino e José Roberto Góes (1997), que enfatizaram a manutenção das relações familiares cativas como uma estratégia senhorial para garantir a “paz nas senzalas” frente ao sistema escravista enfraquecido com o fim do tráfico

²⁷² Evidenciamos que tia Felicidade teria idade para representar o papel de “tia” ao encontrarmos o seu assento de batismo na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, descobrimos que havia nascido em 23 de novembro de 1843 e foi batizada no dia primeiro de março de 1846. No registro consta que era “filha natural de Serafim dos Anjos e de Josepha Pinheiro de Queirós”; neta paterna de Manoel Martins de Mello e de Maria da Penha Tavares; neta materna de Manoel José dos Santos e de Custódia Maria dos Passos. Foi apadrinhada por Romão Francisco de Mello e Genoveva da Conceição. AHCMPA – Livro de batismos de livres da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre (1844-1850) nº 1, folha 59. Além desses dados informativos sobre as origens de tia Felicidade, também se torna mais complicado inseri-la nas relações da família Baptista da Silva a partir de um contexto escravista, demonstrando assim, tratar-se de um laço específico que proporcionaram sua íntima ligação com a família.

negreiro. Mas sim, a análise proposta por Robert Slenes (1999) no clássico *Na senzala uma flor...*, onde problematiza a família escravizada como agente histórico que produz cultura, afetividades e esperanças próprias, ainda que no diálogo com a família senhorial. O autor pontua essas concepções dentro da noção de “família extensa” e “família-linhagem”, onde as relações ancestrais e simbólicas ganhavam sentido nas relações. Para Slenes (1999, p. 156) essas significações escapavam do olhar de “observadores brancos” que, ao apontarem as relações familiares cativas em seus escritos, “raramente nos informam sobre a trama de relações existentes entre parentes (reais e rituais), vivos, que não se encontravam na mesma família conjugal, muito menos sobre a teia que ligava os vivos aos mortos. Enfim, a família extensa e a família-linhagem”. Ademais, as constatações de Slenes, podem ser percebidas no “olhar branco” da senhora, sobre a família legítima de João Baptista da Silva, que não menciona a presença de Lívia, indicando que a mesma já poderia ter falecido. Assim como ateu-se a descrever a família da qual compreendo que João teve berço, pois naquele ponto, também já se encontrava casado com Francisca e pai de Felipe.

Além da complexidade em torno da família Baptista da Silva durante esse contexto próximo a abolição em 13 de maio de 1888, podemos destacar o envolvimento com a religiosidade católica já nesse período, mesmo que por meio da obrigação postada em verba testamentária. Podendo ser interpretado como um indício da aproximação com a religiosidade que se tornaria uma das tônicas da identidade familiar no século XX. Outra questão apontada, foram as redes de compadrio, mas especificamente a maneira e contextos em que foram acionadas, bem como a possibilidades de existências e dinâmicas que esses laços proporcionavam, algo que veremos no próximo subcapítulo.

3.2.2. *Relações senhoriais ressignificadas*

Na seção anterior buscamos explorar os contornos que envolveram a família senhorial Araújo e os Baptista da Silva, com o intuito de imprimir uma condição *sui generis* que experienciaram em relação aos demais escravizados pertencente aquela família, assim como os laços e relações de proximidade que mantiveram após a abolição. Embora não tenhamos conseguido materializar essa condição específica através das fontes, compreendo que ela tenha operado de maneira semelhante ao apontado pelo historiador Rodrigo Weimer (2013) em sua tese de doutorado *A gente de Felisberta...*, o

autor enfatiza que no início da formação desse grupo familiar, havia uma particularidade na condição vivenciada por seus ancestrais. De acordo com Weimer (2013, p. 11), a situação específica experienciada por Manoel Inácio e Felisberta dentro da escravaria, “possibilitou-lhes o acesso a um capital político, simbólico e mesmo econômico que souberam manejar para construir sua vida em liberdade”. O autor corrobora essa afirmação a partir dos depoimentos de descendentes que os identificavam como *escravos-livres*. Guardada as devidas proporções, a “condição” externada pelos entrevistados de Weimer em relação a seus antepassados, foi observada na fala do sr. Claudio, que desde o início de nossas conversas sempre apresentou o bisavô, João Baptista da Silva, como um indivíduo que não havia experienciado o cativo. Além desse aspecto, os projetos e estratégias de sociabilidade articulados por Manoel Inácio e Felisberta, foram evidenciados na trajetória dos Baptista da Silva sobretudo a partir da morte de Antônio Álvaro de Araújo.

Desta forma, tomaremos com fio condutor dessas análises o inventário de Antônio Álvaro de Araújo, último inventário relacionado a família senhorial e que nos permite explorar os laços e relações ressignificadas entre essa família e os membros da família Baptista da Silva. A partir dessa fonte, torna-se possível inferir sobre as bases materiais e sociais manejadas pela família Baptista da Silva que proporcionaram sua projeção social durante o século XX. Dentro dessas possibilidades, também se ressalta a atuação militar de João Baptista da Silva, e o prestígio social que gozou dessa condição.

O inventário de Antônio Álvaro de Araújo foi aberto em 22 de fevereiro de 1896 por seu inventariante João Baptista da Silva. Em relação aos bens que dispunha o finado, foram avaliadas três casas situadas na então rua da Igreja e os móveis e objetos pertencentes a casa em que morava. Os referidos bens foram avaliados numa quantia total de 6:596\$500 réis, que posteriormente foi abatido nas dívidas, custos com o processo de inventário, missas e outras disposições que envolveram o pagamento de determinados valores. Inicialmente as primeiras informações que percebemos ao ler o inventário, dizem respeito ao inventariante João Baptista da Silva, descrito na abertura do documento como “tenente João Baptista da Silva, testamenteiro e herdeiro instituído do finado”²⁷³. Essas três denominações nos informam indiretamente sobre o prestígio social e pessoal que João adquiriu durante esse período, principalmente pela insígnia social de tenente.

²⁷³ APERS - Comarca de Porto Alegre. Inventário, maço 47, n. 834, Inventariado: Antônio Álvaro de Araújo. Inventariante: João Baptista da Silva, 1896, p. 2.

Essa patente militar deve ser pensada com atenção, pois além do caráter de prestígio que viria desempenhar, o seu caráter prático em torno da atuação militar também foi vivenciado por João. A partir do seu necrológio foi possível evidenciar o início dessa escalada militar, conforme apontado na matéria “obediente à disciplina partidária de Júlio de Castilhos, foi soldado valoroso e destemido no movimento de 1893, formando quando chamada a Guarda Nacional, na qual ingressou como tenente do 8º batalhão daquela milícia”²⁷⁴. Na sequência, a matéria destaca que posteriormente fora promovido a capitão e major, este último posto que acabou sendo sua principal alcunha identitária. Desta forma, sua carreira militar teve início antes da eclosão da Guerra Civil Federalista, visto que já entrou como oficial, indicando que devia ter este posto na reserva da Guarda Nacional.

O conflito Federalista perdurou durante fevereiro de 1893 a agosto de 1895, no qual deflagrou-se uma luta armada e sangrenta marcada exclusivamente pela prática da “degola”, entre os soldados. Os embates foram realizados entre federalistas (maragatos) e republicanos (chimangos), que defendiam o governo de Júlio de Castilhos. A guerra teve seus principais combates efetuados em locais como o “Cercos de Bagé”, a “Batalha de Passo Fundo” e o “Cercos da Lapa”, este último ocorrido no Paraná, visto que o conflito também se estendeu para outros estados como Santa Catarina. Salientamos que a historiografia local, apresenta inúmeros trabalhos que dão conta de um entendimento maior sobre o conflito, na medida que nos limitaremos a analisar aqueles que versam com as questões mais próximas da realidade de nosso sujeito histórico²⁷⁵.

Em sua dissertação de mestrado intitulada *Os nomes da liberdade...* o historiador Rodrigo Weimer (2008), em determinado ponto de suas análises, discute o papel da Guerra Civil de 1893 em relação a percepção e possibilidades de liberdade para soldados negros envolvidos no conflito. O autor recupera a presença negra no conflito federalista descrita na literatura por meio de estereótipos e personagens eschachados fortemente ligados à escravidão, e tensiona essa perspectiva com a autonomia e atuação de homens negros no front de batalha. Desta forma, Weimer busca evidenciar essas ações na figura

²⁷⁴ “Necrologia – Major João Baptista da Silva”, *A Federação*, 11 jan. 1937, p. 2.

²⁷⁵ Além das obras literárias e memorialistas que se debruçam sobre o tema da Guerra Civil de 1893, destaco também os seguintes trabalhos acadêmicos que versam sobre a referida temática. Entre os quais, encontram-se: FRANCO, Sergio da Costa. **A Guerra Civil de 1893**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Revolução Federalista: memória revisitada*. In: POSSAMAI, Zita (org). **Revolução Federalista de 1893**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993; e REVERBEL, Carlos Eduardo Dieder. **A Revolução Federalista e o ideário parlamentarista**. 219 f. Tese (Doutorado em Direito). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

de Adão Latorre, tenente-coronel negro que ficou taxado como o maior degolador da história sulina. Isso levou Weimer (2008, p. 181) a problematizar essa alcunha a partir das relações raciais, onde destaca que “com todo o Estado envolvido em uma guerra, sangrenta, apenas os crimes realizados por um descendente de escravos, ‘maculado’ por aquela origem, ficaram guardados na memória”. Neste sentido, a imagem de Latorre denota um passado do qual buscasse incessantemente evitar-se. O autor ainda pontua que a promoção à tenente-coronel foi oriunda de suas ações como líder militar federalista durante o conflito e não pela associação à prática de degola.

Dentro da esteira de análise sobre as ações de combatentes negros, os historiadores Rodrigo Weimer e Melina Perussatto (2017) produziram um artigo onde problematizam a raça em torno do recrutamento para a luta armada, contribuindo na medida do possível, para que se possa tirar da invisibilidade a participação negra durante o conflito. Sobretudo, os autores buscaram descortinar as diferentes menções à cor negra em relação ao conflito, fosse de maneira “branda”, ao tratar de Candinho Baiano, ou da maneira pejorativa com que Adão Latorre era apontado, ambos descritos pelas forças republicanas. E por último, a própria perspectiva dos homens negros acerca do debate político em torno do conflito armado, especialmente os jornalistas negros do jornal *O Exemplo*, que enfatizaram em seu semanário as condições de recrutamento da população negra. Sobre o último aspecto, os autores apresentam a seguinte reflexão:

Diante das ações eminentemente racistas promovidas pelo poder público, a atribuição do termo ‘homens de cor’ a si e à coletividade das pessoas que se encontravam mais vulneráveis ao recrutamento forçado operava como tentativa de se estabelecer uma identidade (e, conseqüentemente, uma solidariedade e mobilização) baseada na pigmentação epidérmica (PERUSSATTO; WEIMER, 2017, p. 317).

Os autores dissertam a partir das denúncias publicadas pelos articulistas no periódico, onde apontavam a classificação racial imprimida no recrutamento onde os homens negros eram preteridos em relação aos homens brancos. E nesse sentido, evocam o caráter político do jornal que, além de estar a parte das questões, também estava pautando o debate em torno da Guerra Civil de 1893. A fala dos autores ainda denota a função assistencialista e solidária do periódico para com os demais “homens de cor”, no intuito de fortalecer uma identidade coletiva. Desta forma, podemos inferir que a situação de João Baptista da Silva não foi diferente da apresentada nas páginas do jornal *O Exemplo*, visto que foi “chamado” para incorporar o 8º Batalhão da Guarda Nacional em

decorrência da guerra. A particularidade de sua atuação, pode estar relacionada ao fato da relação com a Guarda Nacional.

O contexto de criação da Guarda Nacional, remete ao período regencial no Brasil, período em que o governo imperial enfrentou um número considerável de revoltas e conflitos armados pelo território nacional. Com isso, a Guarda Nacional teria como principal função fornecer suporte ao exército atuando como uma força armada que seria formada exclusivamente pela população civil. O historiador Miquéias Mugge (2012, p. 13), enfatiza que “a Guarda Nacional se organizou em todos os municípios do país e obrigava a servir em suas filas boa parte da população masculina”, em relação a esta população, o autor destaca que os recrutados deveriam ter entre 21 e 60 anos de idade, serem eleitores e também possuir uma renda superior a 100\$000 réis. Consta também que recebiam um treinamento básico para que estivessem aptos no momento solicitado, ademais mantinham-se em suas profissões. Para a região de São Leopoldo durante a segunda metade do século XIX, Mugge (2012), encontrou um número considerável de “profissionais liberais”, “agricultores” e “artesãos”. Inferimos que João enquadrava-se nos requisitos propostos, pois no período do conflito federalista, contava com 38 anos de idade e desempenhava o ofício de marceneiro.

Percebemos inicialmente, que João Baptista da Silva envolveu-se belicamente com a Guarda Nacional, fazendo uso prático de seu militarismo, já que em razão de sua atuação foi promovido a capitão e posteriormente major. Essa perspectiva difere do caráter civil e do prestígio social que a patente dessa instituição conferia e que também foi acionado por João ao longo de sua existência²⁷⁶. Pensando a partir do prestígio social que a patente lhe conferiu, retomemos a análise do inventário de Antônio Álvaro de Araújo, que foi organizado apenas um ano após o término do conflito civil, e no qual percebemos a patente militar de tenente, utilizada com insígnia social.

Como evidenciamos anteriormente, João também foi apresentado como “testamenteiro” e “herdeiro” do finado Araújo, o que denota a importância e proximidade que desenvolveu ao longo dos anos com Antônio Álvaro para que então, fosse possível desempenhar esses papéis. Podemos pensar que o fato de ter sido nomeado herdeiro, por si só, já daria conta de exemplificar a legitimidade da relação constituída entre ambos,

²⁷⁶ Essa perspectiva do papel social que a Guarda Nacional desempenhava pode ser vista em: MUGGE, Miquéias H. **Eles estão prontos a contribuir**: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania (Rio Grande do Sul – século XIX). 150f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

porém, a escolha para ser seu testamenteiro, também carrega uma representatividade passível de análise. A historiadora Adriana Dantas Reis (2010), procurou tomar o testamenteiro ou inventariante como uma chave de leitura para tensionar as relações familiares existentes entre senhores e seus filhos pardos não reconhecidos. No artigo *Luzia Jeje, o Capitão Manoel de Oliveira Barrozo e seus filhos pardos*, a autora busca apresentar como essas relações estavam intrínsecas na constituição de hierarquias sociais durante o período colonial na Bahia. Desta forma, Reis (2010) busca tensionar a presença dos filhos pardos da escravizada Luzia, no testamento de seu senhor Manoel Barrozo, que não só foram reconhecidos como seus filhos, como também denota a manutenção desse grupo familiar, na qual a autora configurou como relações familiares entrecruzadas pelo caráter “afetivo-sexual” existente entre senhor e escravizada. Conforme aponta Reis:

Pela quantidade de filhos e por demonstrar em seu testamento uma relação de confiança e afeto entre eles, acredito que essa era uma família composta por um senhor e seus escravos. E, mais do que isso, o capitão realizou o projeto de manter sua família em torno de um engenho. O primeiro indício de relação familiar e da decisão do capitão em manter seus filhos unidos foi a compra do seu filho escravo Domingos Antonio, o único filho que não fez parte do seu quinhão de herança, mas sim do de seu irmão, Capitão José de Oliveira Barrozo (REIS, 2010, p. 155).

Essa confiança e afeto foi externada no próprio testamento, quando a autora destaca que Manoel Barrozo instituiu o filho mais velho, Sutério de Oliveira Barrozo como seu primeiro testamenteiro. Reis (2010, p. 155), destaca que “a função do testamenteiro era muito importante e representava um benefício, quando não havia muitas dívidas”. Podendo ser entendido como uma forma de legado para quem fosse cumprir a tarefa, visto que administraria os bens até o momento da partilha. Neste sentido, “mais surpreendente do que deixar os filhos reconhecidos e como seus herdeiros, foi serem eleitos seus testamenteiros. Nenhum amigo branco ou o próprio irmão foi escolhido, mas os filhos da escrava Luzia” (REIS, 2010, p. 155). Com isso, a autora destaca que este aspecto representaria de forma mais clara o laço familiar existente.

Em relação ao nosso personagem João Baptista da Silva, percebemos semelhanças com o caso descrito. Além de ter sido testamenteiro de Antônio Álvaro de Araújo, também foi incumbido da tarefa de testamenteiro e herdeiro, na qual o finado declarava que instituía “herdeiro de tudo o mais que possuir ao tempo de minha morte a meu referido compadre e afilhado João Baptista da Silva”²⁷⁷. Aqui a relação familiar foi

²⁷⁷ APERS - Comarca de Porto Alegre. Inventário, maço 47, n. 834, Inventariado: Antônio Álvaro de Araújo. Inventariante: João Baptista da Silva, 1896, p. 6.

acionada por meio do compadrio, e diferente do que havíamos evidenciado no testamento de sua mulher Defina, que referia-se a João apenas como compadre, aqui percebemos que Antônio Álvaro buscou legitimar essa relação familiar e afetiva acrescentando a informação de que também era seu “afilhado”, referindo-se então ao fato de que era padrinho de casamento de João e Francisca. Assim como apontado por Adriana Reis (2010), João Baptista da Silva também foi escolhido como primeiro testamenteiro, ficando em segundo Firmiano Antônio de Araújo e, posteriormente, Manoel Alves Pires. O segundo, nada mais era do que o cunhado de Antônio Álvaro, provavelmente um dos últimos membros ainda vivos da família Araújo, demonstrando que a relação da qual gozava com João, estava além do parentesco consanguíneo.

Assim, podemos inferir que o fato de ser testamenteiro conferia legitimidade ao sujeito (que foi indicado pelo falecido como o executor de suas últimas vontades) e também permitia que através de legados e heranças, dispusesse de condições para movimentar-se socialmente, na medida que soubesse manejar os bens e a autonomia adquirida. Tornando-se um impulso importante para elaboração de uma mobilidade social as vésperas do novo século que viria. O que simbolicamente implicava na autossuficiência da família Baptista da Silva, pois com a morte de Antônio Álvaro Araújo, a existência de uma certa “lembrança” da escravidão seria findada, embora compreendo que este laço senhorial vinha sendo diluído ao longo das últimas décadas do século XIX. Essa perspectiva pode ser compreendida com mais propriedade ao retomarmos a leitura do inventário.

Em suas disposições iniciais, o testador Antônio Álvaro de Araújo, apresenta dados pertinentes à sua origem e sobre o matrimônio com Delfina Rosa de Araújo do qual não resultaram filhos. Além das informações biográficas, referentes as suas relações familiares, em determinado ponto esse documento apresenta uma narrativa sobre a família Baptista da Silva, que contribui para tensionarmos as relações que estabeleceu com esse grupo familiar.

Ao iniciarmos a leitura sobre o destino que daria a seus bens, encontramos o seguinte registro: “deixo as duas moradas de casa que possuo a rua da Igreja, números vinte e sete e vinte e nove, à Sophia Baptista, filha da finada Lívia e que foi por mim criada e mora em minha companhia até agora, que desfrutará enquanto viver”²⁷⁸. Além de carregar um teor memorialístico ao relembrar a “finada Lívia”, que ao ser descrita

²⁷⁸ APERS - Comarca de Porto Alegre. Inventário, maço 47, n. 834, Inventariado: Antônio Álvaro de Araújo. Inventariante: João Baptista da Silva, 1896, p. 5.

dessa maneira demonstra um certo respeito por parte de Antônio Álvaro, ao se referir a matriarca da família Baptista da Silva, também denota a relação de convivência e coabitação presente na origem desse grupo familiar. Ao evidenciarmos que Sophia foi “criada” por Antônio Álvaro, podemos conjecturar novamente em torno da proximidade com a família senhorial e que contribuiu para a configuração de uma condição específica entre os demais escravizados. Assim ambos os irmãos, João e Sophia, estiveram intimamente relacionados com a família Araújo até os últimos dias desses indivíduos.

O segundo ponto pertinente da fala de Araújo, remete a situação atual em que viviam, quando afirma que além de ter criado Sophia, esta morava em sua companhia até o presente momento. Compreendo que a partir dessa informação, podemos explorar uma vertente que provavelmente contribuiu para a ressignificação dos laços senhoriais entre os agentes sociais dos dois grupos familiares. A centralidade dessa análise recai sobre a questão da moradia, ou seja, o fato de Antônio Álvaro de Araújo viver na companhia de Sophia, e provavelmente também partilhar esse espaço doméstico com João e sua família, nos leva a ponderar sobre as relações de convivência entre ex-senhores e ex-cativos. Com isso, buscaremos nos aproximar das análises que enfatizam as circunstâncias que poderiam levar a permanência de libertos junto a seus ex-senhores, algo que ocorria com mais frequência no meio rural. Destacando assim, os arranjos de interdependência que poderiam vir a existir em determinados contextos familiares e sociais, entre ex-senhores e ex-escravizados e como estes agentes imprimiam projetos e interesses distintos em suas formas de convívio.

O historiador Henrique Espada Lima (2019), no artigo *Vulnerabilidades cruzadas: arranjos de co-dependência, segurança e trabalho entre ex-escravos e seus senhores precários*, busca analisar as relações de convivência entre ex-senhores e seus antigos escravizados no final do século XIX na Província de Santa Catarina. Lima, utiliza-se de fontes cartoriais e testamentárias para identificar as relações firmadas por meio de contratos e verbas testamentárias, tensiona a precariedade material e social de senhores ao término de suas existências. O autor busca ampliar o sentido das vulnerabilidades que poderiam acometer ambos os grupos, senhores e ex-cativos. Desta forma, Lima sintetiza que:

Ao mesmo tempo, a compreensão de que essas vulnerabilidades cruzavam-se e combinavam-se com expectativas dos próprios escravos e ex-escravos se tornou mais aguda. Esses homens e mulheres enfrentavam também suas próprias vulnerabilidades, conectadas não apenas aos mesmos temas da doença, e da velhice, mas também às incertezas que brotavam de sua própria

condição liberta, ligadas ao acesso ao trabalho e a segurança material, a possibilidade de manter suas famílias e oferecer a seus descendentes um futuro menos precário (LIMA, 2019, p. 14).

Percebemos que as situações de vulnerabilidades elencas por Limas, reforçam a co-dependência que os senhores acabavam por experienciar na relação com seus escravos. Sobretudo pelas condições financeiras e a velhice, que normalmente estavam atreladas a vida solitária, na qual não lhes restava muitas alternativas para garantir-lhes cuidados e uma “boa morte”, do que estreitarem as relações entrelaçadas que possuíam com cativos e ex-cativos. Henrique Lima (2019, p. 6) pontua como essas estratégias funcionavam na medida que operavam “estratégias complementares de pessoas com posições distintas e acesso distinto a bens materiais e imateriais, associadas à vulnerabilidade e produzindo complexas relações de co-dependência”. Com isso, o autor elenca casos encontrados em suas pesquisas que denotam as circunstâncias de co-dependência, como a trajetória entrecruzada de Guiomar Carvalho e Maria do Espírito Santo e sua família. Como destacou Lima (2019, p. 9), “Guiomar morreu viúva, de um casamento que não teve filhos. Já não tinha nenhum parente na cidade e sua única ‘família’ era aquela com a qual vivia, de sua antiga escrava, Maria do Espírito Santo, seu marido e seus filhos”. Essa história enfatiza os projetos almejados por estes sujeitos, pois Guiomar já havia fortalecido esse laço com Maria ao doar para a mesma uma casa após conceder sua alforria, evidenciando uma estratégia por parte da senhora ao estabelecer uma conexão que lhe possibilitaria trocar favores quando necessitasse.

O desfecho de Guiomar com a família de Maria do Espírito Santo, apresenta semelhanças consideráveis com a situação que buscamos contextualizar a partir do inventário de Antônio Álvaro de Araújo. Com base no que evidenciamos até aqui, Antônio Álvaro faleceu em 1896 com cerca de 77 anos de idade na companhia da família Baptista da Silva, mais precisamente no convívio de Sophia, que tudo indica ter sido a pessoa que lhe ministrou os cuidados nesse período²⁷⁹. Penso que esse contexto evidencia a existência de uma relação de co-dependência que pesou mais para Antônio Álvaro, dadas as circunstâncias em que se encontrava, do que propriamente para os membros da família Baptista da Silva, que não estavam contrabalançando a busca da liberdade devido

²⁷⁹ A historiadora Nikelen Wittter salienta em sua tese o papel dos *cuidadores*, aquelas pessoas que tratavam os *sufredores* em suas enfermidades e também velhice. Segundo ela: “De fato, a casa do enfermo, assim como a família, ocupava um lugar central nesta cartografia terapêutica. Aí eram ministrados os cuidados domésticos e demandados os auxílios a outras formas de terapia” (WITTER, Nikelen Acosta. *Males e epidemias. Sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

ao fato de já gozarem dessa condição. Assim, compreendo que a família estava imbricada nessa relação com o intuito de fomentar caminhos e projetos próprios no século XX, mas que dependeriam das circunstâncias que estariam envolvidas no término dessa ligação com o passado escravista. E pode-se se dizer que para a família, o efeito foi positivo, pois além da convivência harmoniosa e íntima que mantiveram com Araújo nos últimos anos de sua vida, também foram contemplados com bens materiais e legados importantes para o exercício da autonomia em suas experiências sociais.

Além de Sophia, que recebeu duas casas situada na rua da Igreja, ao afilhado e compadre João Baptista da Silva, também foi legada uma casa que Antônio Álvaro possuía na mesma rua. Porém, a referida herança estava atrelada ao cumprimento de uma vontade do finado, onde João teria o compromisso de “mandar dizer todos os meses uma missa por alma de minha finada mulher e outra ou mais separadas, por alma de meus parentes”²⁸⁰. Novamente evidenciamos as obrigações religiosas entrecruzadas nas disposições testamentárias denotando a importância da religiosidade católica para esses sujeitos na vida e no pós-morte. Ademais, também foi incumbido à João dar um destino para as terras que a família possuía em Tubarão, na Província de Santa Catarina. Sobre essa questão, o inventariante informou que:

[...] o próprio inventariado não tinha maiores conhecimentos a respeito dessas terras, lugar exato de sua situação, extensão, estrutura, tanto que precedendo o inventário dos bens do seu casal pelo falecimento de sua esposa D. Delfina Rosa de Araujo, revelam completa ignorância da existência de tais terras e por isso deviam de requerer uma avaliação e requerem que ficassem essas terras para uma sobrepartilha O documento quinto prova tudo quanto se diz e mais que, a existirem as avaliadas terras são de valor insignificantíssimo. Assim pois, o inventariante requer que continuem as avaliadas terras reservadas para uma sobrepartilha que se faça logo que cheguem exatas informações²⁸¹

Neste sentido, o destino das referidas terras nunca fora concluído, permanecendo numa situação incerta sobre a real situação dessas propriedades. Outro bem que ficou fora do levantamento patrimonial de Antônio Álvaro de Araújo, foi a casa em que residia na rua General Canabarro nº 23, que embora não tenha constado em seu inventário ficou para João Baptista da Silva e sua família que ali permaneceram por algumas gerações. Compreendo que a casa representa uma centralidade em toda a trajetória dessa família, tanto no que diz respeito ao passado, como sua relação com a família na

²⁸⁰ APERS - Comarca de Porto Alegre. Inventário, maço 47, n. 834, Inventariado: Antônio Álvaro de Araújo. Inventariante: João Baptista da Silva, 1896, p. 6.

²⁸¹ APERS - Comarca de Porto Alegre. Inventário, maço 47, n. 834, Inventariado: Antônio Álvaro de Araújo. Inventariante: João Baptista da Silva, 1896, p. 23-24.

contemporaneidade. Pois, inicialmente, ela representa um primeiro traço da autonomia da família Baptista da Silva, que ressignificou aquele ambiente até então caracterizado por ser uma lembrança da família senhorial, e que foi sendo diluída ao final do século XIX e transformada na casa da família Baptista da Silva, a partir da morte de Antônio Álvaro. E que, a partir daí, tornou-se um dos pilares centrais da sociabilidade da família durante o século XX como já havíamos apresentado no primeiro capítulo. Ao mesmo tempo, ela é uma peça importante para a memória familiar na atualidade, pois a casa constitui um dos poucos elementos dos quais o sr. Cláudio aciona memórias próprias sobre aquele espaço que chegou a conhecer. Mas que não desconsiderou a presença senhorial dos Araújo, pois esta informação foi transmitida ao longo das gerações de sua família.

Desta forma, buscamos neste capítulo explorar a formação familiar da família Baptista da Silva e o contexto social em que estes sujeitos estavam inseridos. Do mesmo modo, tornou-se um objetivo aproximarmos das relações senhoriais e escravistas que experienciaram, bem como a condição e posição que ocuparam nessas relações, sem deixar de considerar os laços familiares formados nesse tensionamento. Na medida que para o último capítulo, buscaremos retomar alguns aspectos tratados nesta seção, para problematizar a memória familiar a partir da figura do sr. Claudio Batista de Souza, na qual percebemos silenciamentos e transmissões de memórias familiares ao longo das gerações. Nos levando então a tentar entender como essa memória operou e vem operando na contemporaneidade, sem distanciar-se do passado e legado deixado por essa família negra.

Capítulo 4 – O passado vive no presente: memórias, objetos e legado da família Baptista da Silva na vivência de Claudio Batista de Souza

A vida é mesmo uma missão
A morte uma ilusão
Só sabe quem viveu
Pois quando o espelho é bom
Ninguém jamais morreu.

(João Nogueira e Paulo César Pinheiro)

Optamos por abrir este capítulo final com um trecho da música *Além do espelho*, justamente por entender que esse refrão congrega o significado central que será mote dessa seção, ou seja, a importância do passado familiar na identidade do senhor Claudio Batista de Souza. Buscaremos compreender de que maneira a trajetória da família Baptista da Silva no passado, se conectou com a vivência do senhor Claudio e vem se ressignificando durante o processo de elaboração desta dissertação. Desta forma, para entendermos como este espelho inquebrantável perdurou durante todos esses anos, exploraremos a transmissão do legado familiar através da memória e dos objetos constituintes do acervo privado do senhor Claudio. Tanto a memória quanto os objetos contribuem para reforçar os laços afetivos e a presentificação de seus antepassados na contemporaneidade.

Salientamos que ao centrar as análises sobre a memória familiar na figura do senhor Claudio, não lançaremos o empreendimento de perscrutar por completo sua trajetória, mas sim elucidar pontos que demonstrem a passagem geracional dessa memória e entender como isso impactou sua experiência. Neste sentido realizaremos uma breve incursão em sua trajetória profissional e familiar com o objetivo de evidenciar em que aspectos houve um segmento dos projetos familiares iniciados por essa família ainda no final do século XIX. Contudo, as análises sobre a identidade do senhor Claudio, serão direcionadas para sua atuação atual como guardião desse legado familiar, e de partícipe na construção desse trabalho, nos permitindo inflexionar sobre as potencialidades da produção acadêmica.

Dito isso, convido o leitor para conhecer melhor este interlocutor da pesquisa, que se fez presente ao longo deste trabalho, elucidando, problematizando e preenchendo lacunas que as fontes em certos momentos não alcançavam.

4.1. O caminho da memória até seu guardião

A alcunha de guardião que buscaremos adotar para apresentar o senhor Claudio, será explorada inicialmente no decorrer deste texto de maneira conjunta com as análises sobre a memória. Por ora, podemos afirmar que o principal ponto que lhe caracteriza como guardião dessa memória, está no fato de ter sido o único descendente da família a se preocupar em preservar e dar continuidade a trajetória familiar que evidenciamos no pós-abolição. Essa aproximação e diálogo dos tempos na identidade do senhor Claudio é perceptível, devido à maneira em que apreendeu ensinamentos e padrões de sociabilidade deixados por seus antepassados.

Podemos dizer que o encontro com o senhor Claudio, foi fruto de uma serendipidade. Pesquisando o nome de João Baptista da Silva na internet, que encontrei uma reportagem datada de 2007, onde seu bisneto comentava a importância que sua família teve para a comunidade negra e para a cidade de Porto Alegre nas primeiras décadas do século XX. Nesta reportagem, relatava ter um acervo fotográfico e documental sobre a história de seus antepassados. A reportagem não informava o contato do senhor Claudio, apenas que contava com 69 anos à época e que era Defensor Público aposentado. Mais uma vez busquei respostas no Google, digitei seu nome e surgiu uma notícia de 2015, sobre a criação do departamento de aposentados e pensionistas da Defensoria Pública. Eis que ao abrir a matéria vejo na foto um senhor negro ao fundo do grande grupo, me levando a crer que se tratava de quem eu procurava. Após localizar seu nome na matéria, decidi ir na Defensoria Pública para ver se poderiam me passar o contato do senhor Cláudio Batista de Souza. Chegando lá, informei que estava realizando uma pesquisa sobre sua família e gostaria de conhecê-lo. Me disseram que iriam entrar em contato com ele e caso concordasse passariam meus dados.

Figura 16.

Grupo de aposentados e pensionistas da Defensoria Pública do RS (senhor Claudio em destaque).



Fonte: <http://www.defensoria.rs.def.br/departamento-dos-aposentados-e-pensionistas-e-criado-na-defensoria-publica>.

Após conseguir contatar o sr. Claudio, marquei uma visita em sua casa e lá pude evidenciar aquilo que a reportagem informava. Em nossa primeira conversa foi possível estabelecermos um diálogo onde ele me forneceu relatos sobre o seu bisavô, João Baptista da Silva, os quais eu desconhecia, e de minha parte contribui com dados sobre seu avô Felipe que ele não tinha conhecimento. Iniciando assim a troca de informações que se tornou constante no decorrer da pesquisa.

Ao recapitularmos os laços familiares do ramo genealógico do qual o senhor Claudio é um dos descendentes, podemos perceber as particularidades que contribuem para entendermos melhor como se deu a produção e transmissão dessa memória familiar. Nascido no dia 01 de dezembro de 1940, filho mais velho do casal Joanna Maria de Lourdes Batista de Souza e João Rodrigues de Souza²⁸², Claudio é neto materno de Felipe Baptista da Silva e Ercília Baptista da Silva. E assim, conseqüentemente bisneto de João Baptista da Silva e Francisca Baptista da Silva e trisneto da africana mina Lívia. Percebemos que embora a distância geracional em relação à trajetória de seus antepassados seja visível, o legado familiar que carrega na contemporaneidade apresenta-se de maneira muito bem cristalizada na figura do bisavô João Baptista da Silva. Ao mencionar a importância do bisavô, o senhor Claudio nos dá uma noção de como sua presença foi marcante:

²⁸² Possui apenas um irmão, o senhor Telmo Batista de Souza.

Ele não foi só um avô, ele foi um pai. Pois com o falecimento dos filhos, ele ficou gerindo a família até os últimos dias dele, então ele era muito prezado e se tornou muito cativante ao assumir um papel efetivamente de pai. E ele já era viúvo e cuidava das duas filhas²⁸³.

A afirmação proferida acima, remonta em suas entrelinhas um ponto já analisado sobre a família Baptista da Silva durante o primeiro capítulo, a morte dos filhos homens. Pensando a partir da morte de Felipe, evidencia-se uma ruptura geracional que foi crucial para o desenvolvimento e criação de seus filhos Joanna Maria e Felipe Junior, pois sua esposa Ercília, já era falecida. Desta forma evidenciou-se o cenário apontado pelo senhor Claudio, onde o então avô, João Baptista da Silva, assumiu a criação e tutela dos netos.

Essa ação não se deu apenas de forma íntima no ambiente familiar, mas também teve sua legitimidade no âmbito jurídico. No dia 17 de agosto de 1923, cerca de doze dias depois da morte de Felipe, seu pai João Baptista da Silva, entrou com um pedido de tutela para os netos, na Vara do Juizado de Órfãos do 3º distrito. No teor do documento, podemos perceber as implicações e obrigações que o tutor deveria desempenhar. O excerto descrito abaixo nos informa que:

[...] ali compareceu o Major João Baptista da Silva a quem o mesmo Juiz deferiu o cumprimento, encarregando-o de bem e fielmente remir o cargo de tutor dos menores Felipe Baptista da Silva Junior e Joanna Maria de Lourdes, de 9 anos de idade esta, e aquele com 10 anos de idade, filhos de Felipe Baptista da Silva e de D^a. Ercilia Baptista da Silva, ambos já falecidos. **Não só curando de suas pessoas como dando-lhes conveniente educação e promovendo seus interesses tanto em juízo como fora dele, sob as penas da lei.** Aceito por ele dito compromisso lavrei este termo que assina com o juiz. Escrivão José Vieira Guimarães²⁸⁴ (grifos nossos).

Com isso, percebemos que o major João Baptista da Silva assumiu por complemento o papel de pai na vida dos netos, embora devemos atentar para o fato de que provavelmente tenha dividido essa responsabilidade de criação com as filhas Maria Magdalena e Maria Delphina. Porém, é inegável que tenha se tornado a referência paterna da família nos anos seguintes. A partir desta configuração familiar, é que compreendo ter se originado o terreno para a produção da memória familiar carregada de flutuações geracionais que a caracterizaram e ainda repercutem nos dias de hoje. Pois com a morte de Felipe, houve uma ruptura natural na transmissão de memórias familiares, pois o fato de não terem convivido por um longo tempo com o pai, seus filhos acabaram produzindo

²⁸³ Entrevista realizada em 11 nov. 2017, Porto Alegre. Entrevistador: Vitor Costa.

²⁸⁴ APERS – Comarca de Porto Alegre. Tutoria, n. 244. Tutor: Major João Baptista da Silva. Tutelados: Felipe Baptista da Silva Junior e Joanna Maria de Lourdes, 1923, p. 3.

experiências e memórias sobre o avô. E que conseqüentemente seriam repassadas para o senhor Claudio como forma de ensinamentos e de exemplo a se seguir. Desta forma, o contexto que exemplificamos aqui, nos ajuda a compreender a memória sobre uma perspectiva de construção geracional e coletiva, na qual refletem-se elementos de uma memória indireta e direta sobre determinados aspectos.

Neste sentido, antes de adentrarmos nas particularidades que envolvem esses processos de memória da família Baptista da Silva, julgo importante lançarmos alguns apontamentos referente a implicações e análises acerca da memória, e que nos possibilita acessarmos e problematizarmos seu uso dentro da pesquisa histórica. Evidenciando sobretudo questões e perspectivas que dialogam com nosso estudo.

Na esteira dos estudos sobre memória individual e coletiva, cabe salientarmos as contribuições do sociólogo Maurice Halbwachs (2003) no livro *A memória coletiva*, estudo pioneiro em trazer as análises que ampliaram as noções de memória e sua relação com o sujeito. O autor rompe com o pensamento de que a memória se dá apenas e exclusivamente a partir da ação de um indivíduo, que somente este era capaz de resgatar seu passado e fatos históricos, mas sim a sua relação com fatores sociais e coletivos também contribuem para a construção de um passado. No que tange a percepção dos sujeitos, o autor chama atenção para o fato de que a ação de relembrar e guardar memórias não se dá apenas na esfera individual pois os momentos e fatos em sua maioria são compartilhados e rememorados com outros indivíduos. Assim, a coletividade permeia a transmissão e o compartilhamento de memórias e experiências vivenciadas.

Ao enfatizar as condições pertinentes à memória dentro de um grupo, Halbwachs (2003, p. 51), nos informa que na memória de um grupo “se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos mais próximos, ou que estiveram mais frequentemente em contato com ele”. Pensando no grupo familiar dos Baptista da Silva, evidenciamos essa perspectiva ao direcionarmos o olhar para a relação familiar no âmbito geracional, que aproximou membros de gerações e realidades temporais distintas através das lembranças sobre esses sujeitos e que foram mantidas e presentificadas através da oralidade. Gerando uma conexão identitária entre os membros oriunda da manutenção dessa memória familiar. O autor busca demarcar em sua digressão que a memória individual nada mais é do que um recorte de um processo de memória coletiva que se dá a partir da colaboração de lembranças e relatos apontados por outros sujeitos, pertencentes ou não de um mesmo grupo social. No que tange ao papel do senhor Claudio, embora ele

seja o depositário atual das memórias familiares, ele acaba por concentrar as memórias que foram transmitidas pelos seus antecedentes sobre o passado da família, configurando assim, uma construção coletiva dessa memória. Isso, obviamente, sem descartar os filtros e seleções que ele pessoalmente imprime aquela memória familiar.

Adensando essa relação entre memória e história a partir da perspectiva familiar, o historiador Rodrigo Weimer (2013), chama atenção para a noção de “consciência histórica”, ao direcionar esse conceito para o contexto de famílias negras rurais na região do Morro Alto. O autor busca demonstrar como a memória familiar dos descendentes opera na contemporaneidade a partir da oralidade e da palavra escrita, e que esses elementos, expressam e problematizam essas reflexões acerca do passado, dando forma a “consciência histórica” do grupo familiar.

Retomando a memória coletiva, Halbwachs (2003), também lança ponderações sobre as concordâncias existentes entre a memória coletiva e a memória histórica. O autor busca estabelecer um paralelo entre esses dois pontos da memória, dividindo-os em dois eixos: memória autobiográfica e memória histórica. Com isso, Halbwachs (2003, p. 73), define que “a primeira receberia ajuda da segunda, já que afinal de conta a história de nossa vida faz parte da história em geral”. Dessa forma, para o autor a memória pessoal representa um fragmento de uma memória coletiva que por sua vez, distingue da memória histórica sobretudo por representar uma continuidade do pensamento que permeia o grupo e se mantém nos limites do referido grupo. Algo que na história torna-se inviável devido as transformações históricas e as divisões por períodos.

Ampliando as noções em torno da memória, a socióloga Olga Rodrigues de Moraes Von Simson (2003), no artigo *A memória, cultura e o poder na sociedade do esquecimento*, apresenta de forma simples e direta o potencial da memória para o estudo do indivíduo e da sociedade. Ao destacar aspectos da construção da memória coletiva, Simson (2003, p. 16) enfatiza que “o ato de relembrar em conjunto, isto é, o ato de reconstruir a memória de forma compartilhada, é um trabalho que constrói sólidas pontes de relacionamento entre os indivíduos”. Além de construir laços entre os sujeitos que estão compartilhando essa memória, pode-se dizer que há também os vínculos com os sujeitos do passado resgatados pelo ato de relembrar. A autora ainda chama atenção para a condição do sujeito em se projetar no passado através da memória, com o que define como “óculos do presente”, que seria a capacidade de reconstruir um passado a partir do presente em que o indivíduo se encontra. Neste momento do processo de lembrar que devemos atentar para o caráter da seletividade que os sujeitos e lugares de memória

utilizam-se. Com isso, a ação de esquecer e lembrar de maneira seletiva, acaba por refletir o jogo de poder existente nas narrativas que contém o uso da memória.

Além dos elementos processuais envolvendo a memória, Simson (2007), destaca a presença dos artefatos culturais que podem abarcar a memória e possibilitar sua transmissão. Nessa seara, a autora destaca mecanismos tradicionais, como a oralidade, imagens, documentos e sonoridades, assim como o papel das mídias tecnológicas (cd, pen-drive, vídeos etc.) que contribuem para disseminar e preservar memórias. Sobre a sonoridade, a autora chama atenção para a música, em especial o samba paulista. Dentre seus estudos sobre memória, a autora dedica um artigo para tratar do potencial que o samba paulista apresenta para tratar da memória coletiva em torno do samba da cidade de São Paulo. Ao resgatar a memória do samba paulista, Simson (2007) foi além da memória coletiva dos antigos sambistas e seus praticantes, mas resgatou também uma memória histórica desse patrimônio imaterial brasileiro. Esse caráter fica evidente quando a socióloga destaca o processo de difusão do samba paulista durante as primeiras décadas do século XX. De acordo com a autora:

Nesses bairros paulistanos ou campineiros, onde viviam os negros e os brancos pobres, o samba foi aprendido e dançado pelos imigrantes, fossem eles de origem portuguesa, italiana ou espanhola, pois sendo vizinhos e companheiros nas duras lidas cotidianas, eram também parceiros nos momentos de festa e conagração. O samba ganha assim um caráter integrador (SIMSON, 2007, p. 12).

A autora analisa essa percepção do espaço social no qual o samba circulava, através das letras de dois expoentes do samba paulista que registraram em suas letras essas memórias históricas. No samba *Tradição*, o compositor Geraldo Filme, entoava os velhos tempos do bairro Bixiga, um dos territórios negros paulistanos e que havia sido tomado por arranha-céus, mas que tinha o samba como marcador da identidade local do bairro²⁸⁵. Do mesmo modo Adoniran Barbosa, localiza geograficamente o samba na música *O Morro da Casa Verde*, denotando o bairro de mesmo nome que abrigava a boemia paulista²⁸⁶. Com isso, Simson resgata a potencialidade do samba paulista para evidenciar aspectos culturais e sociais de um setor da população, bem como a percepção desses sujeitos sobre as transformações da sociedade urbana.

²⁸⁵ Num trecho da música, o sambista exalta: *O Bexiga hoje é só arranha-céu/ E não se vê mais a luz da lua/ Mas o Vai-vai está firme no pedaço/ É tradição, o samba continua.*

²⁸⁶ Num ponto da música, o sambista canta: *Silêncio, é madrugada/ No Morro da Casa Verde a raça dorme em paz/ Lá embaixo os meus colegas de maloca/ Quando começa a sambar não para mais.*

Ainda pensando sobre as opções de análise que o samba nos proporciona ao estabelecermos um diálogo com a memória, sobretudo para evidenciarmos elementos da sociabilidade artística e cultural da população negra durante o pós-abolição, o samba carioca também apresenta contribuições significativas. Tomando a título de exemplo duas composições realizadas pelos sambistas Nei Lopes e Wilson Moreira, este último também reconhecido como pesquisador e estudioso da cultura afro-brasileira, que tem como centralidade da poesia a oralidade e memória. No samba *Coisa da Antiga*, percebe-se referências nítidas ao processo de transmissão oral: *Hoje mamãe me falou de vovó/ Só de vovó/ Disse que no tempo dela, era bem melhor. Hoje o olhar de mamãe marejou/ Só marejou/ Quando se lembrou do velho/ O meu bisavô/ Disse que ele foi escravo, mas não se rendeu à escravidão* (LOPES; MOREIRA, 1980). Esta passagem reflete lembranças e memórias negras de diferentes temporalidades marcadas pela geração da “vovó” e do “bisavô” que refletem memórias familiares e geracionais sobre determinado contexto histórico, além de nos informar sobre as experiências e características desses sujeitos. A utilização de marcadores temporais próprios é recorrente em outra composição da dupla Nei e Wilson. No clássico *Goiabada Cascão*, os letristas utilizam a expressão título da música como norteador temporal para passear por suas memórias e lembranças: *Hoje só tem misto quente, só tem milk-shake, só tapeação/ Já não tem mais caixa/ De goiabada cascão* (LOPES; MOREIRA, 1980). A tônica da música segue apontando questões cotidianas que deixaram de existir ao longo dos anos na cultura suburbana carioca. A referência temporal que a música explora, ganha sentido coletivo justamente pelo título escolhido, que acaba dialogando com mais indivíduos que se reconhecem nas práticas culturais elencadas pelos sambistas.

Após esta breve discussão sobre as dinâmicas que a memória infere nos sujeitos e sua relação com o meio e o tempo, adentremos agora no nosso estudo de caso. Com base no que apresentamos até aqui, compreendo que a memória familiar pode ser percebida dentro dos diferentes conceitos de memória. Primeiramente pode ser tomada como memória individual, neste caso destaque-se a figura do senhor Claudio. Porém, esta individualidade é apenas um recorte de uma memória ancestral coletiva que proporciona sentido ao passado familiar. E esta por sua vez, se observada em grande escala, apresenta características de uma memória histórica, visto que os membros da família no passado, apresentam-se como sujeitos históricos que dialogaram e protagonizaram o contexto em que estavam inseridos. Assim, para a presente análise, a noção de memória coletiva define bem o processo a ser descrito. Conforme introduzimos anteriormente, a memória familiar

dos Baptista da Silva, está caracterizada pela transmissão geracional e as rupturas e continuidades que desse processo decorrem e fundamentam as noções adquiridas sobre o passado familiar.

Ao ser questionado sobre como se deu o processo de transmissão da história de sua família, o senhor Claudio e dona Maria Helena, nos elucidaram com algumas informações pertinentes a oralidade e as relações familiares existentes. No diálogo, descrito abaixo, percebemos essas questões proferidas pelo casal:

D. Maria Helena: - A Maria Delphina eu conheci. Nós estávamos namorando, ela morreu em sessenta e poucos, nós casamos em 1968 e ela faleceu logo que a gente começou a namorar.

Vitor: - E era ela que falava sobre a história da família?

Sr. Claudio: - Muito pouco.

D. Maria Helena: - A mãe dele sim [do sr. Claudio]. Quando ela faleceu nós estávamos com oito anos de casado e todo domingo a gente ia almoçar com eles. Então, depois do almoço, o pai dele ia seostar e aí ela começava a falar e contar sobre a família.

Vitor: - Então era ela que contava sobre o passado da família?

D. Maria Helena: - Sim, a memória da família era ela.

Sr. Claudio: - Acredito que isso aconteceu muito pelo fato dela ter ficado órfã e ter sido criada pelo major. Isso foi muito marcante²⁸⁷.

O trecho da entrevista descrita acima, exemplifica com clareza as dinâmicas da oralidade praticadas pela família Baptista da Silva, tendo como figura central a mãe do senhor Claudio, Joanna Maria de Lourdes, que como bem destacou sua nora, era “a memória da família”. Os momentos em que essa memória era transmitida refletem os espaços de sociabilidade familiares representado pelos almoços dominicais e em especial o intervalo durante a sesta do pai do senhor Claudio, onde então, o passado familiar era acionado e presentificado. Além desse aspecto, o diálogo também reafirma a existências dessas confluências geracionais denotadas na figura de Maria Delphina, e o caráter compartilhado dessa memória familiar, visto que assim como senhor Claudio, sua esposa também guarda consigo memórias herdadas desses laços familiares. Neste aspecto, tomaremos o eixo da memória herdada como elemento central de nossa análise.

Como abordamos anteriormente, e sendo reforçado também na fala do senhor Claudio, a criação de sua mãe pelo avô desempenhou um papel muito importante no âmbito da memória familiar. No processo de tutela já apresentado aqui, evidenciamos que Joanna Maria de Lourdes foi tutelada pelo avô aos 10 anos de idade em 1923, permanecendo com ele até o seu falecimento em 1937 com cerca de 82 anos de idade,

²⁸⁷ Entrevista realizada em 27 ago. 2019, Porto Alegre. Entrevistador: Vitor Costa.

quando então ela tinha 24 anos de idade. Esses números expressam o longo período em que neta e avô conviveram, bem como dá conta de mensurarmos o significado dessa convivência para a produção de experiências e memórias próprias sobre o avô.

Além dos ensinamentos e relações experienciados, Joanna Maria de Lourdes também herdou memórias transmitidas pelo avô. Para dimensionar essas diferentes dinâmicas que perpassaram a memória familiar, o sociólogo Michael Pollack nos ajuda a refletir sobre essas interações sociais provindas da memória. No artigo *Memória e identidade social*, Michael Pollack (1992), enfatiza os diferentes contornos que podem compreender o processo de formação e transmissão de memória, e seus impactos na construção identitária de um indivíduo ou de um grupo social. Em suas análises, o autor busca apresentar as relações da memória a partir da história oral, que denomina também de história de vida. Ao explanar as características que compõem a memória, o autor, define dois elementos como constituidores desse processo. Na visão de Pollack (1992, p. 201), esses elementos teriam como primeiro expoente “os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de ‘vividos por tabela’, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer”. Para o autor, esses subsídios encontram-se presentes tanto na memória individual quanto na memória coletiva e contribuem de igual maneira para a construção identitária dos sujeitos.

Desta forma, a noção de uma memória composta por elementos vividos por tabela, se torna uma forte chave analítica quando analisamos o processo de oralidade a partir da figura do senhor Claudio. As memórias familiares que possuí, sobretudo as que dizem respeito a trajetória do bisavô João Baptista da Silva, são memórias herdadas de sua mãe, Joanna Maria de Lourdes, que por sua vez, transmitiu acontecimentos sobre a vida do avô e que provavelmente foram proferidos pelo próprio. Assim evidencia-se uma sucessiva herança de memórias indiretas, mas que produzem um significado de pertencimento potente em suas vivências. Pollack chama atenção para este aspecto, denotando as circunstâncias que permeiam os acontecimentos vividos por tabela. De acordo com o autor:

São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da

socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou identificação com determinado passado tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLACK, 1992, p. 201).

Este grau de identificação identitária que se desloca no espaço-tempo é perceptível tanto na maneira em que o senhor Claudio se refere aos seus antepassados, como na relação que possui com os objetos e documentos referentes à família. Esse sentimento de pertencimento é visível em uma das falas do senhor Claudio, em que se referia ao seu acervo: *Sabe que como eu sou vinculado a todo esse contexto, cada vez que mexo nessas coisas eu perco a energia. Parece que eu vivi isso também*²⁸⁸. Além do caráter simbólico e até mesmo espiritual que esta afirmação carrega, o que nos chama atenção é a certeza da conexão existente com o passado familiar, como algo que já está intrínseco em sua vivência. O que acaba reforçando a noção de uma memória herdada existente nos laços familiares.

Com isso, além de entender a memória familiar como um advento coletivo, também podemos somar a esta característica, a condição de apresentar-se e constituir-se como uma memória herdada. Neste prisma, podemos inferir sobre as flutuações que essa memória familiar adquiriu devido as rupturas geracionais que evidenciamos anteriormente, em que podem carregar o dito e o não dito cabível à oralidade. Michael Pollack destaca essas ações a partir do fator esquecimento, elemento que também caracteriza a memória.

O autor aponta no artigo *Memória, esquecimento e silêncio*, as escolhas e opções que tornam a memória seletiva por parte de quem a projeta no presente. Michael Pollack (1989), percebe essas questões ao analisar a fala de sobreviventes do holocausto, onde boa parte dos entrevistados relatava fatos e acontecimentos de forma coletiva ou então diretamente sobre determinado indivíduo, mas raramente se colocava no centro da narrativa. Neste caso, evidenciam-se memórias sensíveis sobre uma experiência traumáticas carregada de infortúnios, onde os sujeitos optam por não trazer à tona essa parcela de sua história. Com isso, Pollack afirma que:

As fronteiras desses silêncios e ‘não-ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos (POLLACK, 1989, p. 8).

²⁸⁸ Entrevista realizada em 27 ago. 2019, Porto Alegre. Entrevistador: Vitor Costa.

Como apontou Pollack, o silenciamento está vinculado, na maioria dos casos, a memória de grupos excluídos, devido à dificuldade de se falar ou melhor, reviver experiências que remontam um grande padecimento, como o holocausto e a ditadura civil-militar no Brasil. Somada a estas mazelas, podemos destacar também a escravidão e o tráfico transatlântico. As memórias da família Baptista da Silva referente ao passado escravista nos informam algumas peculiaridades na maneira com que essa transmissão ocorreu, o que nos leva transitar pelo campo das possibilidades acerca das dinâmicas que envolveram esse processo. Inicialmente, constata-se que este contexto no qual a primeira e segunda geração da família estiveram inseridos, foi acionado pelo senhor Claudio, demonstrando que a memória da escravidão chegou até seu conhecimento, porém buscaremos evidenciar por meio de inferências, quais seriam os possíveis silenciamentos que fizeram parte dessa memória familiar.

Neste sentido compreendo importante analisarmos primeiramente, as relações que se podem evidenciar ao tratarmos de memória e escravidão. O que nos leva a trazermos para o diálogo a célebre obra das historiadoras Ana Lugão Rios e Hebe Mattos (2005). No livro intitulado, *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*, onde por meio de entrevistas com filhos e netos de escravizados, as autoras buscaram lançar um olhar sobre as relações costuradas entre os sujeitos negros durante a escravidão, e o impacto dessas memórias na construção identitária de seus descendentes.

Na primeira parte do livro que compete à Hebe Mattos, a autora nos apresenta as entrevistas realizadas com os moradores de áreas rurais do Rio de Janeiro, possuidores de uma memória familiar sobre a experiência negra durante a escravidão e após a abolição. A continuidade desses grupos familiares nas mesmas regiões rurais que viveram seus antepassados, e o recorrente uso do campesinato como forma de subsistência, é entendido como parte das continuidades dessas experiências negras. No que se refere a questão do espaço geográfico em que estes grupos estavam inseridos, Mattos, chama atenção para o seguinte ponto:

Além disso, uma memória genealógica curta, associada ao trabalho familiar e à valorização da autonomia, configurando uma identidade camponesa, mesmo nos casos de maior instabilidade do acesso à terra, tem-se mostrado característica das antigas áreas escravista do Centro-Sul. Desde a segunda metade do século XIX, mobilidade espacial e trabalho familiar autônomo combinaram-se de forma a permitir, mesmo que eventualmente, acesso à propriedade, seja de uns poucos escravos, seja de um pedaço de terra, a amplas camadas da população (MATTOS, 2005, p. 38).

Com isso, entende-se que para o meio rural, tanto em seu contexto de indivíduos escravizados, como de pessoas livres, o acesso à terra esteve intimamente interligado aos projetos familiares desses grupos. A fixação na mesma região também apresenta um fator importante para a memória desses grupos familiares, pois denota com mais facilidade a continuidade de práticas culturais e de sociabilidades iniciadas com os antepassados escravizados. Assim, a autora concluiu que a identidade camponesa se apresenta como o principal ícone identitário e produtor dessa memória familiar. Um aspecto que enfatizam essas continuidades, é o jongo. Em trabalho específico sobre a presença do jongo nessas mesmas comunidades negras²⁸⁹, Hebe Mattos e Martha Abreu (2007), destacam as relações familiares percebida pela cultura jongueira, que era transmitida de geração em geração e apresentava-se como um marcador identitário para aqueles sujeitos. Pois as histórias, e relações de sociabilidade se davam em sua maior parte a partir das rodas de jongo regadas a cantorias e danças.

Um das análises que o livro *Memórias do cativo* apresenta está no diálogo que as autoras estabeleceram entre a memória coletiva e a memória histórica. Este aspecto se dá a partir da percepção de uma memória coletiva de famílias negras sobre a abolição, apresentando impressões e práticas de liberdade e autonomia experienciadas por seus antepassados. Criando assim um paralelo entre as memórias mais gerais sobre o processo da abolição. Em nossa análise, não é possível inferir sobre esse fator, visto que a memória herdada que o senhor Claudio apresenta não possui tal característica, sobretudo pela razão de que não convivera diretamente com os sujeitos que vivenciaram os contextos referentes à escravidão e o pós-abolição. Porém, como sabemos de que houve a transmissão da memória familiar ao longo das gerações, porque essas experiências não chegaram até seu conhecimento? Para isso, podemos inferir que o silenciamento tenha sido uma prática adotada por seus ascendentes.

Em relação aos sentimentos e silenciamentos que circundam a memória referente à escravidão, Mattos (2005, p. 53), aponta que “as narrativas de tortura e maus-tratos se fazem em geral como histórias genéricas, com personagens não identificados aos ascendentes do narrador”. Esse fato pode ser pensando em um duplo silenciamento, seja por parte dos agentes que vivenciaram esses aspectos e optaram por não reviver essas experiências em suas memórias, como também pode evidenciar um silenciamento dos próprios entrevistados no intuito de evitarem uma possível associação a estes contextos.

²⁸⁹ JONGOS... **Jongos, calangos e folias**: música negra, memória e poesia. Direção: Hebe Mattos e Martha Abreu. Brasil: Labhoi. 48min41s. 2007.

No caso da família Baptista da Silva, percebemos algumas lacunas na memória familiar que apontam para esta análise de elementos da memória silenciados. Na primeira entrevista que realizamos com o senhor Claudio, lhe foi perguntado sobre a origem do avô, e na sua fala, percebemos de forma implícita a presença do contexto escravista em suas memórias familiares. Conforme o diálogo abaixo:

Vitor: - Qual a origem do major? Seus pais?

Sr. Claudio: - O Major foi criado pela família Araújo que morava na Rua General Canabarro número 23. Essa foi a casa que ficou para o major e a família. A gente acredita que esse Araújo, era pai do major, a mãe a gente sabe que era a Livia Baptista²⁹⁰.

A importância da casa da Rua Canabarro, será retomada novamente no próximo subcapítulo com o intuito de explorar melhor sua importância para as memórias da família. No que tange as relações familiares, tanto a noção da ancestralidade, representada na figura da escravizada Livia, o conhecimento da presença senhorial da família Araújo, fizeram parte da transmissão geracional da memória familiar dos Baptista da Silva. Porém, os possíveis silenciamentos que enfatizamos, pode ter permeado a figura do major e sua experiência social no pós-abolição.

Conjecturo essa possibilidade, com base no que analisamos até aqui sobre a trajetória da família e seu protagonismo negro na sociedade gaúcha. Além do notório projeto familiar que tem início com o enlace de João Baptista da Silva e Francisca Baptista da Silva, algo que já apresentamos anteriormente, e chamando atenção para o fato de que no caso do major, a não apresentação de seu registro de batismo, contribuía para distanciar-se do passado escravista. Pois além da confirmação da ascendência escravizada na figura da mãe, sua condição também seria percebida. Assim, o distanciamento do contexto de escravização apresentava-se como uma opção necessária para inserir-se socialmente e garantir que sua descendência tivesse um bom trânsito social, algo que alcançou com sucesso.

Mas, compreendo que não podemos tomar esse posicionamento como uma forma de total apagamento das origens africanas e escravizadas da família, aqui devemos exercer o diálogo entre os tempos e entender que naquele contexto de início da República, onde o sentimento nacionalista e os anseios para que se fosse notado como parte desse projeto nacional, fazia com que a população negra estivesse mais alinhada a exercer sua cidadania

²⁹⁰ Entrevista realizada em 11 nov. 2017, Porto Alegre. Entrevistador: Vitor Costa.

e identidade nacional, do que reivindicar uma ancestralidade africana como ponto de afirmação de uma identidade. Com isso, percebo que para a identidade social desses indivíduos enaltecer suas origens étnicas não representaria um bom caminho para a inserção social, o que não impediu que essas afinidades fossem mantidas e transmitidas no âmbito familiar. Isso acaba evidenciando o fato de que no seio familiar, a presença de Livia e o contexto escravista da qual a família esteve inserida, não foram legados ao esquecimento, caso contrário essas informações e noções sobre o passado da família não teriam chegado ao conhecimento do senhor Claudio.

Um dos grandes questionamentos que ficam sobre essa memória familiar, remete a relação inicial que apresentamos, ou seja, na transmissão oral que envolveu o major João Baptista da Silva e a neta Joanna Maria de Lourdes. Neste ponto, abre-se espaço para uma problematização pertinente em torno da possibilidade de ter ocorrido uma memória seletiva por parte do major, ou então a inexistência da experiência social. Me refiro aqui a condição do major enquanto escravizado. O fato de sua condição de escravizado ter se tornado uma surpresa para o senhor Claudio, nos faz inferir sobre essas questões, e pensar que talvez não tenha vivenciado na prática essa relação. Pois como vimos no capítulo anterior, a memória familiar remonta que teria sido criado pelas tias na casa da família senhorial, além do fato de não termos encontrado nenhuma carta de alforria em seu nome. Fora essa hipótese, recaí as ações já apontadas em que optou por silenciar essa página de sua vida com o intuito de construir uma identidade social positiva.

A discussão apresentada aqui, buscou compreender os caminhos que a memória familiar percorreu ao longo das gerações, bem como suas flutuações, lacunas ou silenciamentos, do mesmo modo, apontar a importância desse histórico genealógico para o senhor Claudio. Aqui, iniciamos esse exercício de estabelecer seus vínculos com o passado familiar e identificar seu papel como guardião dessas memórias familiares na contemporaneidade. Compreendendo a noção de guardião de memória, a partir das análises apontadas pela historiadora Angela de Castro Gomes. No artigo, *A guardiã da memória*, Angela de Castro Gomes (1996), teoriza sobre o papel do guardião, a partir da entrevista que o CPDOC realizou com Alzira Vargas sobre seu pai Getúlio Vargas. A autora discorre sobre as circunstâncias que levam a pessoa a guardar a memória (oral, patrimonial, identitária, etc...) e que momento ela passa a ser enxergada como uma guardiã. Em determinado ponto, Gomes, destaca com detalhes as ações que caracterizam o guardião da memória. Para a autora:

O guardião ou mediador, como também é chamado, tem como função primordial ser um ‘narrador privilegiado’ da história do grupo a que pertence e sobre o qual está autorizado a falar. Ele guarda e possui ‘marcas’ do passado sobre o qual se remete, tanto porque se torna um ponto de convergência de histórias vividas por muitos outros do grupo (vivos e mortos), quanto porque é o ‘coleccionador’ dos objetos materiais que encerram aquela memória (GOMES, 1996, p. 7).

Essa definição proposta por Angela de Castro Gomes, dialoga de maneira precisa com alguns pontos levantados sobre a memória familiar dos Baptista da Silva. Torna-se perceptível a noção de “narrador privilegiado” da qual o senhor Claudio gozava, especificamente se olharmos sobre a contribuição oral para esta pesquisa. Além de apresentar essas “marcas dos passado” presentes na composição de sua trajetória e formação identitária. Esses aspectos serão pautas para o debate que corresponde as análises da última parte deste capítulo.

Ademais, julgo cabível estender o papel de guardião do senhor Claudio, também para sua esposa dona Maria Helena, que como observamos, também corrobora para evocar a memória herdada da família, além de contribuir para a manutenção e preservação do acervo familiar.

Compreendo também que essa relação de memória envolve o jornal *O Exemplo*, pois além do tio-avô Baptista Junior que foi diretor do periódico, vimos no primeiro capítulo que o senhor Claudio também guarda memórias referentes à Dario de Bittencourt, último diretor do jornal. Assim, o periódico também perpassava as memórias familiares devido a atuação de seus antepassados. Faço essa inflexão a partir de um dos desejos firmados no editorial de estreia do periódico, onde apontavam o seguinte: *se não conseguirmos o levantamento da nossa classe, ao menos não deixaremos jazer no pó do olvido, imersa em sua mediocridade*²⁹¹. Percebe-se que havia a preocupação em que os esforços coletivos daqueles sujeitos e do protagonismo que exerceram, não caíssem no esquecimento, o que percebemos não ter ocorrido graças as pesquisas realizadas em torno do jornal e que sempre evidenciam essas iniciativas. E também a memória familiar do senhor Claudio, que manteve viva a trajetória desses sujeitos, sobretudo seus familiares, e que não deixa de ser também, um resgate de parte da história do jornal. No sentido de humanizar o periódico e interpretá-lo através da trajetória de seus membros.

4.2. O caminho dos objetos de memória: a constituição do acervo familiar

²⁹¹ A Redação, “O Exemplo”, *O Exemplo*, 11 dez. 1892, p. 1.

Como vimos, para que o papel de guardião de uma memória seja cumprido em sua totalidade, cabe também ao sujeito, ser portador (ter a custódia) de um acervo material que denote uma parcela dessa memória a ser preservada, que a complementa. Esse fator se encontra presente em nossa análise, o acervo familiar dos Baptista da Silva, corresponde a essas características e que além de contribuir para a conservação da memória, acaba apresentando-se também como um propulsor para a construção identitária da família. Além disso, o acervo pode ser percebido como uma ferramenta potente na produção de conhecimento em torno das trajetórias negras, algo que buscaremos pontuar no decorrer desse tópico.

No que diz respeito a composição do acervo familiar, este caracteriza-se por uma quantidade considerável de fotografias familiares retratando aspectos da vida pública e privada dos sujeitos, como também, a presença de objetos pertencentes aos membros da família. Para nos referirmos aos artefatos que compõem o acervo familiar, utilizaremos aqui o conceito de “objetos de memória”, proposto por Angela de Castro Gomes (1996), onde a autora utiliza-se desse conceito para caracterizar o papel desses objetos materiais e sua relação com o guardião da memória. Com isso, pensaremos com o intuito de abarcar a totalidade do acervo e que embora seja composto por objetos de natureza distinta, todos apresentam a função de manter e acionar a memória da família. Com o intuito de estabelecer a relação do acervo com a memória familiar, buscaremos realizar uma análise mais detalhada sobre dois objetos em específico, que julgamos apresentar uma carga simbólica, afetiva e identitária principalmente para a pessoa do senhor Claudio.

Antes de adentrarmos na análise do acervo familiar dos Baptista da Silva, vejamos algumas ponderações em torno da constituição dos acervos privados e suas contribuições para a pesquisa histórica. Cabe salientar aqui que buscaremos dialogar com trabalhos e pesquisas que apresentam os acervos particulares tanto no que diz respeito a seu potencial para fins históricos, como também enfatizar a relação afetiva que possui e como isso contribui para a formação de vínculos e laços identitários.

Neste sentido, devemos chamar atenção para o fato de que ao se referir a acervos particulares ou acervos pessoais, em sua maioria, estes conteúdos representam uma trajetória individual (familiar), sendo assim mais biográficos. No caso da família Baptista da Silva, o fato de ser um acervo familiar imprime o caráter coletivo que este apresenta. Além do que, este conceito está presente no *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2005), que define o arquivo de família como: “arquivo privado de uma

família ou de seus membros, relativo às suas atividades públicas e privadas, inclusive à administração de seus bens. Também chamado arquivo familiar ou arquivo familiar”²⁹².

Salienta-se que a valorização do arquivo pessoal enquanto material de pesquisa, acompanhou os avanços da historiografia, sobretudo no que diz respeito a ampliação do entendimento sobre fontes históricas. Em sua dissertação de mestrado intitulada *Um lampião dentro da mala: o arquivo pessoal de Octávio Pacheco*, o autor Ailton Assis (2009), ao perscrutar os processos de constituição e utilização dos arquivos pessoais, chama atenção para as principais renovações historiográficas que propiciaram a presença dos arquivos dentre as fontes de pesquisa. De acordo com o autor:

Essa valorização ocorreu em um contexto de renovação da prática historiográfica: desenvolvimento da nova história cultural, redefinição e alargamento do conceito de documento/monumento, mudanças na escala de observação (a micro-história) e na temática (vida privada, história do cotidiano, gênero, marginais, representações, cultura material etc.) e, por fim, a “redescoberta” do indivíduo (ASSIS, 2009, p. 42).

A partir dessas novas perspectivas sobre a produção do conhecimento histórico, o sujeito ganha protagonismo frente aos estudos e análises sobre contextos históricos, com isso, suas ações e experiências tornam-se pautas para a abordagem historiográfica. O que conseqüentemente acabou enfatizando o papel dos arquivos como depositários dessa cultura vivida e produzida pelo sujeito. Neste panorama, percebe-se que o arquivo familiar em específico, dá conta de englobar as principais questões presentes no olhar mais amplo sobre o sujeito e a história. Essa centralidade do sujeito, também é evidenciada pela socióloga Luciana Quillet Heymann (1997) que em seu estudo, *Indivíduo, memória e resíduo histórico...* chama a atenção para a potencialidade do arquivo pessoal em relação as questões sociais e de caráter público. Luciana Heymann (1997, p. 42), inicia suas ponderações, reforçando o papel do titular do arquivo, e qual sua importância para a existência desse espaço, de acordo com a autora, “é a pessoa a partir de seus critérios e interesses, que funciona como eixo de sentido no processo de constituição do arquivo”. A autora ainda complementa informando que o titular do arquivo consegue emergir nas experiências sociais contidas nos documentos e assim realiza um transporte no tempo sem mediações. Contudo, compreendo que o portador do

²⁹² **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 29. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Diccion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 16.06. 2020.

acervo embora não necessite de mediações para experienciar aqueles contextos, ele por si só, torna-se um mediador na condição de guardião do referido acervo.

Heymann (1997), enfatiza também as características que permeiam a constituição dos acervos familiares, destacando que na chamada fase de acumulação do arquivo, onde o indivíduo inicia o processo de compilar os documentos, o titular pode desempenhar o papel de agregar ou subtrair elementos ao longo dos anos. Luciana Heymann (1997, p. 45) aponta que essa característica pode sofrer alterações mais significativas quando decorre a morte do titular do arquivo, neste ponto a autora destaca que “após sua morte, ocorre a inferência de familiares, que geralmente reduzem o universo acumulado segundo uma avaliação baseada em novas diretrizes e interesses”. Embora a autora situe essa prática como algo rotineiro, no caso da família Baptista da Silva, percebemos nitidamente o oposto, após a morte da mãe do senhor Claudio, este ficou salvaguardando o acervo familiar, inclusive o alimentando com novos documentos, algo que foi impulsionado com o advento desta pesquisa. A análise desse fator será desempenhada no último subcapítulo.

No artigo *A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais...* Priscila Fraiz (1998), analisa o arquivo pessoal do político Gustavo Capanema e discorre sobre as interações de caráter pessoal e público que o seu acervo possui. Na mesma esteira da análise proposta por Heymann (1997), a autora acrescenta algumas questões em torno da identidade autobiográfica do arquivo, a presença da escrita de si, reflete uma organização mais formal, visto que o próprio indivíduo já vinha agrupando suas memórias com essa finalidade. Ademais, Priscila Fraiz, apresenta suas considerações sobre os acervos pessoais, onde atenta para o valor informativo dos documentos, sobretudo quando percebidos como fontes para a pesquisa histórica. A autora ainda problematiza a legitimidade desses arquivos, quando comparados a documentação presente nos arquivos públicos. Para isso, Fraiz nos informa que:

Se alargarmos esse conceito, também podemos dizer que, na organicidade de um arquivo pessoal, na maneira como os documentos foram organizados e mantidos em seu local de origem, é que reside seu valor de prova. Essa maneira atesta, por exemplo, as intenções e os sentidos emprestados pelo titular do arquivo relativos ao uso dos documentos acumulados (FRAIZ, 1998, p. 62-63).

Conforme aponta Fraiz, é na interação entre o mantenedor do acervo e o local em que este se encontra, somados as condições de guarda desse acervo, que se evidencia a potencialidade do arquivo pessoal. Essa característica ganha força se analisarmos o local sob a perspectiva do âmbito familiar, no ceio da família um acervo dessa natureza é

ressignificado e tem uma maior representatividade para aqueles que o cercam. No caso da família Baptista da Silva, esses contornos estão intrínsecos na relação dos sujeitos com os objetos de memória presente no arquivo familiar, isto porque o acervo, não se encontra exclusivamente em um espaço ou então guardado numa caixa. Apresenta-se como parte dos objetos da casa em que reside o senhor Claudio e dona Maria Helena, configurando a importância que estes objetos possuem e os laços identitários que eles proporcionam. Coadunando-se a esses pressupostos, Priscila Fraiz (1998, p. 69) salienta ainda que “convém lembrar que um arquivo implica não só a produção de discursos de seu titular, como também a acumulação de discursos de outros”. Um dos discursos que evidenciamos no arquivo pessoal do senhor Claudio e que denota uma conduta de seus antepassados, está na religiosidade católica, expressada em fotografias e documentos referentes as atribuições religiosas que os membros da família desempenharam.

Para a historiadora Angela de Castro Gomes (1998) a documentação presente no arquivo pessoal possibilitaria ao historiador de forma particular e subjetiva, dar vida a história, ou seja, evidenciar de fato o papel dos sujeitos em meio as conjunturas políticas e sociais de seu tempo. A autora ressalta que além dessas possibilidades, há também a aproximação que o pesquisador acaba desenvolvendo com os sujeitos pesquisados. Nesse aspecto, Gomes (1998, p. 126), ressalta que “‘nossos’ atores aparecem de forma fantasticamente ‘real’ e ‘sem disfarces’. Nós, historiadores, podemos passar a conhecê-los na ‘intimidade’ de seus sentimentos e nos surpreendemos a dialogar com eles e até a imaginar pensamentos”. A autora busca trazer a noção das subjetividades e sensibilidades que acabam permeando a pesquisa que se debruça sobre a documentação pessoal. Essa perspectiva nos elucidada para o caráter simbólico e afetivo que o arquivo familiar apresenta e para isso, pressuponho que seja prudente pensar os objetos de memória e o espaço em que se encontram além do arquivo, mas sim entendê-lo como um lugar de memória.

Nesta perspectiva, o historiador Pierre Nora (1993), desenvolve no célebre artigo intitulado *Entre a memória e história: a problemática dos lugares*, considerações sobre as noções de memória e história a partir de certos espaços físicos e simbólicos. No decorrer de suas análises, Nora chama atenção para a relação de memória e história na construção dos lugares de memória, em uma breve analogia define essa relação de forma intrínseca onde a memória dita e a história escreve, ou seja, à história caberia cristalizar essa memória. No que tange as características dos lugares de memória, o autor destaca a pluralidade e motivações existenciais para a criação e produção de sentido desses espaços. De acordo com Nora (1993, p. 13) “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento

que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais”. Essas ações demonstram a necessidade de que se mantenha artefatos ou ícones simbólicos que permitam ao indivíduo acionar a memória, desempenhando assim uma relação de dependência entre o sujeito e os lugares carregados de historicidade.

Dessa forma, o autor pauta sua análise tomando como centro do debate a interação existente entre memória, história e sujeito. Entendendo que a partir das ações que cada parte produz, os lugares ganham sentido como potenciais espaços de memória e assim promovem uma experiência de conexão com o passado. Com isso, Nora aponta que:

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual (NORA, 1993, p. 21).

Neste sentido, percebemos que a carga simbólica apontada pelo autor, é decorrente da interação do sujeito sobre o lugar de memória. Caso não haja essa mediação através da presença do sujeito, Nora, destaca então que os lugares de memória passam a ser vistos apenas como lugares de história. Com base nessa concepção compreendo o acervo familiar como um potente lugar de memória, visto que além da historicidade destaca-se também a carga simbólica, traduzida na afetividade e nos laços identitários costurados na relação familiar. Esta constatação se dá especialmente pelo local em que parte do acervo se encontra. Alguns dos objetos de memória mais representativos podem ser vistos espalhados pela casa do senhor Claudio, contrastando com a prática usual de manter as lembranças do passado condicionadas numa caixa, por exemplo. Aqui a presentificação dos antepassados está atuante e conectada com a realidade atual da família, onde além de despertar a memória acerca do passado contribui para a construção identitária no tempo presente.

Vejamos agora como mais ênfase como se deu a constituição do arquivo pessoal da família Baptista da Silva, e o caminho que este percorreu até seu guardião atual. Conforme evidenciamos anteriormente, a transmissão da memória familiar se deu a partir da figura de Joanna Maria de Lurdes, mãe do senhor Claudio, e, em relação à boa parte do conteúdo que compõem o acervo familiar não foi diferente. Esta informação foi trazida

pela esposa do senhor Claudio, dona Maria Helena, em uma de nossas entrevistas. Ao serem perguntados sobre a origem do acervo, eis a resposta:

Vitor: - E de quem vocês herdaram o acervo?

D. Maria Helena: - O que o Claudio ficou era da mãe dele e que também era da dona Maria Delphina. A mãe dele deu pra ele, porque a gente era mais próximo dela e também porque o Claudio era afilhado da dona Maria Delphina. As louças da família, os santos do antigo oratório, por exemplo, ficaram conosco²⁹³.

Notamos que as relações afetivas e laços de compadrio foram determinantes para a transmissão do arquivo familiar adiante. Além dos objetos referidos, os entrevistados também destacaram que embora tenham mantido e preservado boa parte do acervo familiar, o conteúdo do arquivo familiar poderia apresentar uma riqueza ainda maior devido a alguns objetos que ficaram sob a posse da família por um determinado tempo. Sobre esse aspecto, o senhor Claudio nos elucida que:

Sr. Claudio: - Quando eles demoliram a casa, o meu tio Felipe, ficou com os ganchos e correntes que eles usavam pra prender os escravos.

Vitor: - E esses objetos se perderam?

Sr. Claudio: - Acredito que sim, ou colocaram no museu Júlio de Castilhos. Eu sei que algumas coisas foram pro museu, tinha uma espada do major também acho que isso foi pro museu²⁹⁴.

Aqui evidenciamos novamente a presença marcante da escravidão em meio as memórias familiares, bem como a cultura material referente a esse período, demonstrando que embora tenha-se decorrido 131 anos da abolição, a escravidão ainda se apresenta como um passado presente em nossa sociedade. Em relação ao possível destino que os objetos de tortura tiveram, sabemos que o museu Júlio de Castilhos possui uma coleção denominada escravista, composta por objetos diversos como gargalheiras, vira-mundos e bolas de ferro. Inclusive manteve por alguns anos a exposição “Período Escravista”, onde acabavam por perpetuar estereótipos raciais em torno das representações da presença negra no Estado²⁹⁵. Além dessas questões, outro fator que chama atenção na fala do entrevistado diz respeito ao aparato militar pertence ao major João Baptista da Silva, algo que sem dúvida contribuiria para ampliarmos as noções sobre este aspecto de sua trajetória.

²⁹³ Entrevista realizada em 27 ago. 2019, Porto Alegre. Entrevistador: Vitor Costa.

²⁹⁴ Entrevista realizada em 27 ago. 2019, Porto Alegre. Entrevistador: Vitor Costa.

²⁹⁵ A crítica à essa exposição pode ser encontrada no artigo: ZUBARAN, Maria Angélica; MACHADO, Lisandra. O que se expõe e o que se ensina: representações do negro nos museus do Rio Grande do Sul. **Momento**, Rio Grande, v. 22, p. 91-122, 2013.

Boa parte do conteúdo imagético que compreende o arquivo familiar, foi sendo introduzido ao leitor durante o desenvolvimento deste trabalho. Nesse primeiro momento, buscamos utilizar as fotografias familiares como fontes no intuito de preencher lacunas que a pesquisa histórica não dava conta. Visto que as fotografias nos informavam aspectos importantes das experiências sociais que os sujeitos exerceram, contribuindo para afirmar de fato a presença negra em determinados espaços. Em relação ao papel que a fotografia ocupa no arquivo familiar, destaca-se seu potencial afetivo e também a função de proporcionar uma referência imagética dos antepassados, o que contribui para a construção identitária dos familiares na contemporaneidade.

Maurice Halbwachs (2003) enfatiza a importância dessa conexão através das imagens, seja ela por meio de fotografias ou de objetos, durante o processo de acionar e criar memórias. Para o autor, essa possibilidade de estabelecer relações e vínculos por meio do caráter visual, contribui para que ao mesmo tempo que o sujeito se conecte com o passado, também produza desejos e sentimentos próprios. De acordo com Halbwachs (2003, p. 55) “reconhecer por imagens, ao contrário, é ligar a imagem (vista ou evocada) de um objeto a outras imagens que formam com elas um conjunto e uma espécie de quadro, é reencontrar ligações desse objeto com outros que podem ser também pensamentos ou sentimentos”. Evidenciamos esse fator na relação do senhor Claudio com as fotografias familiares, sobretudo no que tange a produção de sentimentos e referências em torno daqueles indivíduos, sobre os quais pouco se sabe. Refiro-me aqui a sua bisavó Francisca Baptista da Silva, que além de poucas informações sobre sua origem, há também poucos registros fotográficos sobre sua pessoa, fazendo com que uma fotografia em que se denota sua presença, tenha um valor afetivo especial para o seu descendente.

Figura 17

João, Francisca e filho (a).



Fonte: Acervo particular Claudio Batista de Souza.

Essa fotografia e os sentimentos que ela desperta, pode ser lida como um desejo de memória, ou seja a tentativa de lidar com a falta de referências sobre Francisca, possibilitando assim a imaginação histórica a partir de uma imagem para que a memória afetiva infira sobre os caminhos e possibilidades que possa ter vivenciado. Com isso, podemos evidenciar que os objetos de memória aqui retratados vão além da noção de reconstituição biográfica dos sujeitos, mas acabam influenciando também nas emoções e pensamentos do guardião da memória.

Esta perspectiva em torno de uma “biografia material”, pode ser evidenciada nos estudos da historiadora Ana Carolina Maciel (2013). No artigo *Personagens, seus objetos, suas imagens...* Maciel, busca evidenciar a importância da cultura material como recurso para o desenvolvimento de uma pesquisa histórica e biográfica na qual os vestígios materiais contribuem para perscrutar trajetórias e visualizar determinados contextos. A autora enfatiza a historicidade que os objetos acabam ganhando com o tempo e assim, tornando-se detentores de uma biografia própria, adquirindo sua própria trajetória. Para Maciel, a biografia material contempla as seguintes questões:

Vidas individuais ancoram-se numa existência material, cotidiana, devidamente atrelada a um arsenal de objetos que desempenham tanto funções decorativas quanto funcionais. Quando um indivíduo morre, seus respectivos objetos passam a operar como vestígios. Esse legado material corrobora vidas e seus feitos vencendo a efemeridade biológica de seus detentores, resultando numa espécie de “biografia material” (MACIEL, 2013, p. 19).

A destacar o legado material deixado pelo indivíduo, a autora parece não mensurar a dimensão simbólica que os objetos carregam, explicitando apenas o seu uso funcional e decorativo. Demonstrando assim, uma visão parcial do potencial de pesquisa que pode ser atingindo pelos objetos de memória, o que é de certa forma compreensível visto que a autora se detém em boa parte de seu estudo a análise de objetos museólogos. Em contraponto as análises de Maciel, a historiadora Olivia Silva Nery (2017) busca evidenciar o caráter afetivo e simbólico dos objetos analisados em sua pesquisa, bem como apontar para a condição de aportes de memória.

No artigo *Objeto, memória e afeto*, Olivia Nery (2017), aponta para esta direção ao analisar os objetos pertencentes a professora Lyuba Duprat. Inicialmente a autora deteve seu olhar para os objetos que estavam salvaguardados nas instituições de acervo e pesquisa, porém, foram os objetos que estavam sobre a guarda de ex-alunos da professora que apresentaram uma carga simbólica maior. Ao realizar entrevistas com alguns dos ex-

alunos, Nery percebeu como as pontes de memórias acionadas pelos objetos, proporcionavam outros sentidos para entender com mais propriedade a trajetória de sua biografada. Para isso, a autora utilizou-se do conceito de “objetos de afeto” proposto por Véronique Dassié (2010), onde referendou que “eram objetos afetivos, conforme o conceito apresentado por Véronique Dassié, sob os quais existe um cuidado, um valor patrimonial atribuído, são âncoras memoriais que conectam memórias e identidades dos sujeitos e suas famílias” (DASSIÉ, 2010, apud, NERY, 2017, p.146). Essa assertiva abarca de forma mais ampla o papel dos objetos de um arquivo pessoal e reitera sua função mediante a interação com os demais sujeitos. Neste sentido, a perspectiva de Olivia Nery, soma-se ao conceito de objetos de memória apontado por Angela de Castro Gomes.

Desta forma, falar em objetos de memória em relação ao acervo familiar da família Baptista da Silva, torna-se necessário devido à presença significativa da interação contemporânea da família representada pela figura do senhor Claudio. Contudo, refiro-me agora aos dois objetos que mencionei no início deste texto, e que compreendo reafirmarem os laços simbólicos e afetivos pertinentes aos objetos de memória. Em primeiro lugar destaco abaixo o quadro do major João Baptista da Silva:

Figura 18.

Quadro de João Baptista da Silva



Acervo particular Claudio Batista de Souza.

Podemos constatar de que dentre os objetos de memória, o quadro do major é o que se sobressai, justamente por cristalizar a identidade e a trajetória de João Baptista da Silva, além de conferir um canal de memória potente para seus descendentes. Enfatizo esse aspecto, pelo fato de poder ter presenciado essas dinâmicas da memória familiar, onde o quadro despontou como um aporte para a memória do senhor Claudio. Essa situação ocorreu na primeira vez em que fui à casa do senhor Claudio, e ao adentrar no local me deparei no centro da sala da casa, o quadro que emoldurava a imagem de um jovem Major João Baptista da Silva, contrastando com a imagem do homem idoso com a qual eu estava habituado. Durante esses segundos de surpresa, fui levado pelo senhor Claudio até o quadro e ali ele começou a relatar quem foi seu bisavô e o legado familiar que havia deixado. Neste instante, pude perceber que sua fala parecia estar intimamente ligada com a pintura, quase como se dependesse dela para proferir suas palavras.

Também não podemos deixar de ressaltar a mensagem que o quadro em si nos transmite sobre o major João Baptista da Silva. Sobre esse aspecto, podemos tomar a título de exemplo o exercício analítico desenvolvido pelo historiador Rodrigo Camargo de Godoi (2016) no livro intitulado *Um editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. Logo na introdução, o autor busca apresentar Paula Brito, por meio de uma homenagem póstuma, na qual havia sido inaugurado um quadro do finado na Sociedade Petalógica do Rio de Janeiro. Além de enfatizar as características físicas de Paula Brito, o autor chama atenção para os detalhes implícitos na pintura. De acordo com Godoi:

Paula Brito fazia boa figura ao ser imortalizado ostentando um semblante plácido, elegantemente vestindo uma sóbria casaca preta, camisa branca e gravata. Neste sentido, ainda que possivelmente póstumo, o retrato diz muito. Se a cor da pele, não disfarçada pelo artista, torna-se signo manifesto das vivências escravas dos seus antepassados, os trajes não deixam dúvidas de que se tratava de um cidadão de ascendência africana e bem situado na sociedade em que viveu (GODOI, 2016, p. 22).

Nota-se a nítida similaridade dos pontos ressaltados por Godoi, com a pintura do major João Baptista da Silva, onde também se evidencia a marcação de sua identidade étnica e a condição de prestígio social que gozava. Além desses aspectos, a origem do quadro do major também está vinculada a uma homenagem que recebera da sociedade Beneficência Porto-Alegrense. Como havíamos evidenciado no primeiro capítulo, a dita sociedade havia mandado confeccionar no ano de 1893, um retrato à óleo do major João Baptista da Silva devido aos serviços que havia prestado quando desempenhou o cargo de presidente da sociedade. As circunstâncias envolvendo a origem do quadro contribuem

para reafirmar a presença do prestígio social e também, demonstrar o papel de lugar de memória do quadro. Pois conforme apontou Pierre Nora (1993, p. 22) uma das funções do lugar de memória “é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte [...]”. Nesse sentido, o quadro cristaliza um momento da trajetória do major João Baptista da Silva e conseqüentemente remete a um contexto específico de sua sociabilidade.

Desta forma, compreendo que o retrato do major João Baptista da Silva, desempenha o caráter de presentificação do sujeito vivido que viemos apontando ao longo deste capítulo. Essa vertente torna-se mais visível quando observamos o local em que o quadro se encontra, o fato de estar alocado na sala de estar diz muito sobre o lugar afetivo e identitário que representa para o senhor Claudio. O presentificar nesse caso, possibilita a aproximação com o passado não vivido e remete a condição de tornar presente o legado deixado pelo bisavô, que de certa forma, pode ser interpretado como um ponto de referência relativo à trajetória familiar. Assim como foi possível evidenciar na descrição do primeiro encontro que tive com o senhor Claudio, onde o quadro atuou como um localizador das memórias referentes a família, que mais do que proporcionar a emersão dessas memórias, contribuiu como um veículo de transmissão das ditas memórias.

Além desse sentido, podemos inferir também sobre a presentificação dos próprios sujeitos através dos objetos de memória. Essa perspectiva pode ser evidenciada na obra *Sociologia e Antropologia*, do antropólogo Marcel Mauss (2003), onde investiga grupos indígenas da região da Polinésia, e percebe a prática de troca de presentes entre esses grupos, como forma de estabelecer contratos e relações. O autor chama atenção para a simbologia contida nesse ato, que além de transmitir o objeto, o receptor do presente levava consigo o *hau*, espírito do objeto. Dessa forma, Maus (2003, p. 200) conclui que o “vínculo pelas coisas, é um vínculo de almas, pois a própria coisa tem uma alma, é uma alma. Onde resulta que apresentar alguma coisa a alguém é apresenta algo de si”. Aqui o autor refere-se a elementos de natureza espiritual que conferem uma identidade ao objeto. Em relação aos objetos de memória aqui analisados, compreendo imprimir uma conotação semelhante devido tratar-se de objetos carregados de historicidade e dimensões simbólico-afetivas que dizem respeito a determinados sujeitos.

Compreendo também que o objeto de memória também pode ser entendido como um artefato, compreendo que na essência de seu significado que basicamente aponta um artefato como um objeto a qual o indivíduo confere sentido e funcionalidade. Com isso, o quadro do major também contempla características de um artefato, visto que sua

potencialidade de evocar memórias e experiências só ganha expressividade mediante a ação humana conferida pelo senhor Claudio, bem como aqueles que o antecederam e tiveram suas próprias experiências com a imagem retratada. Todavia, o quadro apresenta-se como um artefato identitário da família Baptista da Silva.

Se por um lado o quadro que acabamos de apresentar evoca uma conexão identitária e memórias herdadas sobre o major João Baptista da Silva e o legado familiar deixado, o segundo objeto de memória que elencamos apresenta algumas particularidades que merecem nossa atenção. Especialmente no que tange a memória individual do senhor Claudio, visto que este objeto não fazia parte inicialmente do arquivo que herdou de sua mãe, o que denota uma outra característica possível de permear a figura do guardião, a ação de complementar e ampliar o arquivo que possui. Trata-se de um quadro que apresenta uma pintura da antiga casa da família, aquela da na Rua General Canabarro n° 23, e que havíamos destacado nos capítulos anteriores.

Figura 19

Quadro da antiga casa da família



Fonte: Acervo particular Claudio Batista de Souza.

O quadro reproduzido acima, é fruto de uma memória particular do senhor Claudio, sobre a antiga casa da família, como já destacamos anteriormente, ele havia chegado a conhecer a casa e mantém lembranças muito vívidas daquele espaço. Assim, resolveu encomendar uma pintura para retratar a fachada da casa, visto que não possuía nenhuma fotografia em que a casa aparecia. Dessa forma, resolveu materializar essa lembrança ao registrá-la num objeto. Neste caso, o quadro é fruto de uma lembrança evocada pela memória do senhor Claudio, apresentando uma confluência entre memória herdada e memória individual.

As memórias referentes a casa, saem da perspectiva dos “elementos vividos por tabela” que Michael Pollack (1992) destacou, sobressai-se as experiências e memórias próprias adquiridas, mas que se coadunam a coletividade familiar, pois apresenta-se como um ponto em comum que mesmo com a distância temporal, acabou compartilhando com seus antepassados. Do mesmo modo, a percepção dessa memória individual, vai de encontro com a definição de Maurice Halbwachs (2003, p. 69) ao enfatizar que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva [...]”. Tomando essa assertiva como norte, lembremo-nos que a fachada da casa apresentada na imagem, reflete uma lembrança própria de como era aquela construção, e os elementos que a compunham. Assim, o quadro não só representa um objeto de memória, como também remete a um lugar de memória frequentado pelo senhor Claudio.

A sensibilidade imprimida nesse objeto de memória reafirma a conexão identitária com o passado familiar, sobretudo por tratar-se da casa em que a família viveu. O espaço doméstico pode ser entendido como um lócus de análise para que se possa entender mais sobre a vida de seus habitantes, visto que é na casa que estão contidos elementos que ajudam a inferir sobre a vida dos sujeitos no âmbito privado e público. A experiência de transitar pela casa da família, adentrar os mesmos espaços que seus antepassados estiveram, sem dúvidas foi significativo para que o senhor Claudio tenha desenvolvido essa relação de pertencimento e identidade familiar. O que acaba sendo denotado com a existência do quadro alusivo à casa, a memória afetiva encontra-se presente nesse objeto, que assim como o quadro do major, também ocupa um espaço na sala da família. Destaco ainda que este objeto de memória apresenta uma peculiaridade em relação aos demais, pois como havia apontado anteriormente, trata-se de um objeto inserido pelo próprio senhor Claudio, que acabou confeccionando um objeto de memória particular, que só ganha total sentido através do seu olhar.

Por fim, gostaria de retomar o conceito de lugar de memória aqui aplicado, para emprega-lo numa perspectiva que vai além dos objetos de memória aqui descritos, mas do arquivo pessoal como um todo. Penso que os arquivos familiares, sobretudo os que dizem respeito a famílias negras, devem ser entendidos como lócus de observação para a pesquisa histórica referente a trajetórias negras. Assim, evidencia-se os arquivos de famílias negras como potenciais lugares de memória para somarmos aos estudos sobre a história negra, compreendo acima de tudo as fotografias familiares como importantes fontes imagéticas. Com isso, agregaríamos aos trabalhos que já vem se utilizando da fotografia como fonte para evidenciar a presença negra nos espaços sociais durante e após a abolição²⁹⁶. Essa iniciativa contribui de certa forma para o estreitamento entre o espaço e a produção acadêmica com a comunidade, fazendo com que estes novos tipos de fontes tensionem nossas metodologias, teorias e problemas de pesquisa, o que só enriquece e diversifica a produção do saber.

Reconheço que assim como a trajetória da família Baptista da Silva, e de outros indivíduos negros, o caráter excepcional se fez presente em muitas circunstâncias da experiência desses sujeitos, da mesma forma ocorre com o acervo familiar do senhor Claudio, apresenta-se como uma exceção à regra. A cineasta negra Yasmin Thayná (2017), atentou para essa questão em sua coluna do jornal *Nexo*, no artigo intitulado *A imagem que falta*²⁹⁷, a escritora reflete sobre a falta de registros fotográficos ser algo comum em boa parte das famílias negras e de como essa ausência de referências implica em nossas identidades e subjetividades. Neste sentido, percebo que ao constatar que estou diante de um senhor de 80 anos de idade e que possui referências imagéticas de quem foram seus avós e bisavôs e ainda as guarda consigo, demonstra que a excepcionalidade reside primeiramente no fato de que essas fotografias por si só terem sido tiradas e talvez, mais excepcional ainda, terem sido mantidas e preservadas ao longo desses anos. Ao ser perguntado porque matinha o acervo sob sua guarda, foi sucinto na resposta: *eu guardo porque acho importante, o único da família que pensa assim*²⁹⁸. Graças a esse pensamento

²⁹⁶ Dentre os trabalhos que abordam a presença negra através da imagem, destaco dois trabalhos que dizem respeito especificamente a presença negra no Rio Grande do Sul: SANTOS, Irene; SILVA, Cidinha da; FIALHO, Dorvalina E. P.; BARCELLOS, Vera Daisy; BETTIOL, Zoravia (orgs). **Colonos e Quilombolas: Memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre**. Porto Alegre: [s/n], 2010. BOHRER, Felipe Rodrigues; XAVIER, Regina Célia Lima. **Africanos e afrodescendentes: imagens de Porto Alegre** [e-book]. São Leopoldo: Ed. Okos, 2018.

²⁹⁷ THAYNÁ, Yasmin. **A imagem que falta**. *Nexo* [online], 16, out. 2017. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/colunistas/2017/A-imagem-que-falta>. Acesso em: 20.06.2020.

²⁹⁸ Entrevista realizada em 01 nov. 2018, Porto Alegre. Entrevistador: Vitor Costa.

e consciência, o estudo aqui apresentado vem podendo atingir diferentes camadas da experiência vivida pela família Baptista da Silva.

4.3 A memória em movimento

Neste ponto do capítulo, pretendemos discorrer sobre as implicações e contribuições que o presente estudo vem trazendo para a família Baptista da Silva, sobretudo nas relações memorialísticas e de identificação social. Esse eixo de análise, tem como mote principal a matriarca Lívia Baptista, aqui buscaremos demonstrar como sua presença ainda ecoa na memória familiar, principalmente após ter sido apurada sua procedência étnica, algo que despertou um sentimento de pertencimento e conexão com suas raízes africanas. Da mesma forma que as fontes que apontam a identidade étnica de Lívia reorientaram os caminhos da pesquisa, a identidade familiar dos Baptista da Silva também foi impactada por essas novas perspectivas. Tanto na identidade do senhor Claudio, como na de seus filhos, que passaram a reivindicar uma africanidade como elemento constituidor de suas identidades. Com isso, apontaremos algumas noções sobre africanidade e identidade, além de evidenciar o papel da educação como um projeto familiar que se mantém constante nas estratégias de inserção e afirmação social.

Boa parte dos estudos que se dedicam a pensar a africanidade como elemento presente nas relações étnico-raciais brasileiras, analisam o referido conceito a partir da perspectiva educacional. Esta visão está alinhada com as práticas de construção de identidades negras através das ferramentas pedagógicas, sobretudo no ambiente escolar, onde o conhecimento sobre as populações africanas e sua cultura devem ser introduzidos como formas de saberes. Nesta esteira, destacam-se os estudos do antropólogo Kabengele Munanga (1984), que em sua vasta obra acerca dos estudos étnico-raciais busca imprimir a importância das populações africanas na cultura brasileira e de como tensionar a educação a partir dessas perspectivas. Em seu sentido mais amplo, o autor busca entender a africanidade como um processo dinâmico e plural que carrega concepções ritualísticas e culturais que acabaram por se resignificar em nossa sociedade. Para Munanga:

A africanidade não é uma concepção intelectual afastada da realidade. Ela é um conjunto de traços culturais comuns às centenas de sociedades da África. O seu conteúdo é o resultado desse duplo movimento de adaptação e difusão [...]. Em toda a África Negra, a infância é sempre acompanhada dos ritos de iniciação: a criança tem sempre um contato prolongado com a mãe e tem uma

dependência de linhagem muito grande, que é fundamental. Sua referência identitária não é a nacionalidade, não é a classe social, mas, sim, seu grupo de parentesco (MUNANGA, 1984, p. 5 *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 2).

Além do caráter múltiplo apontado pelo autor, evidencia-se também a importância dos laços consanguíneos para caracterizar esse processo de africanidade que constitui o indivíduo, algo que se repete no caso da família Baptista da Silva, onde a noção de africanidade está conectada de forma atemporal pela matriarca Lívia. Pensando a partir dessa noção de pertencimento, evidenciamos algumas concepções que complementam o conceito de Munanga. O sociólogo Carlos Gadea (2008, p. 3), compreende a africanidade como “um espaço de elaboração discursiva e política que pretende sintetizar a pertença coletiva de um grupo humano a uma comunidade presumivelmente fundamentada em determinadas especificidades históricas e culturais referenciadas no continente africano”. No caráter identitário, percebemos que a africanidade se apresenta como um elemento de identificação coletiva, proporcionando a formação de laços e relações como base numa origem em comum, fazendo assim com que o grupo se reconheça e se fortaleça no espaço em que se encontra. O que acaba promovendo também uma identidade-resistência frente aos padrões culturais e pedagógicos norteados pelo eurocentrismo, à medida que entendemos essas identidades e subjetividades negras, como saberes estético-corpóreos no sentido apontado por Nilma Lino Gomes (2016). Somando-se a visão de Gadea, destaca-se a definição proposta pela pedagoga Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2005). No artigo *Aprendizagens e ensinamentos das africanidades brasileiras*, a autora busca apresentar essa noção de africanidade em sua confluência com os aspectos da cultura brasileira. Com isso, Silva destaca que:

Ao dizer africanidades brasileiras estamos nos referindo às raízes da cultura brasileira que têm origem africana. Dizendo de outra forma, estamos, de um lado, nos referindo aos modos de ser, de viver, de organizar suas lutas, próprios dos negros brasileiros, e de outro lado, às marcas da cultura africana que, independentemente da origem étnica de cada brasileiro, fazem parte do seu dia-a-dia (SILVA, 2005, p. 155).

Neste sentido, a autora também atenta para a conotação ampla do termo que possibilita também o uso do conceito e de suas bifurcações como afrodescendentes e afrodescendência, passíveis de serem assumidos por pessoas não-negras. Em relação aos usos próprios dos sujeitos negros, o conceito ganha sentido mais identitário e central na subjetividade e experiência social desses grupos. Para esse aspecto, a autora chama atenção para a relação de uma volta às origens étnicas e dos impactos que essa conexão

causam na percepção de si e de mundo nesses indivíduos. Essas questões, foram evidenciadas nas falas e associações realizadas pelo senhor Claudio, que após ter conhecimento da procedência étnica de Lívia, passou a referir-se aos seus antepassados como afrodescendentes.

Assim esse pertencimento africano passou a ser incorporado como parte da identidade familiar e contribuiu também para que se imprimisse um perfil identitário sobre a Lívia, de modo que passaria então a ganhar uma etnicidade mais corpórea e possíveis caminhos de sociabilidade como apresentamos no capítulo anterior. Além desse aspecto, outro dado que suscitou uma novidade para o senhor Claudio foi a associação do bisavô João Baptista da Silva, à escravidão, algo que problematizamos anteriormente como uma das lacunas pertinentes da memória familiar, que talvez tenha sido silenciada. Em contraponto a esta questão, nota-se nas memórias e nas estratégias da família Baptista da Silva, o papel da educação como principal plataforma para a inserção social. Esse aspecto foi salientado e reforçado pelo senhor Claudio, na seguinte afirmação sobre a trajetória familiar:

Sr. Claudio: - Em tese eles tiveram uma posição de realce na sociedade porto-alegrense, eles tinham projeção face à posição que o pai ocupava. Essa posição do major proporcionou aos filhos uma condição para que pudessem se educar e posteriormente galgarem posições através do concurso público. Pra mim esse é o exemplo que fica. E esse exemplo a gente trás até agora, desde quando nós casamos passamos a nos ombrear em torno desse propósito. Fizemos pós-graduação juntos em Planejamento Governamental e outros cursos também, aí cada um na sua área²⁹⁹.

Nesta fala, podemos evidenciar que o projeto educacional iniciado pela família em finais do século XIX, foi uma prática constante nas gerações seguintes, apresentando-se como um modelo norteador para estabilidade e organização familiar. Além do curso de pós-graduação compartilhado com sua esposa dona Maria Helena, o senhor Claudio também possui formação em Direito e Pedagogia, tendo lecionado por 10 anos na área de Direito Usual e Legislação Aplicada em escolas do 2º Grau. Também foi Defensor Público do Estado, órgão pelo qual é aposentado. Já sua esposa, dona Maria Helena, tem formação na área da saúde, é Farmacêutica Bioquímica aposentada pela Secretaria da Justiça do Estado.

Esse percurso de projeção social e cultural por meio da educação, também é visível na geração dos filhos do casal, que a educação se apresenta como um caminho viável na obtenção de melhores condições de vida, e assim, acabam dando continuidade

²⁹⁹ Entrevista realizada em 27 ago. 2019, Porto Alegre. Entrevistador: Vitor Costa.

à trajetória ascendente desse grupo familiar. Senhor Claudio e dona Maria Helena têm 4 filhos: 3 mulheres e 1 homem. A filha mais velha, Karen Luise Vilanova Batista de Souza Pinheiro, assim como o pai, é formada em Direito e atualmente atua como juíza na 1ª Vara do Júri de Porto Alegre, o filho Carlos Vinicius Batista de Souza, tem formação na área de fotografia, cursou BA Photography na Universidade de Westminster em Londres, e atualmente trabalha na Apple. As demais filhas, Leticia Maria Brasil, é auditora da Controladoria Geral da União, e Gabriela Cristina Vilanova Batista de Souza, tem formação em Música, e atualmente é violinista na Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA). Percebemos que o fato dos descendentes atuais do major João Baptista da Silva terem trilhado caminhos distintos em torno de sua formação educacional e profissional, denota mais uma vez a condição da família em proporcionar diferentes possibilidades e estratégias para alcançarem seus objetivos. Além disso, compreendo que a pluralidade de áreas do conhecimento que a família apresenta hoje, contribui para enfatizar a presença e a representatividade negra nos espaços em que se encontram.

Neste sentido, é importante salientar o protagonismo negro e feminino que a filha, Karen Luise, vem desempenhando na magistratura do Estado do Rio Grande do Sul. Parafraseando a escritora Jurema Werneck (2000), podemos afirmar que os passos de Karen vem de longe, não apenas na referência do pai, como apontamos, mas também, na trajetória do tio-bisavô Baptista Junior, que como vimos no primeiro capítulo, também destacou-se na área jurídica. Ao assumir a 1ª Vara do Júri de Porto Alegre em 2018, Karen passou a somar à pequena parcela de negros existentes na linha de frente do poder Judiciário gaúcho, que de acordo com os dados, dos 617 juízes do Estados, apenas dois são autodeclarados negros, sendo assim, a única mulher negra a ocupa este espaço. A baixa presença negra nesses espaços de poder, refletem as dinâmicas do racismo estrutural presente em nossa sociedade brasileira, demonstrando que simplesmente o fato de pessoas negras conseguirem burlar esta estrutura, já representa um ato político. Assim, a condição de ser a única juíza negra no Estado, faz com que sua atuação desempenhe mais um caráter de resistência do que propriamente de existência naquele espaço. E esta noção pode ser percebida no posicionamento de Karen frente as questões raciais na magistratura. Em recente entrevista ao site *Brasil de Fato*, apontou para essas questões:

BDF: - Como tu analisas a questão da representatividade, tu és a única mulher negra juíza aqui no estado, quais são os principais desafios?

Karen: - É muito importante que compreendamos que não basta apenas termos pessoas negras nesses espaços, essa representatividade tem que ser uma

representatividade crítica. Alguém que, enquanto ser humano negro, entenda toda a nossa história³⁰⁰.

Essa afirmação enfática em torno da representatividade e da importância de se ter um entendimento sobre a história negra, é algo que não está expressado apenas na sua teorização, mas também é uma prática recorrente em suas reflexões sobre sua trajetória enquanto juíza. Podemos perceber essa relação numa entrevista de 2018 que concedeu à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em razão de ter recebido o troféu Carlos Santos daquele mesmo ano. Na entrevista, ressaltou sua trajetória pessoal e profissional, iniciando pelo seguinte ponto:

Sou preta, descendente de escravos, minha família se reconhece como negra, sabemos da nossa origem. Mas é muito importante a gente conseguir encontrar nossa ancestralidade, e nos últimos tempos, tem sido realizada pesquisas com relação a nossa família e descobrimos então de onde viemos e isso é muito importante para o indivíduo e para a formação da sua subjetividade. E as pesquisas revelaram um registro da escrava Lívia, ela foi batizada como Lívia Baptista, veio aos 15 anos, adquirida na Costa da Mina. Essa é minha tetravó, minha ancestralidade. Ela acabou morando no centro da cidade, na Rua General Canabarro, na casa da família em que ela era escrava, e que depois a minha família passou a residir nessa casa³⁰¹.

Nas palavras proferidas por Karen, podemos evidenciar a africanidade sendo acionada para um uso político e identitário, visto que buscou enfatizar como as descobertas em torno das origens familiares, estão sendo importantes para composição de sua identidade e subjetividade enquanto mulher negra. Embora tenha recorrido a sua atuação, como título de exemplo, para compreender os impactos que a pesquisa acadêmica vem realizando nos membros da família, entendo que os demais irmãos, também compartilham as mesmas percepções em torno da valorização da trajetória familiar, bem com, conectam-se à sua maneira com a ancestralidade africana evocada na figura de Lívia. Enfatizo que o ponto central da análise proposta aqui, busca refletir sobre como as memórias africanas e consequentemente da escravidão foram acionadas de forma ressignificada, representando um aporte para o fortalecimento da identidade negra da família de modo geral.

³⁰⁰ PINHEIRO, Karen. “**Temos uma sociedade escravocrata**”, afirma única juíza negra do Rio Grande do Sul. Entrevista concedida à Fabiana Reinholz e Katia Marko. Brasil de Fato [online], 11 mar, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/11/temos-uma-sociedade-escravocrata-afirma-unica-juiza-negra-do-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 26.06.2020.

³⁰¹ PINHEIRO, Karen. **Com militância na comunidade negra, juíza recebe troféu Carlos Santos**. Entrevista concedida à Neiva Alves. Rádio ALRS [online], 23 nov, 2018. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/radioal/Detail/tabid/758/IdMateria/17473/Default.aspx>. Acesso em: 24.06.2020.

Neste sentido, a identidade social da família constitui-se ainda nas gerações contemporâneas, com fortes referências do passado familiar. Essa perspectiva, corrobora para discorrermos novamente sobre a memória a partir das análises de Michael Pollack (1992), no ponto em que chama atenção para as influências da memória na formação da identidade social do indivíduo. O autor destaca que no jogo memória e identidade, a memória, contribui para a reconstrução de si na qual o indivíduo busca uma imagem para si próprio e também na representação de si que deseja passar para os demais. Desta forma, Pollack entende que:

Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (POLLACK, 1992, p. 204).

Este aspecto da reconstrução da identidade e a maneira em que o sujeito deseja que essa imagem seja percebida pelo outro, caracteriza o processo natural em que se dá a construção identitária, seja ela qual for. Podemos evidenciar esse mesmo sentido, na fala de Karen descrita anteriormente, onde pontua sua ascendência e o lugar social do qual sua família originária, como um ponto diacrítico para sua identidade. Assim como também se percebe que no caso da família Baptista da Silva, a memória que vem promovendo essa reconstrução identitária, está centrada na africanidade evocada através da figura da matriarca Lívia.

Com isso, destacamos que além da trajetória ascendente que a família adquiriu no pós-abolição, o passado africano e escravizado também faz parte das relações de memória na contemporaneidade e vem sendo evidenciado no mesmo aspecto de valorização e dignificação da trajetória familiar. Este aspecto, nos faz refletir sobre as considerações realizadas por Hebe Mattos (2005), ao evidenciar a maneira em que os descendentes de escravizados na década de 1980 lidavam com essas memórias e compunham suas identidades sociais. A partir dessa perspectiva, a autora destaca que a maioria dos entrevistados imprimiam uma dificuldade em relatar sobre seus antepassados escravizados, fosse por falta de uma memória genealógica, ou por não se sentirem confortáveis em conectarem-se a esse passado. Mattos (2005, p. 54) destaca que se evidenciava assim, “as dificuldades de construir uma identidade socialmente positiva com base na vivência da escravidão”. Notamos que atualmente essa noção foi ressignificada

em virtude das novas abordagens em torno da história das populações negra no Brasil, e como este debate apresenta-se com mais interação no espaço não acadêmico, permitindo com que as pessoas negras busquem cada vez mais reivindicarem suas origens sob uma ótica mais ampla em torno da presença negra na sociedade.

Esse pensamento se encontra evidente na trajetória da família Baptista da Silva, e podemos afirmar que este estudo também contribuiu para que o senhor Claudio se interessasse cada vez mais em investigar o passado familiar e envolvendo-se com mais dinamicidade em questões ligadas a pesquisa. Com o advento da pesquisa, passou visitar arquivos, participar de eventos e informar-se mais sobre questões ligadas a escravidão e o pós-abolição. Demonstrando a parcela significativa de sua colaboração na construção dessa pesquisa, envolvendo-se não apenas por meio da oralidade e do arquivo familiar, mas também como um motivador e entusiasta da pesquisa.

Considerações Finais

Esta pesquisa procurar dar luz à trajetória de uma família negra na região sul do país, com o intuito de evidenciar o protagonismo negro adquirido no espaço urbano, sem deixar de levar em consideração as raízes africanas e o passado escravagista que entrecruzou o grupo familiar. Desta forma, evidenciamos que foi possível descortinarmos a problemática central desta pesquisa, que girou em torno da visibilidade de famílias negras e suas redes de sociabilidade, pois se tratando do lócus geográfico em que nos debruçamos, compreendo que ainda estamos na fase de desconstruir a invisibilidade negra no Brasil Meridional.

Neste sentido, apresentar a família Baptista da Silva torna-se relevante para problematizarmos e inserirmos cada vez mais a população negra gaúcha nos debates e discussões que se referem as experiências negras durante a escravidão e no pós-abolição. Contudo, saliento que ao meu ver, embora os apontamentos acerca do contexto familiar durante à escravidão tenha apresentado interessantes olhares e perspectivas a serem desdobrados, ressalto que as contribuições relacionadas ao pós-abolição deflagram o protagonismo negro da família Baptista da Silva. Além disso, o pós-abolição pode ser entendido como ponto central para a análise da trajetória dessa família, a partir do jornal *O Exemplo*.

O periódico apresentou-se desde os primórdios dessa pesquisa como uma fonte norteadora para perscrutar a trajetória familiar no espaço urbano de Porto Alegre e apontar outras fontes e problemáticas que se somariam a este estudo. Com isso, percebo também os ganhos que este trabalho apresenta para os estudos relacionados ao jornal *O Exemplo*, somando-se ao rol de pesquisas que englobam o periódico em sua pluralidade temática. Ao adensarmos a trajetória dos membros do jornal, estamos indo além do periódico e contribuindo para humanizar e dar cara à essa imprensa negra gaúcha, demonstrando as articulações com diferentes segmentos sociais e sujeitos múltiplos que estavam em constante contato com o jornal. No primeiro capítulo onde evidenciamos que os vínculos de amizade entre Felipe Baptista da Silva e Marcílio Freitas, remontavam um período anterior à entrada de Felipe na folha, percebemos um importante detalhe que nos condiciona a olhar o periódico e evidenciar que além de colegas de redação, seus caminhos e interesses perpassavam outras experiências que seriam posteriormente discutidas e explanadas nas páginas do semanário.

Assim como o jornal *O Exemplo*, outro elemento que apresenta certo destaque na trajetória da família Baptista da Silva, foi a casa da Rua General Canabarro nº 23. A antiga residência da família, pode ser observada como uma chave de leitura importante para a pesquisa, devido a potencialidade que apresentou na complexificação da experiência familiar. Destaco essa relevância ao observarmos que a casa, perpassou os três capítulos da dissertação demonstrando-se assim, um interessante fio condutor para adentrarmos nas relações familiares, devido sua representação material do espaço familiar, além do fato de proporcionar um norte para estabelecer o diálogo dos tempos que buscamos apresentar ao longo desta dissertação. Podemos evidenciar as diferentes representações e sentidos que a casa produziu ao perpassar os três capítulos desse estudo.

No primeiro capítulo buscamos aponta-la como um espaço de sociabilidade justamente por estar localizada num território estrategicamente propício para a inserção social e estabelecimento de redes de sociabilidade, a parte central da cidade. Se no primeiro capítulo explorarmos a contribuição que desempenhou na busca de afirmação social, no segundo capítulo, a casa apresenta um viés que contrasta o protagonismo dos Baptista da Silva no início do século XX, e remonta ao século XIX onde a família estava imersa no contexto escravista e a casa naquele momento representava então a casa senhorial. No terceiro e último capítulo, observamos um papel distinto que a casa figurou nas linhas descritas, onde além de apresentar uma confluência entre as duas representações enfatizadas nos capítulos antecessores, neste ponto da dissertação, a casa

foi analisada sob a ótica da memória e da afetividade, sentidos que estavam intimamente ligados a pessoa do senhor Claudio.

Com isso, na medida que elencávamos questões referentes à antiga casa da família, de certa forma nunca estivemos falando sobre uma única casa, mas sim, as diferentes “casas” no sentido de significados produzidos. Neste sentido, compreendo que a partir da casa da Rua General Canabarro nº 23, é possível se ter uma noção das dimensões que este estudo apresenta em torno de uma trajetória familiar negra, e todas as complexificações e ramificações que esta temática nos proporciona.

No que tange aos caminhos de pesquisa que esta dissertação aponta, compreendo que podemos inserir no bojo das análises futuras a verticalização das redes de sociabilidade, sobretudo investir no mapeamento de outras famílias negras que estiveram em constante contato com a família Baptista da Silva. Esta perspectiva remonta a ideia inicial que estruturava esta dissertação quando ainda se encontrava na fase do projeto de pesquisa, naquele momento, a ideia inicial era evidenciar as famílias negras em torno do jornal *O Exemplo*, e as articulações sociais que compartilhavam entre si. Mesmo adensando a trajetória da família Baptista da Silva, foi possível pincelar outros sujeitos e famílias como os notáveis, Marcílio Freitas e José da Silva Dias, dois expoentes do jornal *O Exemplo*, e a família Jeanselme da Silva, que além da rede de sociabilidade também estabeleceu vínculos de compadrio com os Baptista da Silva. Assim, o cruzamento de diferentes trajetórias congrega as perspectivas dos estudos biográficos e dos estudos de micro-análise que buscam sempre enfatizar as características das biografias coletivas e dos indivíduos em rede, conceitos que considero indispensáveis ao tratar da experiência negra social.

Dentre as questões que não puderam ser contempladas nesta dissertação e que apresentam um grande potencial de pesquisa, destaco sobretudo os cartões de namoro do casal Felipe e Ercília. Além de notabilizar mais uma vez a importância dos acervos familiares e a manutenção desses objetos de memória, em termos de uso do objeto como fonte histórica, nos possibilitaria conjecturar aspectos afetivos da trajetória de Felipe e Ercília. Outro ponto importante estaria relacionado a possibilidade de pensarmos Felipe numa perspectiva interseccional, evidenciando as dimensões da masculinidade negra no início do século XX, onde nosso personagem poderia ser explorado por meio da sensibilidade poética contida nos referidos cartões. Contudo, essa fonte não foi disponibilizada pelo senhor Claudio para que pudéssemos inferir as análises descritas, justamente por se tratar de um objeto que detém um maior zelo. Porém, concluo que as

circunstâncias foram propícias, pois se caso tivéssemos utilizados os cartões, estes acabariam sendo analisados de forma superficial, em razão de não ter um domínio dos assuntos que acabariam sendo norteados pela natureza da fonte. Algo que talvez possa ser desenvolvido futuramente.

Ademais, compreendo que as discussões aqui levantadas além de contribuir para a complexificação dos estudos referentes as trajetórias negras, sobretudo as que dizem respeito as famílias negras sejam na escravidão ou no pós-abolição, foi possível também estender esse diálogo dos tempos com a relação familiar na contemporaneidade. Demonstrando ainda, o potencial do acervo familiar para ampliar o estudo da história negra, entrecruzando fontes com referenciais memorialísticos e afetivos, essa pluralidade de ferramentas de pesquisa nos impulsiona a diversificar cada vez mais nossas lentes de observação do passado. Por mais que este estudo de caso apresente-se como um ponto fora da curva, podemos afirmar que esta trajetória construída pelos membros da família Baptista da Silva, não encontra-se isolada em seu tempo e espaço, bem como o senhor Claudio apesar de ser uma exceção à regra em relação a preservação da memória familiar, há de ter outros que partilham desse mesmo sentimento. Caberá a pesquisa desvelar esses sujeitos históricos e trazê-los para a luz dos nossos tempos. Ou então, contarmos com a serendipidade e os caminhos próprios da história para que outros Baptista da Silva passem a figurar como exemplos positivos de uma identidade negra.

FONTES

Fontes Manuscritas

Arquivo Público do Estado Rio Grande do Sul – APERS

APERS – Cartório do Júri de Porto Alegre. Queixa-crime, maço 113, n. 1792. Escola Médico-Cirúrgica, 1925.

APERS – 2º Cartório do Cível e Crime de Porto Alegre, maço 65, n. 992. Réu: Epifânio Américo dos Santos. Vítima: Pedro Conservando de Oliveira, 1919.

APERS – 2º Cartório do Cível e Crime de Porto Alegre, maço 67, n. 1031. Ré: Leopoldina Krall, 1919.

APERS – Cartório do Júri de Porto Alegre. Assistência judiciária, maço 5, n. 339. Requerente: Maria Delphina Baptista da Silva, 1938.

APERS – Comarca de Porto Alegre. Inventário, maço 44, n. 4047. Inventariado: Fernando Alves Cardoso. Inventariante: Maria Delphina Baptista da Silva Cardoso, 1916.

APERS – Comarca de Porto Alegre. Inventário, maço 13, n. 16. Inventariado: Calisto Felizardo de Araújo. Inventariante: João Baptista da Silva, 1910.

APERS – Comarca de Porto Alegre. Inventário, maço 15, n. 428. Inventariada: Claudina Rosa de Araújo. Inventariante: Antônio Álvaro de Araújo, 1872.

APERS – Comarca de Porto Alegre. Inventário, maço 12, n. 217. Inventariado: Álvaro José de Araújo. Inventariante: Antônio Álvaro de Araújo, 1854.

APERS – 3º Tabelionato de Porto Alegre. Carta de Alforria, livro 6 de Registros diversos. Senhora: Alexandrina Rosa de Araújo. Alforriado: Juvenal, 1883.

APERS – Comarca de Porto Alegre. Inventário, maço 16, n. 320. Inventariado: Elias Francisco de Araújo. Inventariante: Claudina Rosa de Araújo, 1864.

APERS – 2º Tabelionato de Porto Alegre. Carta de Alforria, livro 19 de Registros diversos. Senhor: Firmiano Antônio de Araújo. Alforriada: Henriqueta, 1870.

APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre. Carta de Alforria, livro 21 de Registros diversos. Senhor: Firmiano Antônio de Araújo. Alforriado: Antônio, 1872.

APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre. Carta de Alforria, livro 21 de Registros diversos. Senhor: Firmiano Antônio de Araújo. Alforriada: Leonor, 1873.

APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre. Carta de Alforria, livro 25 de Registros diversos. Senhor: Firmiano Antônio de Araújo. Alforriada: Maria, 1878.

APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre. Carta de Alforria. Livro 27 de Registros diversos. Senhor: Firmiano Antônio de Araújo. Alforriada: Luiza, 1883.

APERS – 2º Tabelionato de Porto Alegre. Carta de Alforria, livro 1 de Registros diversos. Senhor: Firmiano Antônio de Araújo. Alforriada: Izolina, 1878.

APERS – 3º Tabelionato de Porto Alegre. Carta de Alforria, livro 6 de Registros diversos. Senhor: Firmiano Antônio de Araújo. Alforriada: Narciza, 1884.

APERS – Documentos da escravidão: Escravidão, liberdade e tutela, vol. 1, n. 2728. Tutelado: Tolentina. Tutor: Firminiano Antônio Araújo, 1884.

APERS – Documentos da escravidão: Escravidão, liberdade e tutela, vol. 1, n. 1054. Tutelado: Procópio. Tutor: Firmiano Antônio de Araújo, 1887.

APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre. Carta de Alforria, livro 21 de Registro diversos. Senhora: Claudina Rosa de Araújo. Alforriado: José, 1871.

APERS – Comarca de Porto Alegre. Inventário, maço 15, n. 428. Inventariada: Claudina Rosa de Araújo. Inventariante: Antôni de Araújo, 1872.

APERS – Documentos da escravidão: compra e venda de escravos, vol. 1. Compradora: Claudina Rosa de Araújo. Escrava: Tereza.

APERS – Documentos da escravidão: compra e venda de escravos, vol. 2. Vendedor: Antônio Álvaro de Araújo. Escravo: João, 1874.

APERS – Comarca de Porto Alegre. Prestação de Contas do testamento, maço 88, n. 3275. Testamenteira: Delfina Rosa de Araújo. Prestador: Antônio Álvaro de Araújo, 1889.

APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre. Carta de Alforria, livro 8 de Registros diversos. Senhora: Maria Antônia Soares. Alforriada: Deolinda, 1826.

APERS – Comarca de Porto Alegre. Inventário, maço 47, n. 834. Inventariado: Antônio Álvaro de Araújo. Inventariante: João Baptista da Silva, 1896.

APERS – Comarca de Porto Alegre. Tutoria, n. 244. Tutor: Major João Baptista da Silva. Tutelados: Felipe Baptista da Silva Junior e Joanna Maria de Lourdes, 1923.

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre - AHCMPA

AHCMPA – Livro de Casamentos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Porto Alegre, livro n. 2 (1911-1913). Noivos: Felipe Baptista da Silva e Ercília Eutrópia dos Santos, folha 89, 1912.

AHCMPA – Livro de Batismos da Catedral de Porto Alegre, livro n. 29 (1897-1898). Batizanda: Maria Delphina, folha 29, 1897.

AHCMPA – Livro de Batismos da Igreja de Nossa Senhora das Dores de Porto Alegre, livro n. 9 (1891-1895). Batizando: João, folha 12, 1891.

AHCMPA – Livro de Casamentos da Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Porto Alegre, livro n. 4 (1874-1888). Noivos: João Baptista da Silva e Francisca Soares de Lima, folha 49, 1880.

AHCMPA – Livro de Batismos de escravos da Paróquia da Madre de Deus de Porto Alegre, livro n. 7 (1850-1864). Batizando: João, folha 71, 1856.

AHCMPA – Livro de Óbitos da Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Porto Alegre, livro n. 4 (1877-1882). Falecido: Rafael, folha 95, 1882.

AHCMPA – Livros de Óbitos da Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Porto Alegre, livro n. 7 (1888-1890). Falecido: Cipriano, folha 58, 1890.

AHCMPA – Livro de Batismos da Capela Senhor dos Passos de Porto Alegre, livro n. 1 (1894-1911). Batizanda: Maria Magdalena, folha 2, 1894.

AHCMPA – Livro de Casamentos da Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Porto Alegre, livro n. 4 (1874-1888). Noivos: Apollinário Manoel da Silveira e Felicidade Baptista da Silva, folha 83, 1882.

AHCMPA – Livro de Óbitos da Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Porto Alegre, livro n. 6 (1885-1888). Falecida: Josepha Pinheiro de Sales, folha 17, 1885.

AHCMMPA – Livro de Casamentos da Madre de Deus de Porto Alegre, livro n. 4 (1828-1839). Noivos: Marcos Pinheiro e Josepha Maria dos Passos, folha 76, 1831.

AHCMMPA – Livro de Óbitos da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, livro n. 15 (1914-1939). Falecido: Major João Baptista da Silva, folha 93, 1937.

AHCMMPA – Livro de Batismos de escravos da Paróquia da Madre de Deus de Porto Alegre, livro n. 6 (1846-1850). Batizando: Lívia, Pacífico e Thomas, folha 198, 1849.

AHCMMPA – Livro de Batismos de escravos da Paróquia da Madre de Deus de Porto Alegre, livro n. 7 (1850-1864). Batizando: João, folha 72, 1856.

AHCMMPA – Livro de Batismos de escravos da Paróquia da Madre de Deus de Porto Alegre, livro 7 (1850-1864). Batizanda: Sophia, folha 86, 1857.

AHCMMPA – Livro de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora das Dores, livro n. 2 (1859-1861). Batizando: Paulo e Thomé, folha 3, 1859.

AHCMMPA – Livro de Óbitos da Paróquia de Nossa Senhora das Dores, livro n. 1 (1859-1862). Falecidos: Paulo e Thomé, folha 3, 1860.

AHCMMPA – Livro de Casamentos da Paróquia da Madre de Deus de Porto Alegre, livro n. 5 (1839-1848). Noivos: Antônio Álvaro de Araújo e Delfina Rosa de Araújo, folha 94, 1843.

AHCMMPA – Livro de Batismos da Paróquia da Madre de Deus de Porto Alegre, livro n. 6 (1820-1828). Batizanda: Delfina Rosa de Araújo, folha 180, 1824.

AHCMMPA – Livro de Batismos da Paróquia de Bom Jesus de Triunfo, livro n. 4 (1801-1843). Batizando: Antônio Álvaro de Araújo, folha 182, 1819.

AHCMMPA – Livro de Batismos da Paróquia da Madre de Deus de Porto Alegre, livro n. 4 (1831-1841). Batizando: Manoel, folha 110, 1835.

AHCMMPA – Livro de Batismos da Paróquia da Madre de Deus de Porto Alegre, livro n. 5 (1831-1841). Batizando: Francisco, folha 41, 1839.

AHCMMPA – Livro de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Porto Alegre, livro n. 3 (1869-1875). Batizando: Sabino, folha 82, 1872.

AHCMMPA – Livro de Batismos de livres da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre, livro n. 1 (1844-1850). Batizanda: Felicidade, folha 59, 1846.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRS

AHRS – Livro de Proposta para sócios da Sociedade Beneficência Porto-Alegrense, vol. 54, cod. 32, 1884-1885.

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – IHGRGS

IHGRGS – Planta de Porto Alegre 1881. CD Cartografia Virtual Histórica-Urbana de Porto Alegre: século XIX e início do XX. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2005.

Arquivo Histórico da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre – AHSCMPA

AHSCMPA – Sessão extraordinária da Mesa Administrativa. Ata, jan/fev/maio, 1916.

AHSCMPA – Registro dos Expostos lançados na Roda, livro n. 3 (1843-1934). Exposta: Maria Magdalena, folha 21, 1894.

AHSCMPA – Livro de Óbitos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, livro n. 21 (1897-1900). Falecida: Francisca Baptista da Silva, folha 120, 1898.

AHSCMPA – Registro dos Expostos lançados na Roda, livro 5 (1853-1869). Exposto: Reduzino, nº 587, 1854.

AHSCMPA – Registro dos Expostos lançados na Roda, livro 5 (1853-1869). Exposto: Manoel, nº 594, 1854.

AHSCMPA – Registro dos Expostos lançados na Roda, livro 5 (1853-1869). Exposto: Henriqueta, nº 596, 1854.

AHSCMPA – Registro dos Expostos lançados na Roda, livro 5 (1853-1869). Exposto: Maria Salomé, nº 664, 1855.

AHSCMPA – Termo de Juramento de Irmão, nº 1749, folha 173. João Baptista da Silva, 1896.

AHSCMPA – Sessão de Assembleia Geral dos Irmãos, 1916-1918.

Jornais

***A Federação* – Hemeroteca Digital**

Notas e artigos

“Posse dos funcionários”, *A Federação*, 11 abr. 1913, p. 4.

“Correios e Telégrafos”, *A Federação*, 25 fev. 1911, p. 1.

“Guarda Nacional”, *A Federação*, 27 dez. 1909, p. 1.

“Editais e Nominatas”, *A Federação*, 22 fev. 1907, p. 3.

“Faculdade de Medicina Homeopática”, *A Federação*, 22 fev. 1914, p. 9.

“Resultado da eleição”, *A Federação*, 30 mar. 1891, p. 1.

“Atheneu Litterário”, *A Federação*, 23 maio. 1918, p. 3.

“Exames – Colégio Anchieta”, *A Federação*, 10 dez. 1907, p. 1.

“Exames – Faculdade de Direito”, *A Federação*, 04 mar. 1912, p. 4.

“Atheneu Litterário”, *A Federação*, 21 out. 1913, p. 5.

“Edição”, *A Federação*, 16 dez. 1912, p. 5.

- “Um crime”, *A Federação*, 12 nov. 1919, p. 5.
 “Juiz de paz”, *A Federação*, 29 mar. 1890, p. 2.
 “Criança achada”, *A Federação*, 28 maio. 1894, p. 4.
 “Missa”, *A Federação*, 13 mar. 1928, p. 3.
 “Necrologia – Major João Baptista da Silva”, *A Federação*, 11 jan. 1937, p. 2.
 “A Porto-Alegrense”, *A Federação*, 26 mar. 1886, p. 2.
 “Em uma das vitrines...”, *A Federação*, 21 mar. 1893, p. 2.
 “Varias”, *A Federação*, 05 abr. 1909, p. 4.
 “Eleição”, *A Federação*, 09 dez. 1907, p. 3.
 “N.S. do Rosário – A festa”, *A Federação*, 28 set. 1906, p. 2.
 “Centro Porto-Alegrense”, *A Federação*, 18 fev. 1907, p. 2.
 “Centro Porto-Alegrense”, *A Federação*, 01 abr. 1916, p. 4.
 “Escola Complementar”, *A Federação*, 27 dez. 1914, p. 1.
 “Bloco Litterário...”, *A Federação*, 20 out. 1908, p. 1.
 “Festa Republicana”, *A Federação*, 17 nov. 1906, p. 2.
 “Júlio de Castilhos – A romaria”, *A Federação*, 24 out. 1912, p. 1.
 “Vida social – Missa”, *A Federação*, 10 jul. 1914, p. 3.
 “Hurrah pelo 3º distrito”, *A Federação*, 16 ago. 1884, p. 1.

O Mensageiro – Hemeroteca Digital

Notas e artigos

- “Lista dos Jurados do 1º Distrito desta cidade de Porto Alegre”, *O Mensageiro*, 12 jan. 1836, p. 4.

Relatório dos Presidentes das Províncias Brasileiras – Hemeroteca Digital

Notas e artigos

- “Relatório da Província do Rio Grande do Sul”, *Relatório dos Presidentes das Províncias Brasileiras*, 13 abr. 1868, p. 12.

O 7 de abril – Hemeroteca Digital

Notas e artigos

- “Movimento do Porto”, *O 7 de abril*, 04 fev. 1839, p. 4.

Jornal do Comércio – Hemeroteca Digital

Notas e artigos

- “Movimento do Porto”, *Jornal do Comércio*, 23 out. 1841, p. 4.

Jornal da Província de Santa Catarina – Hemeroteca Digital

Notas e artigos

- “Bom emprego de dinheiro”, *Jornal da Província de Santa Catarina*, 15 set. 1872, p. 3.

***O Exemplo* – Cultural Digital e IHGRGS**

Notas, artigos e poemas

- “Rápida biografia do extinto”, *O Exemplo*, 12 ago. 1923, p. 1.
- “O velório”, *O Exemplo*, 12 ago. 1923, p. 1.
- “As cerimônias fúnebres”, *O Exemplo*, 12 ago. 1923, p. 1.
- “Uma homenagem”, *O Exemplo*, 12 ago. 1923, p. 1.
- “Convívio social”, *O Exemplo*, 28 jul. 1923, p. 2.
- FIGUEIREDO, J.B. “Uma nova e desoladora apunhalante”, *O Exemplo*, 12 ago. 1923, p.1.
- “As pessoas presentes”, *O Exemplo*, 12 ago. 1923, p. 2.
- “As coroas e bouquets enviados”, *O Exemplo*, 1923, p. 2.
- FREITAS, Marcílio Francisco da Costa. “Palavras amargas”, *O Exemplo*, 12 ago. 1923, p. 2.
- “Felippe Baptista da Silva”, *O Exemplo*, 10 ago. 1924, p. 2.
- “Baptista Junior”, *O Exemplo*, 31 out. 1920, p. 1.
- “A redação, *O Exemplo*, Nossa data tricenal e 7º aniversário da nova fase”, *O Exemplo*, 02 jan. 1922, p. 1.
- “Arrojo de peralvilhos”, *O Exemplo*, 16 abr. 1916, p. 1. Dr. Alcides Feijó das Chagas “Dr. Alcides Feijó das Chagas Carvalho”, *O Exemplo*, 04 fev. 1917, p. 1.
- CARVALHO, Alcides F.C. “A guisa da despedida”, *O Exemplo*, 21 jan. 1917, p. 1.
- “O novo diretor d’*O Exemplo*”, *O Exemplo*, 21 jan. 1917, p. 1.
- CAMPOS, Flávio. “Carta aberta ao João Baptista da Silva Junior”, *O Exemplo*, 28 jan. 1917, p. 1.
- FLAVIUS, “Contra o analfabetismo”, *O Exemplo*, 11 fev. 1917, p. 1.
- “Da Educação – A família”, *O Exemplo*, 18 mar. 1917, p. 1.
- “Expulso por ser preto”, *O Exemplo*, 22 abr. 1917, p. 1.
- “Expulso por ser preto”, *O Exemplo*, 08 abr. 1917, p. 1.
- “Ainda o caso da expulsão de um aluno por ser preto”, *O Exemplo*, 06 maio, 1917, p.1.
- “De quando em vez”, *O Exemplo*, 19 ago. 1917, p. 1.
- “Fatos e Ocorrências – José do Patrocínio”, *O Exemplo*, 04 mar. 1917, p. 2.
- “Pró herma José do Patrocínio”, *O Exemplo*, 25 mar. 1917, p. 2.
- “Grêmio D. Carlos Gomes”, *O Exemplo*, 03 dez. 1916, p. 3.
- “Festivais Artísticos”, *O Exemplo*, 29 jul. 1917, p. 2.
- “Festivais Artísticos”, *O Exemplo*, 19 ago. 1917, p. 1.
- “Festivaes Artísticos”, *O Exemplo*, 26 ago. 1917, p. 2.
- “Em torno de uma noite de arte”, *O Exemplo*, 08 jul 1917, p. 2.
- DIAS, Joé da Silva. “Exm. Sr. Dr. João Baptista da Silva Junior”, *O Exemplo*, ago. 1917, p. 1.
- PEREIRA, Raimundo A. “No além”, *O Exemplo*, 29 out. 1922, p. 1.
- “Sociedade Espírita Dias da Cruz”, *O Exemplo*, 18 mar. 1917, p. 2.
- “Pela imprensa”, *O Exemplo*, 14 set. 1919, p. 2.
- PINTO, Mario. “Baptista Junior”, *O Exemplo*, 12 dez. 1920, p. 1.
- OLIVEIRA, Cecilia R. “Eternidade”, *O Exemplo*, 06 jan. 1921, p. 3.
- JUNIOR, Baptista. *O Exemplo*, 1921, p. 2. (poema autoral póstumo)
- “Baptista Junior, Homenagem d’*O Gaúcho*”, *O Exemplo*, 23 jan. 1921, p. 1.
- “Beneficência Porto-Alegrense”, *O Exemplo*, 24 mar. 1918, p. 2.
- “Archi-confraria de N.S. do Rosário”, *O Exemplo*, 09 mar. 1919, p. 2.
- “Archi-confraria de N.S. do Rosário”, *O Exemplo*, 09 out. 1904, p. 3.

- “Nomeação”, *O Exemplo*, 05 jun. 1904, p. 2.
“Ao que viemos”, *O Exemplo*, 05 out. 1902, p.1
“Convívio Social”, *O Exemplo*, 03 set. 1916, p. 3.
“A Redação – O Exemplo”, *O Exemplo*, 11 dez. 1892, p. 1.

Fontes Orais

Entrevistas gravadas em áudio

Entrevista com o senhor Claudio Batista de Souza no dia 23 de novembro de 2017 em Porto Alegre. Entrevistador: Vitor Costa. Tempo: 24min 34s.

Entrevista com o senhor Claudio Batista de Souza e dona Maria Helena Vilanova Batista de Souza no dia 23 de novembro de 2018 em Porto Alegre. Entrevistador: Vitor Costa. Tempo: 1h 46min.

Entrevista com o senhor Claudio Batista de Souza e dona Maria Helena Vilanova Batista de Souza no dia 27 de agosto de 2019 em Porto Alegre. Entrevistador: Vitor Costa. Tempo: 2h 13min.

Entrevistas realizadas por terceiros

Entrevista [online] com Karen Luise Vilanova Batista de Souza Pinheiro no dia 23 de novembro de 2018 em Porto Alegre. Entrevistadora: Neiva Alves – Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Entrevista [online] com Karen Luise Vilanova Batista de Souza Pinheiro no dia 11 de março de 2020 em Porto Alegre. Entrevistadoras: Fabiana Reinholz e Katia Marko - Brasil de Fato.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra. **A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900)**. 250 f. Teses (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. “Réplica – O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil”, **Revista Perseu**, ano 5, n. 7, p. 288-297, 2011.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O Jogo da Dissimulação**. Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Os necrológios e a educação da criança pela família na província do Paraná (1853-1889). **Pro-Posições** [online]. 2017, vol.28, n.1, p.81-102.

ARAÚJO, Maria Lucilia Viveiros. As práticas testamentárias paulistas da primeira metade do século XIX. **Revista História Hoje** (São Paulo), v. 3, n.9, p. 5, 2006.

ARAVANIS, Evangelia. A industrialização no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas da República: a organização da produção e as condições de trabalho (1889-1920). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 2, n. 3 jan-jul, 2010.

ASSIS, Aílton Alexandre de. **Um lampião dentro da mala: o arquivo pessoal de Octávio Leal Pacheco – memória e autobiografia**. 264 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2009.

ATAYDE, Marla Albuquerque. **Mulheres infanticidas**: O crime de infanticídio na cidade de Fortaleza na primeira metade do século XX. 256f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

AZEVEDO, Elciene. Pra inglês ver? Os advogados e a lei de 1831. In: MAMIGONIAN, Beatriz; GRINBERG, Keila (orgs). Pra inglês ver? Revisitando a lei de 1831. **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro, ano 29, n. 1/2/3, jan/dez, 2007, p. 245-281.

BAHIA, Cristina Camaratta Lins. **Aprendendo a ser negro(a)**: representações sobre educação/instrução e pedagogias culturais no jornal O Exemplo (1892-1910). 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2017.

BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intendentos**. Porto Alegre, Edipucrs, 1996.

BAREA, Mons. José. **Histórico da Igreja de N. S. do Rosário de Porto Alegre**. Porto Alegre: Cúria Metropolitana, 1941.

BERUTE, Gabriel Santos. **Dos escravos que partem para os portos do sul**: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790- c. 1825. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BITTENCOURT JR, Iosvaldyr Carvalho. Territórios Negros. In: SANTOS, Irene (Org). **Negro em Preto e Branco**: história fotográfica da população negra de Porto Alegre. Porto Alegre: Edição do Autor, 2005. p. 36-41.

BOHRER, Felipe Rodrigues. **A música na cadência da história**: raça, classe e cultura em Porto Alegre no pós-abolição. 234f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BOHRER, Felipe Rodrigues. Grupos Teatrais da comunidade afrodescendente em Porto Alegre (Primeira República): alguns apontamentos históricos. In: VIII Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Porto Alegre, 2017 **Anais do VIII Encontro Escravidão e Liberdade**, 2017, p. 1-17.

BOHRER, Felipe Rodrigues; XAVIER, Regina C. L. **Africanos e afrodescendentes**: imagens de Porto Alegre [e-book]. São Leopoldo: Ed. Okos, 2018.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Trad. Glória Rodríguez, Luiz Alberto Monjardim, Maria Magalhães e Maria Carlota Gomes. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. p. 183-191.

CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. **O grupo Palmares (1971-1978)**: um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico. 196 f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

CAMPOS, Maria do Carmo. A vida de Protásio Alves: médico, político e fundador. **Jornal da Universidade**. Porto Alegre. vol. 9, n. 90, 2006.

CARATTI, Jônatas Marques. **O Solo da Liberdade**: As trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo: Difusão, 1977.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”, **Cadernos AEL**, Campinas, v. 14, n. 26. 2009.

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais**: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COSTA, Ana Paula do Amaral. **Criados de servir**: estratégias de sobrevivência na cidade do Rio Grande (1880-1894). 174f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

COWLING, Camilla; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; PATON, Diana; WEST, Emily. Mothering slaves: comparative perspectives on motherhood, childlessness, and the care of children in Atlantic slave societies. **Slavery&Abolition**, v. 38, p. 223-231, 2017.

CUNHA, Maria Teresa. Os dizeres das regras: Um estudo sobre manuais de civilidade e etiqueta. **III Congresso Brasileiro de História da Educação**. Curitiba: PUC/PR, 2004.

DEL PRIORE, Mary. **Do outro lado**: A história do sobrenatural e do espiritismo. São Paulo: Planeta, 2014.

DIHL, Tuane Ludwig. **Plurais (in)visibilidades**: representações republicanas sobre o negro (jornal A Federação – RS, 1884-1903). 170f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

DILLMANN, Mauro. Sensibilidades em contato inevitável: táticas de negociação da devoção em Porto Alegre/ Rio Grande do Sul, século XIX. **História em Revista**, Pelotas, n.14, dez, 2008, p. 1-17.

DOMINGUES, Petrônio. Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo (1915-1930). **Estaduos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 3, 2002, p. 563-599.

DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne, o protagonismo negro no pós-abolição. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 16, n 30, de 2009. p. 215-50.

DOMINGUES, Petrônio. “Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no pós-abolição. Revista **Topoi**, v. 12, n. 23, jul/dez., p. 118-139, 2011.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes sociais negros**: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. 221f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARIAS, Juliana Barreto. **Entre identidades e diásporas**: negros minas no Rio de Janeiro (1870-1933). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

_____. Entre feitiços e curas: A trajetória de Assumano Henrique Mina Brasil (1880-1933). In: Ângela Porto. (Org.). **Doenças e escravidão**: sistema de saúde e práticas terapêuticas. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, 2007.

_____. **Mercados minas**: Africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro, 1830-1890. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: USP, 2012.

_____. De escrava a Dona: a trajetória da africana mina Emília Soares do Patrocínio no Rio de Janeiro do século XIX. **Locus** (UFJF) v. 35, p. 13-42, 2013.

_____. Diz a preta mina: cores e categorias sociais nos processos de divórcio abertos por africanas ocidentais, Rio de Janeiro, século XIX. **Estudos Ibero-americanos**, Porto Alegre, v. 44, p. 470-483, 2018.

_____. Emília Soares do Patrocínio e as pretas minas do mercado - Rio de Janeiro, século XIX. **Revista Crítica de História**, Alagoas, v. 10, p. 73-94, 2019.

FERREIRA, M. M. História, tempo presente e história oral. **Topoi** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 1, n.5, p. 314-332, 2002.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. “La sangre de los mártires es la semilla de cristianos nuevos”: a consagração póstuma de missionários jesuítas (Província Jesuítica do Paraguai - século XVII). **Revista de História São Paulo**, nº 168, p. 351-381, janeiro / junho 2013.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1997.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico e escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Ed. UNESP, 2014.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 58-87, 1998.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre**. Guia Histórico. Editora da Universidade / UFRGS, 1988, p. 378.

FRANCO, Sergio da Costa. **A Guerra Civil de 1893**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993.

GANS, Magda Roswita. **Presença Teuta Em Porto Alegre no Século XIX: 1850-1889**. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2004.

GADEA, Carlos Alfredo. Questões sobre o racismo e o reverso da africanidade. **32º Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu/MG, 2008.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. A micro-história e outros ensaios. Lisboa: **Difel**, 1989. p. 169-178.

GIUMBELLI, Emerson. **O cuidado dos mortos**. Uma história de condenação e legitimação do Espiritismo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

GODOI, Rodrigo Camargo de. **Um Editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)**. São Paulo: Editora da USP/FAPESP, 2016.

GOMES, Ângela Maria de Castro. A guardiã da memória. **Acervo** Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v.9, nº 1/2, p.17-30, jan./dez. 1996.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os arquivos privados. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n.21, p. 121-127, 1998.

GOMES, Arilson dos Santos. **O universo das gentes do mar e a identidade negra nos discursos e práticas de Carlos Santos (1959-1974)**. Dissertação (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; FARIAS, Juliana Barreto; Araújo, Carlos Eduardo Moreira de. **Cidades Negras: Africanos, crioulos e espaços urbanos do século XIX**. São Paulo: Alameda Editorial, 2006.174p.

GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio (orgs). **Experiências da Emancipação: Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

GUEDES, Caroline dos Santos. **Santos negros nas Américas: devoção, solidariedade e direitos em confrarias de Buenos Aires e Rio de Janeiro na crise do Antigo Regime**. 2016 148f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016.

GUETERRES, Leticia Batistella Silveira. **Para além das fontes: im/possibilidades de laços familiares entre livres, libertos e escravos (Santa Maria, 1844-1882)**. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Intelectuais negros e modernidade no Brasil. GT Teoria Social e Transformações Contemporâneas. 26º Encontro da ANPOCS, Caxambu, out, 2002. p. 1-19.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1992.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GRAZIOTTIN, Roque. **Pressupostos da prática educativa na diocese de Caxias do sul – 1934 a 1952.** 128f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Caxias do Sul, 2010.

GRESELE, Otilia. **A Irmandade dos Negros de Porto Alegre.** São Leopoldo: Estudos Leopoldenses. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Leopoldo, 1986.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **A Faculdade de Direito de Porto Alegre e a política partidária no Rio Grande do Sul (1900-1950)** 417f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, 2005.

GRINBERG, Keila. Escravidão, alforria e direito no Brasil oitocentista: reflexões sobre a lei de 1831 e o “princípio da liberdade” na fronteira sul do Império brasileiro. In: CARVALHO, José M. (org.). **Nação e cidadania no Império.** Novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 267-285.

GRINBERG, Keila. **As fronteiras da escravidão e da liberdade no sul da América.** Rio de Janeiro, Letras, 2013.

GRINBERG, Keila. “Esse Tráfico de Nova Espécie”: Escravização ilegal e relações internacionais na fronteira sul do Império do Brasil. In: SCHWARCZ, Lilia M.; MACHADO, Maria Helena P. T. **Emancipação, Inclusão e Exclusão.** Desafios do Passado e do Presente. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

HAACK, Marina Camilo. **Sobre silhuetas negras: experiências e agências de mulheres escravizadas (Cachoeira do Sul, c. 1850-1888).** 229f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

HALEY, Alex. **Negras Raízes.** Rio de Janeiro: Record, 1976.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais.** Liv Sovik (org); Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro Editora, 2003.

HEYMANN, L. Q. O indivíduo fora do lugar. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 45, p. 42-57, 2009.

IMÍZCOZ BEUNZA, J.M. Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global. **Revista da Faculdade de Letras História:** Porto, vol.5 nº1, 2004 p.115-140.

JONGOS... **Jongos, calangos e folias**: música negra, memória e poesia. Direção: Hebe Mattos e Martha Abreu. Brasil: Labhoi. 48min41s. 2007.

KERSTING, Eduardo. Índícios em representações: denominações em torno da Colônia Africana. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 9, jul de 1998.

LANGAARD, Theodoro J. H. **Dicionário de Medicina Doméstica e Popular – Volume II**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Laemmert & Cia., 1872.

LARA, Sílvia, Os Minas em Minas: Linguagem, domínio senhorial e etnicidade. **Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História - História: Fronteiras - Vol. II**. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP: ANPUH, 1999.

LAW, Robin. A comunidade brasileira de Uidá e os últimos anos do tráfico atlântico de escravos: 1850-1866. **Afro-Ásia**, n. 27. Universidade Federal da Bahia, p. 41-77, 2002.

LAW, Robin. Etnias de africanos na diáspora: novas considerações sobre os significados do termo mina. **Tempo**, UFF: Niterói, vol 10, n. 20 jan-jun, 2005.

LEONZO, Nanci. O culto aos mortos no século XIX: Os necrológicos. In: MARTINS, José de Souza. **A morte e os mortos na sociedade brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1983. p.76-84.

LEITE, Ilka Boaventura. Territórios Negros em Área Rural e Urbana - Algumas Questões. In: FREIRE, Maria de Lourdes Bandeira D L; LEITE, Ilka Boaventura; GUSMÃO, Neusa Mendes de; MENDONÇA, Cleonice Pitangui. **Textos e Debates do NUER - Terras e Territórios de Negros no Brasil**. UFSC, 1991.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes [et al.] **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 167-82.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-História. In: VENDAME, Ines Maíra; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Org) **Ensaio de Micro-História, Trajetórias e Imigração**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016. p. 18-31.

LIMA, Rafael Peter de. **A Nefanda Pirataria de Carne Humana**: Escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

LIMA, Rafael Peter de. **Andrés Lamas e a atuação da Legação Oriental na Corte imperial brasileira**: Escravidão e relações internacionais (1847-1869). Tese (Doutorado em História). PPGH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

LIMA, Henrique Espada. Vulnerabilidades cruzadas: arranjos de co-dependência, segurança e trabalho entre ex-escravos e seus senhores precários (Brasil, século XIX). In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre. **Micro-história**: desafios de um método em transformação. São Paulo: Letra e Voz, 2019, p. 1-18.

LONER, Beatriz Ana. Antônio: de Oliveira a Baobad. In: DOMINGUES, Petrônio; GOMES; Flávio (orgs). **Experiências da Emancipação: Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)**. São Paulo: Selo Negro, 2011. p.109-37.

LOPES, Nei; MOREIRA, Wilson. Coisa da antiga. In: _____. **A arte negra de Wilson Moreira e Nei Lopes**. Rio de Janeiro: EMI-Odeon, mp3, 3min, 1980.

LOPES, Nei; MOREIRA, Wilson. Goiabada Cascão. In: _____. **A arte negra de Wilson Moreira e Nei Lopes**. Rio de Janeiro: EMI-Odeon, mp3, 3min 20s, 1980.

LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Negra**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

LORIGA, Sabina. O limiar biográfico. In: _____. **O pequeno x: da biografia à história**. Tradução Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p.17-48.

MACHADO, Cacilda. As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR) na passagem do século XVIII para o XIX. **Revista Brasileira de História (Impresso)**. v. 26, p. 49-78, 2006.

MACHADO, M. H. P. T. Verbete "Mulher, Corpo e Maternidade". In: Lilia Schwarcz; Flávio Gomes. (Org.). **Dicionário da Escravidão e da Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, v. 1, p. 334-342.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; ARIZIA, M. B. Escravas e libertas na cidade de São Paulo: experiências de trabalho, maternidade e emancipação em São Paulo (1870-1888). In: Ana Barone e Flávio Rios (orgs). (Org.). **Negros nas Cidades Brasileiras**. São Paulo: Intermeios, 2019, v. 1, p. 117-142.

MACIEL, Ana Carolina de Moura Delfim. Personagens, seus objetos, suas imagens. Arcabouço material como evidência biográfica. **História Social**, n. 24. 1º sem. 2013. p. 17-30.

MAGALHÃES, Magna Lima. **Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul: associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo/RS)** 219f. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010.

MAMIGONIAN, Beatriz; GRINBERG, Keila (orgs). Pra inglês ver? Revisitando a lei de 1831. **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro, ano 29, n. 1/2/3, jan/dez, p. 7-393, 2007.

MAMIGONIAN, Beatriz Galotti. O Estado nacional e a instabilidade da propriedade escrava: a lei de 1831 e a matrícula dos escravos de 1872. **Almanack**, Guarulhos, n. 2, p. 20-37, p. 2011.

MATHEUS, Marcelo Santos. A africana mina Maria Francisca do Rosário: escravidão, cor e ascensão social em um contexto fronteiro (Brasil, segunda metade do século XIX). **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 501-517, set.-dez. 2018.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio:** os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Família e Sociedade na Bahia do Século XIX.** São Paulo: Corrupio, 1988.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: Cosac Naify, 2003. p.194-210.

MEIRELES, Lisandra Castilhos. **Imprensa Negra do Rio Grande do Sul:** uma análise da primeira fase do jornal O Exemplo (1892-1897). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

MONTEIRO, Charles. A Invenção da História de Porto Alegre. In: KRAWCZYK, Flávio. (Org.). **Da necessidade do moderno:** O futuro da Porto Alegre do século passado. Porto Alegre: Unidade Editorial/ Secretaria Municipal da Cultura, 2002, v. 1, p. 13-33.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre e suas escritas:** História e memórias da cidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os cativos e os homens de bem:** Experiências Negras no Espaço urbano. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

_____. Joana Guedes, uma Mina de Jesus: trajetórias africanas do cativo a liberdade. **Nuevo Mundo**, Paris, n. 5, 2005.

_____. Uma Parda Infância: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança negra numa vila fronteiriça (Aurélio Viríssimo de Bittencourt/Jaguarão, século XIX), **Anais do IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

_____. Aurélio Viríssimo de Bittencourt: Burocracia, Política e Devoção. In: DOMINGUES, Petrônio; GOMES; Flávio (orgs). **Experiências da Emancipação:** Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 83-107.

_____. O Aurélio era preto: Trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 40, p. 85127, 2014.

_____. Havemos de ser atendidos em nossos direitos, uma vez que servimos para votantes e soldados, não obstante a nossa cor: associativismo negro, direitos e cidadania (a Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora, Porto Alegre, séc. XIX). **Revista Mundos do Trabalho(online)**, v. 11, p. 1-30, 2019.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. **O Império do retrato:** família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889). 403 f. 2006. Tese (Doutorado em História – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. Maternidade silenciada: amas de leite no Brasil escravista, século XIX. In: Regina Célia Xavier; Helen Osório. (Org.). **Do tráfico aos pós abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil**. 1 ed. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 360-391.

MUGGE, Miquéias H. **Eles estão prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania (Rio Grande do Sul – século XIX)**. 150f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

MÜLLER, Liane Susan. O Negro e suas devoções: a importância da Irmandade do Rosário e da Festa dos navegantes para a formação de uma classe média negra porto-alegrense. In: II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Porto Alegre, 2005. **Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 2005, p. 1-11.

MÜLLER, Liane Susan. **As contas do meu Rosário são balas de artilharia**. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.

MÜLLER, Liane Susan. **As contas do meu rosário são balas de artilharia: irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre (1889-1920)**. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude usos e sentidos**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

NASCIMENTO, Mara Regina do. **Irmandades leigas em Porto Alegre: práticas funerárias e experiência urbana séculos (XVIII-XIX)** 362f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

NERY, Olivia Silvia. Objeto, memória e afeto: uma reflexão. **Revista Memória em rede**. Pelotas, v.10, n.17, jul/dez. 2017, p. 144-161.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, v. 10, São Paulo: PUC-SP –Programa de Pós-Graduação em História, dezembro de 1993.

OLIVEIRA, Franciele Rocha de. **Dos laços entre José e Innocência: Trajetórias de uma família negra entre a escravidão e a liberdade no Rio Grande do Sul**. 393 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

OLIVEIRA, Ângela Pereira. **A racialização nas entrelinhas da imprensa negra: o caso O Exemplo e A Alvorada (1920-1935)**. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

OLIVEIRA, Julvan Moreira de. **Africanidades e educação: Ancestralidade, identidade e oralidade no Pensamento de Kabengele Munanga**. 324 f. Tese (Doutorado em Cultura, Educação e Organização). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PARÉS, Luis Nicolau. **A Formação do Candomblé**. História e Ritual da nação jeje na Bahia. 2ª edição. Campinas, Editora da Unicamp, 2007.

PEDRO Joana Maria. **Práticas Proibidas:** práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

PEREIRA, Lúcia Regina Brito. **Cultura e afrodescendência:** organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002). 312 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PERUSSATTO, Melina K. **Como se de ventre livre nascesse:** experiências do cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS c. 1860 – c. 1888. 305 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

PERUSSATTO, Melina Kleinert; WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Problematizando raça a partir da guerra civil de 1893-1895. In: VARGAS, Jonas (Org.). **Belicosas fronteiras:** contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas (século XIX). Porto Alegre: Fi, 2017, p. 305-321.

PERUSSATTO, Melina K. **Arautos da liberdade:** educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c.1892 - c. 1911). 2018. 344 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

PERUSSATTO, Melina K. Aurora da Liberdade: o pós-abolição nos escritos de Sophia Ferreira Chaves na imprensa negra (Porto Alegre, 1904-1905). **Currículo sem fronteiras**, v.19, n.2, maio/ago, 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Revolução Federalista: memória revisitada. In: POSSAMAI, Zita (org). **Revolução Federalista de 1893**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

PETIZ, Silmei. **Caminhos cruzados:** famílias e estratégias escravas na Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835). 2009. 321f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

PICON, Pedro Dronelles; BASTOS, Denise Soares; GARCIS, Paulo Garcia. Do isolamento ao sanatório: diferentes práticas e serviços em um espaço de saúde pública de Porto Alegre – de 1909 a 2011. **Boletim da Saúde**. V. 14, nº 1, 1999-2000, p. 133-141.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura à tinta preta:** a imprensa negra no século XIX (1833-1899). 197 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de liberdade:** literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2018.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos:** Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-13.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-12.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. Projeto História. **Revista da PUC**. São Paulo, n.14, p. 25-39, fev. 1997.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

REIS, Adriana Dantas. Luzia jeje, o capitão Manoel de Oliveira Barrozo e seus filhos pardos: quando as fronteiras de gênero interferem nas hierarquias sociais, Bahia 1780-1822. In: Célia Cristina da Silva Tavares; Rogério de Oliveira Ribas. (Org.). **Hierarquias, raça e mobilidade social**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2010, p. 150-164.

REVERBEL, Carlos Eduardo Dieder. **A Revolução Federalista e o ideário parlamentarista**. 219f. Tese (Doutorado em Direito). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RIOS, Ana M. Lugão. **Memórias do cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RIOS, Ana M. Lugão; MATTOS, Hebe M. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, v. 5, n. 8, p. 170-98, jan/jun 2004.

ROCHA, Cristiany Miranda. **Gerações da senzala**: Família e estratégias escravas no contexto dos tráficos africano e interno. Campinas, século XIX. 269 f. Tese (Doutorado em História). Unicamp, Campinas, 2004.

ROCHA, Cristiany Miranda. Na trilha do parentesco e da liberdade: Os caminhos e atalhos percorridos pelos escravos na Campinas Oitocentista. In: RIBEIRO, Gladys; FREIRE, Jonas; ABREU, Martha Campos; CHALHOUB, Sidney (orgs). **Escravidão e cultura afro-brasileira**: Temas e problemas em torno da obra de Robert Slenes. Campinas: Editora da Unicamp, 2016, p. 157-187.

ROCHA, Cristiany Miranda. A morte do senhor e o destino das famílias escravas nas partilhas. Campinas, século XIX. **Revista Brasileira de História**, v. 26, p. 175-192, 2006.

RODRIGUES, Jaime. **O Infame Comércio**. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Unicamp, 2000.

ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. **Além da invisibilidade**: história social do racismo em Porto Alegre (1884-1918). 312 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SÁ, Gabriela Barretto de. **A Negação da Liberdade. Direito e escravização ilegal no Brasil oitocentista (1835-1874)**. Belo Horizonte: Letramento; Casa do Direito, 2019.

SANTO, Spirito. **Do samba ao funk do Jorjão**: Ritmos, mitos e ledos enganos no enredo de um samba chamado Brasil. Petrópolis: KBR, 2011.

SANTOS, Bruna Oliveira dos. **“Os brancos não falam a verdade contra mim. Porque ele é homem e não havia de passar o trabalho das fêmeas”**. Maria Rita e a interseccionalidade na experiência de mulheres escravizadas (Comarca de Rio Pardo, século XIX). Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.

SANTOS, Isabel Silveira. **Cultura teatral no Rio Grande do Sul: Raça, Identidade e Pedagogias**. 187f. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SANTOS, José Antônio dos. O Curriculum Vitae como vestígio do passado. Dario de Bittencourt (1901-1974), uma eminência duplamente parda. **Anais do X Encontro Estadual de História**. Porto Alegre, UFRGS, 2008.

SANTOS, José Antônio dos. **Prisioneiros da História: Trajetórias Intelectuais na Imprensa Negra Meridional**. 2011. 281 f. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011.

SANTOS, José Antônio dos. **Liga da Canela Preta: a história do negro no futebol**. Porto Alegre: Diadorim Editora, 2018.

SANTOS, Irene; SILVA, Cidinha da; FIALHO, Dorvalina E. P.; BARCELLOS, Vera Daisy; BETTIOL, Zoravia (orgs). **Colonos e Quilombolas: Memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre**. Porto Alegre: [s/n], 2010.

SANTOS, Isabel Silveira dos. **Cultura teatral afrodescendente: identidades e pedagogias culturais no teatro do Rio Grande do Sul**. 182f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SCHMIDT, Benito Bisso. Que Diferença Faz? Os Estudos Biográficos na História do Trabalho Brasileira p. 61-76, In: FORTES, Alexandre [et al.]. **Cruzando fronteiras: Novos olhares sobre a história do trabalho**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Um socialista no Rio Grande do Sul: Antonio Guedes Coutinho (1868-1945)**. POA, ED: UFRGS, 2000.

SCHWARCZ, Lília (org). J.I. ROQUETTE - **Código do Bom-Tom**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. – (Coleção Retratos do Brasil)

SCOTT, Rebecca; HÉBRARD, Jean M. **Provas de Liberdade: uma odisséia atlântica na era da emancipação**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguaí no pós-abolição (1870-1960)**. 279 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SILVA, Jonathan Fachini da. **Os filhos do destino:** A exposição e os expostos na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1837). 226f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

SILVA, Jonathan Fachini da. O enjeitado na sua qualidade: a equidade social e os expostos no Rio Grande de São Pedro (séc. XVIII-XIX). **Tempos Históricos (EDUNIOESTE)**, v. 20, p. 276-300, 2016.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprendizagem e ensino das Africanidades brasileiras. In: MUNANGA, Kabengele (org). **Superando o Racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2005, p. 155-173.

SILVA JUNIOR, Adhemar Lourenço da. **As sociedades de socorros mútuos:** estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940). 574f. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004.

SILVA JUNIOR, Adhemar Lourenço da. Escravidão, liberdade e cor nas sociedades de socorros mútuos (Rio Grande do Sul, 1856-11914). In: II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Porto Alegre, 2005. **Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 2005.

SILVEIRA, Oliveira. **Três coleções preservam jornal da comunidade negra**. Correio do Povo, Porto Alegre, 8 out. 1972, p. 22.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, São Paulo, n. 6, p. 14-18, mai. 2003.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. O samba paulista e suas histórias: textos, depoimentos orais, músicas e imagens na reconstrução da trajetória de uma manifestação da cultura popular paulista. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 16, 2007, p. 09-34.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 2ªed, 2003.

SLENES, Robert. “*Malungu, ngoma* vem’! África coberta e descoberta no Brasil”. **Revista USP**, n. 12. São Paulo, dez./jan./fev. p. 48-67, 1991-1992.

SLENES, Robert Wayne. **Na senzala uma flor:** esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUZA, Flavia Fernandes de. **Criados, Escravos e Empregados:** O serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920). 583f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017.

SOUZA, Ricardo Costa de. **Instrução e circulação da palavra escrita:** o caso do jornal O Exemplo (1892-1930). Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

TELLES, Lorena Féres da Silva. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX)**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva: a distribuição da assistência a partir das irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, Brasil c. 1847 – c. 1891**. 242f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VALLE, Daniel Simões do. **Intelectuais, espíritas e abolição da escravidão: os projetos de reforma na imprensa espírita (1867-1888)**. 194f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. (Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720). São Paulo: 1853.

VIEIRA, Felipe Almeida. **“Fazer a classe”**: identidade, representação e memória na luta do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul pela regulamentação profissional (1931-1943). 224f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

WEBER, Beatriz Teixeira. Positivismo e ciência médica no Rio Grande do Sul: a Faculdade de Medicina de Porto Alegre: **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, v. 3, nov. 1999.

WEBER, Beatriz Teixeira. Caridade e assistência social instituições leigas de assistência no Rio Grande do Sul (1880-1920). In: Primeiras Jornadas de História Regional Comparada, Porto Alegre. **Caderno de Resumos da Primeiras Jornadas de História Regional Comparada**, 2000.

WEBER, Beatriz Teixeira. Significados da Caridade no Espiritismo da Sociedade Estudo e Caridade: o Lar de Joaquina (Santa Maria - RS, 1927 1970). In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH. São Paulo: ANPUH-SP**, 2011. p. 1-9.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Os nomes da liberdade: Experiências de autonomia e práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas duas últimas décadas do século XIX**. 338 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente de Felisberta**. Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c. 1847 – tempo presente). 2013. 467 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, 2013.

WITTER, Nikelen Acosta. **Males e epidemias: Sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)**. 292 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

WOODARD, James. Negro político, sociedade branca: Alfredo Casemiro da Rocha como exceção e estudo de caso (São Paulo, décadas de 1880-1930). In: DOMIGUES, Petrônio; GOMES, Flávio (org). **Políticas da abolição e da pós-emancipação no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2014. p. 231-61.

XAVIER, Regina Célia Lima. Raça, classe e cor: debates em torno da construção de identidades no Rio Grande do Sul no pós-abolição. In: FORTES, Alexandre et al. (Orgs.). **Cruzando Fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho**. 1ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 103-131.

ZUBARAN, Maria Angélica; VIEIRA, D. M. A produção da identidade afro-brasileira no pós-abolição. **Revista de Iniciação Científica da ULBRA**, v. n. 5, p. 145-156, 2006.

_____. Sepultados no silêncio: A lei de 1831 e as ações de liberdade nas fronteiras meridionais do Brasil (185-1880). In: MAMIGONIAN, Beatriz; GRINBERG, Keila (orgs). Pra inglês ver? Revisitando a lei de 1831. **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro, ano 29, n. 1/2/3, jan/dez, 2007, p. 281-301.

_____. Comemorações da Liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas. **Anos 90**. Porto Alegre, p.161-87. jul. 2008.

_____. A invenção branca da liberdade negra: memória social da abolição em Porto Alegre. **Fênix (UFU. Online)**, v. 6, p. 1-15, 2009.

_____; MACHADO, Lisandra. O que se expõe e o que se ensina: representações do negro nos museus do Rio Grande do Sul. **Momento**, Rio Grande, v. 22, p. 91-122, 2013.

_____. Um arquivo de fragmentos biográficos: imprensa negra, afrodescendentes e pedagogias culturais. In: XVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis. **Anais do xviii simpósio nacional de história**, 2015, p. 1-16.

_____. História, acervo e protagonismo negro no jornal *O Exemplo (1892-1930)*. In: SILVA, Fernanda Oliveira da; PERUSSATTO, Melina Kleinert; WEIMER, Rodrigo de Azevedo; SILVA, Sarah Calvi Amaral. **Ciclo de debates sobre o jornal O Exemplo, Porto Alegre (versão e-book)**. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2016. p. 7-19.

_____; VARGAS, Juliana. Pedagogias das boas maneiras: formando cidadão civilizados e higiênicos. **Hist Educ. (online)**. Porto Alegre, v. 22 n. 54 jan/abr, 2018.

_____; VARGAS, Juliana; BAHIA, Cristiana Camarata Lins. **Produzindo e Educando Mulheres no Jornal O Exemplo: entre o espaço do lar e o direito à instrução e à emancipação**. EDUCACAO UNISINOS (ONLINE) v. 23, p. 189-206, 2019.